

EDIÇÃO COMEMORATIVA COM 50 TESTEMUNHOS DE MEMÓRIA E FUTURO

O REFERENCIAL



1974 50 ANOS
2024 DE ABRIL

CONTINUAR!



Associação
25 de Abril



25^{DE}
ABRIL
SEMPRE!

Al Gorens



50 X2
DE CADA CASA

Capa: Cartaz comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril da autoria de Henrique Cayatte

4 EDITORIAL

Orgulho inquieto | 4

Foi há 50 anos, Vasco Lourenço | 10

16 ABRIL 50 ANOS – VIVÊNCIAS

Revolução precursora e pioneira Manuel Alegre | 18

Abril a duas vozes, Florinda Grave e Cláudio Chartier Martins | 25

Abril, José Fanha | 34

A madrugada da liberdade, António Sampaio da Nóvoa | 36

O meu 25 de Abril, Fernando Esteves Franco | 40

A barca, Margarida Chagas Lopes | 44

Crónica de um tempo único, Victor Nabais | 46

É entusiasmante relembrar, Germano de Almeida | 58

Três D's, Ernesto Rodrigues | 60

A minha participação no 25 de abril de 1974, Victor Louro | 68

O dia em que o Brasil amanheceu com cheiro de cravo,

António Torres | 72

Notas pessoais sobre o 25 de Abril, João Barroso Soares | 74

82 ABRIL 50 ANOS – RAÍZES

Originalidade e singularidade do 25 de Abril,

Martins Guerreiro | 84

Os sorrisos que Abril trouxe, Maria Alcina Adriano | 92

O “fora” e o “dentro”: uma memória pessoal,

Helder Macedo | 94

50 Anos de liberdade..., Domingos Chaves | 102

Celebrar a liberdade, aprofundar a democracia,

Ana Rosenheim | 110

O meu percurso, António Armando da Costa | 122

As palavras..., António Carlos Cortez | 134

Rostos com História, Pedro Canedo e Adriana Henriques | 136

Repensar o país, renovar o interior, Júlio Pereira | 140

Mulheres no 25 de Abril, Conceição Cardeira | 148

Da Índia (1961) à Guiné (1973-1974): uma derrota militar em perspectiva, Pedro Lauret | 154

Ao meu amor que não veio à guerra, Urbano Bettencourt | 166

III Congresso da Oposição Democrática e o Programa do MFA,

M. Simões Teles | 166

Eu não acreditei no 25 de Abril, Joaquim Vieira | 172

Eu recordo-me..., Paulo Pena | 176

82 ABRIL 50 ANOS – LIBERDADES E FUTUROS

Entre libertação e liberdade, Lídia Jorge | 184

A tentativa de civilizar o futuro, António Costa Silva | 192

Uma dádiva para o país e para o mundo, Rodrigo de Sousa e Castro | 198

Abril será sempre Abril, Margarida Maria Almeida | 204

Cinquentenário dos cravos, José Luis Berceo | 208

A árvore da democracia, João Martins Alves | 211

50 Anos depois, ainda há Abril por cumprir, João Vasconcelos Costa | 212

A Igreja Católica e os dias da revolução,

Alexandre Manuel | 218

O fim da ideologia de privacidade da família, Lídia Praça | 230

Dois mil e vinte e quatro, Guilherme Pires | 236

25 de Abril e o poder no futebol, José Manuel Barroso | 244

Canção de Abril, Henrique António Pedro | 250

Portugueses pelo mundo, Armando J. Garcia Pires | 252

Até onde se cumpriu Abril?, Carlos Branco | 258

Congresso Internacional de História Militar de 2024, João

Vieira Borges | 266

Evocar “Abril” a pensar no futuro, José Costa Neves | 270

O meu 25 de Abril não é meu, Carlos de Matos Gomes | 280

Crónica de um primeiro embate com a censura, Fátima Lopes

Cardoso | 284

Mulheres artistas: a obra que nasce em liberdade, Bruno Pinto e

Mafalda Ferreira Costa | 289

Livre idade, Alexandre Seixas | 298

Medalha comemorativa dos 50 anos do 25 de abril,

José Aurélio | 298

300 ABRIL 50 ANOS – PROGRAMA

Comemorações decorrem entre 2022 e 2026, Lício Lima | 300

304 ABRIL 50 ANOS

Mensagem da Associação 25 de Abril | 304

ORGULHO INQUIETO

O dia 25 de Abril começou lá muito longe, quando um movimento militar pôs termo a uma frágil tentativa democrática iniciada a 5 de outubro de 1910, com a implantação da República. Foi em 28 de maio de 1926 que nos arrastaram para uma experiência antidemocrática, militar no início, fascista em seguida, e característica por fim. Foi esta ditadura que nos conduziu para uma guerra sem limite e sem solução, afincada nos seus pilares ideológicos imperiais, guiando-se por uma cartilha fora de prazo, insensível aos ventos de mudança e à transformação do mundo.

E foi nesta guerra, consumidora de juventude e de riqueza, que os soldados se questionaram sobre o seu papel e se tinham força e razão para encontrarem, baseados na sua convicção, uma saída para o nó górdio de Portugal e dos portugueses.

É bem certo que foram os capitães, mas eles sentiram a companhia de toda a gente que se alimentava de esperança, de todos os que tinham arriscado enfrentar o regime, de todos os que sofriam, já descrentes de um dia libertador.

Não foi necessário muito pensar, pois as razões estavam à vista. Munidos de um programa democrático e crentes na sua razão, os capitães tomaram o poder no dia 25 de Abril de 1974. Abriram portas à Revolução dos Cravos, que devolveu aos portugueses a Liberdade e a Democracia, fez de todos nós cidadãos, e recolocou Portugal num lugar digno entre as nações.

Estamos orgulhosos dessa iniciativa, sempre inquietos pelo que é necessário alcançar.



ANICETO AFONSO

O 25 DE ABRIL é o dia do nosso encanto, da nossa libertação, do nosso orgulho.

À medida que a vitória se consolidava, nascia um Portugal novo. Éramos nós abrindo a porta. A Liberdade foi inundando as ruas e foi-se estendendo a todos os corações. O povo festejava, participava, encorajava, assumia o seu papel. Os militares espantavam-se com os sinais das multidões. Nas ruas, era já o dia da Liberdade. Os capitães planejaram e executaram uma operação militar complexa para o derrube do regime e a conquista do poder. Chamaram-lhe *Viragem Histórica* e envolvia o empenhamento em simultâneo de dezenas de capitães e de milhares de soldados. A maior operação jamais realizada em solo português! Confiaram uns nos outros, porque a determinação, a coragem e a necessidade os ligou à missão de cada um. No final, cumpriram e venceram. Foi a ação decisiva. Nas ruas, o povo gritava: “Vitória, Vitória!”.

Conscientes da sua ação libertadora, os capi-

tães, obtida a vitória militar, apresentaram o programa que os comprometia – o Programa do MFA. Era um programa libertador, democrático, de mudança radical. Era um compromisso de tranquilidade, com promessas há muito esperadas. Nele se privilegiava a democratização, a descolonização e o desenvolvimento. Era o programa dos três D. Por todo o lado, erguia-se a voz coletiva: “O povo unido jamais será vencido!”

Tudo era agora urgente, tudo estava posto em causa. Era necessário vencer a PIDE, que teimava em resistir. Os esbirros estavam entrincheirados na sua sede e dali abriram fogo sobre a multidão. Espalharam, por uma última vez, a dor e a morte entre a população que os cercava. Foram quatro jovens que perderam a vida, os únicos que caíram durante a revolução, nesses dias memoráveis. O povo, apoiando os militares, gritava “Morte à PIDE”!

Libertou-se a imprensa, acabou-se a censura.



Direitos reservados

Mural pintado em Pias, município de Serpa - foto gentilmente cedida pela Câmara Municipal

A voz dos portugueses podia ouvir-se de novo. Os jornais punham tarjetas na primeira página: “Este jornal não foi visado pela censura” e o povo regozijava-se.

Abriram-se, enfim, as prisões. Os militares do MFA impuseram a libertação dos presos políticos. As polícias do espírito iam cedendo à onda avassaladora da Liberdade. O povo exigiu e o MFA cumpriu a promessa. Todos cantavam, com Manuel Freire, os versos de Carlos de

Oliveira: “Não há machado que corte a raiz ao pensamento”.

A pouco e pouco, os exilados, ainda atónitos, regressavam ao seu país. Portugal era, de novo, o seu país. Os ecos da Liberdade ouviam-se em todo o mundo, e a alegria substituíu a tristeza no coração de tantas e tantos portuguesas e portugueses que tinham abandonado a sua terra. Estava na hora de regressar.

Esta era também a hora da paz e do fim da

guerra. Os militares do 25 de Abril queriam a abertura de negociações, queriam substituir o conflito pela amizade. Iam assumir um processo de cessar-fogo e de transferência da soberania. Queriam concluir a descolonização, aceitando as reivindicações dos movimentos de libertação. O povo manifestava-se gritando: “Fim da guerra colonial”, “Nem mais um soldado para África”.

O MFA, transformado em espírito coletivo, sem ser anónimo, entregou o poder a uma Junta de Salvação Nacional, para que cumprisse o seu programa e as suas promessas. Para que edificasse um Estado de direito, em que a lei fosse igual para todos e terminassem as arbitrariedades. Mas ficou vigilante, pronto a intervir. Era necessário construir a democracia.

DEMOCRACIA PLURAL

Surgiram então os partidos políticos, livres e integrados no movimento democrático. Os que já existiam e vinham da clandestinidade e os que se constituíram no novo ambiente. Eles deviam ser a base das diferentes opções dos portugueses, organizar as suas estruturas e apresentar os seus programas aos cidadãos. O povo, todo o povo, acorria aos seus preferidos, escolhia livremente e reivindicava uma nova era. A democracia dava os primeiros passos. Na rua gritava-se: “Liberdade, Liberdade”.

Afinal, todos estavam preparados para a democracia. Todos aprenderam (ou sabiam) como ela funcionava. As discussões, as polémicas, as diferenças manifestavam-se em toda a sua amplitude, dentro das regras que foram

sendo definidas e aceites. Era saudável, e era assim que devia ser. Porque a democracia dispensa unanimismos e torna-se pujante com as diferenças.

De repente, tudo se tornou urgente. Com todas as estruturas da ditadura desmanteladas, sobrou o MFA, todos passaram a requerer um militar de Abril! Nas fábricas, nos campos, nas escolas, nos serviços, na rua, em todo o lado, só os militares estavam creditados para arbitrar, para resolver, para conciliar. Os militares de Abril passaram a ser os homens sem sono. E o povo erguia a sua voz: “O Povo está com o MFA”.

Formaram-se os sindicatos, com evidência para os que já vinham do anterior. Tornava-se

**OS ECOS
DA LIBERDADE
OUVIAM-SE
EM TODO O MUNDO,
E A ALEGRIA SUBSTITUÍA
A TRISTEZA NO CORAÇÃO
DE TANTAS E TANTOS
PORTUGUESES
QUE TINHAM ABANDONADO
A SUA TERRA.
ESTAVA NA HORA
DE REGRESSAR**

mais uma vez urgente representar os trabalhadores das mais diversas atividades laborais. A pouco e pouco, foram-se definindo as leis de funcionamento, na sua diversidade e nas suas opções. Aconteceu o mesmo com outras estruturas representativas, importantes para a construção da democracia, na sua exigente e necessária complexidade.

Em resultado destas múltiplas vontades que se manifestavam nas ruas e por todos os recantos do País foram-se consolidando os princípios e os valores de um novo regime, de livre participação, de cidadania e de liberdade. No fundo, nesses tempos primordiais, com espontaneidade e envolvimento geral, foram-se cimentando o que ainda hoje conhecemos como os valores de Abril: a liberdade, a democracia, a justiça, a paz, a igualdade, a solidariedade. Valores que o povo acompanhava nas ruas: “25 de Abril sempre, fascismo nunca mais!”. Valores que não são espontâneos, antes precisam da permanente atenção de todos os democratas. Sempre, e em especial nos dias que correm.

Vieram as eleições. Todos compreenderam a sua importância e toda a gente foi votar. Os deputados eram mandatados para elaborarem uma Constituição. Cumpria-se o Programa do MFA. A Constituição da República Portuguesa, aprovada no dia 2 de Abril de 1976, confirma e assegura a mudança do regime político. A democracia triunfa. Os direitos, as liberdades e as garantias são agora os pilares de referência da nova sociedade.

Ao longo dos anos, nestas cinco décadas, Portugal viveu sempre em liberdade, incorporan-

**AS DISCUSSÕES,
AS POLÉMICAS,
AS DIFERENÇAS
MANIFESTAVAM-SE
EM TODA A SUA AMPLITUDE,
DENTRO DAS REGRAS
QUE FORAM SENDO
DEFINIDAS E ACEITES.
ERA SAUDÁVEL,
E ERA ASSIM
QUE DE VIA SER.
PORQUE A DEMOCRACIA
DISPENSA UNANIMISMOS
E TORNA-SE
PUJANTE
COM AS DIFERENÇAS**

do o 25 de Abril como referência primeira do regime democrático, em que os valores iniciais se foram consolidando.

Sob a responsabilidade de todos, fomos capazes de construir um caminho de progresso e de prosperidade, apesar das muitas expectativas que foram ficando pelo caminho, das muitas promessas que não foram cumpridas e de tantas esperanças que foram goradas.

Hoje, são as gerações que nos sucedem que assumem a responsabilidade de prosseguir o caminho, sem quebras na defesa da liberdade,

na luta pela contínua construção da democracia, na firmeza do seu combate pelos valores que vêm do 25 de Abril. Ninguém pode presumir que estes valores estão definitivamente ganhos. Ninguém pode desistir dessa luta, em especial quando as ameaças se manifestam diante de nós.

Serão os filhos e os netos da madrugada os continuadores e defensores de uma sociedade livre e democrática, justa e solidária, pacífica e diversa, culta e corajosa. Fraterna e lutadora. E quando nós formos apenas uma memória, ainda assim saberemos que o nosso esforço não foi em vão, que o 25 de Abril será sempre uma referência para todos os que lutam por uma sociedade melhor e resistem às promessas dos novos vendilhões do Templo.

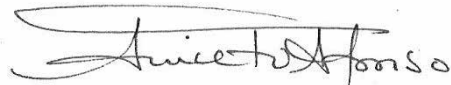
REFERENCIAL COMEMORATIVO

Na pluralidade dos textos que compõem este número especial *d'O Referencial*, comemorativo dos 50 anos de Abril, estão as linhas essenciais da nossa caminhada, incluindo as **Raízes** que nos conduziram ao dia da Libertação, as **Vivências** desse tempo inicial, a construção de uma sociedade de **Liberdades** e a determinação de construir os nossos **Futuros**. Para nós é uma revista memorável, que devemos a todos aqueles que nela quiseram colaborar. Nós só temos de deixar aqui a nossa gratidão e o compromisso de continuarmos.

Neste número comemorativo não queria deixar de dirigir algumas palavras aos meus camaradas de Abril. Umas palavras simples, mesmo sem mandato para o fazer. Mas exprimo o que sinto.

**MAS NO FIM TEMOS
UM REFERENCIAL
QUE NOS UNE,
NOS LIGA
E NOS CONCILIA
– É O DIA 25 DE ABRIL
DE 1974.
É ESSE O DIA
QUE NÓS COMEMORAMOS**

Queria dizer-vos que o nosso dia comum é o dia 25 de Abril de 1974. É a festa de todos nós. Nenhum outro dia nos representa, nenhuma outra comemoração é nossa. Nós trilhámos caminhos mais próximos ou mais afastados, vivemos um processo de mudança com disputas e divergências, por vezes com conflitos, mas no fim temos um referencial que nos une, nos liga e nos concilia – é o dia 25 de Abril de 1974. É esse o dia que nós comemoramos.



FOI HÁ 50 ANOS

Já passaram 50 anos sobre o dia 25 de Abril de 1974 – o 25 de Abril – o nosso Dia, o único que continua a unir-nos à volta de um ideal comum, imortalizado por alguns dos poetas mais ilustres da nossa História

VASCO LOURENÇO*

AO OLHAR PARA TRÁS, não posso deixar de evocar a curta, mas intensa caminhada iniciada com a contestação ao Congresso dos Combatentes, numa atitude suportada pelo estímulo dos que lutavam contra a ditadura e aproveitando também os erros cometidos pelos ditadores e pelos seus sicários. A nossa determinação baseou-se na experiência obtida na participação numa longa guerra, que se nos manifestara já como ilegítima, injustificável, injusta e inútil, e lavar-nos-ia até à acção libertadora, através da mais brilhante operação alguma vez realizada por militares em Portugal, ao longo da História.

Recordo essa caminhada, com todos os seus perigos, a que soubemos responder com enorme coragem, mas lembro também a lucidez com que agimos, ao decidir elaborar e apresentar, no próprio acto da libertação, um pro-

grama político, o *Programa do MFA*, no qual mostrámos ao que vínhamos, quais os nossos objectivos e quais os compromissos que assumíamos perante os portugueses e o mundo, depois de derrubar uma ditadura: dar a liberdade aos portugueses (muitos deles, incluindo os próprios Capitães de Abril, nunca a haviam conhecido e usufruído); criar condições para encontrar uma solução política para a guerra colonial e construir a paz; erguer um regime assente na democracia política e social. Enfim, criar as condições necessárias para que os portugueses construíssem uma sociedade livre, mais justa, mais solidária, mais desenvolvida, ou seja, uma sociedade mais feliz.

Nesta evocação, devo constatar quanto o facto de não termos ambições de poder pessoal, de pensarmos apenas em servir e não em servir-nos, nos levou, porventura, a não preparar



Direitos reservados

convenientemente o “dia seguinte”, uma das nossas debilidades. Não posso deixar de salientar a minha forçada ausência, desterrado em Ponta Delgada, nesse período crucial.

Mas soubemos ultrapassar esta situação, embora com enormes dificuldades, já acompanhados pela grande adesão popular que provocámos, nunca rejeitámos e, contrariamente ao usual, nunca foi nossa intensão reprimir. Essa é, aliás, uma das recordações que continuam a “encher-me o ego” e a muito me emocionar. É bem certo que, ao avançarmos, estávamos convictos de que íamos ao encontro dos desejos e da vontade popular, tendo mesmo essa convicção funcionado como elemento fundamental na nossa decisão de avançarmos nas condições e com a ideia com que o fizemos. No entanto, ainda recordo com enorme emoção, como esse apoio, essa adesão, excedeu tudo o que imagináramos e ambicionáramos.

Podemos mesmo dizer que foi esse envolvimento popular que ajudou a componente mais consistente do MFA a manter-se unida e na defesa inequívoca do conteúdo e do espírito do seu Programa, e a vencer a luta pela consumação dos seus princípios e pelo cumprimento dos seus compromissos.

Como escreveu o Capitão de Abril, Miguel Judas, “face aos objectivos proclamados pelo MFA e à enorme ânsia de liberdade, de paz e de progresso dos portugueses, logo emergiu em Portugal um novo ‘partido político’, ao qual, apesar de ‘informal’, aderiu a esmagadora maioria do povo português, precisamente o MFA”.

**PODEMOS RECORDAR
E CONSTATAR QUE,
SENDO A CONSTITUIÇÃO
DA REPÚBLICA
UMA DAS PRINCIPAIS
REALIZAÇÕES
E CONQUISTAS
DO 25 DE ABRIL,
A MESMA
TEM CONSTITUÍDO
O INSTRUMENTO
PRIMEIRO
E FUNDAMENTAL
DA MANUTENÇÃO
DE UM ESTADO
DE DIREITO
E DEMOCRÁTICO**

Foi isso que, alicerçado também numa indestrutível unidade entre os Capitães de Abril – apesar de não termos conseguido resistir, por completo, às arremetidas de vários sectores político/ideológicos que tentaram instrumentalizar-nos e dividir-nos, para melhor nos manipular e utilizar – assim como fundado numa indiscutível competência de quem se revelou como o escol dos oficiais portugueses, nos permitiu ultrapassar os diversos obstáculos e percalços, alguns de enorme dificuldade, e manter as condições para que um dos nossos princi-



Guilherme Venâncio, Lusa

Vasco Lourenço esteve na criação da A25A dirigindo-a, depois, mais de 40 anos

país objectivos fosse concretizado: a realização de eleições livres, como nunca tinha havido em Portugal, que garantissem a elaboração e aprovação de uma Constituição.

Podemos recordar e constatar que, sendo a Constituição da República uma das principais realizações e conquistas do 25 de Abril, a mes-

ma tem constituído o instrumento primeiro e fundamental da manutenção de um Estado de direito e democrático, onde os portugueses têm decidido as soluções que consideram melhores, ou menos más, para a sociedade a que pertencem – nem sempre, na minha opinião, da melhor maneira, mas com a liberdade pos-

sível nos regimes políticos de todo o mundo (a liberdade é sempre relativa, não há liberdade absoluta).

VALORES DE ABRIL

Os tempos que correm não se apresentam fáceis para quem se assume como defensor e praticante dos valores de Abril. É um facto insofismável, que não podemos iludir.

Por isso, ao evocarmos os 50 anos do 25 de Abril, não posso deixar de enaltecer a nossa decisão de fundarmos a Associação 25 de Abril, em que estiveram envolvidos mais de 90% dos militares de Abril.

Depois de nos termos dividido e confrontado, às vezes à beira da ruptura violenta – unidos à volta do essencial, esquecendo o acessório que nos dividiu, divide e dividirá – soubemos voltar à nossa condição de cidadãos comuns e envolver-nos na acção cívica e política, uma vez terminada, voluntariamente, a nossa intervenção política directa, enquanto militares de Abril, rejeitando a ideia de quaisquer benesses, exigindo apenas a condição de cidadão, com todos os deveres e direitos que a todos são inerentes. Mas não desejando, e repudiando mesmo, alhear-nos das nossas responsabilidades de principais protagonistas do acto libertador do 25 de Abril, que continuamos a assumir com enorme honra, como acto que levou à construção de um Portugal melhor, de que muito nos orgulhamos.

É por tudo isso que, enquanto principal responsável da Associação 25 de Abril, ao longo dos seus 41 anos de existência, sinto verdadeira

**AO EVOCARMOS
OS 50 ANOS
DO 25 DE ABRIL,
NÃO POSSO DEIXAR
DE ENALTECER
A NOSSA DECISÃO
EM FUNDARMOS
A ASSOCIAÇÃO
25 DE ABRIL,
EM QUE ESTIVERAM
ENVOLVIDOS
MAIS DE 90%
DOS MILITARES
DE ABRIL**

satisfação – e algum orgulho, tenho de reconhecer – pela forma como, em conjunto, temos desempenhado o papel de cidadãos portugueses, quer nas nossas acções pessoais, quer em nome da Associação 25 de Abril. Com a particularidade de, em conformidade com o que sempre defendemos e praticámos, o fazer em conjunto com cidadãos não militares, mas de Abril. Outra posição não podíamos ter, nós que sempre assumimos que o 25 de Abril não nos pertence, pois é de todos os portugueses!

Continuamos decididos a prosseguir a luta por esses objectivos, com a determinação com que



Histórias de um Povo sem rosto. Foto gentilmente cedida pelo município da Figueira da Foz

protagonizámos Abril, na sua concepção, conspiração, organização, concretização e consolidação. Por isso, na evocação dos 50 anos do 25 de Abril, comemoramos essa gesta libertadora, única na História universal, relembramos os objectivos alcançados, evocamos os percalços que tivemos de ultrapassar, mas afirmamos também a nossa determinação em continuar a luta pela manutenção e aprofundamento na nossa sociedade dos valores de Abril, os valores da liberdade, da paz, da democracia e da construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Assim não nos falte a força e a coragem! Porque será a melhor homenagem que poderemos prestar aos nossos camaradas e companheiros de Abril que já nos deixaram fisicamente. Que aqui recordamos, com muita saudade.

Abraços amigos e de Abril, com um grito de **"ABRIL, SEMPRE!"**

* Capitão de Abril, presidente da Direcção da A25A





ABRIL 50 ANOS

VIVÊNCIAS

REVOLUÇÃO PRECURSORA E PIONEIRA

O que o 25 de Abril nos ensinou é que há uma outra dimensão das coisas.
E que a alma de um país pode ser maior que o seu tamanho.

MANUEL ALEGRE*

LIBERDADE FEITA DIA - assim chamou Eduardo Lourenço ao dia da liberdade. Cinquenta anos depois, o 25 de Abril tornou-se, por assim dizer, o dia a dia. É a liberdade de cada dia. Mesmo para aqueles que não sabem o que foi o 25 de Abril. Ou para aqueles que não gostam dele e o caluniam. Ou para os que, sem o pôr frontalmente em causa, tudo fazem para que pouco a pouco seja esquecido, minimizado ou deturpado.

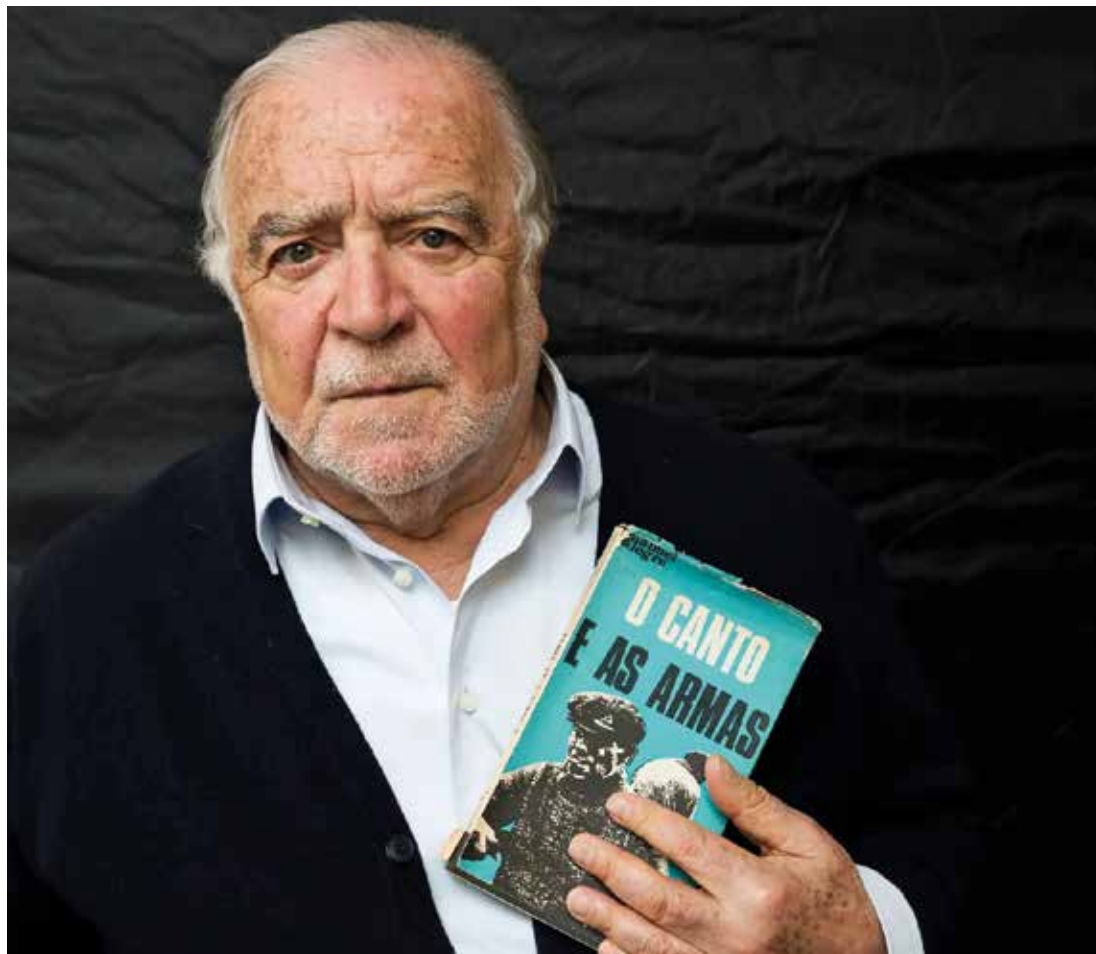
Por isso, todos aqueles que fazem de conta que este é um dia como os outros estão, sem o saber, a comemorar o 25 de Abril. Todos aqueles que disserem mal da revolução dos cravos estão, sem querer, a prestar uma homenagem ao 25 de Abril. Porque foi o 25 de Abril que restituiu a todos os portugueses, mesmo àqueles que são contra ele, o direito de viver sem medo, de falar sem medo e, sobretudo, a liberdade de discordar sem medo.

E mesmo que o imaginário *abrilista* não esteja

na moda, mesmo que os valores dominantes não sejam propriamente os da revolução de Abril, mesmo aí se manifesta a sua superioridade. Porque sendo uma revolução vencedora, não substituiu uma propaganda por outra propaganda, nem uma cultura oficial por outra cultura oficial, nem uma mitologia por outra mitologia.

Outros regimes criaram os seus monumentos, os seus mitos, os seus símbolos. A revolução liberal, a revolução republicana, o Estado Novo, a quem ninguém me verá chamar regime anterior, porque foi, como se sabe, uma ditadura de tipo fascista, copiada do modelo mussoliniano, simpatizante do regime nazi, com muitas taras e tiques próprios desses regimes totalitários, desde a polícia política e do campo de concentração do Tarrafal à própria saudação fascista obrigatória nos anos quarenta.

O 25 de Abril, apesar de ser a matriz fundadora do regime democrático, não só não construiu a



António Pedro Ferreira, Lusa

'O Canto e as Armas' (1967), uma das obras de Manuel Alegre, apreendido pelas autoridades antes do 25 de Abril, mas com grande circulação nos meios intelectuais.

sua própria mitologia, como ao sol da sua liberdade tem sido possível falsear a História, branquear o passado e promover, contra a cultura da memória, a cultura do esquecimento.

Mas até aí, até mesmo quando parece que está

a perder, é o 25 de Abril que está a tornar-se vencedor.

Porque havia em Portugal um pensamento único - e hoje não. Havia o dogma - e hoje não.

Havia um sistema construído para impor uma

visão única, uma verdade única ou, se preferirem, uma mentira institucionalizada. E hoje não. Hoje não é possível.

Por isso, mesmo que por vezes pareça que os velhos fantasmas estão a renascer, mesmo que por vezes se consiga falsificar a História, mesmo que por vezes se tenha chegado ao ponto de ofender um herói do 25 de Abril, é sempre possível repôr a verdade e é sempre possível reparar a injustiça, como fez o Governo ao conceder à viúva de Salgueiro Maia a pensão vitalícia, que lhe tinha sido recusada e atribuída a dois agentes da Pide.

A FORÇA DO 25 DE ABRIL

Antes do 25 de Abril, não se podia discutir. Agora pode. Antes do 25 de Abril, não se podia responder à mentira. Agora pode. Essa é a força do 25 de Abril. Essa é a diferença do 25 de Abril. Essa é a superioridade moral do 25 de Abril. E por isso essa é a vitória do 25 de Abril, mesmo quando momentaneamente parece que está a ser derrotado. Não está. Porque o 25 de Abril é liberdade. Liberdade de dele próprio discordar. Mas também liberdade de o celebrar e afirmar sem inibições nem complexos. E também sem sectarismos nem apropriações abusivas.

Porque se o 25 de Abril é incompatível com um pensamento único, também o é com qualquer tentativa de privatização ou apropriação exclusivista. É inútil reescrever a História ao sabor das conveniências tácticas do momento ou de meras jogadas pessoais.

Não se pode exigir que as novas gerações vivam o 25 de Abril como aqueles que sofreram a di-

**PORQUE FOI
O 25 DE ABRIL
QUE RESTITUIU
A TODOS OS PORTUGUESES,
MESMO ÀQUELES
QUE SÃO CONTRA ELE,
O DIREITO DE VIVER
SEM MEDO,
DE FALAR SEM MEDO
E, SOBRETUDO,
A LIBERDADE
DE DISCORDAR SEM MEDO**

tadura e a ela se opuseram. Para os que nasceram depois, o 25 de Abril já faz de certo modo parte deles, é quase como ar que respiram. Talvez não sintam a necessidade de o comemorar como as mulheres e os homens da minha geração, para quem o 25 de Abril continua a ser e será sempre o dia mais belo das nossas vidas. Mas passados 50 anos, é tempo de o 25 de Abril deixar de ser uma revolução envergonhada da sua própria vitória. É tempo de os *abrilistas* responderem sem complexos aos revisionistas da História e aos detractores de Abril.

É sobretudo tempo de a democracia portuguesa cumprir uma das principais obrigações, que é a de assumir com clareza a sua matriz fundadora e a de fazer a pedagogia dos seus próprios valores. Por isso me parece necessário tirar o 25 de Abril de uma espécie de clandestinidade a que durante um certo tempo foi constrangido.



Foto gentilmente cedida pela Câmara de Freixo de Espada à Cinta

É também por aí que passa a reabilitação da política e a reconstrução da esperança.

Claro que os tempos são outros e outros os valores. Caiu o muro, ruíram os modelos, anunciou-se o fim da História, substituiu-se a teologia da revolução pela teologia do mercado. A poesia já não está nas ruas, como nesse tempo em que, como costuma também dizer Sophia de Mello Breyner, *“as pessoas não se empurravam umas às outras”*.

Este é um tempo de empurrão. No sentido

literal e em sentido metafórico. O dom de si, que alguns levaram até ao extremo, deu lugar à competição feroz. Fala-se muito de solidariedade. Mas nas ruas, nos locais de trabalho, nas escolas, na política, no jornalismo, na vida, anda quase toda a gente a empurrar toda a gente. Essa é que é talvez a maior derrota do 25 de Abril, que não foi só uma festa de liberdade, foi também uma promessa de fraternidade.

Por isso, não numa perspectiva passadista, mas com os olhos postos no futuro, seria im-

portante recuperar e reinventar um pouco do espírito dessa revolução precursora e pioneira. Revolução precursora, porque, como disse Samuel Huntington, o 25 de Abril inaugurou no mundo uma nova era democrática.

Revolução pioneira, porque apesar de todos os desvios e tentações que nela tentaram enxertar, mostrou ao mundo que era possível passar de uma ditadura para a democracia sem cair numa nova ditadura. Foi essa experiência triunfante que abriu caminho às transições democráticas na Espanha e na Grécia, no Brasil e em outros países da América Latina. E mais tarde serviu ainda de exemplo e inspiração a países africanos e do leste europeu.

Revolução original porque os Capitães de Abril não guardaram poder para si. Fiéis à palavra dada devolveram-no ao povo através de eleições livres e democráticas.

O 25 de Abril tornou Portugal muito maior do que o seu pequeno espaço físico. Libertou o povo português, permitiu o nascimento de novas pátrias de língua oficial portuguesa, tornou-se centro de atenção, de estudo e reflexão sobre o processo de transição para a democracia. Ao contrário do que afirmam os seus detractores, o 25 de Abril não diminuiu Portugal; acrescentou Portugal. Acrescentou Portugal da sua liberdade e da sua dignidade. E da emergência de novas nações com as quais se estabeleceram novos laços de cooperação e fraternidade.

O ESPÍRITO DO 25 DE ABRIL

Essa dimensão universalista não pode ser esquecida. E por isso não podemos aceitar que

**ANTES DO 25 DE ABRIL,
NÃO SE PODIA DISCUTIR.
AGORA PODE.**

**ANTES DO 25 DE ABRIL,
NÃO SE PODIA RESPONDER
À MENTIRA.**

AGORA PODE.

**ESSA É A FORÇA
DO 25 DE ABRIL.**

**ESSA É A DIFERENÇA
DO 25 DE ABRIL.**

**ESSA É A SUPERIORIDADE
MORAL DO 25 DE ABRIL**

Portugal volte a ser aquele “país quietinho”, de que falava Teixeira de Pascoaes. E por isso é preciso recuperar um certo espírito do 25 de Abril, que não foi só precursor e pioneiro do que aconteceu mas do que ainda não aconteceu. Não no sentido de voltar às utopias irrealizáveis, embora eu pense, como um grande revolucionário que conheci, que, às vezes, “*devemos ser realistas, isto é - exigir o impossível*”. Mas o que ainda não aconteceu foi ousar o possível. E ousar o possível é não aceitar, sob o pretexto da chamada mundialização, uma ordem económica única, um pensamento único, um sentido único.

Porque isso é também uma forma de colonialismo e totalitarismo. O colonialismo imposto pela lógica do mais forte. Segundo Edward Gol-

dsmith, fundador da revista *The Ecologist*, este novo colonialismo das empresas multinacionais corre o risco de tornar-se o mais impúdico e brutal que jamais se viu.

Mas há também o risco do totalitarismo em que a divinização do mercado se substitua à absolutização da burocracia do Estado. Aliás, segundo o mesmo autor, *as transacções mundiais operam-se cada vez mais entre as multinacionais e as suas filiais. Não se trata de um comércio verdadeiro, mas do produto de uma planificação privada centralizada à escala do planeta.* Para Paul Enkins, economista britânico, as multinacionais tornaram-se *zonas gigantes de planificação burocrática no seio de uma economia dita, aliás, de mercado.*

Como se vê, são várias as vias para o *Big Brother*. E se um sistema ruiu, não podemos deixar de interrogar-nos, com Frédéric Clairmont, *sobre a gestão pretensamente eficaz assegurada pelo outro, quando é certo que ele enriquece os ricos e empobrece a grande massa da humanidade.* Se o sistema soviético criou o Goulag político, o neo-liberalismo está a criar um Goulag económico.

A crise actual, resultado da falência de um sistema e da crise estrutural de outro, exige uma nova lógica na economia, outra dimensão na política, outra perspectiva global que tenha o homem como razão de ser.

Ousar o possível é ousar esse novo humanismo. Ousar o possível é fazer ouvir a nossa voz, como ultimamente tem acontecido, para que a uma visão monetarista se contraponha a perspectiva de uma Europa mais social, mais democrática

**REVOLUÇÃO ORIGINAL
PORQUE OS CAPITÃES
DE ABRIL
NÃO GUARDARAM
PODER PARA SI.
FIÉIS À PALAVRA
DADA DEVOLVERAM-NO
AO POVO ATRAVÉS
DE ELEIÇÕES LIVRES
E DEMOCRÁTICAS**

e mais participada. Como disseram cidadãos franceses nas ruas de Paris, *o que está em causa na Europa é um modelo de civilização.* Como eles, nós, portugueses, também não somos anglo-saxónicos. Como eles, não queremos uma Europa ultra financeira por cima dos direitos sociais que são conquistas da civilização.

Ousar o possível é não esquecer o outro lado de nós mesmos: o Brasil, a África, Timor, a parte do mundo que fala português e as comunidades espalhadas pelo globo.

OUTROS SÃO OS TEMPOS

Nestes últimos anos a revolução tecnológica abriu novos horizontes. E o sistema económico dominante modificou a tradicional unidade entre o trabalhador e o local de trabalho, a relação

do homem com a cidade, a própria relação da família e das pessoas entre si. Culturas, costumes, tradições, laços foram destruídos. Outros o serão, se entretanto a lógica dominante não for invertida. Ora isso é o que ainda não aconteceu. E é o que inevitavelmente terá de acontecer, sob pena de o desemprego estrutural, a exclusão e a acumulação das tensões poder conduzir a situações explosivas, de saída imprevisível.

A crise da chamada “melancolia democrática”, traduzida pela indiferença e a descrença perante a política, não se resolverá apenas com reformas institucionais e eleitorais, por muito necessárias que sejam. Só se resolverá voltando a dar à política uma dimensão humanista e uma perspectiva de transformação do mundo e da sociedade.

Era esse o projecto do 25 de Abril. E por isso digo que ele foi precursor não só do que aconteceu mas do que ainda não aconteceu.

Por isso, aqui e na Europa, os socialistas têm a pesada responsabilidade de relançar a esquerda e de dar uma nova resposta, à escala do continente, aos gravíssimos problemas sociais que são fruto da colonização da Europa pelo ultraliberalismo. Aqui e na Europa é pela esquerda que tem de se dar corpo à esperança de voltar a fazer da política, não apenas a gestão do que está, mas um instrumento de mudança e transformação da sociedade e da vida.

Por muito difícil que seja. Por muito estreita que seja a margem de decisão. Por muito pequeno que seja o nosso país em relação aos grandes do mundo.



Armando Isaac

Desfilando na Avenida da Liberdade, 2023

O que o 25 de Abril nos ensinou é que há uma outra dimensão das coisas. E que a alma de um país pode ser maior que o seu tamanho. Porque é esse o tamanho que precisamos de voltar a ter: o tamanho, como dizia Natália Correia, da nossa “**alma transportuguesa**”. Que é, ao fim e ao cabo, o tamanho e o espírito do 25 de Abril.

* Poeta, político, Prémio Pessoa e Prémio Camões

ABRIL

A DUAS VOZES

O então tenente Cláudio encontrava-se de serviço no interior do quartel do Carmo, no dia 25 de Abril de 1974. No exterior, a companheira, Florinda, grávida de seis meses, ouvia na rádio que aquele local era considerado hostil à revolução, podendo ser atacado a qualquer momento pelas forças libertadoras de Salgueiro Maia. Florinda temeu conceber um filho com o pai já morto. Dois testemunhos históricos e emocionantes.

FLORINDA GRAVE* E CLÁUDIO CHARTIER MARTINS**

FLORINDA GRAVE (FG) – Em Queluz, o telefone tocou de madrugada. Estremunhada, ouvi o Cláudio a tentar tranquilizar o seu excitado interlocutor dizendo qualquer coisa como “Ouve, hão de ser manobras militares... sim, não te preocupes, vai dormir. Já viste as horas?!...” E para mim: “E tu dorme também, não é nada, sabes como é a imaginação do Bandeira. Ouviu qualquer coisa sobre uns veículos militares na rua e ligou para o primeiro amigo militar de quem se lembrou”. Grávida de quase seis meses, voltei a enroscar-me e devo ter adormecido no minuto seguinte... para ser acordada, novamente, pelo insistente som do telefone.

Ordens expressas da hierarquia militar: “Tenho de me apresentar no quartel imediatamente, entrámos em prevenção”. E aí vamos nós para Lisboa, madrugada alta. No viaduto Duarte Pacheco cruzámo-nos com uma coluna militar que seguia em sentido oposto. O quartel da GNR em Santa Bárbara, situado junto à casa dos meus pais, tinha, para grande espanto meu, um dispositivo de segurança exterior significativo: militares com metralhadoras rodeando o portão e vigiando as ruas circundantes. Espantada e um pouco apreensiva, despedi-me do Cláudio à porta do prédio em que moravam; ele seguiu para o quartel do Carmo,



Alvaro e José Tavares

Florinda: Deixei-me envolver pelo clima de festa coletiva que gradualmente tomava conta da cidade e do País.

Comando-Geral da GNR, onde deveria apresentar-se, e eu entrei em casa dos meus pais, sem os despertar, e fui estender-me no sofá a fazer horas para ir trabalhar. O meu pai, que entretanto se levantara e que, apesar dos seus 78 anos, fora trabalhar (sim, porque a reforma aos 65 anos foi uma das muitas conquistas de Abril; durante a ditadura trabalhava-se enquan-

to se podia e as pensões eram uma miséria), regressou a casa, agitado, a dizer que lá fora estava uma confusão, pessoas a falarem de revolução, de golpe de Estado, de militares na rua e as rádios não diziam nada, só transmitiam marchas militares, e que achava prudente ficar em casa até perceber o que se estava a passar. Do alto dos meus 21 anos, decidi que iria traba-

lhar e, contra a vontade dos meus pais, lá fui eu e a minha barriga “grandota” apanhar o Metro para o Rossio.

CLÁUDIO CHARTIER MARTINS (CCM) –

Naquela data, era tenente miliciano de cavalaria do Centro de Instrução, a prestar serviço, em diligência, na chefia de finanças do Comando-Geral da GNR. Ia já no quarto contrato de trabalho, de três anos cada, e ia fazer dez anos no posto de tenente.

Nesse inesquecível dia, dormia tranquilamente em casa, quando fui acordado, pelas 4h00 da manhã, com o telefonema de um amigo que me alertou para o movimento incomum de tropas em Lisboa e, nem meia hora depois, tocou novamente o telefone e era o oficial de dia ao Comando-Geral, comunicando-me que estávamos em prevenção rigorosa e devia apresentar-me o mais rapidamente possível.

E aí vamos, eu e a minha companheira (que preferiu ir para casa dos pais e depois apanhar o Metro para a Baixa do que ter de percorrer a pé os quase três quilómetros entre a nossa casa e a estação de comboios) aceleradamente para Lisboa. Chegado ao Largo do Carmo, e porque a prevenção rigorosa já não me permitiu entrar e estacionar o meu carro dentro do quartel, como habitualmente, estacionei-o no largo, onde, à época, o estacionamento era permitido, e entrei a pé. Claro que, com a chegada dos militares comandados por Salgueiro Maia, o povo não resistiu a trepar para cima de tudo o que lhe permitisse ver melhor o que estava a passar e, como se imagina, os

tejadilhos das viaturas ali estacionadas foram um dos pontos altos de fácil acesso e o meu carro, novinho e lustroso, ficou com o tejadilho bastante amolgado, mas, mesmo naquela altura, considerei que era um dano colateral por uma boa causa!

No interior do quartel já se encontrava o Presidente do Conselho e outras individualidades do regime (reconheci o almirante Henrique Tenreiro e o ministro Rui Patrício) e constava que tinham sido para ali conduzidos por elementos da Direção-Geral de Segurança, ex-PIDE.

Apesar de o ambiente dentro do quartel ser de tensão e perplexidade (nenhum de nós podia, verdadeiramente, saber qual seria o desfecho), nunca pensei no pior e sempre estive calmo e convicto de que o regime chegara ao fim, após milhares de mortos, feridos e estropiados numa guerra sem sentido, em três frentes (Angola, Moçambique e Guiné). Abro aqui um parêntese para recordar que estava eu em comissão militar, em Moçambique, quando soube que o melhor amigo e colega de liceu do 1.º aos 7.º anos, o alferes do Quadro Permanente, Casimiro Augusto Teixeira, tinha sido morto, em Angola, no dia 1 de janeiro de 1962. O choque da notícia da sua morte foi indelevelmente marcado pela certeza de que um homem bom tinha morrido inutilmente na flor da vida.

FG – Faltavam poucos minutos para as 9h00, quando emergi da escada do Metro que ficava ao lado da pastelaria Suíça, no Rossio. A primeira coisa que vi foi grupos de pessoas - mulheres e homens - conversando com alguma

agitação, o que não me impressionou, porque desde o ano anterior havia periodicamente tumultos na Baixa de Lisboa, muito por conta dos bancários e seus movimentos reivindicativos. Lembro-me bem do tristemente célebre comandante da polícia de choque do fascismo a quem, poucos meses antes, eu tinha visto, no no Rossio, por volta das 3h00 da tarde, fardado, appear-se de um táxi, no início da Rua do Ouro, sacar a arma do coldre, ao melhor estilo dum pistoleiro do Oeste selvagem, e dar um tiro para o ar. De imediato, agentes da PIDE surgiram de todos os lados numa correria – a que se juntaram polícias fardados, saídos de uma carrinha escura estacionada junto à loja do Diário de Notícias – e lá foram eles, desenfreados, perseguir as pessoas, julgo que bancários, “varrendo” á cassetetada quem tinha o azar de se cruzar com eles. Como é que eu sei que eram da PIDE? Ah, fiquem a saber que os pides da base da estrutura eram muito fáceis de identificar, porque, embora vestidos à civil, usavam invariavelmente casacos talvez dois números acima do que seria normal, de tecidos grosseiros e o seu braço esquerdo tinha um aspeto mais grosso e mais rígido. Porquê? Porque era ali que escondiam um cassetete maior do que os atribuídos aos polícias de giro, e usavam-no a torto e a direito sobre a população indefesa, como pude testemunhar diversas vezes. A mais horrenda terá sido quando, adolescente, regressava da escola no “elétrico 19” (Arco do Cego-Alcântara) e entrou um homem idoso e muito bêbado, um daqueles típicos pinguços de Lisboa, que, depois de se sentar

**A SITUAÇÃO PIOROU
QUANDO O PESSOAL
COMANDADO
POR SALGUEIRO MAIA
ABRIU FOGO REAL
GENERALIZADO CONTRA
O QUARTEL, PARA GRANDE
AFLIÇÃO DAS FAMÍLIAS
DOS MILITARES
QUE NUNCA TINHAM
ASSISTIDO A NADA
SEMELHANTE**

e arrotar com estrondo, disse: “Viva a República!”, expressão para mim sem qualquer significado, já que, desde 1910, Portugal era uma República. Mas, mal o desgraçado pronunciou o “viva”, dois homens de manga esquerda gor-da sacaram dos cassetetes e atacaram o pobre homem sem dó nem piedade, arrastando-o pelos cabelos enquanto o outro o pontapeava. Depois, com o elétrico ainda em andamento, arremessaram-no para a Rua e, não satisfeitos, saltaram também, para prosseguirem com a selvática agressão.

Como desde 1972 trabalhava numa loja de fotografia e cinema da Rua de São Nicolau e os bancos Totta & Açores e Português do Atlântico ficavam a poucos passos da nossa porta, assisti em direto a cargas policiais brutais e a cenas inacreditáveis, como quando polícias e pides tentaram arrombar a porta traseira do Totta &

Açores, que dava para a Rua dos Sapateiros, a menos de 50 metros de uma das portas da loja, para apanhar alguém que ali se refugiara. De repente, vê-se a ser lançada do último piso do banco uma máquina de escrever, daquelas enormes, que acabou por se espatifar fragorosamente no chão, mesmo junto aos pés dos policiais e dos pides, que, prudentemente, saíram dali de fininho. Pelo menos naquele dia, não voltaram. Mas, em Fevereiro ou Março de 74, registaram-se novos tumultos na rua. Perante o tropel de corridas e gritos eu, já grávida, um dia, abeir-me da loja para tentar perceber o que se passava e fui surpreendida com uma cassetetada na nuca, desferida por um pide em desvairada correria e, só não caí redonda, porque um dos meus colegas teve o reflexo de me puxar para dentro e fechar a porta. Era frequente os pides (que sempre se identificavam para pedir descontos que ninguém ousava recusar) virem à loja revelar fotografias e depois mandar fazer provas de algumas. Nunca esquecerei o dia em que um deles entrou acompanhado pelo filho – um garoto que nem 10 anos teria – e, quando pousou no balcão as fotografias que viera buscar, o miúdo pegou nelas e arregalou os olhos perante as fotos tipo passe de um civil com a cara toda rebentada - lábios, sobrolhos, um olho fechado, crosta de sangue seco - e perguntou com a sua vozinha infantil o que era aquilo. E o pai respondeu, com um sorriso, satisfeito: “Isto foi o pai que fez!”. O garoto, coitado, emudeceu e eu esforcei-me por manter o rosto impassível, enquanto, no fundo do meu coração, amaldiçoava o estupor.

**POR FIM,
LÁ O LEVARAM
NUMA CHAIMITE
E, APÓS A SUA SAÍDA
E A DOS OUTROS
PERSONAGENS
QUE COM ELE ALI
SE TINHAM REFUGIADO,
A SITUAÇÃO COMEÇOU
GRADUALMENTE
A ACALMAR NO QUARTEL
DO CARMO**

Fechando o parêntese e regressando ao dia 25 de Abril, cheguei ao Rossio, perto das 9h00, a caminho da Rua Augusta e, de súbito, apercebi-me de que, bem diante do meu nariz, lentamente, subia a rua um imponente carro de combate munido de um longo canhão (creio que se tratava de um M47) e que se deteve ao lado da então Loja das Meias. Nesse momento, tive a certeza de que alguma coisa realmente séria estava a acontecer. Olhando, atônita, aquele monstro metálico, cujos ocupantes não se viam, ocorreram-me as imagens que passavam na televisão sobre tanques a circular nas ruas de Santiago do Chile, quando Pinochet tomou o poder, naquele 11 de Setembro sangrento, poucos meses antes. E temi por mim, pela criança a crescer no meu ventre, pelo meu companheiro, àquela hora já no quartel, sabia lá eu em que circunstâncias...

CCM – Voltando ao dia 25 de Abril, fui escalado durante a hora de almoço para comandar o pelotão do pessoal escriturário, que se encontrava no lado sul para defesa do pessoal civil, familiares de militares, que viviam em modestas casas de função dentro do perímetro. No corpo principal do Comando-Geral, havia também algumas moradias atribuídas a oficiais, cujas famílias, obviamente, também viveram o 25 de Abril lá dentro.

A situação piorou, quando o pessoal comandado por Salgueiro Maia abriu fogo real generalizado contra o quartel, para grande aflição das famílias dos militares que nunca tinham assistido a nada semelhante. O som dos tiros contra a fachada do edifício e o assobiar das balas são uma memória ainda nítida na minha cabeça. Como curiosidade, digo-vos que tenho guardados, religiosamente, pedaços de chumbo que consegui extrair das ombreiras da janela do gabinete onde trabalhava.

Além do pessoal escriturário, havia, nessa altura, no Carmo, uma companhia operacional comandada por oficiais milicianos (um capitão e quatro tenentes) e não era crível que alguém respondesse ao fogo do exército, porque a GNR era uma força militar cuja divisa é “Pela Lei e Pela Grei” e, estando a Grei, ou seja, o povo, clara e totalmente, do lado dos militares que cercavam o quartel, seria impensável qualquer tentativa de defender o que cada vez mais se afigurava indefensável – embora, verdade seja dita, tenha visto com os meus próprios olhos passar um cunhete de granadas defensivas

**O PRIMEIRO 1.º DE MAIO
EM LIBERDADE
FOI UMA VIVÊNCIA
TÃO MARCANTE
QUE NÃO CABE
EM PALAVRAS
– AS PESSOAS ANDAVAM
NAS RUAS DOIDAS
DE ALEGRIA,
A OFERECER FLORES
E A ABRAÇAR ESTRANHOS
COMO SE FOSSEM IRMÃOS
REGRESSADOS DA GUERRA**

e consegui que o mesmo ficasse ao fundo da escada de acesso à sala Afonso Botelho. Felizmente, tudo se resolveu sem utilização deste meio mortífero e sem derramamento de sangue. Mas poderia ter sido uma hecatombe e, por calmos e objetivos que os militares da GNR se esforçassem por permanecer, todos estavam apreensivos com o que poderia suceder-lhes e com o impacto que um desfecho funesto poderia ter nas suas famílias. Tinha a minha companheira grávida de seis meses e perguntava-me onde e como estaria quando a criança nascesse.

FG – Na loja onde trabalhava, os rostos revelavam um misto de apreensão e euforia, mas ninguém conseguia perceber o que realmente estava a acontecer, e o patrão, um militar na reserva que fizera a campanha da Índia, ligou a mandar-nos fechar a porta e ir para casa o



Alvaro e José Tavares

No Quartel do Carmo, em Lisboa, viveram-se os momentos mais tensos

quanto antes. Regressei a casa dos meus pais e, como a rádio continuava a dar só marchas militares, desligámos o aparelho. Voltámos a ligá-lo às 15h00, para tentar ouvir notícias e foi quando ficámos a saber que as tropas da GNR eram consideradas hostis e que o Quartel do Carmo, onde membros do Governo se tinham refugiado, seria bombardeado, caso se não rendessem. Fiquei muda a olhar o aparelho, o mundo a ruir aos meus pés perante a ideia de que o meu filho talvez nascesse sem pai. A minha mãe mudou de cor e o meu pai disse apenas: “Estamos aqui”.

CCM – Nesse dia e nos seguintes, todos os militares da GNR ficaram confinados ao quartel, sem permissão de abandonar as instalações. Quem tinha uma muda de roupa no seu cacifo ainda foi trocando, quem não tinha teve de se aguentar... Ainda no dia 25, jantei na messe com o comandante do Esquadrão de Estremoz (RC3), que comandava o seu pessoal no cerco ao Carmo – convidei-o para a minha mesa, por ter sido a minha primeira unidade depois do Curso de Oficiais Milicianos (COM), em Santarém. Na manhã seguinte, apareceu o major Campos Andrada (servimos juntos, como su-

balternos, em Moçambique) que, depois de tomar o pequeno-almoço comigo, saiu para ir ajudar no cerco à PIDE, onde, lamentavelmente, houve mortos, no dia anterior.

Naquelas horas estranhas, houve situações insólitas como ter constado durante o dia 25 que, perante os gritos da multidão que exigia que lhe fosse entregue Marcelo Caetano, um oficial da GNR se voluntariou para acompanhar o Presidente do Conselho e o inspector que o acompanhava para lhe organizar a fuga através de uns telhados que davam para umas casas que tinham ligação à Rua 1.º de Dezembro, e Marcelo Caetano terá recusado, declarando que o Presidente do Conselho de Portugal não andava pelos telhados... Conheço bem o local, por ter feito vários serviços de oficial de dia ao Comando-Geral, e embora para um militar fosse fácil escapar por ali, julgo que, se ele tivesse arriscado, não conseguiria safar-se, até porque já não era jovem, nem parecia em grande forma física. Por fim, lá o levaram numa Chaimite e, após a sua saída e a dos outros personagens que com ele ali se tinham refugiado, a situação começou gradualmente a acalmar no Quartel do Carmo. Tive a honra de servir na Guarda Nacional Republicana (GNR) entre 1965 e 2000 e considero-me privilegiado por ter vivido no seu Comando-Geral estes dias incríveis e por ter podido assistir, na primeira linha, à instauração da democracia em Portugal.

FG – Na manhã seguinte, para enorme alívio meu e dos meus pais, o Cláudio ligou a dizer que estava bem e que iria buscar-me, quando

**EU E O CLÁUDIO
SEGUIMOS, DESDE 1990,
CAMINHOS SEPARADOS.
MAS MANTIVEMOS
EM COMUM ALGUMAS
DAS COISAS
MAIS IMPORTANTES
DAS NOSSAS VIDAS:
O DE SERMOS ATÉ HOJE
SÓCIOS DA A25A**

fosse possível. Passadas as horas de incerteza inicial, deixei-me envolver pelo clima de festa coletiva que gradualmente tomava conta da cidade e do País. Pela televisão a preto e branco e sem telemóveis, nem nada que acelerasse a comunicação entre as pessoas, íamos acompanhando com emoção crescente as notícias que iam consolidando a certeza de que a Revolução dos Cravos era uma realidade e que diante de nós se abria um futuro luminoso e pleno de esperança. Enquanto povo, vivemos nesses dias, pacificamente, os conceitos de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, instaurados dois séculos antes, em França, com sangue e terror. O primeiro 1.º de Maio em liberdade foi uma vivência tão marcante que não cabe em palavras – as pessoas andavam nas ruas doidas de alegria, a oferecer flores e a abraçar estranhos, como se fossem irmãos regressados da guerra e como, naquela altura, pouca gente tinha qualquer consciência política, o que se celebrou foi a festa da Vida em Liberdade e Democracia,

sem quaisquer agendas ou interesses partidários. E foi um dia lindo, tão lindo que, cinquenta anos passados, nunca houve um dia mais bonito e emocionante!

Devo ao 25 de Abril e aos seus obreiros muitas coisas que verdadeiramente mudaram a minha vida: desde logo, a liberdade de poder expressar livremente as minhas ideias; o direito de voto, até essa altura inacessível à maior parte das mulheres; depois, ter podido casar com o pai da minha filha (que, tendo sido anteriormente casado pela igreja não poderia casar-se de novo, não fora a lei da Concordata ter sido revogada no pós-25 de Abril) livrando a minha filha de ser filha de mãe solteira, o que, nos anos 70, era sem dúvida um estigma.

Em jeito de epílogo, diremos que eu e o Cláudio seguimos, desde 1990, caminhos separa-

dos. Mas mantivemos em comum algumas das coisas mais importantes das nossas vidas: o de sermos até hoje sócios da A25A; o privilégio de sermos os pais da Raquel, uma filha de Abril educada nos valores que Abril nos trouxe e que ela transmitiu à sua filha Bárbara, nossa única neta. Tanto assim, que hoje ambas são académica e profissionalmente comprometidas com atividades em prol de pessoas socialmente fragilizadas; mantermos intactos, ao longo de mais de meio século o respeito e a amizade; e, 'last but not least', partilharmos as memórias e vivências de um período da nossa História que foi para ambos, enquanto seres humanos e cidadãos, verdadeiramente marcante e transformador.

* Reformada, professora de yoga para seniores em regime de voluntariado, sócia da A25A

** Coronel da GNR na reforma, sócio da A25A

OUVIMOS E LEMOS

A cidade apareceu ocupada e radiosa. Deparámos com colunas militares inundados de sol; e povo logo a seguir, muito povo, tanto que não cabia nos olhos, levas de gente saída do branco das trevas, de cinquenta anos de morte e de humilhação, correndo sem saber exatamente para onde, mas decerto para a LIBERDADE!

José Cardoso Pires

ABRIL

JOSÉ FANHA*

Havia uma lua de prata e sangue
em cada mão.

Havia um vento
que empurrava o nosso olhar
e um momento de água clara a escorrer
pelo rosto das mães cansadas.

Era Abril
que descia aos trambolhões
as ladeiras da cidade.

Abril
tingindo de perfume os hospitais
e colando um verso branco em cada farda.

Era Abril
o mês imprescindível que trazia
um sonho de bagos de romã
e o ar
a saber a framboesas.

Abril
um mês de flores concretas
colocadas na espoleta do desejo
flores pesadas de seiva e cânticos azuis
um mês de flores
um dia
um mar de flores
um mês.

Havia barcos a voltar
de parte nenhuma
em Abril
e homens que escavam a terra
em busca da vertical.

O nosso lar passou a ser a rua
nesse mês sem sono.

Era Abril
e eu soltei o sumo
das palavras
e vi
dicionários a voar
e mulheres que se despiam abraçando
a pele das oliveiras.

Era Abril
que veio
que ardeu
e que partiu.

Abril
que deixou sementes prateadas
germinando longamente
no olhar dos meninos por haver.

* Poeta, sócio da A25A



Foto gentilmente cedida pelo município do Cartaxo

Ver também o Suplemento online n.º 152-153 no sítio da A25A

UM MEMORÁVEL DESPERTAR

MARIA NATÉRCIA CONSTÂNCIO SILVA

A autora, com *Um Memorável Despertar*, faz um relato emotivo da passagem dos carros de combate pela sua rua: “Durou mais de uma hora o assustador cortejo e quando terminou, o silêncio completo das ruas desertas pressagiava o que tínhamos”. Na rádio passavam marchas militares em todas as estações. Três mulheres, Natércia, a mãe e a criada viveram momentos dramáti-

cos, perscrutando as ruas desertas e as varandas vazias. Juntaram-se-lhes, entretanto, duas vizinhas. As cinco mulheres passaram o dia juntas, renunciando o pior: alguém à direita de Marcelo ou outro 16 de Março! Ouviram-se tiros. Deram as mãos e escutaram as palavras de Sousa Tavares no Largo do Carmo. Só ao fim da tarde perceberam que estavam a viver em Liberdade.



Alvaro e José Tavares

Naquela madrugada, a felicidade não estava no ter, nem sequer no ser, mas no fazer

A MADRUGADA DA LIBERDADE

Os militares de Abril souberam inquietar-se, porque “a liberdade é livre no momento em que agita e rompe as correntes; a liberdade é livre no momento da libertação”

ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA*

NAQUELE DIA, a madrugada acordou livre. Em poucos minutos, cheguei ao Cais de Sodré. Por ali fiquei, nas ruas de Lisboa, três ou quatro dias. Não me lembro onde dormi, nem sequer se dormi. Tinha chegado a hora. Tudo era possível. Tinha de ser já. De imediato.

Na Rua António Maria Cardoso dispararam na nossa direcção. Ao meu lado, um amigo é atingido. Tudo nos parece irreal. No Largo da Misericórdia, umas horas depois, compreendi Abril. No meio da praça, um homem ensanguentado, com as roupas rasgadas, era insultado por uma pequena multidão: “Mata. Esfola. É PIDE. É bufo”. À sua frente, um militar, apenas um, defendia o homem. Não deixava ninguém aproximar-se. Aguentou com valentia até que chegou um veículo e levou o homem. Naquele militar, estava a generosidade e a coragem de Abril.

Pouco depois, ouço Francisco Sousa Tavares, de megafone em punho, em cima de uma guarita no Quartel do Carmo. Não se ouve nada do que diz. Mas aplaudimos na mesma. A festa estava na rua. Por essa altura nascia o dia inicial inteiro e limpo, de Sophia de Mello Breyner.

Era outra vez a alegria. A convicção funda de que tudo dependia de nós. Depois? Não havia

**AQUELA MADRUGADA
ERA PERPÉTUA.
DEFINITIVA.
MAIS VALE SER INOCENTE
POR UM INSTANTE
DO QUE CÍNICO
TODA A VIDA.
SÓ HAVIA PRESENTE.
ATÉ O FUTURO
ERA PRESENTE**

depois. Apenas, agora. Aquela madrugada era perpétua. Definitiva. Mais vale ser inocente por um instante do que cínico toda a vida. Só havia presente. Até o futuro era presente.

LIBERDADE DA MADRUGADA

Abril é a coragem dos começos. Esse primeiro passo no qual, segundo Vladimir Jankélévitch, já está o caminho todo. Os militares de Abril souberam inquietar-se, porque “a liberdade é livre no momento em que agita e rompe as correntes; a liberdade é livre no momento da libertação”.

Num país de oportunidades perdidas, de possibilidades falhadas, Abril cumpriu todas as suas promessas. O resto somos nós. É connosco. Com as nossas fragilidades e incapacidades. Não se atribuam a Abril as culpas que Abril não tem. “A liberdade é sempre experimental”. Coragem é ir até ao limite das nossas possibilidades. Superação. Temos a responsabilidade de tentar. Não há liberdade perfeita. Ainda bem. A imperfeição abre espaço para a esperança.

Naquela madrugada, a felicidade não estava no ter, nem sequer no ser, mas no fazer. Importante era agir; e também imaginar. O olhar das fotografias não mente. Abril fez-se nas ruas. Não sabíamos nada. Logo, podíamos aprender tudo. Na vida, temos direito a uma madrugada. Vivi intensamente a madrugada que a vida me deu.

A LIBERDADE LIBERTADORA

O sentido da vida está na liberdade, uma liberdade que se faz com os outros. Como nos disse Jorge Sampaio, “a solidariedade não é facultativa, é um dever”. A liberdade de Abril foi mais do que livre, foi libertadora. Nesse dia, nasceu um outro tempo. Acreditámos numa história diferente, sem a fatalidade de sempre. Acreditámos que podíamos escolher, isto é, construir, um destino diferente.

A liberdade permitiu-nos a democracia. Sem sombra de dúvida. Mas não podemos ignorar que, nos últimos anos, Portugal tem descido nos indicadores comparados de democracia. Acima de tudo, pela falta de participação cívica,

**O RESTO
SOMOS NÓS.
É CONNOSCO.
COM AS NOSSAS
FRAGILIDADES
E INCAPACIDADES.
NÃO SE ATRIBUAM
A ABRIL AS CULPAS
QUE ABRIL NÃO TEM**

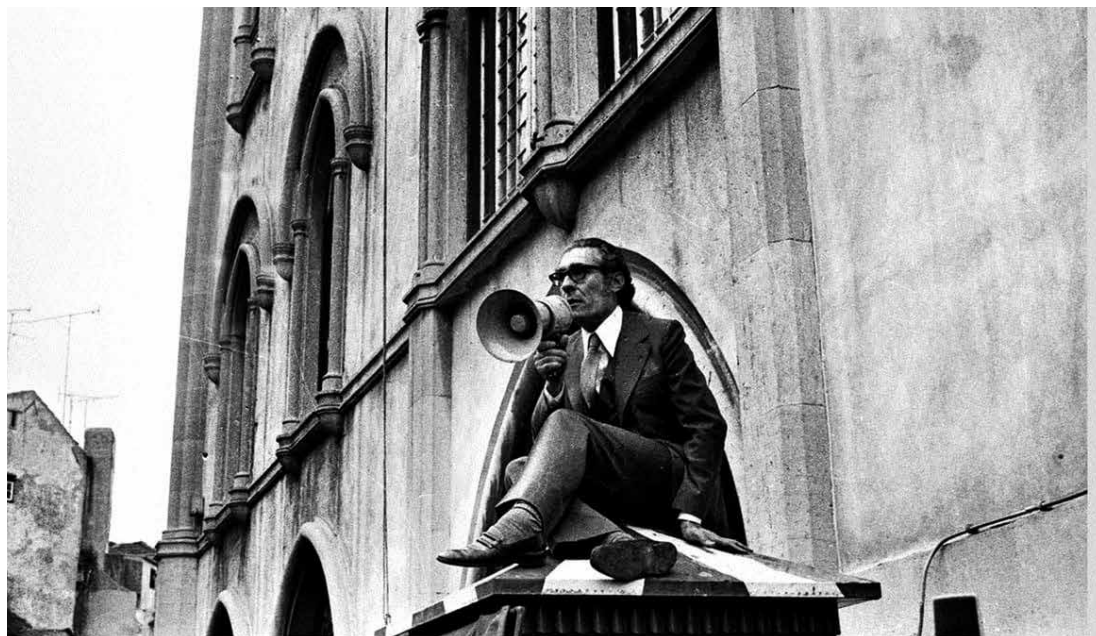
pela incapacidade de acrescentarmos a participação à democracia representativa.

A liberdade permitiu-nos o desenvolvimento. Sem sombra de dúvida. Mas não podemos ignorar que Portugal continua a revelar grandes fragilidades económicas e profundas desigualdades sociais. Parece que não conseguimos manter um rumo de continuidade que nos afaste da mediania e da pobreza.

Somos um país cansado e bloqueado, em navegação à vista, de vista curta. Um país com um problema sério de confiança nas suas instituições. Um país enredado numa teia de inércias, descrente, sem um pensamento de futuro. Precisamos de renovar a liberdade libertadora de Abril.

MEIO SÉCULO DE VIDA

“Dantes” não era melhor. No caso português, “dantes” era mesmo muito pior. Mas isso não nos impede de ver. Até ao final do século XX,



Direitos reservados

“Pouco depois, ouço Francisco Sousa Tavares, de megafone em punho, em cima de uma guarita no Quartel do Carmo. Não se ouve nada do que diz. Mas aplaudimos na mesma. A festa estava na rua. Por essa altura nascia o dia inicial inteiro e limpo, de Sophia de Mello Breyner”

soubemos promover um programa fortemente assente na ideia europeia. Depois, desde o princípio do século XXI, parecemos perdidos, incapazes da audácia e do risco das primeiras gerações de Abril.

A política tornou-se uma carreira, com ambições legítimas de poder, mas sem nenhum poder transformador. O *ramerrame* tomou conta de nós. Quando menos esperamos, logo vêm os desacertos e o país volta a desarranjar-se.

Vivemos os 50 anos de Abril com a estranha sensação do “quase”. Como se o poema de Mário de Sá-Carneiro fosse uma maldição lançada

em nome deste “povo de suicidas”, como nos chamou Miguel de Unamuno: “Quase o amor, quase o triunfo e a chama, / Quase o princípio e o fim - quase a expansão...”.

Como se fôssemos incapazes de ultrapassar o “quase”. Como se nos faltasse sempre alguma coisa. Eterno recomeço.

Que fazer? Cultivar a esperança. Libertar de novo o futuro. Abril, outra vez? Abril sempre.

* Professor catedrático, reitor honorário da Universidade de Lisboa, sócio da A25A

O MEU 25 DE ABRIL



Câmara Municipal de Setúbal - Museu de Setúbal / Convento de Jesus - Arquivo Fotográfico
Américo Ribeiro

Havia cravos nas G3, mas a situação na António Maria Cardoso ainda era bastante confusa, apesar da grande multidão que, na frente da PIDE, se avolumara. Tudo se via em direto na televisão. Em Setúbal também os militares ocuparam a sede local da PIDE/DGS

Fui para o hospital. Estava uma manhã linda de Primavera e as pessoas mostravam uma expressão entre o júbilo e a ansiedade. Seria agora?

FERNANDO ESTEVES FRANCO*

SEIS E PICO DA MANHÃ, atendo o telefone, estremunhado.

Tinha-me deitado tarde a preparar uma aula prática de Ortopedia – os Hospitais Cívicos de Lisboa tinham recebido, pela primeira vez, nesse ano, alunos do quarto ano de Medicina por Santa Maria ter excedido a sua capacidade formativa. O meu amigo de infância, Prudêncio Fernandes, oficial da Marinha, anunciava-me com grande júbilo estar uma revolução na rua. Entra na linha uma voz masculina dizendo: a Direção-Geral de Segurança informa... desligámo-nos imediatamente. Não tivemos mais possibilidade de contactar, a linha telefónica estava corrompida.

Uma revolução?! Mas que revolução? O rolo compressor do Estado Novo tinha no mês anterior esmagado a revolta das Caldas. O general Spínola tinha sido exonerado de Vice-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas tal qual o general Costa Gomes, Chefe do Estado-Maior; não tinham estado presentes na manifestação da “Brigada do Reumático” de apoio ao governo do Estado Novo.

Se as altas patentes das Forças Armadas estavam com a “Situação” só podia ser uma revolução dos ultras, capitaneada pelo general Kaúlza de Arriaga, do que tanto se falava e temia nas conversas sussurradas. Contudo, o tom dos comunicados na rádio era apaziguador, o que não

seria expectável numa expressão de autoritarismo. Mas, como saber?

Fui para o hospital. Estava uma manhã linda de Primavera e as pessoas mostravam uma expressão entre o júbilo e a ansiedade. Seria agora?

Nesta angústia ansiosa cancelei a aula. Também para aquele pequeno grupo de alunos a surpresa era grande e a ansiedade maior.

Já se ouviam marchas militares na rádio e um apelo ao pessoal de saúde para se disponibilizar nos hospitais e para a restante população se manter em casa. Com o meu colega Santos Matos fomos para o Hospital de São José. O nosso colega Pais Conde, chefe da equipa de Ortopedia nesse dia, sabiamente, disse-nos que devíamos ir para casa, para nos mantermos contactáveis telefonicamente (só havia comunicações fixas) e repousados, para a eventualidade de todos sermos poucos, se comessem a chegar numerosos feridos como seria expectável. Assim fizemos.

MOVIMENTO LIBERTADOR

Passei então o dia vendo a televisão e assistindo em direto à revolução, enquanto contactava repetidamente o Dr. Pais Conde, que me ia informando de estar tudo calmo na urgência do Hospital de São José.



Direitos reservados

Já se sabia que aquele capitão destemido se chamava Salgueiro Maia

Mas quem capitaneava a revolução? Desenhava-se ser um movimento libertador, as pessoas sentiam-no na rua, aglomeravam-se no Largo do Carmo, a fragata Vasco da Gama estava fundeada na frente do Terreiro do Paço, os tanques opunham-se na rua do Arsenal com um brigadeiro a gesticular e um capitão calmo a negociar com muita coragem e de bandeira branca empunhada. Mas quem liderava?

Já se sabia que aquele capitão destemido se chamava Salgueiro Maia e adivinhava-se que a sua serenidade era incompatível com uma acção autoritária de alguém que pretendesse continuar ou agravar o livre arbítrio, tantas vezes expresso nas cargas policiais sobre os estu-

dantes e operários e nas violentadoras prisões da PIDE, então maquilhada de DGS, sem qualquer respeito pela dignidade humana.

Os indícios de não estarem em campo os ultras vão-se avolumando. Ao ter a notícia da rendição de Marcelo Caetano ao general Spínola, que tivera o privilégio de conhecer na Guiné e testemunhar pessoalmente o seu enfado com as *Conversas em Família* de Marcelo Caetano, e autor do livro *Portugal e o Futuro*, que tanto abalara o regime, tive a certeza do pendor da revolução.

ERA 25 DE ABRIL.

Havia cravos nas G3, mas a situação na Antónia Maria Cardoso ainda era bastante confusa,

apesar da grande multidão que, na frente da PIDE, se avolumara. Tudo se via em direto na televisão.

Pela hora de jantar, o meu colega Pais Conde, que continuava na urgência do Hospital de São José, informa-me de que estão a chegar feridos ao banco da Urgência, pelo que seria agora oportuno ir ajudar. Fui buscar o meu colega Santos Matos a casa, dada a nossa responsabilidade no funcionamento do SUF (Serviço de Urgência e Fracturas, da direcção do Dr. Lino Ferreira), conforme tínhamos combinado.

Atravessámos uma Lisboa deserta, fomos direccionados para as avenidas de Berna e da República por uma brigada militar junto ao Quartel-General e auxiliámos um solitário automóvel espanhol, cujo condutor que pretendia ir para o Hotel Mundial e que estava comple-

tamente perdido junto ao Saldanha, sem ter quem o ajudasse.

A nossa missão foi operar no nosso serviço uma doente com uma fractura exposta da tibia, que tinha sido baleada pela PIDE, na rua António Maria Cardoso. Outros traumatizados foram tratados por outras equipas de banco.

Muito mais tarde, tive conhecimento de que umas quatro dezenas de feridos teriam acorrido a São José.

De madrugada, regressámos a casa, tendo tido ainda a oportunidade de ver a apresentação da Junta de Salvação Nacional presidida pelo general Spínola.

Exultámos, estava confirmado não ser a extrema-direita em acção.

Foi assim o meu 25 de Abril.

* Médico, ex-militar médico na Guiné, sócio da A25A

Ver também o Suplemento online n.º 152-153 no sítio da A25A

EDORINDO FERREIRA

No 25 de Abril, o autor era alferes-aluno da Academia Militar do curso de Engenharia Electrotécnica (Transmissões) e frequentara o IST nos anos finais do regime, vivendo de perto a agitação estudantil da época. Nesse dia foi apanhado pelas sete da manhã no comboio vindo da Amadora para Lisboa, convenientemente fardado, como todos os dias. Chegando à Baixa

apanhou boleia de camaradas para a Academia Militar, e logo ali pensou que a guerra ia acabar. Nos dias seguintes acompanhou o tenente-coronel Garcia dos Santos em várias diligências na cidade de Lisboa. Casado há pouco, a esposa viveu a revolução na Baixa, tendo subido para uma viatura blindada e festejado com os militares a chegada da Liberdade.

A BARCA

MARGARIDA CHAGAS LOPES*

Navega dolente a barca
ao sabor da brisa leve,
um rasto de espuma branca
lhe serve de cauda e leme.
Demanda porto de abrigo
e a solidão ancorada
à sombra de um cais antigo
que nunca viu alvorada.

Navega tão triste a barca
na estrada feita de rio,
entre margens esventradas
que só escondem fome e frio.
Demanda de porto franco
é agora o seu mester,
pra morrer de sede e fome
mais valera não nascer.

Chegou Abril e a barca
navega livre e refeita,
segue ligeira, esperançosa,
sem cuidar de mal à espreita.
Demanda alegres baías,
areias finas, douradas,
um tempo só de alegrias,
colheitas grandes e fartas.

Mas mais escolhos se deparam
e navega agora a barca
sem ter bússola ou sextante,

olhos tristes a encaram,
descrença de mareante,
a quem os sonhos travaram,
lá longe, em terra distante.

À barca acudamos todos
que a barca é feita de Abril!
Feita dos sonhos de um povo
antigo, forte e viril.
Um povo de mães em luta,
Pela Paz e pelo Pão,
mulheres de sangue e labuta,
que ao medo disseram não.

Lá vai a barca, senhores,
de novo ágil e valente,
cheia da força do povo,
ao mar se faz novamente.
Leva risos de criança e sorrisos de mulher,
um bojo que é todo esperança,
num País a renascer.

E enquanto barca houver
Com força para a empurrar
O País renascerá
Deste outro lado do mar!

30 de Maio de 2023

* Economista, professora universitária
aposentada, cronista, poeta



Foto gentilmente cedida pelo município de Valongo

Ver também o Suplemento online n.º 152-153 no sítio da A25A

EURICO DIAS GOMES

Trata-se de uma pequena memória sobre “O Meu 25 de Abril”, que começa na altura em que é chamado para Mafra, depois de concluir o curso de Medicina, em meados de 1973. Con-

centra-se depois nas peripécias do dia 25 de Abril, quando estava de urgência no Hospital Curry Cabral. Termina com algumas reflexões sobre o percurso que o país viveu desde então.



Manuel Moura, Lusa

Generais Costa Gomes e António Spínola lideraram os primeiros passos da democracia

CRÓNICA DE UM TEMPO ÚNICO

O autor detalha neste texto o primeiro dia da revolução, com pormenores ocorridos na Pontinha que já estão inscritos na História de Portugal.

VICTOR NABAIS*

O TEMPO E O MODO

Corriam os primeiros dias de um tempo único. No Regimento de Engenharia 1, em Lisboa, o ambiente andava relativamente calmo, aqui e além ouviam-se rumores de problemas no Governo e nas Forças Armadas. Militares mais antigos manifestavam dificuldade crescente para mais uma mobilização para África ou, identificados com os desígnios do poder, pareciam manter disponibilidade para continuar a cumprir novas missões de soberania no Ultramar. Os mais novos, do quadro ou milicianos, marcavam uma linha de fronteira que, embora difusa e complexa, identificava a nova geração. Além de aspetos sociais ou culturais e motivações pessoais, factos recentes já mostravam o que poderíamos designar como *a ética e a estética de um tempo novo*. Falamos da música francesa e anglo-americana, da poesia e da nova música portuguesa, o relacionamento entre os jovens, as novas ideias, a evolução do conhecimento científico, os feitos extraordinários da astronáutica, as novas elites culturais e políticas ou a coragem de quem, abdicando de alguma segurança, afirmava o direito a uma vida mais digna e às opções que lhe são inerentes. O Maio de 68, em França, as greves em Coimbra e Lisboa, o progressivo contacto com jovens de países democráticos, as férias para apanha

da maçã, em França, ou de morangos, em Inglaterra, a vivência em comunidades, o romper com convenções anacrónicas, conhecer outras culturas e outras realidades do pós-guerra; mas também a organização e funcionamento de economias desenvolvidas, a cultura revolucionária, o significado do Estado de direito. E novos caminhos, onde direitos e liberdades se confundem com apelos ao consumismo e desafios perturbadores: é assim que os nossos filhos cresceram, no tempo da informação e ainda maiores interrogações.

1974, JANEIRO

Os rumores confirmam-se: a notícia publicada no jornal *Financial Times*, no fim de Dezembro, fala da reunião “imposta” ao primeiro-ministro, Marcelo Caetano, pela linha dura do regime, exigindo determinação na política ultramarina e não cedência a ventos da “subversão”.

O livro *Portugal e o Futuro* é uma “bomba atómica” na sociedade portuguesa, uma pedrada no charco das interrogações, uma proposta política para enfrentar as contradições e bloqueios da guerra, o projecto do general Spínola testado na Guiné, convicto da possibilidade de uma solução multirracial, com base na confederação de Estados, com procura de uma solução para passar da guerra à paz. O livro teve im-

pacto imediato no meio militar, era uma porta que se abria para uma solução política. Entretanto, o primeiro-ministro, Marcelo Caetano, sente dificuldade na governação, as *Conversas em Família* estão a esgotar-se, apesar do esforço de investimento em Angola, com estradas, ferrovias, minas, pecuária e ensino superior; já, em Moçambique, a construção da impressionante barragem de Cabora-Bassa, os sistemas de irrigação e o Ensino Superior visavam a continuidade da nossa presença no continente africano – Rogério Martins, Veiga Simão, Almeida Santos e outros empenham-se convictamente em soluções para o futuro.

Mas a pressão da guerra e a ideologia dos movimentos de libertação impuseram-se, mostrando possibilidades perdidas, dificuldade de enfrentar e de gerir o que conhecíamos mal, o “outro” e a sua condição, soluções políticas em tempo útil – a História não espera por quem se atrasa!

1974, MARÇO

Na noite de 16, ocasionalmente ainda no quartel, reunimos cerca das 23 horas para exercícios no campo de futebol, com o capitão Luís Macedo, que dava instruções para um treino noturno. Uma tenda de campanha servia de Posto de Comando e de Transmissões. Porquê? – perguntei. Há perguntas que não se fazem e respostas que não se dão... logo! Minutos depois, via rádio, chegavam mensagens confusas. Mas confirmava-se que a coluna saída das Caldas da Rainha para Lisboa encontrara dificuldades em Sacavém. Entretanto, o nosso treino con-

tinuou, com viaturas prontas para sair, todos percebemos que algo de especial se passa – e a visão de um cenário de confronto, provavelmente! Horas depois, notam-se interferências na linha telefónica (escuta?) e a confirmação: a coluna fora neutralizada, a missão anulada, exercícios concluídos.

1974, ABRIL, 25

1h00

Regressei a casa, depois de ter estado com a Maria João. E acordei pouco depois da seis, com o telefonema do meu quartel (Engenharia 1). De outro lado, a mensagem: “Ir imediatamente!”

7h00

Cheguei ao quartel, informei-me da missão. Recebi a senha “Coragem, pela Liberdade”, depois “Coragem, pela Vitória”, que escrevi num cartão-de-visita. Fardei-me, levantei a arma e fomos para um ponto de acesso à unidade, a quinhentos metros, na estrada de Carnide, para montar uma barreira de segurança. Além da senha, sabia que um autocolante vermelho (círculo, quadrado ou losango), no canto superior direito dos para-brisas, identificaria viaturas seguras para o MFA. As máquinas do regimento – escavadoras, motoniveladoras... – eram, com os militares, a única barreira dissuasora de segurança da unidade e das operações. Perto das nove horas, o autocarro da Carris origina a primeira missão: agentes da PSP, armados, queriam ir para o quartel, no centro de Lisboa, estavam de serviço. As negociações começa-

ram explicando a situação, primeiro num tom pedagógico, depois afirmativo: que teriam de regressar a casa! A situação foi entendida e obedeceram, o confronto foi evitado e o autocarro seguiu, vazio...

10h15

Regressei ao quartel, após substituição do meu grupo. O pequeno-almoço rápido, as emoções e tarefas não esperam, todos são indispensáveis. Entretanto, começam a chegar altas patentes das Forças Armadas, num ritmo constante. A neutralização de focos de poder era urgente. No novo edifício do comando, ainda não inaugurado (no edifício velho funcionava o Comando das Operações, janelas tapadas com mantas), passa toda a gente, num movimento alucinante de informações e decisões. A História à frente, o “filme” em que todos participamos, encontros e desencontros, camaradas de muitos anos, laços quebrados, solidariedades, ressentimentos, afectos, perplexidades, muitas emoções – os poderes formais e informais ocorrem, ganhando uma estranha humanidade, os olhos nos olhos, a tensão e o medo do que pode não correr bem.

16h00

Ordem de reunir para nova saída de proteção à unidade e ao Movimento. O local foi o indicado e, no nosso espírito, começava a sentir-se confiança na vitória. Já no local, cerca de uma hora mais tarde, um Mercedes preto aproxima-se e pára ao sinal. Cumprimentei o oficial, brigadeiro na Base de Monsanto. Como não disse nada

**MAS A PRESSÃO
DA GUERRA E A IDEOLOGIA
DOS MOVIMENTOS
DE LIBERTAÇÃO
IMPUSERAM-SE,
MOSTRANDO
POSSIBILIDADES PERDIDAS,
DIFICULDADE
DE ENFRENTAR E DE GERIR
O QUE CONHECÍAMOS MAL,
O “OUTRO” E A SUA
CONDIÇÃO, SOLUÇÕES
POLÍTICAS EM TEMPO ÚTIL
– A HISTÓRIA NÃO ESPERA
POR QUEM SE ATRASA!**

nos momentos imediatos, avancei a senha “Coragem”, esperando a resposta. Olhei-o. “Coragem” meu brigadeiro – repeti, para confirmar. Mas vejo que o pára-brisas do carro não tem o autocolante previsto, perguntei-lhe o que queria, disse que queria falar com alguém no Regimento, sem especificar. E fiz uma última tentativa; “Coragem”. Não diz nada, meu brigadeiro? Respondeu que não, pelo que ordenei, sereno, que devia regressar a Monsanto. Ele não hesitou, com um cumprimento! É estranha a naturalidade de tudo isto, a consciência do que está a acontecer, que não é apenas a última 5.^a feira do mês de Abril, mas que se está a fazer história, a nossa História.

18h15

Regressei com o meu grupo à unidade e procurei saber o que acontecia: a Legião ainda resistia, era preciso ir com urgência, era uma situação considerada de risco, havia que resolver o caso. O capitão Pinto Soares, da Academia Militar, reuniu um grupo. Eram precisas pistolas e munições, ele acredita ser possível levantá-las na Academia, na Amadora. Chegámos e pegámos nas armas, a noite podia ser longa e imprevista. Claro que tudo se passou em absoluto sigilo, a consciência da irreversibilidade de uma atitude tinha sido muito ponderada – coragem não é inconsciência.

20h30

De novo na Pontinha, para testemunhar um momento único: está a chegar a Chaimite Bula, que vinha do Largo do Carmo e transportava Marcelo Caetano e o director do Secretariado Nacional da Informação, Moreira Batista. Abre-se a porta do blindado: um homem tenso olha à sua volta, vagamente, e sobe ao 1.º andar do novo edifício, onde o aguardam o general Spínola, com quem já acordara a rendição no Quartel do Carmo, e o general Costa Gomes, convidado pelo movimento para presidir à Junta de Salvação Nacional e para formalizar a transição de poder.

Inesperadamente, em vez de Costa Gomes, é o general Spínola quem assume o comando da Junta.

Ao mesmo tempo, no velho edifício do Comando, pré-fabricado robusto, mas muito modesto, e agora Posto de Comando, a coor-

**DE NOVO NA PONTINHA,
PARA TESTEMUNHAR
UM MOMENTO ÚNICO:
ESTÁ A CHEGAR A CHAIMITE
BULA, QUE VINHA
DO LARGO DO CARMO
E TRANSPORTAVA MARCELO
CAETANO E O DIRECTOR
DO SECRETARIADO
NACIONAL DA INFORMAÇÃO,
MOREIRA BATISTA**

denação das operações é assegurada por Fischer Lopes Pires (2.º comandante do RE1, o comandante não aderira ao MFA), Franco Charais, Garcia dos Santos, Otelio Saraiva de Carvalho, Vítor Alves, Vítor Crespo e outros oficiais iniciam as acções políticas, negociando a formação da Junta de Salvação Nacional e a redacção do Comunicado do MFA a ser transmitido ao País, pela RTP e as rádios, nessa noite única das nossas vidas.

22h00

As operações militares consolidam-se, o MFA e a Junta preparam o exílio do primeiro-ministro, do ministro do Exército, general Silva Cunha, e do secretário de Estado da Informação, Dr. Moreira Batista. Rui Patrício, ministro dos Negócios Estrangeiros, também preso, entrou em grande depressão, convencido de que haveria vingança de sangue. De igual modo, Marcelo Caetano começou a manifestar desconforto,

certamente nunca imaginara viver uma situação daquelas. Entretanto, por telefone, chega a informação esperada: o almirante Américo Tomaz tinha sido finalmente localizado. Estava em casa, no Restelo, após passagem pelo Ministério da Marinha, no Terreiro do Paço. E os paraquedistas de Tancos, entretanto chegados, aguardam instruções: ir buscar o almirante, que se rendera aos militares, para a Pontinha, ou levá-lo directamente de sua casa para Figo Maduro. Tendo pedido para não ir detido para o quartel e ir directamente para a Madeira, a Junta acedeu à sua vontade.

22h30

Com o poder político, a hierarquia militar e o movimento dentro da unidade, a possibilidade de uma reacção militar de eventuais forças leais ao poder era vista como ainda possível.

O major Sanches Osório e o almirante Pinheiro de Azevedo, entretanto chegados, mostravam esse receio; o primeiro, aparentemente calmo, o segundo, muito inquieto. Ficámos mais tranquilos com a chegada de paraquedistas de Tancos e a Cavalaria de Santarém. Sem grande erro, terão entrado uns dois mil homens, armamento ligeiro, carros de combate e material que permitiu formar um anel de defesa da unidade e garantir a segurança das operações ainda em curso pelo País.

1974, ABRIL, 26

00h30

Entretanto, o portão do Regimento era já um local de mil perguntas, com curiosidade po-

pular, imprensa escrita, rádio, televisão. E o pedido dum jovem capitão, filho do brigadeiro Remígio, detido na unidade com outros oficiais – queria falar com o pai, ou então saber se estava bem.

A solução foi oferecer-me para comunicar o pedido. Fui ao 2º andar do edifício e chamei pelo seu nome. Sugeri que enviasse uma mensagem, que aceitou, escrevendo em metade da minha carteira de fósforos:

“Filho, estou bem. Diz à mãe que não se aflija. Só preciso de pijama, cuecas e jornal, se houver”. Entreguei a mensagem, agradeceu e voltou alguns minutos mais tarde, com os pedidos do pai, que lhe foram entregues – um ambiente único, as emoções, as pessoas, a História a acontecer!

1h00

Outra situação única iria acontecer, chame-mos-lhe “a história da varanda”: o oficial de dia, um jovem aspirante, irreverente, resolveu juntar quem ali estava para um momento de paz e festa!

Logo apareceram violas e cantadores improvisados: reunião junto ao novo edifício, onde estava a Junta, o Governo e os militares detidos. Afinadas gargantas e violas, a Grândola Vila Morena fez-se ouvir com força, num alívio da tensão das últimas horas, difícil de descrever. Começámos a percorrer o perímetro da unidade, já com a protecção dos militares chegados de S. Margarida.

E uma alegria estranha, feita também de alguma raiva, parando e bebendo café em cada tenda dos camaradas que tinham chegado, sen-



Foto gentilmente cedida pela Câmara de Odivelas

tindo que a vida, nas palavras de José Afonso, ganhava um novo futuro. No regresso ao edifício do comando de onde tínhamos saído, o inesperado: à varanda, no 2º andar, a hierarquia militar deposta (seriam 28 altas patentes) ouvia a voz de uma geração, num misto de perplexidade e aceitação. Perante tão inesperada plateia, o jovem oficial-de-dia ousou pedir às altas patentes, educadamente, mas com ironia, que recolhessem, pois era tarde, chegando a lembrar o “Vamos dormir”, que passava na RTP para os mais novos.

Após alguma perplexidade e com a insistência do oficial, a sugestão cumpriu-se, serenamente.

6h30

A noite tinha corrido em paz, mas veloz. Confirmavam-se todos os objectivos militares, a Junta tinha falado, o MFA nascia para o país. O 1º andar não parava, abriu-se a porta e, cansado, saiu o PM Marcelo Caetano, depois Moreira Batista e por fim o general Luz Cunha. Um de cada vez, acompanhados por um oficial. À porta do edifício, três automóveis intercalados por camiões com paraquedistas, recebem os detidos, que partiram de seguida para Figo Maduro, onde um avião militar os conduziu ao Funchal, para um exílio temporário, e a que se juntou o Almirante Américo Tomaz. Uma etapa decisiva estava cumprida e o novo futuro do país tinha começado.

8h30

Depois de tentar descansar uns minutos, decidi ir a casa tomar banho (morava em Benfica) e comer alguma coisa. Voltei à Pontinha, onde se preparava a transferência da Junta para a Cova da Moura. A vitória consolidava-se, o povo de Lisboa respondia com entusiasmo à liberdade que significava o Programa do MFA. No 2º piso, pela manhã e durante o pequeno-almoço, os ocupantes reclamavam melhores condições, como uma cama e banho, coisas normais em dias normais. Já no rés-do-chão, o ambiente era de algum desconforto: o major Silva Pais, chefe da DGS, chegava à Pontinha. Dizer o que senti perante este homem e tudo o que ele significava foi doloroso. O destino do meu primo António, de Coimbra, é o caso familiar da violência do regime de Silva Pais – ficou no RE1 duas semanas, num inconformismo de quem está, de facto, incrédulo com o que acontecia. Engenheiro formado na Academia, abdicou da carreira militar para dedicar a vida a destruir pessoas e famílias em nome de um regime – que ironia o percurso da única filha, que se apaixonaria pela revolução cubana (ou por figuras que a representavam).

12h30

O grupo que tomara a Legião chegou à unidade. Após relato da resistência e neutralização dos legionários, um camarada entregou a bandeira da corporação. Entretanto, militares de outras unidades estacionadas na Pontinha começavam a regressar aos seus quartéis enquanto a Junta de Salvação Nacional iniciava as

OS DIAS DE ABRIL IAM FAZENDO O NOVO PORTUGAL, COM GRANDES DESAFIOS PELA FRENTE

tarefas de governação do país, já instalada na Cova da Moura.

1974, ABRIL, 27

Os dias de Abril iam fazendo o novo Portugal, com grandes desafios pela frente, numa fase pré-constitucional em que o Programa do MFA era o guia orientador: Democratizar, Descolonizar, Desenvolver – três palavras que todos entendem e que exigem vontade e trabalho de gerações.

Deste dia, mais calmo e confiante no futuro, ficaram mais memórias, como a descrita a seguir.

00h30

Bettencourt Rodrigues, Governador na Guiné, chegou a Lisboa via Cabo-Verde, em situação de prisão, irritado e incompatibilizado com Carlos Fabião. O destino foi o piso superior do edifício, onde cerca de trinta oficiais gerais e superiores estavam detidos. Entre eles, o comandante de Cavalaria 7 que, na manhã de 25, tentou reverter o curso das operações no Terreiro do Paço, em confronto directo com Salgueiro Maia, num dos momentos críticos das operações militares.

1974, MAIO

(01) Dia de sol e um desfile incrível – vi na televisão, estava de serviço. No estádio da FNAT, agora INATEL, um povo em liberdade. Mário Soares e Álvaro Cunhal, já em Portugal, viviam a única manifestação em que estariam juntos, estando também José Manuel Tengarrinha, Pereira de Moura e mais lutadores da liberdade e do fim do regime. Um acontecimento único, sem dúvida!

(02) Dias antes tinham terminado obras de renovação do bar. Uma lareira recuperada das Oficinas Gerais de Material de Engenharia, em Belém, um mural pintado por gente da casa, pequenas coisas do cotidiano. Mas hoje a história seria outra: saímos a seguir ao almoço para visitar a rua António Maria Cardoso e conhecer a casa de triste memória para muita gente, para poder ver (apenas tentar imaginar...) as marcas da repressão, do obscurantismo e da arbitrariedade. Impressionou o gabinete de Silva Pais. Sob a grande secretária havia botões que lhe permitiam ouvir o que se passava nas salas de interrogatórios – claro que, se falamos da defesa do regime, zelo não faltou à instituição a que Marcelo Caetano mudaria o nome, mas sem “mudar” o terror. Na verdade, o que a Ditadura só sabia fazer com repressão e violência, a Democracia faz pelo voto, controlando o espectro ideológico e normalizando a vida democrática através de eleições.

(06) Rui Patrício tinha entrado no hospital, para tratamento de um estado depressivo e Silva Pais ingeria medicamentos, inconforma-

**MÁRIO SOARES
E ÁLVARO CUNHAL,
JÁ EM PORTUGAL,
VIVIAM A ÚNICA
MANIFESTAÇÃO
EM QUE ESTARIAM JUNTOS,
ESTANDO TAMBÉM
JOSÉ MANUEL
TENGARRINHA, PEREIRA
DE MOURA
E MAIS LUTADORES
DA LIBERDADE
E DO FIM DO REGIME**

do com a situação. Um dia, cabendo-me a sua guarda, pediu para ir à casa de banho. Ao voltar ao quarto, disse: “Olhe que eu fui dos que mais fez pela defesa da Pátria”. Isso eu sabia, só que falávamos de pátrias diferentes. Nem eu nem ele podíamos imaginar a força da Democracia para desconstruir fantasmas do regime. Olhei para ele, pensei no meu primo, pai de dois filhos, massacrado em Caxias (quando saiu, foi para o hospital, em Coimbra, onde sucumbiu dias depois à tortura a que fora sujeito). A tentativa de um ajuste de contas foi real. Contive a raiva, limitando-me a intermediar um ou outro telefonema da mulher, que pedia notícias da sua saúde e que resumi numa mensagem:

– Está bem, não se preocupe!
Aprendi que a vida é, sobretudo, a nossa circunstância, materializada na realidade envol-

vente: magnânima, normal ou abjecta, mas circunstancial. E que a barreira contra as adversidades é o humanismo esclarecido, o reconhecimento do outro, procurar estar atento e aberto, entender a natureza e a fragilidade da violência, apostar na criatividade e imaginação, apostar em “nós”.

(15) Com a partida de Silva Pais para o hospital, o RE1 era de novo a Unidade de Engenharia Militar apta para as obras militares, e agora também para apoiar as obras das autarquias. Começava, entretanto, o ciclo da descolonização, que se revelou dramático para milhares de portugueses.

1994, ABRIL, 25

10h00

Decorriam vinte anos do 25 de Abril e das nossas vidas. Tive vontade de ir a Lisboa participar na comemoração da data. Fiquei em casa de amigos, como habitualmente. Num acaso feliz, a Escola Veiga Beirão, em frente do Convento do Carmo, abria as portas para receber professores e alguns amigos que dali quisessem partilhar as cerimónias e reviver a data. E foi uma festa, o largo cheio, com muitos a tentar chegar ainda mais perto e as fotografias na varanda da escola. Mais tarde, já no largo do Carmo, a viúva de Salgueiro Maia (que forçou a rendição de Marcelo Caetano e o levou no blindado Bula para a Pontinha) e Mário Soares caminhavam lado a lado, partilhando a alegria dos que ali estavam. E, nesses momentos, ou vamos ou não iremos nunca – com alegria dei um abraço a Natércia

Maia e outro a Mário Soares. Sem mais, em família...

O almoço foi no restaurante, por ali perto. O resto da tarde foi tranquilo, passeando pela cidade, o ambiente de festa, num profundo sentimento de nação, o ser português e sentirmo-nos gente.

E o Município ofereceu a música, do Terreiro do Paço a Belém, com o Tejo a abraçar Portugal!

1999, ABRIL, 24

12h00

Vinte e cinco anos não podiam passar sem festa. Na Pontinha, por iniciativa do comando e da Associação 25 de Abril, o programa era vasto e do maior significado. Fui de Aveiro, onde vivia e trabalhava. Cheguei próximo da hora de almoço, encontrei muita gente e visitei o velho Posto de Comando. Também lá estavam os Capitães de Abril Pinto Soares, Garcia dos Santos, Otelos Saraiva de Carvalho, Vasco Lourenço, Sanches Osório. Mas também o general Costa Gomes. Depois chegaram Jorge Sampaio, António Guterres, Almeida Santos e muita gente anónima. E o Telejornal das 20 horas foi feito ali, em estúdio improvisado, com Fátima Campos Ferreira.

Infelizmente ausente da nossa companhia, um homem notável, o coronel Ernesto Melo Antunes. Da gente conhecida, o coronel Cepeda, o Nobre, o Morais, o Martins, o Antunes, muitos outros. E o Comandante e o Gabinete de Apoio não pouparam na generosidade e calor do acolhimento.

Curiosamente também lá estavam alguns cidadãos guineenses, fugidos à guerra no seu país...

1999, AGOSTO E DEZEMBRO

Se ouvir a língua portuguesa em Timor, em Macau, em Goa, no Brasil ou em África é tocante; se a luta decidida de muitos jovens portugueses ajudou a mudar a história do povo Maubere; se ver Jorge Sampaio em Macau permitiu virar uma página de história com enorme significado, como aceitar a violência, onde quer que ocorra e quaisquer que sejam os autores e propósitos.

É isto a circunstancialidade da vida, a *besta* à espreita. Que as gerações educadas em liberdade reconheçam ameaças, às vezes sedutoras, encontrem valores e saibam construir novos futuros.

**2000, ABRIL, 21
21h30**

Estreia do filme de Maria de Medeiros “Capitães de Abril” no Fórum de Aveiro, onde vivia na altura. A sala cheia, duas ou três gerações a bater palmas, recordando ou imaginando esse dia.

Parabéns à menina que, com apenas nove anos, a viver em Viena onde o pai era adido cultural, e onde talvez tenha sonhado realizar um projecto como este. Talvez..., e ainda bem!

2000, ABRIL, 25

Vontade realizada, a crónica regista factos e percepções e faz com que a memória não se perca. E o filme Capitães de Abril, já testemunho de uma nova geração, foi o detonador dessa vontade.

Sem propósito literário, apenas memória e cumplicidade, esta “Crónica de um Tempo

Único” é a nota de admiração e respeito por quem pôs inteligência e coragem nos desafios e exigências do seu tempo e das circunstâncias vividas. Foi um privilégio poder partilhar esse tempo único.

Obrigado pela coragem e generosidade.

NOTA FINAL

Esta crónica testemunha a coragem dos protagonistas de um tempo único na história recente de Portugal e é resultado dos paradoxos com que se faz o entendimento do “outro”, nas relações de poder entre os povos. A velha expressão “*o homem e a sua circunstância*” tem, no destino de Marcelo Caetano, a carga dramática que o levou a deixar a sua terra para nunca mais voltar.

Vencidos e vencedores, é da natureza das coisas que, com “mitos e certezas”, é feita a História...

*Engenheiro, editor

OUVIMOS E LEMOS

Foi então que o povo armado
percebeu qual a razão
porque o povo despojado
lhe punha as armas na mão.

José Carlos Ary dos Santos



Rodrigo Guerreiro

Hastear da Bandeira, Odemira 24 de abril de 2023

Ver também o Suplemento online n.º 152-153 no sítio da A25A

ALMADA CONTREIRAS

O autor, capitão de Abril, procura determinar o que chama “O ADN do MFA” (que dá título ao artigo), através da análise do seu percurso e das suas manifestações, socorrendo-se dos escritos iniciais, como o seu boletim informativo “Movimento” publicado em 1974-1975, do que então a imprensa escreveu, das memórias que foram sendo publicadas e do muito que se escreveu sobre a Revolução dos Cravos. No seu percurso de análise o autor explica as razões do nascimento do MFA, considerando a guerra colonial como

o fator mais determinante, assim como as medidas iniciais tomadas pelo governo no verão de 1973. Acompanha o caminho do Movimento dos Capitães através das várias reuniões e documentos assinados coletivamente, passando para o planeamento da operação “Viragem Histórica” e para a elaboração de um programa político que viria a ser apresentado após o 25 de Abril e que ficou conhecido como o Programa do MFA. Termina com algumas referências ao pós-25 de Abril até à aprovação da Constituição.

É ENTUSIASMANTE RELEMBRAR



Direitos reservados

O MFA em Lisboa

Mal me lavei antes de sair, queria estar na rua, participar desse acontecimento extraordinário que sonhávamos, mas poucos acreditavam que pudesse acontecer ainda na nossa geração

GERMANO DE ALMEIDA*

É AINDA ENTUSIASMANTE relembrar e falar do 25 de Abril, mesmo passados 50 anos sobre essa data. Isso porque o “25 de Abril” deixou de ser apenas mais um dia do calendário. Passou a ser “o dia inicial inteiro e limpo em que habitamos a substância do tempo”.

Grande Sofia! Nenhum poeta traduziu tão bem quanto ela esse dia imorredouro que plenamente justifica a pergunta, “Onde você estava no 25 de Abril?”

Eu respondo: estava em Lisboa, morava em Campo d’Ourique. E quando, ainda manhã cedo, abri a rádio e só ouvi marchas militares, mas um bocado depois entra de repente uma voz sonora, pousada e clara, mas que não conseguia esconder a emoção, dizendo que está a decorrer um movimento das forças armadas com vista a derrubar o regime político que há 50 anos oprime o povo português e por isso pede às pessoas que permaneçam em casa...

Mal me lavei antes de sair, queria estar na rua, participar desse acontecimento extraordinário que sonhávamos, mas poucos acreditavam que pudesse acontecer ainda na nossa geração.

Confesso alguma desilusão ao chegar ao largo do Rato e ver diversos magotes de pessoas que falavam do processo em curso, mas claramente ainda a medo e por meias palavras, receosos

de ouvidos estranhos. Desci para os lados de S. Bento até ficar próximo do palácio da Assembleia Nacional onde um polícia, sem dúvida o guarda, passeava à entrada pachorrento.

Onde estaria decorrendo o movimento? Regressei ao Rato, agora com mais gente, sem manifestações ruidosas mas já com edições de jornais sem censura, entrei na rua da faculdade de Ciências. Já tinha fome e os restaurantes e tascas da rua estavam todos abertos, com afluência de clientes, porém sem alvoroços. Entrei num deles para almoçar, sempre de ouvido atento ao que circulava entre as pessoas. Mas não era muito. Depois alguém referiu grande ajuntamento de tropas e de pessoas à volta do quartel da GNR ali no Carmo, dizia-se que o Presidente do Conselho se tinha ali refugiado. Para lá me dirigi apressado, cheguei quando o oficial pedia a rendição, sob pena de abater o portão.

Ainda guardo um exemplar da segunda edição do “República” saído no início dessa tarde: “As Forças Armadas tomaram o poder”.

* Escritor e advogado cabo-verdiano, “Prémio Camões”, antigo Procurador-Geral de Cabo Verde

TRÊS D'S

ERNESTO RODRIGUES*

I DESCOLONIZAR

1

A 1128

sucedeu 43.

O povo não era muito,
foi assim que Deus nos fez.

1380

e 3 foi coisa bem séria:
se a gente se não aguenta,
que seria da Ibéria?

7 de Julho de mil

4, 9, 7: inda

não sabia pau-brasil
do forte cheiro da Índia.

Não sei; é melhor assim.

O que se viu em Seiscentos
prova que o país, enfim,
quer viver a seu contento.

Mas é bem certo que nisto
de se ser independente
cada um já tem previsto
o que outro lhe não consente.

Cá vamos, pois, seculares,
num descanso como nunca.
Sumiu-se o reino dos mares.
Maldito quem se deslumbra!

2

"PORTUGAL NADA SIGNIFICA NA NOMENCLATURA IMPERIALISTA"

Pois não, amor:
quando encontrámos dom Henrique na manhã
dos seus embarcamentos,
mar não soluçava escravos, valor
de troca. Era a fé? pimenta vã?
Amor, homens milhentos
sofriam sob a cruz dita cristã.

Veio Afonso com a sua espada;
depois, a caravela e as naus;
deserta minha terra – Brasil, França,
Alemanha, quimera africana –,
um país sempre náufrago, que lança
os sonhos para longe, mas sem vaus.

(Em magna reunião presentes todos
aos vinte e cinco deste ano de pão,
obrigamos Lisboa, a tão naufragada,
ao certo cumprimento desta moção:

cem mil tractores, mai-lo atrelado,
enfardadeiras, menos papelada.
Assinam Trás-os-Montes e as beiras
do oceano, beiras de Castela,
voto geral, connosco lado a lado,
gratos àqueles que lutaram pela
liberdade de sermos ser's inteiros.)

Primeiro, a febre: Sagres, Gama, Álvares Cabral;
depois, o ódio (a cruz sempre à banda).
Lisboa que não lembra minha terra,
Lisboa naufragada em Luanda.

(E mais exigimos pela afronta:
risque-se Lisboa lá no Índico,
venha cravada em Portugal.
Assinam, exigem os que, ficando,

têm braços marítimos em Bissau;
e não só, em Maputo, lá na Praia;
e não só, em São Tomé, lá em Macau,
no difícil Timor e em Brasília.)

Pois não, amor:
quando encontrámos um lobo na casa branca,
um lobo encontrámos na vermelha,
não diversos do lobo amarelo,
amor, para quê escravos?

Das águas emergia uma pátria,
roupa lavada no velho Atlântico:
conforme ao clamor da manhã de Abril,
decidia império em via contrária.

Tractores rebocavam solos contados,
ninguém imitava o mote estrangeiro;
amigos, claro, mas não dos levados.
Milhões de suores – e nós primeiro.

II DESENVOLVER

1.1

A maldade tomou conta de nós.
Prometia baixar impostos; dar
emprego a milhares; ser correcto;
ajudar quem precisa, e avós.

Um: enganou-nos. Dois: subiu o mar
do desespero, sem sabermos onde
trabalhar. Três: cresceu tom demagogo.
Quatro: não há futuro para netos.

Dizem: eleitor vota no governo,
por querer vestir como seu primeiro-
-ministro, um senhor enfatuado.
Não te iludas. Nação que se sonde,

recusa poder ignorante. Logo,
cuidado. *Isto* rima com inferno,
por mais unção; invade-nos mau cheiro.
A maldade tornou-se nosso fado.

1.2

Bate no ladrão, bate, democra-
ticamente. Vê como lança já

sopas de mel a baixo preço. Não
julgues que baixa o preço do pão.

Diz doce peta – bom, não são melhores os dísticos acima. Mas, se fores

na conversa, em ti chorarás quanto buscou evitar-te este meu canto.

2

Educação, saúde – o resto, dizia eu, será ministério da economia.

Era programa breve, embora omisso na parte da justiça. Bom: quanto a isso,

eu não tinha passado inda pelo largo do desembargo, ou do letargo, amargo,

razão para cortar tanta soberania falsa, arrogantíssima. Amá-la-ia,

se diferente fosse; resta-nos ficar com deputados, presidente, apesar

de muito cidadão desejar ser ministro (coisa que, nesta terra, rima com sinistro).

Sem, pois, economia, nada mais existe, nem se distribui riso a um povo triste,

ou dispomos de nós, como diz a Lucílio Séneca, rico do seu pouco. O exílio

não é vocação – pesa –, ó amada pátria: sê grande, mas em ti; cria bens; idolatre-a

quem, demagogo, incapaz de produzir,

e lá fora vender, quer Alcácer Quibir aqui. Mal-educado, doente, sem pão, não nos bastou já um rei D. Sebastião?

3

Notícia: um milhão não tem dinheiro para carne ou peixe. Mas são quase dois milhões em risco de pobreza. Não deixe,

caro leitor, de pensar nisto. Há crianças, há velhos, há desempregados sem luz, água, gás, durante meses. Misto

de sacana e demagogo, diz um deputado que vai mal o português, não o país:

quem lhe chegasse ao rabo fogo!
Assim vais, triste Portugal,
bajulado por imbecis.

III DEMOCRATIZAR

Democracia nossa, que, na terra, entre seres nervosos vais, acode à memória que do futuro inda tenhas, e salva-te, salvando quem nasceu para feliz morrer; enquanto, cura-nos do mal, dialoga com sábios das almas, que saibam, discretos, organizar a paz do simples voto.

Tens (oh, democracia!) malferido
quem tua base de sustentação
é – para dizer com palavras tuas.
De bondade velada, não evitas
injustiças sem conto, tal e qual
nas ditaduras, ou quando te dizes
o que, de facto, não és. Não enganes:
maquilhagem a mais cai sempre mal.

Pois (ai de mim!), democracia, se
não te pensas – da cabeça aos pés –,
nem cumpres nus propósitos excelsos,
que, em fogachos, palmas mereceram,
recuar deves para o sonho que
tão vulgar, afinal, vivemos em
nós. Sê, democracia, igual aos
que te desejam recta, cultivada.

Primeira condição: a liberdade
de pensamento e sua expressão.
Saiba quem mente que mentira não
colhe, se informados.

Educação, saúde, garantia
de trabalho, decerto, para cada:

a isto chama-se economia,
que tudo
conjuga, não
ludíbrios mudos.
Quanto nos move
é Constituição.
Em três linhas, deixei
um, dois, três ministérios.
Não preciso de mais –

muito menos os sérios
ministros de Estado,
que pedem logo, logo,
automóvel dado.

Nem primeiro-ministro,
que se desentende,
pois quem sabe disto
é o director Mendes.

Inúteis, borda fora;
úteis, sejam bem-vindos.

*Ficcionista, poeta, dramaturgo, ex-professor universitário

1 Mensagem de Ernesto Guevara à Tricontinental, em Maio de 1967. Ver *Obras de Che Guevara* – 1, Lisboa, Ulmeiro, 1975, p. 120.



Concerto em Liberdade. Foto gentilmente cedida pelo município de Figueiró dos Vinhos

Ver também o Suplemento online n.º 152-153 no sítio da A25A

ANTÓNIO ROMÃO

Este nosso colaborador esteve na Marinha (Reserva Naval) entre agosto de 1972 e maio de 1975, portanto, como diz, viveu “o 25 de Abril em pleno”. Sob o título *O 25 de Abril de 1974: Alguns episódios vividos – Um Depoimento*, conta-nos vários acontecimentos que viveu e a que assistiu, desde os primeiros contactos com o comandante Almada Contreiras no Centro de

Comunicações da Marinha, onde ambos estavam colocados, por finais de 1973, passando pela sua vivência do 25 de Abril, a colaboração no âmbito da Comissão Coordenadora do Programa do MFA e terminando na missão de distribuir sedes aos diversos partidos, na cidade de Lisboa.



Foto cedida pelo município do Cartaxo

Ver também o Suplemento online n.º 152-153 no sítio da A25A

MANUEL RODRIGUES DOS SANTOS

Este nosso colaborador fala-nos do papel dos oficiais milicianos do quadro permanente e no papel que desempenharam no 25 de Abril e na revolução. Fá-lo com palavras sentidas, de que destacamos: “Os milicianos de Abril, os que

impulsionaram a Revolução e souberam abrir os caminhos da Liberdade e da Democracia, não esqueceram o seu papel, as suas origens, o tempo dado à ‘tropa’ antes que alguém alimentasse o sonho do 25 de Abril”.

A MINHA PARTICIPAÇÃO NO 25 DE ABRIL DE 1974

O autor detalha neste texto o primeiro dia da Revolução, com pormenores ocorridos na Força de Fuzileiros do Continente que ficarão inscritos na História de Portugal

VICTOR LOURO*

DIA 25 – PROCLAMAÇÃO DA JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL

Estava colocado na Força de Fuzileiros do Continente (FFC) desde Março ou Abril de 1973. Tive a sorte de beneficiar de uma escandalosa contradição do Regime: ir para a guerra era uma *honra*, porque servíamos a Pátria, mas os melhores alunos dos cursos ficavam cá, na Metrópole, não iam à Guerra Colonial!

Na madrugada de 24 para 25 de Abril, fui surpreendido por uma certa algazarra nas escadas do pequeno prédio onde morava, em Paço de Arcos, pelo que liguei a rádio e percebi que algo de importante estava a acontecer. Vesti-me,

fui à Doca da Marinha apanhar a vedeta para o Alfeite. No atravessamento da Ribeira das Naus e do Terreiro do Paço vi tropas, mas não sabia o que estavam ali a fazer, nem de que lado estavam.

Saído da vedeta, apanhei o autocarro para a FFC. Eram oito e tal da manhã. Vi o Segundo Comandante da FFC, comandante Machado (o Machadinho) de trás para diante, subindo a uma elevação¹. E entrámos na FFC, onde extraordinariamente se encontrava o seu comandante, capitão de mar-e-guerra Pinheiro de Azevedo. Confusão durante toda a manhã, sem nenhuma orientação, com movimentos de um

1 Soube muitos anos depois que assim foi, porque, estando ao lado do CEMA, o comandante da FFC o mandou ir ver qualquer coisa... para o tirar das manobras.



André Kusters, Lusa

Os capitães de Abril, Victor Crespo, Sanches Osório, Garcia dos Santos e Otelo Saraiva de Carvalho, lado a lado, no quartel da Pontinha em direção ao “barracão”, onde há 50 anos, e em 48 horas, mudaram destino do país

oficial de Marinha estranho à unidade². Assisti, mesmo, à saída num autocarro da FFC, do Destacamento de Fuzileiros n.º 10 (DFE 10,) comandado pelo comandante Vargas de Matos³. Seguiu-se o almoço, confusão, e perante as perguntas e inquietação do pessoal, o comandante Pinheiro de Azevedo disse-nos que nos reuniríamos, depois do almoço, na sala do comando. E assim foi. O comandante, em farda de servi-

ço interno, tomou o seu lugar no topo da mesa, e em volta sentaram-se os demais oficiais, incluindo os aspirantes. Eu era aspirante, e saiu “à ordem” nesse exacto dia a minha (e de todos os camaradas do meu curso, o 21.º CFORN) promoção a sub-tenente. Portanto, nesse dia, tinha as divisas de aspirante, isto é, uma tira fininha (o mais ínfimo dos oficiais ali presentes).

2 Soube mais tarde tratar-se do Comandante Cavalheiro.

3 É curioso que este pessoal estava com uniforme de saída e armado. Soube mais tarde que se deslocaram para tomarem a sede da PIDE, na Rua António Maria Cardoso, em Lisboa.



Direitos reservados

Posto de comando da Pontinha

Pinheiro de Azevedo foi dizendo umas coisas... sem dizer nada, até que, em dado momento, bateu à porta um outro oficial que desde manhã andava em movimentos na FFC⁴, pediu licença para interromper, e disse: “Senhor Comandante, é só para informar que já temos pessoal pronto para duas companhias”. Pinheiro de Azevedo agradeceu, o oficial saiu, e quando ia retomar a palavra, eu levantei-me, pedi licença, e disse: “Senhor Comandante, não sei quem é este senhor oficial, nem temos nada contra ele; mas quero informá-lo de que não sairá ninguém desta unidade sem ser comandado por nós!”. Pinheiro de Azevedo, surpreendido, numa atitude muito característica da sua pessoa,

meteu os polegares no blusão, recostou-se na cadeira, e começou a dizer: ó Louro de Sá⁵, olhe que isto pode não ser bem assim, e tal... Nesse momento, os oficiais do Quadro começaram eles próprios, um a seguir a outro, a corroborar o que eu tinha dito, isto é, a demonstrarem que queríamos participar activamente no que estava a passar-se. Então, o comandante disse-nos que sim senhor, que fôssemos preparar o pessoal para sair! E lá fomos à espingardaria distribuir o armamento, e reunir o pessoal. O difícil foi conter as coisas dentro de limites capazes de permitir um comando eficaz, pois toda a gente queria sair!

No entretanto, na messe, nem tudo era pací-

4 Soube depois tratar-se do Capitão-tenente Costa Correia.

5 Na Marinha éramos conhecidos geralmente pelos dois últimos nomes.

fico. Lembro-me de um camarada, por quem, aliás, tinha e tenho muita consideração, miliciano mais antigo do que eu, que tentou contrariar o meu entusiasmo, dizendo-me que era um disparate alinhar naquilo, porque tudo indicava que era uma manobra do Spínola, e que ele se recusava a entrar nisso. Convenci-o, dizendo-lhe que o momento era de derrubar o fascismo, fosse com quem fosse; se era o Spínola que estava à frente da coisa, era com ele que tínhamos de ir; e depois logo se veria!

Mas só no fim do dia, já noite caída, soubemos que iríamos acompanhar o Comandante. Efectivamente, pouco depois das 21 horas, reunimos as forças, entrámos nuns tantos *jeepes*, camiões e num autocarro, para fazermos a segurança do comandante Pinheiro de Azevedo, que ia para o quartel da Pontinha. Lá fomos em *gloriosa* missão até casa de Pinheiro de Azevedo, no Bairro Azul, onde mudou de farda. E daí fomos para a Pontinha, onde ele se integrou na Junta de Salvação Nacional. Passámos a noite dentro das viaturas, perto da porta de armas do Quartel da Pontinha, até de manhã, quando regressámos à FFC. E ali permanecemos, sem qualquer intervenção nem orientação, até à madrugada de 27.

Eu soube mais tarde (bem mais tarde, anos depois) que tinha ficado de me convocar (mas não convocou) um camarada do meu CFORN, de Administração Naval, que na realidade nunca encontrei senão no período inicial de dois meses que todos passámos na Escola Naval, no Outono de 1972.

É curioso que a falta de contacto comigo deveu-se a que, na Marinha, o alargamento a “mili-

cianos”, isto é, pessoal da Reserva Naval, foi feito a partir de um pequeno núcleo de indivíduos do meu curso (21.º CFORN, de Agosto de 1972), creio que todos eles no ramo de Administração Naval. Os fuzileiros tinham um período inicial de dois meses (Setembro e Outubro) na Escola Naval, numa fase comum a todos os ramos, até ao Juramento de Bandeira – e daí é que nos conhecíamos. Como nos separámos, esse núcleo de alargamento ficou sem contacto comigo.

Também é curioso que, sendo eu militante (na clandestinidade, obviamente) do PCP, e estando organizado, não tive qualquer envolvimento por via do Partido, embora tivesse conhecimento de movimentações no seio militar, por via do meu controleiro.

DIA 27 – OCUPAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA DA PIDE/DGS

No dia 26 não aconteceu nada. Mas no dia 27, sábado, tomámos parte na ocupação da Escola Técnica da PIDE/DGS. A nossa força incluía vários jeeps com armamento, entre o qual havia uma bazuca que levávamos montada na parte de trás de um dos jeeps. Porém, a bazuca não funcionava, era apenas o tubo e o suporte (até fios eléctricos iam pendurados), mas fazia muita vista...

O dia começou quase chuvoso, com uma grande bruma, e frio. Às 9 da manhã chegámos ao Palácio da Justiça, onde nos esperava um oficial de Marinha, Soares Rodrigues, envolto no seu sobretudo da farda. Seguimos em direcção a Sete Rios, juntando-nos entretanto a uma força do Exército. Avançámos em coluna até às imediações da ET.

A Escola Técnica era algo que se desconhecia. Mesmo entre os democratas opositores, não era costume referir-se esta unidade. Talvez por isso mesmo ela só tenha sido ocupada no dia 27. Presumo que ninguém se lembrou antes. Ela situava-se em frente ao Jardim Zoológico, na esquina da Rua das Furnas. Nas traseiras situava-se uma escola primária e nesse tempo havia aulas ao sábado. Por isso temíamos que uma eventual reacção por parte dos pides pudesse utilizar as crianças como escudo. Isso, e o desconhecimento sobre as características daquela unidade, foram os factores que nos levaram a actuar com cautela, fazendo primeiro o cerco da ET, e entrando depois por arrombamento.

No interior avançámos com cuidado, entrando progressivamente em todas as divisões. Até que chegámos ao dormitório, onde existiam algumas (meia dúzia?) de camas que os pides... deixaram por fazer. Havia ainda salpicos de água nas bacias. Tudo fazia crer que ali tinham dormido ainda nessa noite, e terão saído precipitadamente. Aparentemente não terão levado consigo nada do recheio. Colocámos a já referida bazuca na varanda principal do edifício, que era suficiente para meter muito respeito.

A ET tinha os habituais meios técnicos, e uma espécie de museu. Os meios técnicos incluíam copiográficos e respectivos materiais (stencils, papel, tintas), além de quadros de parede. Havia materiais copiografados (recordo numerosos exemplares do célebre texto de Elbert Hubbard "Uma carta para Garcia", que chamou a

minha atenção porque o tinha lido com muito interesse na minha adolescência⁶: um texto muito pedagógico, que descrevia como era decisivo vencer todas as dificuldades que surgissem pelo caminho, quando se tinha pela frente um objectivo (recolhi alguns exemplares, de lembrança). O *museu* era um conjunto de vitrines onde eram exibidas medalhas, fotografias de presos, creio que os lençóis utilizados na célebre fuga de Peniche, e outros elementos de que não me recordo. Alguns destes materiais foram sendo recolhidos como *lembranças* por muitos dos militares presentes.

Havia também ficheiros e arquivos. Esses foram levados em viaturas do Exército, no próprio dia 27. Existem fotos publicadas, designadamente pelo "Jornal do Comércio" do dia 28, que mostram o transporte manual até uma chaimite (o oficial de Marinha que surge nas duas fotos publicadas, sou eu).

Ali fiquei durante o resto do dia, e a noite e todo o dia 28 e parte de 29.

Nesse tempo os populares concentraram-se em frente à ET, e iam referindo pides e legionários, que exigiam que prendêssemos. Coube-me esse papel, conduzidos pelos populares. Retenho dois. Um, um legionário, que estava em casa com uma chaleira sobre o aquecedor de sala, contendo folhas de eucalipto para atenuar os seus problemas respiratórios (um típico pobre-diabo, de meia idade, amedrontadíssimo, que facilitou tudo e se pôs imediatamente à nossa disposição); nas gavetas, além da sua pistola, encontramos...

6 Possuo uma "edição" fotocopiada, tradução do Dr. Faria de Vasconcelos, 6ª edição, publicada em 1970 pela Seara Nova.

uns tantos filmes pornográficos, que o homenzinho se apressou a justificar “o senhor tenente bem sabe como é a vida...”; lá foi connosco para a ET, até ser transportado para Caxias (segundo creio). O outro, fiou mais fino: era um conhecido inspector da PIDE (de cujo nome não me lembro), que morava num prédio relativamente recente, de esquina, na Estrada de Benfica; tocámos à porta do andar, abriu a esposa, que nos disse logo que ele não estava; expliquei-lhe que íamos revistar a casa, ao que não se opôs; vimos gavetas, etc. Não encontrámos nada.

De cada vez que chegávamos à ET com um preso, a multidão caía sobre os jeepes para o ver, e gritava *slogans* como “morte aos pides”...

Esta missão das prisões foi a que mais me custou. Não pela dificuldade de execução, que verdadeiramente não existiu. Mas porque me vi, forçado pelas circunstâncias, a fazer aquilo por que tinha tantas vezes passado em minha própria casa, até à adolescência, aquando das numerosas prisões de meu Pai. Veio-me à memória a prisão de 1959, quando, no escritório, os pides vasculhavam a biblioteca, e entre os livros já seleccionados para apreenderem, estavam a retirar um que suscitou a minha intervenção: - olhe que isso é a tese de licenciatura de meu Pai!, disse eu para o chefe da brigada - o suficiente para o sujeito levar a mão ao coldre e me dar ordem para sair dali! Um adolescente de 14 anos, dentro de sua casa, ameaçado de pistola por um pide valente... Custou-me, porque as memórias vieram à cabeça. Valeu-me a lembrança de quantos sofreram tanto para chegar àquele dia.

Também aconteceu que tivemos de explorar vários espaços da ET porque os populares nos informavam que constava que havia uma passagem subterrânea. E tivemos, creio que no dia 29, de ir revistar o canil municipal, que era mesmo ao lado da ET. Foi a única situação em que disparei um tiro (para o ar) com a Walter que me estava distribuída, para conter o avanço da multidão. Com o cano das G3 lá fomos *picando* o chão à procura de algum alçapão que escondesse as apregoadas armas... acentuando ainda mais o cheiro pestilento que enchia o ar e as narinas – nada encontrámos.

As missões não se escolhem, nomeadamente quando se estava a fazer o Serviço Militar Obrigatório (hoje é diferente: os militares candidatam-se para as missões...). E enquanto eu executava esta, os presos políticos eram finalmente libertados, contra a vontade dos novos responsáveis máximos do País! Só soube no dia seguinte.

* Engenheiro, antigo deputado à Assembleia da República

OUVIMOS E LEMOS

Agora que já floriu
a esperança na nossa terra
as portas que Abril abriu
nunca mais ninguém as cerra.

José Carlos Ary dos Santos

O DIA EM QUE O BRASIL AMANHECEU COM CHEIRO DE CRAVO

Os ventos transatlânticos soprados por Lisboa só encontrariam ares democráticos nessas terras descobertas (ou achadas) por Cabral mais de 10 anos depois de tanto quereremos colher uma flor no jardim dos Capitães de Abril

ANTÓNIO TORRES*

À MANEIRA DE UM FELLINI, *AMARCORD*.

As primeiras páginas dos jornais brasileiros do dia 26 de Abril de 1974 festejavam um novo regime aclamado nas ruas de Lisboa, com relatos vibrantes do entusiasmo popular com os acontecimentos que decretavam o fim de uma era. Como a nos dizer: “Cesse tudo, que a antiga musa canta”. Qual era o canto? Ai, esta terra ainda vai cumprir o seu ideal/ Ainda vai tornar-se um imenso Portugal. Nesse Fado Tropical, Chico Buarque e Ruy Guerra exprimiam metaforicamente o temor de que a ditadura aqui implantada no golpe militar de 1.º de abril de 1964 se tornasse tão longeva quanto a salazarista. Nem tanto, nem tão pouco. Durou apenas mais do dobro do tempo que já havia chegado.

Caberia ao mesmo Chico Buarque virar o disco, levando o Brasil a entoar uma nova canção:

Sei que estás em festa, pá/ Fico contente/ E enquanto estou ausente/ Guarda um cravo para mim/ ... / Lá faz primavera, pá/ Cá estou doente/ Manda urgentemente/ Algum cheirinho de alecrim.

E não é que a censura imposta pelo general de plantão no Palácio do Planalto entendeu a metáfora? A saudação buarquiana à Revolução dos Cravos não demoraria muito a ser proibida. Os ventos transatlânticos soprados por Lisboa só encontrariam ares democráticos nessas terras descobertas (ou achadas) por Cabral mais de 10 anos depois de tanto quereremos colher uma flor no jardim dos Capitães de Abril. Por fim, mas não por último: ditadura nunca mais!

* Escritor brasileiro, traduzido em muitos países e publicado em Portugal, membro da Academia Brasileira de Letras, “Prémio Jabuti” e “Prémio Machado de Assis”



Foto gentilmente cedida pelo município de Odivelas

Ver também o Suplemento online n.º 152-153 no sítio da A25A

A IMPRENSA DE UM CAPITÃO DE ABRIL

JORGE GOLIAS

No texto “A imprensa de um capitão de Abril”, o autor aborda a sua própria relação com a imprensa publicada antes e depois do 25 de Abril, aproveitando para referir outras publicações e muitos dos jornalistas, diretores e outros responsáveis por estes meios de comunicação

social. Transmite-nos um retrato geral da imprensa, tanto no tempo da implacável censura, como dos tempos de liberdade trazida pelo 25 de Abril. É uma história exemplar.



Guilherme Veriânico, Lusa

Há que reconhecer também que a maioria desses jovens quadros militares, estamos a falar de oficiais até ao posto de major, mas sobretudo tenentes e capitães, eram gente bem preparada

NOTAS PESSOAIS SOBRE O 25 DE ABRIL

Fizeram a Revolução para o povo português, e não para eles militares.
Essa é uma outra importante lição histórica de dimensão mundial
que os nossos militares de Abril deram

JOÃO BARROSO SOARES*

Sou, afirmo-o com a modéstia que se impõe, mas também com orgulho, um homem do 25 de Abril. Não estava então ainda no serviço militar. Só fui recrutado para o Curso de Oficiais Milicianos (COM), em Mafra, na primeira incorporação pós-revolução. Mas tive a felicidade de estar no Largo do Carmo, na tarde do dia 25 de Abril de 1974. E de lá ter então conhecido pessoalmente Salgueiro Maia. O 25 de Abril continua a ser para mim o dia mais feliz da minha vida. O dia da alegria mais forte e genuína. Nasci e vivi até Abril de 1974 num ambiente familiar firme e fortemente hostil à ditadura, aos seus expoentes mais conhecidos, e aos seus esbirros, cães de guarda, e sabujos. Por isso, não é de estranhar a força e a genuinidade dessa alegria pessoal em Abril de 1974. Desse entusiasmo. Ainda hoje me emociono, quando lembro esses momentos únicos e históricos, ou quando oiço e canto a nossa Grândola, Hino de Abril.

A LIBERDADE

A nossa Pátria, Portugal, deve ao 25 de Abril várias e importantes coisas. Mas uma prima e condiciona todas as outras, a Liberdade. Na minha opinião a Liberdade é o bem mais valioso,

o bem “sine qua non”, de qualquer regime democrático.

Os militares de Abril que se organizaram e conceberam o plano revolucionário desse “dia inicial inteiro e limpo” eram quase todos militares profissionais saídos da Academia Militar. O que é muito curioso e espantou então a maioria, para não dizer a totalidade, dos comentadores internacionais do 25 de Abril. Os militares de Abril abriram as portas da Liberdade e das cadeias políticas em Portugal. Mas também resgataram a imagem dos militares profissionais em Portugal e no mundo. Por todo o lado, a imagem dos militares estava muito debilitada, sobretudo depois do golpe fascista dos militares de Pinochet, no Chile, em Setembro de 1973. Mas não só.

Portugal de Abril foi, não o devemos esquecer, pelo contrário devemos sempre valorizá-lo, um brilhante exemplo para todos. Para os outros europeus ocidentais que ainda viviam sob ditaduras, Espanha e Grécia. Mas depois para os europeus de Leste que também viviam sob ditaduras embora de sinal contrário. Uns anos depois quando caiu às mãos do povo o Muro de Berlim, dito e bem muro da vergonha, o espírito de Abril em Portugal e o seu exemplo estava por lá entre civis e militares.

DESCOLONIZAÇÃO

O 25 de Abril representou também uma imensa reviravolta no vasto território da África lusófona, e não só. África, a guerra colonial em que a ditadura portuguesa se envolveu, foi o mais importante detonador da nossa Revolução de Abril. Os soldados portugueses, e muito especialmente os soldados profissionais do Quadro, tinham compreendido há muito que não havia solução militar para a Guerra Colonial. E sobretudo que era preciso encontrar uma solução política, que a ditadura se recusou sempre a ponderar e admitir de uma forma disparatamente intolerante. Houve mesmo, logo no ano do início da Guerra Colonial, uma tentativa de golpe, rápida e firmemente abortada por Salazar, vinda de quadros da hierarquia militar encabeçados pelo próprio ministro da Defesa de então, general Botelho Moniz. A recusa de qualquer negociação ou processo de transição dos ditadores, Salazar e depois Caetano, foi sempre total e taxativa. E imposta de forma várias vezes violenta. Marcelo Caetano terá até, mais tarde, dito mesmo ao general António de Spínola, então Governador e Comandante Chefe na Guiné Bissau, que preferia uma derrota militar como na Índia Portuguesa a qualquer negociação de independência.

Os militares profissionais portugueses compreenderam melhor que ninguém, até porque o sentiam na pele, o sangrento atoleiro em que a ditadura tinha enfiado Portugal e os portugueses. Em 1974, havia militares profissionais portugueses que já tinham feito três missões de combate em zonas de guerra, uma em cada

**OS PORTUGUESES
ANSIARAM,
ESPERAVAM
A LIBERDADE.
RECEBERAM-NA
DE BRAÇOS ABERTOS
E TOMARAM-NA
NAS SUAS MÃOS,
CHEIAS DE CRAVOS
VERMELHOS,
COM ENTUSIASMO
E ALEGRIA**

uma das três frentes da “nossa” Guerra Colonial, Angola, Guiné e Moçambique. Para eles, também para nós todos os jovens, mobilizados ou à beira de o serem, a situação estava a tornar-se insustentável. Sublinhe-se, para que os mais novos o saibam, que o serviço militar obrigatório era então de cerca de quatro anos. Dois dos quais em território colonial, e sobretudo nas colónias, onde havia de facto guerra no terreno.

O número de baixas por morte não foi astronómico, tendo em conta o que conhecemos nas guerras atualmente em curso, para um período de guerra que já ia para os quatorze anos em três frentes. Mas era muito considerável para um país com a nossa dimensão. E pesava na opinião pública nacional e internacional. Colocava de forma viva a questão a que a ditadura tinha provado não ser capaz de responder: para quê? Quando aliás todas as outras potências co-

loniais europeias há muito tinham descolonizado. Por isso se explica o papel único primordial e motor dos nossos militares profissionais na preparação e direção da Revolução de 25 de Abril de 1974. Honra lhes seja.

OS CAPITÃES

Há que reconhecer também que a maioria desses jovens quadros militares, estamos a falar de oficiais até ao posto de major, mas sobretudo tenentes e capitães, eram gente bem preparada. No plano cultural e militar. Fizeram o que tinham que fazer e sabiam, souberam como ninguém fazê-lo. E reconheça-se com gratidão, no caso nunca será demais, para todos. Fizeram a Revolução para o povo português, e não para eles militares. Essa é uma outra importante lição histórica de dimensão mundial que os nossos militares de Abril deram.

A capacidade profissional militar, a elevação cívica e cultural, e a experiência pessoal dos nossos militares de Abril era tão elevada que se conseguiu o prodígio de derrubar uma ditadura violenta, com mais de quarenta anos de poder totalitário, praticamente sem perda de vidas humanas. Com a exceção dos assassinatos cometidos na tarde de 25 de Abril pelos miseráveis tortionários da PIDE entrincheirados na sua sede na Rua António Maria Cardoso, desde o início da Revolução, nessa manhã. Lembro-me de que passei por lá ao fim da manhã do dia 25 de Abril com o meu saudoso amigo Pedro Palhinha, ele já tinha estado preso pela PIDE.

Passei com o Pedro Palhinha toda a manhã de 25 de Abril, no Chiado e na Baixa, por ali assis-

**O REGRESSO
DOS EXILADOS,
E ERAM MUITOS
E ESPALHADOS
PELAS VÁRIAS
PARTIDAS DO MUNDO,
É TAMBÉM
UM MOMENTO MARCANTE
E DE ALEGRIA
DA NOSSA REVOLUÇÃO
DE ABRIL**

tindo e falando com todos, às várias evoluções dos posicionamentos militares. Uns a favor da Revolução, outros inicialmente contra, mas que acabaram por aderir. Quando, já à tarde, então com o Pedro Coelho, saímos da Rua da Misericórdia, com o primeiro braçado de jornais *Républica* com uma larga tarja vermelha na primeira página que dizia em letras garrafais: “Este jornal não foi submetido à Censura” e fomos até ao Largo do Carmo a distribuí-lo com grande entusiasmo. Os soldados de Salgueiro Maia, vendo aquela nossa “credencial revolucionária”, deixaram-nos logo passar o cordão de segurança que tinham estabelecido para evitar incidentes. Lembro-me de que chamámos então a atenção de Salgueiro Maia que acabáramos de conhecer para a questão da PIDE. E lembro-me sobretudo da serenidade com que nos disse com a maior tranquilidade e firmeza: “tenham calma, já lá vamos, mas

primeiro temos que tratar da rendição destes aqui”. Salgueiro Maia tinha razão, claro. Foi um grande privilégio tê-lo conhecido ali naquela hora.

Volto a sublinhar a, para mim exemplar, entrega pelos militares de Abril do poder aos civis, ao povo português, ela é ainda hoje um grande exemplo.

Também me parece muito importante realçar que, apesar de alguma controvérsia, não houve cedências a modelos populistas então em voga, e de matriz tendencialmente não democrática. Nem aos modelos soviéticos, nem terceiro-mundistas, que pareciam então ter muitos cultores na nossa terra.

Portugal vivia há muito num quadro social arcaico. Graças aos militares e à Revolução de Abril, Portugal deu um grande salto. Esse salto ainda hoje marca muito positivamente o que somos. Houve, claro, e desde as primeiras horas, sou testemunha pessoal directa disso, nas ruas de Lisboa, uma imensa adesão popular aos militares revolucionários. Viu-se então, como há muito diziam os opositores do regime de Salazar e Caetano, que os portugueses estavam fartos da Ditadura. Os portugueses ansiavam, esperavam a Liberdade. Receberam-na de braços abertos e tomaram-na nas suas mãos, cheias de cravos vermelhos, com entusiasmo e alegria.

O REVIRALHO

Outro aspecto que me parece importante constatar é que a Revolução de Abril de 1974 foi um claro triunfo do “Revirvalho”. Muitas correntes

**PERDOAR-ME-ÃO
O ORGULHO FILIAL
COM QUE SUBLINHO
O REGRESSO
DO MEU PRÓPRIO PAI.
O PRIMEIRO
DOS “GRANDES” EXILADOS
A REGRESSAR
A PORTUGAL.
E VINDO NUM COMBOIO
QUE PARTIU DE PARIS**

da oposição à ditadura, algumas com palmarés de combate inquestionável contra a ditadura, falavam depreciativamente do “Revirvalho” como a corrente oposicionista que apostava na conspiração com os militares para o desencadear a Revolução. Foi o que de facto foi a Revolução de 25 de Abril de 1974. Um golpe revolucionário do Revirvalho e não um levantamento nacional armado ou um triunfo guevarista numa qualquer Serra da Estrela convertida em Sierra Maestra de trazer por casa.

Uma referência também à minha opinião em matéria das influências civis sobre os militares de Abril revolucionários. A oposição à ditadura, de vários matizes político-partidários e ideológicos, teve uma influência não desprezível sobre uma grande parte dos militares revolucionários de Abril. Também os movimentos estu-

dantis universitários e a sua expressão entre os oficiais milicianos. Houve, sobretudo a partir do início da guerra colonial, e a expansão exponencial do recrutamento militar de milicianos, uma quase osmose cultural, cívica e política, entre esses dois universos: milicianos e oficiais de carreira. Sendo certo que, volto a sublinhar, porque é justo e importante reconhecer, o movimento é concebido, dirigido e executado quase só por oficiais de carreira.

REGRESSO DOS EXILADOS

Uma nota sobre a saída dos presos políticos das prisões, o regresso dos exilados, e a extinção definitiva da famigerada polícia política PIDE / DGS. A extinção da PIDE e a situação única na Europa, e penso que no mundo, de durante largos anos o País ter ficado sem “serviços secretos”, é para mim uma das marcas mais fortes do 25 de Abril. Os serviços de inteligência de que o nosso país hoje dispõe, e muito bem, são os únicos na Europa que não herdaram nada dos velhos tempos ditatoriais, pelo contrário fizeram com eles um corte radical que honra Portugal.

O regresso dos exilados, e eram muitos e espalhados pelas várias partidas do mundo, é também um momento marcante e de alegria da nossa Revolução de Abril. Perdoar-me-ão o orgulho filial com que sublinho o regresso do meu próprio pai. O primeiro dos “grandes” exilados a regressar a Portugal. E vindo num comboio que partiu de Paris. O que significou uma partida 24 horas antes da chegada. Numa viagem sem comunicações, uma vez que ainda

não havia telemóveis. É uma grande prova de confiança na obra revolucionária dos militares de Abril, que sublinho com orgulho. A abertura das portas e das grades das prisões políticas na noite e madrugada do dia seguinte à Revolução foi também um lindo momento histórico de emoção e consagração prática da obra e dos valores da nossa Revolução de Abril de 1974. Obrigado aos nossos militares revolucionários de Abril que nos abriram as portas das prisões e da Liberdade.

VIVA O 25 DE ABRIL!

Dezembro de 2023

* Antigo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, político, sócio da A25A

OUVIMOS E LEMOS

Foi esta força viril
de antes quebrar que torcer
que em vinte e cinco de Abril
fez Portugal renascer.

José Carlos Ary dos Santos

A LIBERDADE



ANTÓNIO CARMO
(PINTOR)

**ESTA É A MADRUGADA QUE EU ESPERAVA
O DIA INICIAL INTEIRO E LIMPO
ONDE EMERGIMOS DA NOITE E DO SILÊNCIO
E LIVRES HABITAMOS A SUBSTÂNCIA DO TEMPO**

SOPHIA DE MELLO BREYNER ANDRESEN



A black background with several red carnations on the left side. The text is centered and reads:

**ABRIL
50 ANOS**

RAÍZES

ORIGINALIDADE E SINGULARIDADE DO 25 DE ABRIL

Os valores do 25 de Abril expressos no programa do MFA e no seu exemplo de generosidade, sacrifício e desapego do poder passaram a ser imediatamente património de todo o povo português, quer no País, quer nas comunidades de emigrantes no estrangeiro

MARTINS GUERREIRO*

A PREPARAÇÃO, planeamento e execução do 25 de Abril e o processo que se seguiu não foram inspirados em quaisquer modelos de golpes, revoltas militares, modelos revolucionários insurrecionais ou de ação conspirativa conjunta de militares e civis, muito frequentes nos tempos da I República, nem tão-pouco em tentativas levadas a cabo contra a ditadura militar e contra Salazar.

O 25 de Abril não cabe em interpretações simples de golpe de Estado, *putsch* militar ou levantamento popular armado.

A operação militar de âmbito nacional foi concebida, planeada e comandada por militares profissionais com larga experiência de guerra, sem qualquer intervenção ou participação de civis.

A tendência dos estudiosos e dos políticos é reduzir ou explicar o 25 de Abril a um modelo

que conhecem ou lhes convém, concentrando-se em determinados aspectos ou características dos acontecimentos ocorridos.

O REGIME POLÍTICO

Para melhor percebermos as singularidades do 25 de Abril convém caracterizar a sociedade portuguesa e o regime político de então.

Na sociedade portuguesa existia uma forte componente rural e um vincado bloqueio cultural e social. O analfabetismo era superior a 30% e vivia-se numa sociedade conservadora com grande influência da igreja católica;

O desenvolvimento económico e industrial estava condicionado. A emigração em massa, mais de 100 mil portugueses por ano, e a guerra retiravam à economia portuguesa a capacidade produtiva e inovadora da juventude;

A ditadura beato-corporativa de inspiração fas-



Direitos reservados

A natureza colonial da guerra, que vai ditar o fim do regime, criou as condições da originalidade e singularidade do 25 de Abril

cista da Constituição de 1933 de partido único, baseava-se nas organizações de modelo fascista da juventude, na censura, na polícia política (PIDE/DGS), que perseguia, torturava e assassinava elementos contrários ao regime, na Legião Portuguesa e na polícia de choque, que reprimiam as manifestações públicas; O País estava internacionalmente isolado e desprestigiado e a sua imagem nos países europeus de imigração era muito negativa; As Forças Armadas, um dos pilares do regime,

tinham no seio da sociedade urbana uma imagem negativa;

A guerra que se desenrolava desde 1961 em três frentes – Angola, Guiné e Moçambique – era sofrida em quase todas as famílias portuguesas, não havia futuro para os jovens.

A natureza colonial da guerra, que vai ditar o fim do regime de Salazar e Caetano, criou as condições da originalidade e singularidade do 25 de Abril.

A oposição republicana e democrática manifes-

tou-se ao longo de décadas e bateu-se em revoltas e conspirações, através de modelos republicanos e anarco-sindicalistas e golpes ousados, nos quais participaram militares e civis. O III Congresso da Oposição aprovou as teses para a instauração da democracia em Portugal e o fim da guerra colonial. Passou então a existir na sociedade um alargado consenso político sobre esses temas.

O regime inviabilizou possíveis soluções políticas para a guerra colonial, recusou o diálogo e a negociação com os dirigentes nacionalistas, o que ditou o seu fim.

A guerra colonial foi a causa determinante da ação militar que derrubou o regime; as teses do III Congresso da Oposição Democrática inspiraram o programa do MFA, sem que tivesse existido qualquer articulação ou compromisso entre os dirigentes da Oposição Democrática e os militares do Movimento das Forças Armadas. Foi das fileiras das Forças Armadas, um dos pilares do regime beato-corporativo fascista, que emergiram os improváveis libertadores do povo português, os jovens capitães de Abril, capitães da liberdade e da democracia. Nem o regime vigente, nem os teóricos das revoluções, nem sequer os opositoristas que há muitos anos lutavam contra a ditadura previram tal possibilidade.

Naturalmente, a longa guerra colonial foi fundamental no despertar da consciência social e política dos militares. A situação militar na Guiné, a intransigência do regime e a incapacidade de Marcelo Caetano tornaram muito presente o caso da Índia e aceleraram o processo de radicalização da posição dos militares.

O REGIME INVIABILIZOU POSSÍVEIS SOLUÇÕES POLÍTICAS PARA A GUERRA COLONIAL, RECUSOU O DIÁLOGO E A NEGOCIAÇÃO COM OS DIRIGENTES NACIONALISTAS, O QUE DITOU O SEU FIM

REVOLUÇÃO SINGULAR

São quatro os elementos que estão na base da originalidade e singularidade do 25 de Abril:

- 1 O movimento militar foi da exclusiva responsabilidade dos jovens militares, teve em consideração os anteriores fracassos e os erros das conspirações e intencionalidades de militares e civis. A preparação e planeamento da Operação “Viragem Histórica” e o seu comando e execução foram única e exclusivamente da responsabilidade do Movimento das Forças Armadas;
- 2 O programa político, elaborado pelos militares com maior conhecimento político da natureza da ditadura fascista-corporativa, foi inspirado nas Teses do III Congresso da Oposição Democrática, correspondendo aos anseios de liberdade, paz, democracia e melhores condições de vida para o povo português;
- 3 A adesão espontânea do povo, não seguindo as indicações expressas nos comunicados do MFA, desmoralizou o comando das for-



25 de abril 2014 – Recriação de cravos. Foto gentilmente cedida pelo município de Castro Marim

ças do regime, retirou-lhes capacidade de manobra, transformou o 25 de Abril num processo revolucionário potenciado pelo programa do MFA;

- 4 O não derramamento de sangue na operação militar foi uma preocupação fundamental do MFA. Pretendia-se a todo o custo evitar mortes, só em último caso seria usada a violência. Esta atitude evidencia os valores éticos, humanistas e de respeito pelos outros dos jovens militares.

Conseguiu-se uma virtuosa e muito positiva combinação destes elementos, que viabilizaram uma das revoluções mais extraordinárias,

constituindo um facto irrepetível, único na história mundial.

O Governo, apesar de colhido de surpresa, pela dimensão nacional da acção militar na manhã do dia 25, ordenou uma contra-ofensiva através da mobilização de forças dos três ramos das Forças Armadas, que não teve êxito. Isto deveu-se a:

Primeiro: À capacidade de organização dos jovens militares dos três ramos, à sua determinação e à experiência de comando e combate dos jovens capitães;

Segundo: Na conspiração só participaram militares; o movimento de derrube do regime

foi protagonizado exclusivamente pelas forças militares do MFA, elemento determinante para que não houvesse confronto entre forças de Cavalaria, por exemplo, no Terreiro do Paço;

Terceiro: A imediata e espontânea adesão do povo de Lisboa, que na Baixa da cidade desmoralizou e dificultou a manobra das forças militares e policiais que tentaram o cerco às forças do MFA, apesar de terem ainda conseguido viabilizar a fuga dos ministros do Terreiro do Paço para a rua do Arsenal através das instalações da Marinha e a sua posterior saída em viatura para o Regimento de Cavalaria 7, na Ajuda.

Quarto: Quem fez o 25 de Abril foi o Movimento das Forças Armadas e não foram as Forças Armadas.

Face a estas circunstâncias e singularidades, e não obstante as ordens do Governo para a contra-ofensiva e utilização de fogo, o 25 de Abril foi uma operação militar que decorreu em todo o País sem derramamento de sangue, se exceptuarmos as mortes provocadas pela PIDE, que disparou sobre os populares, junto da sua sede.

JOVENS CAPITÃES

Na acção militar e em particular nos seus momentos mais graves, na iminência do confronto entre forças do MFA e forças do Governo, quem manteve a calma e deu provas de maturidade foram os jovens capitães, ao passo que o comando e os responsáveis do regime perde-

**É DE FACTO SINGULAR
QUE OS JOVENS MILITARES
NÃO ASSUMISSEM
O PODER, APESAR
DE DETEREM TODA
A LEGITIMIDADE
PARA ISSO.
ESTE É UM DOS TRAÇOS
MAIS ORIGINAIS
DO 25 DE ABRIL,
QUE O TRANSFORMA
NUM CASO ÚNICO
E IRREPETÍVEL**

ram o sangue-frio e ordenaram às suas forças que abrissem fogo.

A guerra colonial tinha dado aos jovens militares maior maturidade, capacidade de decisão e experiência de combate do que à hierarquia do regime e ao seu Governo.

O regime não caiu de podre. Caiu, sim, devido a uma feliz conjugação de forças e vontades dos militares do MFA e do movimento popular, que se organizaram e articularam autonomamente. Correndo todos os riscos, os militares do MFA souberam dar cabal expressão aos anseios do povo.

Nesse mesmo dia 25 de Abril, depois do sucesso, os jovens militares entregaram o poder a uma Junta de Salvação Nacional (JSN) de sete oficiais generais dos três ramos das Forças Armadas, para que nomeasse um Governo Provi-

sório Civil para executar o Programa do MFA, promovendo a paz, pondo fim à guerra colonial e realizando eleições para uma Assembleia Constituinte no prazo de um ano.

É de facto singular que os jovens militares não assumissem o poder, apesar de deterem toda a legitimidade para isso. Este é um dos traços mais originais do 25 de Abril, que o transforma num caso único e irrepetível.

Portugal dispunha naquele momento histórico de um alargado grupo de jovens militares profissionais, amadurecidos pela longa experiência da guerra colonial, conhecedores directos das consequências da guerra, experimentados gestores da violência, bem mais aptos para dominarem situações de emergência ou combate do que os generais do regime.

O confronto no Terreiro do Paço e a fuga dos ministros constituem prova evidente. A atitude de Salgueiro Maia e de Alfredo Assunção frente ao brigadeiro Junqueira dos Reis mostra sem margem para dúvidas de que lado esteve o sangue-frio, a calma e a maturidade: quem se descontrolou e deu ordem para disparar foi o brigadeiro.

O confronto no Terreiro do Paço entre as forças de Cavalaria de Salgueiro Maia e as do Regimento de Cavalaria 7, da Ajuda, estas afectas ao regime, revela outra singularidade do 25 de Abril. De ambos os lados estão apenas militares; quando o tenente-coronel Ferrand de Almeida e o major Pato Anselmo, após diálogo, tomam consciência disso, não se rendem a Salgueiro Maia, mas deixam-se prender, porque *um cavaleiro não se rende e cavalaria não ataca cavalaria*. Caso distinto seria se do lado de Sal-

ALÉM DE SER UM FACTO HISTÓRICO ÚNICO, O 25 DE ABRIL PASSOU A FAZER PARTE DO NOSSO IMAGINÁRIO, FOI INCORPORADO NAS NOSSAS MAIORES REFERÊNCIAS E TORNOU-SE UM ELEMENTO DA IDENTIDADE PORTUGUESA, A SUA MARCA MAIS RECENTE, DA QUAL OS PORTUGUESES SE ORGULHAM

gueiro Maia estivessem também civis armados. Registe-se mais um elemento relativo aos acontecimentos no Terreiro do Paço: o cabo José Alves Costa, de formação católica e humanista, recusa disparar sobre militares seus camaradas, não obedecendo à ordem de fogo, porque a tal se opõe a sua consciência, tal como acontecera já com o alferes Sottomaior.

Não é possível compreender estes e outros episódios sem ter em consideração os factores de natureza ética e moral que motivaram e determinaram a acção dos jovens militares de Abril para derrubarem o regime. O que inspirou os militares do MFA foram valores e princípios, que não o desejo ou a vontade de exercerem o

poder; por isso o entregaram à Junta de Salvação Nacional, para que esta desse execução ao Programa do MFA.

ESTÉTICA DE ABRIL

No 25 de Abril esteve também presente uma dimensão estética de elevado simbolismo e poder mobilizador: a canção escolhida para o arranque da acção militar, “Grândola Vila Morena”, e o cravo vermelho na boca das espingardas dos soldados.

Esta dimensão estética deu uma extraordinária projecção internacional ao 25 de Abril, tornando-o um caso luminoso, de elevado valor simbólico: as munições dos soldados são cravos, são flores que nasceram da adesão espontânea da Dona Celeste e das floristas do Rossio.

O movimento popular reconheceu legitimidade e respeitou os jovens militares do MFA. O que se passou com os generais da JSN e o primeiro Governo Provisório iria reflectir-se de forma muito acentuada no desenvolvimento e na dinâmica do processo revolucionário português.

Os valores do 25 de Abril expressos no programa do MFA e no seu exemplo de generosidade, sacrifício e desapego do poder passaram a ser imediatamente património de todo o povo português, quer no País, quer nas comunidades de emigrantes no estrangeiro.

Além de ser um facto histórico único, o 25 de Abril passou a fazer parte do nosso imaginário, foi incorporado nas nossas maiores referências e tornou-se um elemento da identidade portuguesa, a sua marca mais recente, da qual os portugueses se orgulham.



Foto gentilmente cedida pelo município de Figueiró dos Vinhos

O 25 de Abril reconquistou para o país a dignidade e o respeito perdidos, projectou Portugal no contexto internacional, dando-lhe uma nova dimensão, e inspirou a formação de novos países e novas democracias na Europa e no Mundo.

* Capitão de Abril, sócio da A25A



Foto gentilmente cedida pelo município de Ourém

Ver também o Suplemento online n.º 152-153 no sítio da A25A

TERESA MARTINS MARQUES

Esta nossa colaboradora propõe uma ficção, *Voltaire adiado*, onde relata a saga (desde a meninice até à Universidade) de uma mulher jovem chamada Leonor, grávida, trabalhadora-estudante no Instituto Superior Técnico, participante na luta estudantil, cuja ousadia de contestação ao regime a submeteu às agressões dos gorilas com risco de perda da criança. Vi-

veu depois o 25 de Abril acompanhada pela sua filha, ouvindo o comunicado “Aqui posto de comando das forças armadas”, enchendo-se-lhe o “coração de esperança”. No final, “Leonor embrulhou a filha num xaile traçado entre a cintura e os ombros, e levou-a à manifestação do 1.º de Maio. Para se habituar à Liberdade, pensou”.

OS SORRISOS QUE ABRIL TROUXE

MARIA ALCINA ADRIANO*

Em longos anos de escuridão
Olhares sombrios, lábios cerrados,
Gargantas sufocadas pelos gritos contidos,
Corações em constante sobressalto
Com a chorada partida
Dos filhos, dos irmãos, dos namorados,
Para uma guerra desgastada, perdida,
Para longínquas paragens, a salto,
Deixando para trás a miséria e a fome,
Ou para a prisão
Do corpo, dos pensamentos,
Dos sentimentos amordaçados
Transformados em lamentos,
Palavras silenciadas mastigando a revolta,
Engolida com lágrimas de tantos sofrimentos.

A lua acordou mais brilhante e sorridente,
Espalhou sua doçura nas estradas,
rumo a Lisboa.
O sol levantou-se mais cedo na leda
madrugada,
Estendeu seus braços, com nostalgia,
Pelas ruas que depressa transbordaram
de alegria
Da gente que gritou, dançou, riu, sorriu,
Cantou “E Depois do Adeus”
e “Grândola Vila Morena”
Extasiada pelo cheiro dos cravos vermelhos

Disparados dos canos das espingardas
Dos soldados e dos capitães de Abril.
“Foram não sei quantos mil”
Que no Largo do Carmo uniram,
Em praça que se tornou pequena,
Um povo triste, orgulhosamente só,
Revoltado, dominado pela amargura,
pela apatia,
E festejou de pé, sentado num galho
de árvore ou no chão,
A transição do poder que na rua não caiu.

A alegria explodiu em sorrisos,
Abraços, choros convulsivos, gritos de liberdade,
Fraternidade, igualdade, amizade
Estampados nos rostos de cada um,
Iluminados pela luz branca da cidade
Ou pelo reflexo do sol nas águas do Tejo,
seu namorado,
Que também sorriu de encantamento
Para as gaivotas que o acariciavam
Naquele intenso momento,
Gravado para sempre na memória
Que um dia ficará na história
Como “Revolução dos Cravos” de Portugal.

O vento, nas suas longas e brancas asas
Transportou o cheiro dos cravos vermelhos

Para as cidades, aldeias, campos e recantos
De todo o país e do mundo,
Misturado com os odores do tomilho,
das papoilas, do jasmim,
Das searas douradas das Beiras e do Alentejo,
Dos mares calmos ou irados,
Do peixe trazido pelos pescadores,
Dos jornalistas ávidos de informação,
Do suor dos trabalhadores que de sol a sol
Rasgavam a terra, seu sustento, ouvindo
A serenata da rola, do cuco e da cotovia,
No regresso a casa e repetindo a melodia
Na sua mente “O povo é quem mais ordena”.

O povo continuou a sorrir, a gritar, a cantar,
Soltando a dor que lhe ia na alma ferida,
Fazendo de Abril a porta de entrada
da Primavera
Para o resto da sua vida,
Vivida na liberdade de expressão,
de manifestação, de reunião,
De circulação, com dignidade exprimida

E acarinhada na sua cabeça e no coração,
Como forte explosão dos sentidos!

Capitães de Abril que nos entregastes
a liberdade
Aceitai a gratidão de um povo
Que não quer ser amordaçado de novo,
Que no momento certo saberá dizer não
Às injustiças, à desgraça, às amarras
do pensamento,
À desilusão, ao desencanto, à ditadura
do capital,
Que não quer ouvir as baladas do Luís Cília,
do Zeca Afonso, do Adriano Correia
de Oliveira,
Apenas de madrugada, quando o silêncio
e a solidão
Invadiam a nossa casa e agrilhoavam o peito
De muita gente, em Portugal.

Poeta, ex-funcionária pública, sócia da A25A

OUVIMOS E LEMOS

Não mais Alcácer Quibir.
É preciso voltar a ter uma raiz
um chão para lavar
um chão para florir.
É preciso um país.

Manuel Alegre



Horácio Novais

Bolsas da recém criada Fundação Calouste Gulbenkian permitiram que pelo menos alguns saíssem sem terem de enfrentar exageradas fomes

O “FORA” E O “DENTRO”: UMA MEMÓRIA PESSOAL

Com o 25 de Abril, de que agora se aproxima meio século, deixou de haver um “lá fora” para os portugueses. Mas, recorde-se, os pacíficos cravos de Abril foram fertilizados nos campos sangrentos das guerras coloniais. E também foram arejados um pouco, quero crer, pela nossa geração de portugueses em demanda de nós próprios no “lá fora”. Portugal é agora parte de uma Europa (quase) sem fronteiras. Que é também uma Europa crescentemente pluricultural e multirracial. Se, de algum modo, contribuímos para isso, terá valido a pena.

HELDER MACEDO*

A CULTURA PORTUGUESA, a partir da década de 1950, ficou a dever muito à ditadura.

Explico: o ambiente fechado e repressivo em que Portugal vivia criou nos jovens aspirantes a pintores e escritores da minha geração o desejo de sair. E bolsas da recém criada Fundação Calouste Gulbenkian permitiram que pelo menos alguns saíssem sem terem de enfrentar exageradas fomes ou degradantes trabalhos marginais, como os emigrantes que iam a salto e lá se amanhavam como podiam. Semelhantes agroses, no entanto, aguardaram alguns dos que foram sem bolsa. Mas, mesmo esses, com a vantagem de saberem praguejar perfeitamente nas necessárias línguas. O que sempre é melhor do que o obrigado e desculpe submisso. Pois é, a educação é uma coisa muito bonita.

A situação desses neófitos das artes e das letras também não era equivalente à dos exilados políticos que então havia, embora alguns já tivessem sido arranhados pelas patas da PIDE. Por vezes, sem mais razões do que serem das artes e das letras: faziam perguntas, faziam desconfiar, eram perigosos. Mas a sua nova situação, mes-

mo não sendo de exílio, ainda assim foi política, porque Portugal, como a Dinamarca, de Hamlet, era nesse tempo uma prisão, tendo-os feito ansiar por um “lá fora” onde pudessem tornar-se livremente em quem desejavam vir a ser.

PARIS

O “lá fora” preferido por quase todos foi Paris. Com o benefício adicional, para alguns, de terem apoios didáticos de grandes artistas residentes de longa data: Maria Helena Vieira da Silva, Árpád Szenes, António Dacosta. E, é claro, havia o Louvre e as galerias de arte para aprender com outros mestres antigos e modernos. Eu vim para Londres, mas Londres, para mim, era nesse tempo um pouco como uma extensão de Paris, e Paris uma extensão do chamado “Grupo do Gelo”, onde quase todos nós tínhamos aperfeiçoado em Lisboa a arte de dizer não. Portanto, ia frequentemente a Paris ver os amigos e alguns deles também vinham visitar-me. Não sei como conseguíamos, com tão escassos recursos. Éramos jovens e afoitos, e lá íamos conseguindo.

Dos das artes visuais, a Lourdes Castro e o René Bertholo tinham estado em Berlim antes de se radicarem em Paris, onde criaram a revista *KWY*: as três letras que não havia no alfabeto português. Ou seja, o “lá fora” do alfabeto português. O João Vieira já lá estava (indomitamente sem bolsa) e juntaram-se a eles na revista outros jovens pintores, portugueses e não só: o Gonçalo Duarte, o José Escada, o António Costa Pinheiro (que iria ter uma base razoavelmente mais sólida, em Munique), o alemão Ian Voss e o Christo búlgaro. Mais desgarrado, mas não menos convivial, o João Rodrigues também ia sobrevivendo em Paris, a desenhar o que pudesse como e onde podia.

Contou a Lourdes que, enquanto ela e o René se esforçavam para produzir as serigrafias da revista, o João Vieira (que sobrevivera uns tempos a carregar e descarregar caixotes nas margens do Sena) os entretinha com pormenores das suas adicionais proezas (digamos) musculares, a encantar meninas nos *caveaus* das noites libertárias. O desejo, até nisso, a triunfar da frustração.

Eu já contei, mas vou contar de novo, como teria ficado rico, se tivesse adivinhado o futuro. Foi assim: o João Rodrigues andava nesse tempo com o projecto de embrulhar o mundo. Começando, por exemplo, com um fósforo, e depois a caixa dos fósforos, e depois o cinzeiro, e depois a mesa, a sala, o prédio, a cidade, o país, o continente, o planeta, o universo, tudo dentro de tudo. Vai daí, fui a Paris, estava a chover torrencialmente, comprei uma garrafa de *tintol* e fui partilhá-la com os amigos. A água

**POR VEZES
SEM MAIS RAZÕES
DO QUE SEREM
DAS ARTES
E DAS LETRAS:
FAZIAM PERGUNTAS,
FAZIAM DESCONFIAR,
ERAM PERIGOSOS**

esguichava-me dos sapatos, tirei-os, ficaram a um canto da sala. O Christo, que eu mal conhecia, teria sabido ou não do projecto do João Rodrigues, foi buscar os sapatos e começou a embrulhá-los. Para simpaticamente os secar, pensei. Chegada a altura de regressar ao meu hotel de meia estrela e percevejos residentes, desembulhei os sapatos, calcei-os e lá me fui, *clopin-clopand*. O Christo passou o resto da vida a embrulhar tudo o que pôde e fez fortuna. Mas eu ao menos preservei os pés com essa obra de arte pioneira.

Dos escritores, o futuramente (e justamente) celebrado Herberto Helder andou a dar uns passos em volta pelo “lá fora” antes de regressar a Portugal para se esconder de Portugal. O actualmente (e justamente) redescoberto Manuel de Castro também por lá andou e, de caminho, coordenou o único número puramente literário do *KWY*. Regressou a Portugal e morreu de cirrose aos trinta e seis anos. Pois é, os

regressos nem sempre foram fáceis. O João Rodrigues suicidou-se em Lisboa, atirando-se “da janela à rua” como foi noticiado na nota esparsa de um jornal. Outro pintor que vivera em Paris, o surrealista Manuel d’Assumpção, também se suicidou. Por essas e por outras, o José Manuel Simões, que teria podido ser poeta, nunca regressou. Colaborou activamente com exilados políticos espanhóis no *Ruedo Ibérico* e, depois de Salazar ter caído da cadeira e Franco ter caído à cova, foi-se deixando ficar, sobrevivendo em Paris como um *clochard* de luxo.

Nos fins dos anos cinquenta e início dos sessenta, Paris também foi atraindo outros jovens portugueses, entre os quais destaco o filósofo Fernando Gil, meu amigo de infância, que aí se doutorou e onde prosseguiu uma brilhante carreira universitária na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, que depois do 25 de Abril complementou com a formação de filósofos portugueses na Universidade Nova de Lisboa. E, já agora, menciono os também meus amigos José Gil (irmão mais novo, mas não menos brilhante, do Fernando) e Alfredo Margarido, cuja multifacetada obra – académica, literária e visual – ainda não foi devidamente reconhecida. E insisto em mencionar as amizades porque elas foram fundamentais para a nossa formação.

LONDRES

Entretanto, em Londres, conheci o João Cutileiro, o Bartolomeu Cid dos Santos e a Paula Rego. Os três encontraram-se na simultaneamente respeitabilíssima e aventureira *Slade*

**NUNCA CONFUNDIMOS
O REGIME POLÍTICO
OPRESSOR
COM O NOSSO PAÍS
QUE ESSE REGIME OPRIMIA.
PARADOXALMENTE,
ALGUNS ATÉ CONSEGUIRAM
ESTAR MAIS DENTRO
DE PORTUGAL
POR ESTAREM FORA,
SEM CONTROLOS POLICIAIS**

School of Art e foi uma festa para todos. A Paula tinha um pai munificente e liberal; o Bartolomeu uma família protectora. Quem teve menos apoios foi o João Cutileiro. O pai (em circunstâncias que teriam incluído o desfavor do regime português) tinha-se suicidado e a vida não era fácil. Sendo assim, além de esculturas arrojadamente experimentais (tenho pena de que não tivesse prosseguido também essa via quando regressou a Portugal), desenvolveu a arte de transformar um raquítico frango de aviário, daqueles que nunca viram o sol, nas refeições de cinco dias da semana, em sucessivas metamorfoses culinárias. E, sempre hospitaleiro, também se esmerou na ciência de como partilhar uma banana, medindo-a rigosamente com uma fita métrica para as duas metades ficarem iguais.

Dois ou três anos depois, a Menez trouxe para Londres a insuperável magia da sua pintura que seria música, se não fosse poesia, e seria

poesia, se não fosse pintura. Poucos ingleses deram por isso. Às vezes é necessário explicar-lhes tudo. Também não sei se entenderam quanto havia de iconoclasta na beleza harmoniosa da pintura do Eduardo Batarda, que, nos primeiros anos da década de 70, veio como bolseiro da Gulbenkian para o *Royal College of Art*. Por esse tempo, o João Vieira também residia em Londres e dava aulas noutra escola de arte. Para ensinar os ingleses a escrever todas as letras do alfabeto? No dia 25 de Abril de 1974, estava em minha casa. Largou tudo, conseguiu um voo, e chegou ao aeroporto de Lisboa ao mesmo tempo que Álvaro Cunhal.

Londres já tinha uma longa e nobre tradição de presenças culturais portuguesas, manifestada, por exemplo, na BBC durante a II Grande Guerra e remontando, no início do século, a quando Manuel Teixeira-Gomes foi Ministro Plenipotenciário da Primeira República. O fundador do surrealismo português, António Pedro, viveu e expôs em Londres na década de 40, lado a lado com já então celebridades como Pablo Picasso; o Ruben A leccionou no *King's College* nos anos 50; a Luzia Maria Martins trabalhou na BBC antes de ir fundar o Teatro Estúdio de Lisboa; no fim dos anos 60 e início dos 70, o José Cardoso Pires, quando tanto contribuiu para desmascarar internacionalmente os “golpes de censura” praticados em Portugal, também leccionou no *King's College*; o Alexandre Pinheiro Torres, refeito das consequências de ter integrado o júri que deu o prémio da SPE ao Luandino Vieira, estava em Cardiff, mas vinha a Londres frequentemente; pouco antes do

25 de Abril, o Mário Cesariny de Vasconcelos e a Ana Hatherly residiram aqui um ano ou dois. Pouco depois do 25 de Abril, a Maria Velho da Costa também veio para Londres. E o Ruy Cinatti até tinha conseguido nascer aqui.

Quando cheguei a Londres, o Alberto de Lacerda já era residente de longa data, primeiro trabalhando na BBC e depois prosseguindo o seu nobre – e algo sacrificial – destino de poeta naquilo que escreveu e no modo como viveu. Teve participação activa nos mais exclusivos círculos literários ingleses dos anos 50. No início dos anos 60, fez o que julgo ter sido a sua última visita a Portugal, onde confrontou inesperados dissabores com a PIDE. Esteve depois uns tempos a leccionar em universidades americanas e voltou para a sua amada Londres, que conhecia como ninguém e oferecia aos amigos como se fosse um secreto presente pessoal. O seu devotado amigo e testamentário – o também poeta Luís Amorim de Sousa – anda há anos a tentar publicar em Portugal a vasta obra inédita do Alberto. É vergonhoso para as letras portuguesas que isso ainda não tenha acontecido.

Com o agravamento da “Guerra Fria” nos anos 60, a secção portuguesa da BBC foi constrangida a moderar, se é que não a neutralizar, a sua atitude crítica em relação à ditadura portuguesa, com a qual sucessivos governos ingleses foram mantendo uma aliança tácita, mesmo depois do início das guerras coloniais. Manuel de Seabra, brilhante profissional e cidadão interveniente que havia sido perseguido político em Portugal, encontrou modos de tornear os controlos internos nas suas improvisadas “me-



Foto gentilmente cedida pelo município de Odivelas

sas redondas” onde podíamos comentar livremente o que os noticiários omitiam. Foi vítima de uma campanha caluniosa e trocou Londres por Barcelona, onde iria ter activa participação na vida cultural e política catalã. Também por esse tempo, António Figueiredo – representante do general Humberto Delgado, em Londres – exerceu na imprensa britânica uma actividade politicamente esclarecedora.

RICARTE DÁCIO

À margem da política propriamente dita, o caso de Ricarte Dácio foi, ainda assim, sintomático desses anos conturbados. Amava o surrealis-

mo como uma entidade carnal, mas inacessível. Veio para Londres com um vago e desnecessário emprego num dos serviços vinculados à Embaixada, tinha algum dinheiro, instalou-se numa casa de dois andares em Nightsbridge, a zona mais cara da cidade. Usava um britanicamente destoante fato branco, mas de impecável corte inglês da Saville Row, e tinha o hábito de soerguer o sobrolho esquerdo quando se animava. Recolheu e sustentou o Mário Cesariny, como se fosse um grande favor que o Cesariny lhe fazia. Também ajudou o João Vieira num período de crise de saúde, mas o Cesariny queixou-se, numa carta ao Luiz Pacheco, de que o

João Vieira o estava a prejudicar. Cumprida a sua missão londrina, o Dácio voltou para Portugal e montou uma livraria com preciosos livros associados ao surrealismo que se recusava a vender por gostar demasiadamente deles. O fato branco começou a ter nódoas. O sobrolho descaiu. Fui sabendo dele pelo Herberto Helder, para quem transferiu as suas devoções. E depois matou com uma caçadeira a mulher, um filho e o gato, usando o último cartuxo para se suicidar. Bem educado como era, deixou primeiro um bilhete à mulher a dias, pedindo desculpa pela desarrumação em que ia encontrar a casa. E já tinha mandado ao Herberto uma longa carta. Perguntei ao Herberto: “E a carta?” O Herberto: “Rasguei-a, é claro.” Desse modo, coroando o que o Dácio teria concebido como a sua obra-prima surrealista, superior à dos suicidas de Paris? Pois é, o desespero era grande. Mas deixemo-lo ficar assim.

Dos meus amigos londrinos mais próximos, o Bartolomeu iria ser professor catedrático na *Slade* e a Paula veio a ser a pintora unanimemente celebrada que fez jus aos mais altos títulos honoríficos no Reino Unido. Até a tornaram *Dame* do Império Britânico... A sua morte foi notícia de primeira página na imprensa inglesa. Tempo houve, no entanto, em que teve críticas paternalisticamente condescendentes de alguns mandarins das artes na Inglaterra. Um deles, particularmente obtuso e que ainda anda por aí, se calhar agora juntando-se ao coro celebratório, até declarou que ela não sabia desenhar. Isso foi antes de vários artistas ingleses tentarem desenhar como ela, é claro.

COM O 25 DE ABRIL, DE QUE AGORA SE APROXIMA MEIO SÉCULO, DEIXOU DE HAVER UM “LÁ FORA” PARA OS PORTUGUESES

E também muitos aprenderam gravura com o Bartolomeu na *Slade*.

MAIS DENTRO POR FORA

Por essas e por outras é bom não esquecer que a obra da Paula Rego, bem como a do Bartolomeu dos Santos, foi primeiro reconhecida em Portugal. Isto também desde logo significa que, tal como os de “lá fora” em Paris, contribuíram para a renovação – diria mesmo para uma revolução – da cultura portuguesa dentro de Portugal. Aliás, no plano propriamente político, tanto o Bartolomeu como a Paula fizeram quadros abertamente críticos ao regime salazarista. Alguns de nós, em Paris e em Londres, teremos sido politicamente mais activos do que outros. Mas nenhum deixou de intervir, tão criativamente quanto pudesse, na vida cultural portuguesa. Ou seja, nunca confundimos o regime político opressor com o nosso País que esse regime oprimia. Paradoxalmente, alguns até conseguiram estar mais dentro de Portugal por estarem fora, sem controlos policiais. Até porque muitos – mesmo alguns politicamente vulneráveis – foram conseguindo ir re-

gularmente a Portugal e, assim, participar, até presencialmente, na vida cultural do País. Foi esse o caso de Luís de Sousa Rebelo (meu eruditíssimo professor e depois colega no *King's College*) que, mantendo embora excelentes relações profissionais com as instituições oficiais portuguesas, desenvolveu uma perigosa acção política clandestina junto da chamada imigração económica. Veio a saber-se depois do 25 de Abril que era membro de longa data do Partido Comunista Português.

Alguns casais portugueses residentes em Londres, por serem casais, arriscavam duplamente quando iam a Portugal: os *designers* José Brandão e Salete (filha homónima da poeta Salete Tavares); a produtora radiofónica Ana Féria e o tradutor António Nogueira Santos; ou – numa área profissional paralela à das artes e das letras – o médico e investigador científico João Monjardino, casado com Maria Emília (também formada em medicina e filha do poeta neo-realista Armino Rodrigues), que teve uma acção preponderante entre os democratas portugueses, em Londres. Eu, menos discreto ou menos hábil, fui publicando uns poemazitos em Portugal (mas um romance e alguns contos que então escrevi não puderam ser publicados) e estive alguns anos sem poder lá voltar. Mas isso foi sobretudo por “desmandos” políticos cometidos antes de vir para Londres. Ainda assim, tive sorte, sempre com o imprescindível apoio da Suzette, numa vida partilhada para toda a vida. Por exemplo, e haveria muitos outros, ajudou-me a redigir (anonimamente) a carta de protesto de escritores ingleses contra a perseguição das chamadas “Três Marias” em

ALGUNS CASAIS PORTUGUESES RESIDENTES EM LONDRES, POR SEREM CASAIS, ARRISCAVAM DUPLAMENTE QUANDO IAM A PORTUGAL

Portugal. E depois foi consultora da tradução pioneira das *Novas Cartas*, que tanto contribuiu para que a obra e as autoras fossem adoptadas internacionalmente pela causa feminista.

Em Londres, eu talvez tivesse podido escrever em inglês e ser publicado mais facilmente do que então podia em Portugal. Mas, depois de várias voltas e reviravoltas (que também incluíram a BBC), preferi obter as necessárias qualificações académicas e prosseguir uma carreira docente activamente portuguesa no *King's College*. A primeira tese de doutoramento que orientei foi sobre Herberto Helder... Mas depois organizei antologias de poesia portuguesa em tradução inglesa, fundei a revista *Portuguese Studies*, que foi premiada nos EUA, o Departamento, que já incluía estudos brasileiros, foi expandido para incluir também estudos africanos e História, alunas e alunos nossos vieram a ter cargos docentes em escolas inglesas e em universidades inglesas, americanas e portuguesas. Com a crescente comercialização das universidades, muito do que deixámos feito não teve continuidade. Mas fomos fazendo o que foi possível, como e quando foi possível. Tudo coisas pacíficas.

OS QUE DEIXARAM DE SER

Começadas as guerras coloniais, a resistência interna ao regime português exacerbou-se (houve, por exemplo, as famosas “brigadas revolucionárias”), e também houve, é claro, sobretudo em França e na Escandinávia, exilados propriamente ditos: jovens que recusaram ir matar ou serem mortos, políticos que procuraram evitar que isso continuasse a acontecer. Encontrei alguns desses políticos e alguns militantes africanos de passagem, unidos no que também entendi ser uma causa comum. Quando Mário Soares, como primeiro-ministro, veio a Londres em visita oficial, eu dirigia o departamento de português no *King’s College* e tive o gosto de recebê-lo, de solene capa cerimonial. Mário Soares, que mal falava inglês, insistiu que informasse o Principal de que até recentemente ele tinha sido um exilado político. O Principal não entendeu, porque diabo lhe estava a dizer isso, mas procurei explicar-lhe

OUVIMOS E LEMOS

Não mais navios a partir
para o país da ausência.

Manuel Alegre

**EU, MENOS DISCRETO
OU MENOS HÁBIL,
FUI PUBLICANDO
UNS POEMAZITOS
EM PORTUGAL
(MAS UM ROMANCE
E ALGUNS CONTOS
QUE ENTÃO ESCREVI
NÃO PUDERAM
SER PUBLICADOS)
E ESTIVE ALGUNS ANOS
SEM PODER LÁ VOLTAR**

que foi importante ter sido para poder deixar de ser.

Com o 25 de Abril, de que agora se aproxima meio século, deixou de haver um “lá fora” para os portugueses. Mas, recorde-se, os pacíficos cravos de Abril foram fertilizados nos campos sangrentos das guerras coloniais. E também foram arejados um pouco, quero crer, pela nossa geração de portugueses em demanda de nós próprios no “lá fora”. Portugal é agora parte de uma Europa (quase) sem fronteiras. Que é também uma Europa crescentemente pluricultural e multirracial. Se, de algum modo, contribuímos para isso, terá valido a pena.

* Poeta e romancista, professor catedrático, professor emérito do King’s College, ex-exilado político.

50 ANOS DE LIBERDADE...

O 25 de Abril é uma data, um feito raro, obra e graça de um grupo de valentes militares, seguidos por quase todas as Forças Armadas e apoiados pela população. A partir daí, bem ou mal, para o melhor e o pior, as escolhas foram dos portugueses, as decisões foram dos seus dirigentes, as opções foram as do eleitorado, as determinações foram as das instituições e dos partidos políticos. Valeu a pena.

DOMINGOS CHAVES*

LEMBRAR A HISTÓRIA da resistência à ditadura e ao colonialismo, convocar a memória e a actualidade desses dias de revolução, de transformação e de esperança de onde brotou a democracia portuguesa, homenagear os que lutaram e tombaram nos combates contra a exploração, contra a opressão, contra a guerra colonial, é um dever de todos os democratas. Não se trata de uma nostalgia, de um suspiro de saudade, menos ainda de evocar um falso consenso vazio que desarme a força presente do passado, isso sim, de lutar pela memória e de convocar a História para fazer face aos combates de hoje.

Quando o neoliberalismo e a extrema-direita lançam hoje a sua sombra de regressão política, social, civilizacional e de reabilitação dos valores e práticas da ditadura salazarista e do colonialismo, num ataque frontal às conquistas de Abril é necessário dizer “não” e fazê-lo

em solidariedade com o nosso povo e em intercâmbio com os povos da Europa e do mundo que hoje enfrentam a mesma ameaça de retorno à barbárie e a combatem.

Relembrando então a História, o dia 25 de Abril de 1974 ficou, por isso, gravado na memória de quem o viveu e foi uma vitória de tal importância, que ganhou destaque nos manuais de História, para que as gerações seguintes não se esqueçam do seu valor.

A democracia em Portugal que cumpre agora 50 anos, é por isso um óptimo pretexto para relembrar a data que marcou a Revolução dos Cravos.

PÓS-GUERRA E REVOLUÇÃO

No período entre o pós-guerra e 1974, ano que marca a queda do regime, observou-se sobretudo uma inversão das tendências económicas e tecnológicas. Entre a década de 1950 e 1960,



Assembleia Municipal ocorrida em 2023, em Vila Real, nos Claustros do Palácio Conde de Amarante
Foto cedida pelo município

no plano económico, Portugal e o seu Governo beneficiaram grandemente com o Plano Marshall! Um facto que, aliado aos planos de fomento salazarista, permitiu a criação de mais infra-estruturas e o aumento do Produto Interno Bruto real por habitante. Para tal, contribuiu o baixo rendimento salarial, que, aliado ao também baixo valor das chamadas matérias-primas, atraíram investimentos internos e ex-

ternos, factos que, para beneficiar de critérios de favorecimento económico, levaram o Governo a aderir à EFTA – Associação Europeia do Comércio Livre. Todavia, a única abertura que o Governo português teve à Europa e às potências internacionais, mantinha-se estritamente no plano económico e financeiro.

Em termos demográficos, o litoral, designadamente a zona da grande Lisboa, registou então

um contínuo crescimento populacional e urbano, devido à falta de mão-de-obra não qualificada, ao ponto de, nas zonas circundantes, proliferarem os bairros de lata. Em termos estruturais, notou-se uma tendência favorável ao sector industrial e dos serviços, em contraste com o sector agrícola, deixado ao abandono, para o qual concorreu o aumento de trabalho e o crescimento económico, nomeadamente das indústrias de conservas de peixe, cortiça, têxteis e materiais de construção.

Porém, apesar do crescimento registado, os níveis de produtividade continuaram baixos, o mercado era reduzido, e os investimentos na modernização sofreram rupturas, por causa da Guerra Colonial, entre 1961 e 1974. A agricultura foi, por isso, um sector estagnado nestas duas décadas.

Relativamente aos avanços tecnológicos, destaca-se a difusão da electricidade, aliada à preferência por uma estratégia de produção hidro-eléctrica. Releva-se ainda a proliferação de máquinas e adubos industriais para a agricultura, todavia, com resultados de produção ainda humildes.

Por fim, a banalização da rádio, do automóvel, dos transportes públicos e de mercadorias, que, aliados ao alcatroamento das estradas, se tornaram mais cómodos e eficazes. No entanto, quer o sector industrial, quer o sector dos serviços, continuavam gravemente atrasados face à Europa, onde as infra-estruturas de serventia dos transportes e comunicações, a formação dos trabalhadores e a modernização tecnológica já conheciam avanços e abundância,

**EM 1974,
PORTUGAL ESTAVA
LONGE DE SER
UM PAÍS DESENVOLVIDO
E MUITOS ERAM
OS INDICADORES
QUE REVELAVAM
O GRANDE ATRASO
RELATIVAMENTE
AOS DEMAIS PAÍSES
EUROPEUS!**

delegando Portugal para um plano inferior de concorrência e desenvolvimento.

Um atraso decorrente da chamada neutralidade do país na II Guerra Mundial, das muitas limitações democráticas do Estado Novo e do peso dos dogmas da Igreja em todas as matérias, cuja acção cristalizou não só o desenvolvimento cultural, mas também o social e o tecnológico. Posteriormente, também a Guerra Colonial teve o mesmo efeito, já que acabou por cativar as prioridades do Estado. Mesmo em 1968, quando Marcelo Caetano se apresentou ao povo como uma solução para a renovação do regime no sentido da liberalização, assim como para a guerra nas colónias, as expectativas populares acabaram defraudadas pela continuidade do

sistema ditatorial e repressivo.

A resposta foi dada em 1974 com um golpe militar.

E... ASSIM NASCEU ABRIL!

“Nasceu” e continua bem presente entre nós!... Está presente na voz de políticos e de manifestantes, na televisão, na música, nos jornais e um pouco por todo o lado. E porquê? Porque a resposta para quase tudo o que o povo queria era invariavelmente um “não”. Portugal era um país onde as pessoas não tinham liberdade e onde reinava a proibição.

As pessoas não podiam escolher qual o partido que queriam que os governasse, porque não havia eleições livres; não podiam criticar o sistema em que viviam, porque corriam o risco de ir parar à prisão. “Escolher” era por isso um verbo que não estava ao dispor da população. Se fossem do sexo masculino, os jovens eram obrigados a ir para a tropa e a partir para a guerra num continente distante, onde muitos acabaram por morrer ou ficar feridos.

Nas escolas, os rapazes e as raparigas estudavam em turmas separadas e a diferença de géneros era notória. As mulheres estava reservado um papel secundário na sociedade. Se quisessem sair do País, tinham de ter uma autorização escrita do marido. Para votar, ao contrário dos homens, não lhes bastava ter 18 anos – tinham de ter o ensino secundário completo – algo raro, porque na altura só era obrigatório estudar até à 4.ª classe – 31 em cada 100 mulheres não sabiam ler nem escrever, e nos homens, a proporção era de 20 em cada 100.

**A VONTADE ERA GERAL,
MAS QUEM TOMOU
AS RÉDEAS DA MUDANÇA
FORAM OS MILITARES,
QUE SE UNIRAM
NO CÉLEBRE MFA
– MOVIMENTO DAS FORÇAS
ARMADAS –
E DESENHARAM
UM PLANO
ÀS ESCONDIDAS**

VIDAS ÀS ESCONDIDAS

Gente que, acima de tudo, queria ter liberdade para poder escolher os governantes, para acabar com a guerra, para poder expressar abertamente as suas ideias e ter acesso a uma informação sem filtros. A vontade era geral, mas quem tomou as rédeas da mudança foram os militares, que se uniram no célebre MFA - Movimento das Forças Armadas - e desenharam um plano às escondidas. Para o efeito, era fundamental manter a estratégia longe da PIDE, a tal polícia política que tinha agentes e informadores não identificados por todo o lado.

GOLPE DE ESTADO

Na madrugada de 25 de Abril de 1974, os militares saíram então dos quartéis e levaram a cabo um golpe de Estado para deitar abaixo o Governo. A rádio teve um papel preponderante. Duas emissoras – primeiro os Emissores Associados

de Lisboa, depois a Rádio Renascença – colaboraram com os militares, acordando transmitir as “*senhas*” que dariam aos vários quartéis a indicação de que a Revolução estava em curso. As “*senhas*” eram duas músicas: “E Depois do Adeus”, de Paulo de Carvalho, e “Grândola Vila Morena”, de Zeca Afonso.

Poucas horas depois, outra emissora seria ocupada pelo Movimento das Forças Armadas – a Rádio Clube Português. Na antena, comunicaram o que estava a acontecer e pediram aos habitantes de Lisboa para se manterem em casa, receando que a Revolução provocasse incidentes. O pedido de nada adiantou. Felizes com a possibilidade de terem a democracia de volta, os lisboetas saíram às ruas para se juntarem aos militares e, além de os apoiarem com a sua presença, ainda lhe faziam chegar alimentos de primeira necessidade.

CAPITÃES DE ABRIL

Os homens que fizeram a Revolução ficaram para a História como os Capitães de Abril. Muitos, como Otelo Saraiva de Carvalho – *já falecido* – ou Vasco Lourenço, são conhecidos do povo pelo facto de os terem visto nas televisões, mas outro nome talvez bem mais importante, foi o do capitão Salgueiro Maia. Foi Salgueiro Maia, quem comandou os militares e os tanques que saíram de Santarém em direcção a Lisboa e aí esteve nos momentos principais. Um aconteceu no Terreiro do Paço, quando as forças fiéis ao regime se passaram para o seu lado, desobedecendo às ordens do brigadeiro Junqueira dos Reis, recusando disparar sobre

**É POR ISSO QUE,
AO LADO DE OUTRAS
COMEMORAÇÕES,
ESTA DATA
JAMAIS PODERÁ
SER APAGADA.
O 25 DE ABRIL
NÃO TEM CULPA
DOS ERROS COMETIDOS,
NEM RESPONSABILIDADE
PELO QUE SE LHE SEGUIU**

os revoltosos. O outro teve lugar quando cercaram o Quartel da GNR, no Largo do Carmo, onde estava refugiado Marcelo Caetano, o Presidente do Conselho do Estado Novo, que havia sucedido a Salazar.

DIA MAIS IMPORTANTE

Para muita gente, o 25 de Abril de 1974 foi o dia mais importante das suas vidas. O dia em que reconquistaram a liberdade. Um dia que a poetisa Sophia de Mello Breyner Andresen eternizou com um dos seus muitos poemas. Uma metáfora, onde salientou a madrugada de “onde emergimos da noite e do silêncio”! Noite e silêncio que significavam 48 anos de ditadura e de ausência de liberdade a todos os níveis. Outro poeta, José Carlos Ary dos Santos, resumiu toda a história no poema, *As Portas que Abril Abriu*, onde começa precisamente por, “era uma vez um país”...



Direitos reservados

Lisboa, 25 de abril de 1974

E OS CRAVOS?

O 25 de Abril de 1974 é por isso um momento-chave na História de Portugal e até do mundo. Muitos países, como Espanha, Brasil ou Chile, que também viviam em ditadura, sonharam com a revolução portuguesa. Não só porque foi capaz de restituir a liberdade aos cidadãos, mas também por não se ter derramado uma gota de sangue, coisa pouco comum nos golpes de Estado. No 25 de Abril, o vermelho que ficou para

a História não foi de sangue, mas sim o vermelho dos cravos, que hoje recordamos.

VALEU A PENA...

Em 1974, Portugal estava longe de ser um país desenvolvido e muitos eram os indicadores que revelavam o grande atraso relativamente aos demais países europeus! O analfabetismo, os salários e o rendimento *per capita*, estavam na primeira linha. A saúde pública e a segu-

rança social eram incipientes, 52% das casas não tinham água canalizada, 70% não tinham banho, 40% não tinham instalações sanitárias e quase metade não tinham electricidade nem ligação à rede de esgotos. Os analfabetos eram um terço da população e tínhamos a mais alta mortalidade infantil da Europa e a mais baixa esperança de vida à nascença. Os números relativos à emigração também não enganavam – a fuga nos últimos quinze anos que antecederam a revolução, cifrava-se em cerca de um milhão e meio de cidadãos.

Mas o atraso, não era apenas o dos números, nem o das realidades económicas. A sociedade era um retrato dessa condição.

Quem, entre os mais velhos, não recorda como os pobres de pé descalço passavam na rua?

Quem já se esqueceu da condição das mulheres que tinham o acesso vedado a determinadas profissões, que figuravam nos passaportes dos maridos e que deles tinham de obter autorização para viajar ou abrir uma conta no banco?

Quem, como leitor, escritor, académico ou jornalista, nunca foi vítima de uma censura sempre presente e atenta ao desenrolar dos acontecimentos?

Mais de metade da população actual portuguesa nasceu já depois de 25 de Abril de 1974. Os que nasceram antes são uma minoria, não tendo muitos destes sequer idade suficiente para perceber o que aconteceu então e para se lembrarem hoje. É por isso que, ao lado de outras comemorações, esta data jamais poderá ser apagada. O 25 de Abril não tem culpas dos erros cometidos, nem responsabilidade pelo

que se lhe seguiu. O 25 de Abril é uma data, um feito raro, obra e graça de um grupo de valentes militares, seguidos por quase todas as Forças Armadas e apoiados pela população. A partir daí, bem ou mal, para o melhor e o pior, as escolhas foram dos portugueses, as decisões foram dos seus dirigentes, as opções foram as do eleitorado, as determinações foram as das instituições e dos partidos políticos. Valeu a pena...

* Mestre em ciência política, diretor da revista *Barrosana*

OUVIMOS E LEMOS

Até que um dia, corajosamente,
Olhei noutro sentido, e pude,
deslumbrado,
Saborear, enfim,
O pão da minha fome.
Liberdade, que estais em mim,
Santificado seja o vosso nome.

Miguel Torga

CELEBRAR A LIBERDADE, APROFUNDAR A DEMOCRACIA



Direitos reservados

Em 2020, em plena pandemia de covid-19, Carlos Ferreira representou o País no local onde se costuma realizar o tradicional cortejo comemorativo da Revolução dos Cravos. Faleceu a 1 de Junho de 2021 com 73 anos

A revolução do 25 de Abril veio varrer o velho e obsoleto mundo colonialista/fascista, que a ditadura de Salazar desesperadamente tentou manter. Esta revolução foi festejada com imensa alegria pelo povo, que desceu à rua! Libertaram-se palavras não ditas, o riso, a esperança, a leveza e todas as emoções, que acompanham o acto fundacional que é a genuína liberdade. 'Abril Sempre' (!) é a vontade expressa de um povo, quando persiste no aplicar deste acto de saudável rebeldia contra as injustiças económicas, políticas, sociais e culturais. Aí estamos, insistindo e aprofundando!

ANA ROSENHEIM*

A NOSSA RELATIVAMENTE jovem democracia tem por dever e o direito de conhecer o seu passado de terror, de impunidade, de exploração e de violentíssima repressão, que a ditadura fascista exerceu sobre o povo português e os povos das antigas colónias. Desta feita podem-se prevenir certos possíveis abaloamentos e/ou derivas para quaisquer regimes autocráticos ou mesmo ditatoriais. Como também se tem a oportunidade de revelar, compilar e realçar as intervenções criativas, fornecidas por homens e mulheres, lutadores até hoje invisíveis. Pessoas de diversos extractos sociais e de diversas profissões, que lutaram por esta tão querida 'utopia', a de um Estado mais igualitário, a de um país mais justo sem mordagens nem delatores. As memórias destes 'invisíveis' fazem parte do património de uma democracia, que reivindique o seu próprio direito a existir, a aprofundar e a alargar as suas raízes.

E porque de testemunhos se trata e do resgate de memórias, silenciadas sob o peso das trans-

formações urgentes e rápidas da nossa 'menina', proponho desta vez trazer á luz do dia alguns exemplos de resistência, que conheci de perto e que hoje fazem também parte daquilo que sou.

Estes acontecimentos são concretos, reais e vividos pela minha família próxima e por mim mesma.

RESISTÊNCIA E MEMÓRIA

Corria o ano de 1963. Meu pai, muito comprometido com a luta antifascista, era um médico dedicado, investigador no laboratório do IPO (Instituto Português de Oncologia) sob a direcção do médico e professor Fernando da Fonseca, e exercia a sua actividade no antigo Sanatório do Lumiar, hoje Hospital Pulido Valente. É denunciado por um militante do PCP (Partido Comunista Português), foi preso e terrivelmente torturado.

Submetido a torturas mistas (a da estátua, a da privação prolongada do sono, adas chantagens

diversas, a das falsas simulações de gritos, a da permanência nos curros ainda que com grave cólica renal). Vem a ser constituído arguido num processo, que termina com uma condenação de dois anos de prisão efectiva, e a perda dos direitos profissionais e cívicos.

Nota: Infelizmente continua entre nós por realizar um estudo científico (que abranja transversalmente várias especialidades) sobre a tortura em Portugal. Pois os elementos existentes relativos a tal assunto e de acesso público, pertencentes ao PCP e ao CMLP (Comité Marxista-Leninista Português), são nitidamente insuficientes e parciais. Parece que este tema é tabu! As testemunhas estão a morrer e delas parte motivação para que este estudo seja elaborado.

REPOR A VERDADE

Apresento, pois, aqui duas cartas de prestígio de investigadores internacionais na luta contra a tuberculose, solicitando ao poder (Salazar e Américo Tomás) a libertação de meu pai.

Esta libertação foi considerada necessária para que o trabalho rigoroso e de afirmada qualidade fosse prosseguido em benefício da saúde em Portugal. Apesar dos argumentos apresentados, estes dois “piedosos” governantes não se demoveram.

Mais um crime exercido pela ditadura sobre o seu próprio povo, num país minado pela tuberculose, privando os doentes de se poderem tratar e de sobreviver por uma qualificada intervenção médica.

O relatório das carreiras médicas, realizado por ele (e anterior à sua detenção) e por um cole-

**NA ALTURA,
MUITOS MILHARES DE
PORTUGUESES VIVIAM
EM PARIS
E ARREDORES FUGIDOS
À MISÉRIA E À GUERRA
COLONIAL. VIVENDO
NAS PERIFERIAS
EM BARRACAS
IMPLANTADAS NA LAMA
E SEM QUAISQUER
CONDIÇÕES DE HIGIENE
OU DE SAÚDE**

ga médico, reflecte com precisão o estado em que se encontrava a saúde em Portugal relativamente à tuberculose. E de facto o relatório na ocasião abanou a classe médica portuguesa. A contribuição para a saúde em Portugal, fornecida pelo meu pai, terminou no dia em que teve de sair do país e de se exilar. Contudo, não deixou de lutar no exílio, apoiando o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e os movimentos de libertação das antigas colónias. Na sua prática médica na RFA (República Federal Alemã) contribuiu para a identificação de um bacilo, denominado de ‘africanus’. Para os trabalhadores emigrados africanos, trabalhando na RFA, esta descoberta foi útil e auspiciosa para um correcto diagnóstico e seu tratamento. Participou também em diversos fóruns internacionais contra a violência bárbara do exercí-

Institut Pasteur
21, RUE DU DOCTEUR ROUX
(IX^e Arrondissement)
Téléphone : 5809 et 19

Paris, le 9 Décembre 1963 1963

Je soussigné, Docteur Noël RIST, Chef de Service à l'Institut Pasteur, ancien Président de la Commission des Méthodes de Laboratoire de l'Union Internationale contre la Tuberculose, Membre Associé des Commissions Techniques de la même Union, certifie que j'ai bien connu le Docteur Fernando RODRIGUES, de Lisbonne, à l'occasion des deux stages qu'il a effectués à l'Institut Pasteur, l'un de trois mois en 1961, l'autre de un mois en 1962.

J'ai apprécié chez le Docteur RODRIGUES non seulement ses connaissances très sères de la clinique et de la thérapeutique de la tuberculose, mais également l'étendue de ses connaissances bactériologiques. A une époque où le traitement de la tuberculose doit s'appuyer sur une connaissance précise de la sensibilité des bacilles de chaque malade à chaque médicament, le Dr RODRIGUES a décidé d'utiliser dans son laboratoire de Lisbonne les méthodes les plus modernes de mesure de cette sensibilité.

Les résultats qu'il m'a envoyés de Lisbonne m'ont prouvé que ses méthodes sont excellentes et que son laboratoire devrait devenir une école dans laquelle les médecins des hôpitaux et des sanatoriums pourraient venir s'initier à des techniques devenues nécessaires. En même temps le Dr RODRIGUES qui est doué d'un don d'enseignement très remarquable, s'était donné pour tâche d'aider ses confrères à se perfectionner et de les faire profiter de ce que lui-même avait appris par sa propre expérience et par ses voyages en France.

Je suis convaincu que les qualités du Dr RODRIGUES le destinent à jouer un rôle de premier plan dans la lutte anti-tuberculeuse au Portugal.

Dr Noël Rist
Dr Noël RIST
Docteur en Médecine
Né le 22 Décembre 1906 à Montpellier (France).
Domicile : 4, rue Michelet
PARIS 6ème

Vu pour certification de la signature de M. Noël RIST
M. Noël RIST

M. G. NOTAIRE
PARIS
14, Rue Royale, 15

Institut Pasteur
21, RUE DU DOCTEUR ROUX
(IX^e Arrondissement)
Téléphone : 5809 et 19

Paris, le 10 Février 1964 1964

Je soussigné, Docteur Georges CANETTI, Chef de Laboratoire à l'Institut Pasteur, Expert à l'Organisation Mondiale de la Santé, Coordinateur des Commissions Techniques de l'Union Internationale contre la Tuberculose, certifie que le Docteur Fernando RODRIGUES, de Lisbonne, a fait plusieurs stages dans mon laboratoire pendant les années 1961 et 1962. A cette occasion, j'ai pu me faire une opinion sur la personnalité et sur les aptitudes professionnelles du Dr Rodriguez. Mon opinion est exceptionnellement favorable. Le Dr Rodriguez est à la fois clinicien et biologiste; il possède une connaissance exhaustive de la tuberculose, maladie sur laquelle il a déjà publié des travaux très remarquables. Il n'est pas exagéré de dire que le Dr Rodriguez a atteint dans ce domaine la classe internationale. La situation très spéciale qui existe dans le domaine de la tuberculose rend cette qualification exceptionnelle du Dr Rodriguez d'un intérêt tout particulier pour son pays. En effet, la tuberculose est à l'heure actuelle une maladie curable; mais elle ne l'est que si certaines exigences biologiques de base sont respectées lors du traitement employé. Or, cet état de choses est encore méconnu par un très grand nombre de médecins - tant spécialistes que non-spécialistes - s'occupant de la tuberculose. Il en résulte un nombre considérable d'échecs thérapeutiques; la tuberculose reste pour cette raison un fléau de première grandeur. Le Dr Rodriguez, tant par ses recherches personnelles que par les connaissances approfondies qu'il a pu acquérir lors de ses voyages d'études, est devenu un de ces médecins, encore trop rares, qui soignent la tuberculose de manière parfaite. De plus, c'est un enseignant-né, qui a déjà beaucoup fait pour répandre autour de lui les méthodes modernes de traitement de la tuberculose. Je connais à l'heure actuelle peu de médecins qui puissent rendre à leur pays des services plus grands que le Dr Rodriguez.

Dr Georges Canetti
Dr Georges CANETTI
Docteur en Médecine
Domicile : 5 Square Auguste
Renoir
PARIS 14ème

Vu pour certification de la signature agnée ci-dessus de M. Georges Canetti
M. G. NOTAIRE
PARIS
14, Rue Royale, 15

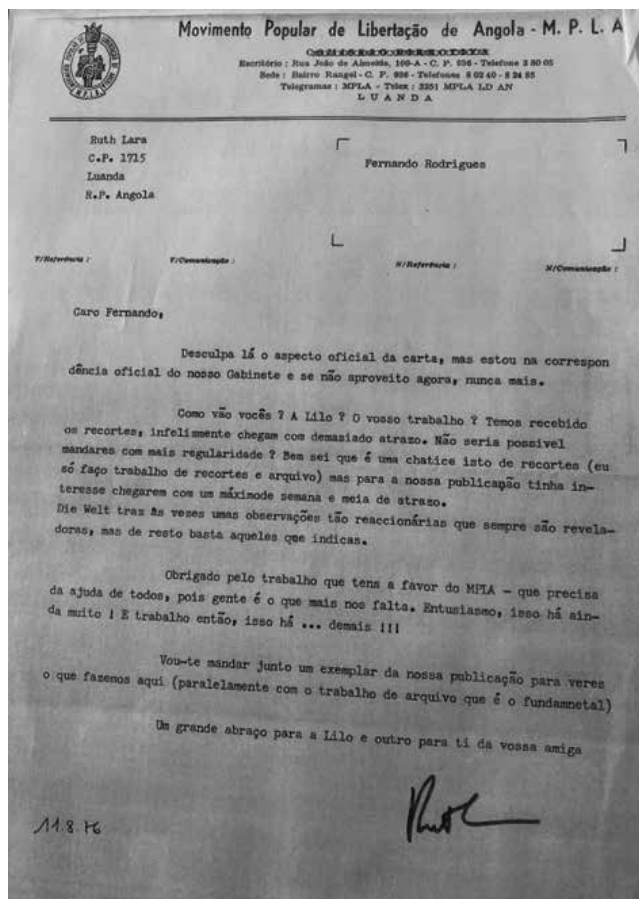
cio da tortura e da repressão, em conjunto com colegas e profissionais da saúde.

Pertenceu à IPPNW (International Physicians for the Prevention of Nuclear War) no âmbito da secção portuguesa dos Médicos Internacionais para a Prevenção da Guerra Nuclear, associação esta que em 1985 seria agraciada com o Nobel da Paz.

No dia 25 de Abril, quando a revolução começa a crescer, meu pai toma o avião num primeiro voo disponível e junta-se às centenas de mi-

lhares de pessoas desfilando em Lisboa: era o primeiro de Maio e o primeiro em liberdade! A alegria invade a multidão, canta-se, levita-se! E então tira umas fotos, que foram tomando um alaranjado escuro e confundindo bandeiras vermelhas e pessoas nesse mar vermelho indistinto. Nem a propósito!

Mesmo a propósito. O vermelho é a cor do coração, o qual me guiará nesta homenagem à coragem inspiradora de minha mãe. Incluirei a sua história na História da criatividade, da



resistência de que as mulheres, quase sempre invisíveis, deram provas ao longo de séculos.

A RESISTÊNCIA E CORAGEM QUOTIDIANAS DE MULHERES

Minha mãe nasceu em Frankfurt (sobre o Meno) numa casa relativamente abastada. Seu pai comerciava com a nobreza e a corte russas em

alguns apurados e refinados vinhos, na troca de peles para a confecção de casacos, capas, etc. E diversificava os seus investimentos apoiando as artes, chegando a apostar na criação dos primeiros cinemas de filmes mudos na cidade. Mas o seu pai era judeu!

Desde tenra idade que minha mãe e a sua irmã foram sendo objecto de discriminação e perseguição na própria escola. Porquê? Porque eram filhas de judeu, e portanto judias!... Apesar da minha avó ter a preocupação de as inscrever numa escola católica para minimizar os efeitos do anti-semitismo crescente – o vexame e a humilhação persistiram.

Com o evoluir caótico da situação económica e política mundiais, a subida e a vitória de Franco em Espanha, o alastrar das ideologias e das práticas totalitárias no quadro europeu, e a própria e progressiva ascensão do nazismo na Alemanha fizeram com que a própria vida humana se tornasse ali extremamente frágil e vulnerável.

A partir de determinado momento o assédio torna-se em perseguição física, mortal em todos os aspectos do existir quotidiano.

Neste contexto, meu avô suicida-se, minha tia sai do país, seguida uns meses mais tarde por minha mãe, as duas ainda crianças. Minha tia vem para Portugal, acolhida como 'fraulein' (acompanhantes dos filhos da família) aristocrática portuguesa, e minha mãe (um ano mais nova que a irmã) é obrigada a abandonar o colégio de freiras católicas (na Suíça), sendo expulsa do país, pois a Suíça abandonara o seu estatuto de neutralidade.

Embarcada sozinha em Anvers (Antuérpia, cidade belga) num barco sem destino, é-lhe comunicado que é o último barco que transporta refugiados sem rumo, pois acabava de ser declarada a guerra. O navio ‘fantasma’ acaba por atracar em Lisboa numa breve pausa para aí desembarcarem os judeus, que tivessem familiares em Portugal – na origem de tal acto de ‘magnanimidade’ que Salazar praticou encontra-se a pressão constante de organizações judias americanas, para facilitar o acolhimento e o trânsito dos judeus.

A RESISTÊNCIA, OS TRAUMAS E A GENEROSIDADE DE MULHERES

Minha mãe foi o suporte e o pilar em que meu pai se apoiou durante a sua vida. Ela foi a retaguarda da luta, não deixando por isso de agir na PIDE (Polícia Internacional e Defesa do Estado), congregando os mais diversos testemunhos, nacionais e internacionais, que pudessem abonar pelo seu marido. Sempre que lhe foi permitido, visitava o meu pai quer na PIDE (António Maria Cardoso, em Lisboa), quer no Aljube (Cadeia do Aljube, Lisboa), quer mais tarde na prisão/hospital de Caxias (Estabelecimento Prisional de Caxias, Forte D. Luís I, Oeiras).

Apenas uns meses mais tarde da prisão do meu pai, minha mãe teria também de apoiar minha irmã, que com 18 anos era encarcerada em Caxias (por motivos de luta estudantil). Depois apoiou a ida para a Suíça do meu irmão, de modo a não ser incorporado no exército colonial português.

**NUNCA É DEMAIS
CELEBRAR
ESSA LIBERDADE.
NUNCA É DEMAIS
RECRIÁ-LA.
NUNCA É DEMAIS
APROFUNDAR
OS SEUS ENSINAMENTOS**

Foi uma amorosa e eficaz guardiã da nossa família.

Apesar de todas estas dolorosas modificações na sua vida pessoal e familiar continuou a dar aulas a dezenas de estudantes de Germânicas e a aprendizes de alemão, estabelecendo relações de amizade e de cooperação entre muitos outros com poetas e figuras da nossa cultura. Ainda em Portugal apoia o MPLA de diversas formas.

Dois anos depois da libertação de meu pai, reencontrou-se com ele na Argélia. Mas quantas vezes minha mãe teve de recomeçar do zero? Quantas vezes minha mãe teve de recomeçar perante a absoluta incerteza? Quanta disponibilidade e energia inteligente teve a minha mãe de aplicar para asobrevivência.

Já doente e pressentindo a morte, minha mãe revelou-me qual era o seu segredo mais bem guardado: - Sinto-me culpada, sei que de todo

não é justo, mas sinto-me culpada, culpada porque desejei a morte e a vida de meu pai simultaneamente, enquanto fui criança!

E caíam-me as lágrimas!...

Minha mãe conseguiu fingir e vencer uma quantidade sucessiva de traumas, que golpearam sua vida. Mas o seu desejo de vida e de morte do seu ser mais querido coexistindo na mesma bola de cristal, levou-a a uma morte prematura. Não se trata de um problema ou de uma ficção literária. É concreto, real, existiu, existe.

SEGUNDA GERAÇÃO: UM PÉ NO FASCISMO, OUTRO NA DEMOCRACIA

Posso dizer que depois de ver o inspetor superior da PIDE, de seu nome Sachetti (José Barreto Ferraz Sachetti Malheiro, nascido em 1906) a beijar a mão de minha mãe, enquanto na sala ao lado meu pai era torturado, jurei sair deste país sem retorno assegurado.

Portugal tornou-se para a minha jovem adolescência como se tivesse permanentemente um capacete de chumbo pesando-me na cabeça, só retirado quando nos sábados me juntava a um pequeno grupo de amigos para filmar histórias ingênuas. Conseguimos uma câmara de 8 milímetros com três objectivas, e rodando-as, lá realizávamos os nossos sonhos. Ao acabar o liceu, e com os meus dezasseis anos às costas, apanhei o comboio em Santa Apolónia com uma amiga, e uma alegria sem par. Meu exílio voluntário acabava com o meu futuro exílio forçado.

CHEGADA A FRANÇA

França surgia como destino lógico. Estudos franceses, madrinha, amiga e francesa, Paris, lugar equidistante entre a Argélia e Lisboa, amigos que já aí residiam, e democracia promissora de liberdades tão desejadas! Meus pais aprovaram, e aqui começa uma nova vida.

Desconstruir, desfazer hábitos, observar, aprender, escutar, entrar na universidade, trabalhar, enlaçar novos amigos...tudo isto foi trabalhoso, mas ao mesmo tempo inebriante. Aprender da democracia a participação como cidadã.

Ao longo dos meses apercebo-me das brechas desta democracia e caíem as ilusões infantis de um sistema paradisíaco.

A guerra da Argélia acabara poucos anos antes, mas a sua violência deixava rastros bem frescos nas ruas e nos prédios de Paris.

O porteiro, do prédio onde vivia, exigia aos gritos a identificação de amigas e amigos que me procuravam. Era um antigo OAS (Organisation Armée Secrète, Organização Armada Secreta, organização paramilitar clandestina e terrorista francesa, que se opunha à independência da Argélia), empregado como porteiro para delatar pessoas que podiam ser por hipótese simpatizantes da luta pela libertação da Argélia. Farta desse assédio, disse-lhe um dia: - Daqui não saio enquanto não chamar a polícia para dar parte de si.

A fractura entre as classes sociais era bem visível no tratamento dos trabalhadores emigrantes. Alojados em barracas no meio da lama, estes constituíam um contingente de mão-de-

-obra barata, para a reconstrução de uma Europa, que fora fortemente destruída durante a segunda guerra mundial.

Afinal a democracia tinha muitas faces e facetas. Cada classe social utilizava-a para seu próprio benefício. Inúmeros partidos políticos, sindicatos, associações e instituições coexistiam nesta democracia. E porque eles existiam, era possível aos mais humildes terem por vezes voz. Foi assim que aprendi a escutar.

Nesta paisagem de múltiplas vozes a que se sobressai é a da luta contra a guerra no Vietname. A guerra do emergente império dos EUA (Estados Unidos da América) vem pôr a nu a desenfreada exploração de vários povos do mundo e de suas corajosas resistências. Embarco nesta senda, e continuo no meu destino de captação de imagens. As inocentes filmagens em Portugal encontraram a sua continuação na realização de documentários em nada ingénuos. O grupo de cinema, organizado em torno de pessoas vindas do mundo da psiquiatria e outras do mundo do cinema, tem por objectivo principal o de difundir filmes de anti-imperialistas, e eventualmente produzir mesmo alguns desses filmes. Eu também participo neste grupo.

Com as lutas na universidade em Berlim ocidental no Inverno de 1967 surge essa oportunidade. Nunca tinha presenciado assembleias tão bem organizadas, com representantes de muitos países e sobretudo dos EUA, América do Sul e Ásia. Estas assembleias foram filmadas, assim como e diversas manifestações de rua, fizeram-se entrevistas e no regresso a Paris montámos um filme, que tinha por ob-

jectivo ajudar a esclarecer o que se passava em múltiplas zonas do globo, e também como a imprensa hegemónica de Springer (Axel Springer, do 'Die Welt', jornal alemão, magnata da imprensa alemã e europeia) manipulava essas informações.

Passados uns meses rebenta o tão querido e utópico Maio de 1968! Como nos encontrávamos organizados no quadro do cinema, pudemos participar e aí captar várias dezenas de quilómetros de película, cobrindo muitas das suas originalíssimas manifestações.

MAIO DE 1968

O Maio de 68 surge para a minha geração como um sonho. Tudo era possível, a realidade já não era o que aparentava ser, mas sim, escondia outra real realidade! Na praça pública desembocavam todos os sonhos reprimidos. Gerações e gerações de mulheres e de homens de boca calada abriam finalmente suas individuais caixas de Pandora. Em todos os lugares a palavra era rainha, palavra que brotava de um inconsciente a jorros, desbravando a tal realidade não real, libertando e criando uma outra vinda das entranhas e não dos números. Realidade vinda dos mundos subjectivos do ser humano e de suas imperiosas necessidades de novos espaços, físicos e mentais. Realidade vinda da urgência do desfazer dos traumas, acumulados por guerras, espoliações, genocídios e um incalculável role de violências. Realidade vindada recuperação dos laços de amor, que se haviam perdido na selva capitalista. Foi um grito à vida.



Direitos reservados

Maio de 68 em Paris

E não foi pouca coisa.

Afinal o capital venceu, e entramos em cheio na sociedade do consumo e do espetáculo, práticas famosas que tinham sido criadas nos EUA por pressão da expansão do capital. Podemos aliás agradecer ao senhor sobrinho neto de Freud (Joseph Knobel Freud, psicanalista, Barcelona, Espanha) o estudo e a criação destes conceitos, onde foram edificadas Meca(s) opiáceas.

Morava eu na Rue Vauquelin, transversal à Rue Gay Lussac, em casa de um casal de professores de Física. Ora a Rua Gay Lussac foi o palco

da noite mais violenta das barricadas, e onde a polícia entrou claramente 'a matar'. Os manifestantes tinham sido empurrados para uma única saída, que era precisamente a pequena Rua Vauquelin, onde nos vimos por completo encurralados, sem qualquer saída possível. Ouvindo os gritos dos manifestantes, as freiras de uma instituição religiosa abrem as portas do prédio para nos acolher! Por solidariedade fiquei com eles, e de madrugada levo para casa um jovem imberbe dos liceus, reconfortando-o com um chá. Esgotados, adormecemos com as cabeças por cima da mesa.



Direitos reservados

Na altura, muitos milhares de portugueses viviam em Paris e arredores fugidos à miséria e à guerra colonial, Viviam nas periferias em barracas implantadas na lama e sem quaisquer condições de higiene ou de saúde

Quando se deu a ressaca do Maio 68, fui chamada à polícia francesa. Amigos e anfitriões quiseram-me acompanhar. A professora de Física, que era dona da casa que habitava, salvou-me de ser expulsa do país e recambiada para Portugal. E foram estes os argumentos por ela usados para com os 'gendarmes' (policías): - Mais, Messieurs, cette jeune fille est tout a fait en dehors de ces mouvements violents; elle est une bonne étudiante, incapable de participer dans des actes qui perturbent l'ordre public! (Mas, meus Senhores, esta jovem está completamente fora desses movimentos violentos;

ela é uma boa estudante, incapaz de participar em actos que perturbem a ordem pública). Ao sair do comissariado demos uma saudável gargalhada. Anos mais tarde soube que o marido (desta professora de Física) recebera o Prémio Nobel, de Física claro. O nome da família de mente aberta, forte generosidade, e que nunca mais esquecerei é o de Cohen-Tannoudji (Claude Cohen-Tannoudji, prémio Nobel da Física, 1997).

Também poucos anos mais tarde recebi a notícia de que numa rua de Berlim Ocidental o líder do movimento anti-imperialista em Berlim

Oeste tinha sido baleado na cabeça, entrando em coma. Anos mais tarde morre na sequência desta selvagem agressão. Este líder era contra qualquer autoritarismo e pela revolução das mulheres.

Corria o ano de 1967 quando filmámos uma entrevista com ele. Era um chefe de grande carisma, marxista e boa pessoa. Também nunca esquecerei o seu nome (Rudi Dutsché).

No âmbito das filmagens que fazíamos, entrevistámos vários trabalhadores emigrados e entre eles vários portugueses, numa altura de ocupação de uma fábrica. Trabalho difícil para captar estas vozes, com o medo de poderem ser despedidos ou reenviados para o país de origem.

EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

Na altura atingiam já muitos milhares os portugueses em Paris e arredores fugidos à miséria e à guerra colonial. Vivendo nas periferias em barracas implantadas na lama e sem quaisquer condições de higiene ou de saúde, eram alvos fáceis da arbitrariedade de patrões gananciosos ou de chefes de trabalho sem escrúpulos e eram também objecto de ataques racistas, exercidos por bandos de extrema-direita, ou ainda por resquícios dos saudosistas da OAS. Aí participei num grupo anti-racista, que tinha por missão deslocar-se aos locais, onde era possível testemunhar esses factos, e depois tentar divulgá-los pela imprensa, utilizando para o efeito documentação de provas concretas. Mais tarde, com aquilo que considerava ser a necessidade de mudança, busquei trabalho nu-

ma fábrica, e encontrei-o, mais concretamente numa fábrica de armas (Gévelot) em Issy les Moulineaux (sudoeste de Paris), onde grande parte das operárias era portuguesa e jugoslava. A ida para essa fábrica teve três principais objectivos:

Primeiro – Conhecer a vida e o trabalho nas cadeias de produção;

Segundo – Difundir jornais e panfletos a propósito das péssimas condições de trabalho do operariado, como também a propósito das diferenças de tratamento entre operárias femininas e operários masculinos (e defendendo a igualdade de género), e nomeadamente em relação a Portugal, pugnar pela defesa da luta contra a guerra colonial.

Terceiro – Tentar recolher necessidades (implícitas e explícitas) das operárias, suas aspirações, e em conjunto tentar elaborar instrumentos que pudessem facilitar a sua satisfação.

Muita ambição portanto!

Pois o que aconteceu nesta passagem pela fábrica de armas?

Depois de percorrer várias oficinas de fabrico de balas para caça miúda e grossa, obuses e não sei mais nomes técnicos, mandam-me integrar no atelier para fabrico de detonadores. Aí contraio uma doença causada pela alergia à pólvora. Fui ao médico da fábrica, que me despachou rapidamente com um ‘isto não é nada!’ Como continuava com os braços em carne viva, desloquei-me ao hospital público. Depois de exame médico e receita para novos testes, o veredicto era ‘proibição total de trabalhar na

casinha da pólvora'. Entreguei o relatório à chefe, que exclamou: - Oh, parece impossível. Ela deve estar a ser manipulada por esses revolucionários, que se agitam à frente da porta da empresa, alguém do exterior'. Resultado: fui deslocada para o fabrico de balas de metralhadora. Pior a emenda que o soneto.

Algumas semanas mais tarde, a fábrica arde num incêndio de duvidosa procedência. Todos os trabalhadores vão para a rua desempregados. Agora sim, chefesinhos e aprendizes a chefesinhos proceder á triagem entre os revolucionários e os obedientes.

Continuo esperando que me chamem!

Entretanto muitas operárias portuguesas leram os jornais e panfletos 'subversivos', apelando à igualdade de género e a melhores condições de trabalho, à luta conta a guerra colonial e à deserção do exército português. Com certeza que alguns desses papéis foram parar às mãos de irmãos e de pais. Afinal, os tais objectivos também foram alcançados.

Assim se traçou o meu destino em deambulação permanente.

Percebi que no Mundo não há fronteiras, a não ser aquelas que são erguidas pelas próprias pessoas. Percebi que tudo está relacionado entre si. E que tudo depende da percepção de cada um.

A RESISTÊNCIA NO INTERIOR

A experiência adquirida durante o trabalho nesta fábrica preparou sem dúvida o meu estabelecimento como operária com identidade falsa na indústria de lanifícios da Covilhã, para

COM O DERRUBE DA DITADURA FASCISTA PELO MOVIMENTO DOS CAPITÃES DE ABRIL E DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS, COMECEI FINALMENTE A RESPIRAR A LIBERDADE NO MEU PRÓPRIO PAÍS

fazer trabalho clandestino de carácter político. Com o derrube da ditadura fascista salazarista/caetanista pelo movimento dos capitães de Abril, das forças armadas portuguesas, comecei finalmente a respirar a liberdade no meu próprio país. Nunca é demais celebrar essa liberdade. Nunca é demais aplicá-la. Nunca é demais aprofundar os seus conhecimentos, e os seus ensinamentos.

Dedico este texto a meus pais, Fernando Rodrigues, Lieselote Rosenheim (Lilo) e à minha irmã, Graça Erika, e meu irmão, Eduardo Rodrigues.

Somo a minha solidariedade a todas as lutas justas em benefício da humanidade de todos os seres vivos e da natureza em geral.

* Ativista dos direitos humanos, ex-exilada e resistente política

O MEU PERCURSO



Os meus avós, um de cada lado, sonhavam com o revirvalho. Foto cedida pelo município Serpa

Poder-se-á perguntar como um pacato cidadão se envolve no processo de redenção do País, e se transforma num Combatente da Liberdade. Essa é uma biografia que veremos a seguir

ANTÓNIO ARMANDO DA COSTA*

NASCI EM 26 DE MARÇO DE 1949 em plena ditadura, filho de mãe incógnita. A minha mãe continuava casada com um electricista, vivendo em Angola desde a separação deles

três anos antes, legalmente o meu pai. Se se registasse o meu pai verdadeiro, não podia aparecer o nome da minha mãe. Esta barbaridade jurídica significou que o fascismo luso, entrou

em conflito comigo desde o meu nascimento. Isto vai ter consequências terríveis na minha vida até 18 anos depois, quando adquiri o nome da minha mãe, como sempre deveria ter sido. Na minha família também se sonhava com a liberdade, embora dominada por um clima de violência doméstica, com agressões do meu pai à minha mãe de natureza psicológica e às vezes física, consequência das perturbações psicológicas e pensamento misógeno, do género Taliban, do meu pai. Este facto faz de mim desde tenra idade um cartesiano convicto, pois deixei de acreditar nos mais velhos e na sua capacidade formadora: passei a acreditar só em mim. Entretanto a minha mãe, costureira, mas doméstica nunca domesticada, orientava a sua vida sem grandes sonhos políticos, e eu ajudei-a a ter alguma vida à margem do meu pai. Mas este, guarda-livros e chefe de escritório numa empresa de importação-exportação de batatas, passava a vida a discutir política comigo, e juntos a ouvir a Rádio Central de Moscovo na sua emissão nocturna para Portugal. Bento de Jesus Caraça era um dos seus ídolos, a quem acompanhou no seu enterro a 27 de Junho de 1948, antes de ir com a minha mãe para Sintra onde a céu aberto trataram de garantir o meu nascimento. Os meus avós, um de cada lado, sonhavam com o revirvalho.

DECURSO DA VIDA

A minha vida é dominada por três acontecimentos que influenciaram o seu decurso. O primeiro é ter passado a viver desde os quatro até aos 12 anos na zona Oriental de Lisboa cuja

população era maioritariamente operária, e onde a fome e o alcoolismo eram uma realidade diária. Cada operário ao almoço comia, se fora de casa, um pão grande, 150 gramas de chouriço e bebia uma garrafa de litro de vinho, que eu via a adquirirem na mercearia próxima de minha casa, quando lá ia fazer compras. Os seus filhos iam para a escola com um pequeno-almoço formado por uma côdea de pão e um copo de vinho. Muitos dos meus colegas de escola tinham um ar esfomeado terrível. Quando alcançavam a idade de acabar a 4.^a classe, quer a fizessem ou não, esperava-os um lugar nas fábricas como trabalhadores infantis. Não havia qualquer motivação para adquirir níveis mais elevados de formação, que estavam acima das suas possibilidades.

O segundo acontecimento é a minha primeira visita a Trás-os-Montes, concelho de Mirandela, a terra de toda a minha família, com seis anos, onde conheci um mundo com níveis de miséria bem distribuída pelas aldeias, embora os meus familiares já mos tivessem descrito abundantemente. Era a imagem do filme de Luis Buñuel *Las Hurdes, terras sem pão*.

O terceiro é um acontecimento cultural. Em Março de 1962, tinha 13 anos, o Diário de Lisboa informa-nos, via Chianca de Garcia, que a Suécia ia comemorar o centenário de Selma Lagerlof, convidando crianças de todo o mundo a estar presentes. Seriam seleccionados adolescentes, pelos respectivos países, que tivessem lido *A Viagem Maravilhosa de Niels Holgerson Através da Suécia*. Tratei de ler o livro, e esperei pelo concurso que nunca mais aparecia. Em Ju-

nho desse ano fui oficialmente informado que o representante nacional fora já escolhido, sem concurso, filho dum doutor qualquer, e filiado na Mocidade Portuguesa. Fiquei furioso: senti-me roubado e considerei isto imperdoável.

Aproveitei para meditar profundamente na minha vida. Antes deste episódio eu sonhara ter uma vida conjugal que não fosse o clima de violência doméstica que se vivia em minha casa; viver num mundo onde as crianças não passassem fome, como os meus colegas de instrução primária, e cujos sonhos não fossem trucidados como neste caso da Suécia; e lutar pela verdade científica pois eu era já um matemático principiante robusto. Foi esta a base do Triplo Juramento, que me acompanhou até hoje, mesmo se algo modelado pelas circunstâncias. A necessidade de substituir o regime fascista por um regime democrático passou a estar na ordem do dia na minha vida.

Entrei para o Instituto Superior Técnico em Outubro de 1966 após fazer o 7.º Ano de Ciências no Liceu Nacional de Gil Vicente e ter seguido as actividades do MAESSL (Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa) dirigido localmente pelo meu colega Fernando Valdez. No Gil, até ao 5.º Ano, o Reitor fora o Comissário Nacional Adjunto da Mocidade Portuguesa; ora no 6.º Ano muda o Reitor e o ambiente escolar ficou muito mais distendido. Surgiu então um grupo informal de estudantes democratas (Cáceres Monteiro, Óscar Mascarenhas, Almeida Martins) que passou a publicar um boletim, ao qual dei o meu apoio. Mas em 1965, o meu colega Joa-

A NECESSIDADE DE SUBSTITUIR O REGIME FASCISTA POR UM REGIME DEMOCRÁTICO PASSOU A ESTAR NA ORDEM DO DIA NA MINHA VIDA

quim Vital foi preso pela PIDE no gabinete do Reitor, o que provocou a indignação geral.

INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO

Quando entrei para o IST pensei em Engenharia Nuclear, e para tal inscrevi-me no Curso de Engenharia Electrotécnica, a única especialidade que contemplava esta formação. Mas rapidamente abandonei este projecto, e comecei a pensar em Electrónica. E havia a AEIST (Associação de Estudantes), que nesse tempo era uma referência de luta pela Democracia. Eu estava deseioso de participar, mas ao entrar não o fiz logo.

No final do 1º Ano em Julho de 1967, com 18 anos, tive um desgosto amoroso, por ser filho bastardo, que me fez repensar toda a minha vida, e.g. o Triplo Juramento. A recordação dos meus esfomeados colegas da instrução primária mostrou-me o caminho a seguir. Entretanto, o Fernando Valdez no início do 2º ano, na primeira sexta-feira de Novembro de 1967, apadrinhou a minha entrada na Secção de Propaganda e Informação (SPI) da AEIST, e assim entrei definitivamente na Política. Nos

quatro anos seguintes a história da minha vida confunde-se com a história do Movimento Associativo Estudantil.

A AEIST era a maior Associação de Estudantes de Lisboa. O seu poder económico era enorme, qualquer coisa da ordem dos três milhões de euros anuais a preços correntes, consequência de ser a instituição que produzia os elementos de estudo dos vários cursos na Secção de Folhas e doutros serviços aos estudantes. Era responsável pela cantina da Escola, tinha uma secção fotográfica, uma secção de estágios, e uma secção de Turismo Universitário, de rendimento extraordinariamente elevado, que o sector universitário da Mocidade Portuguesa tentou várias vezes engolir, mas que nunca conseguiu devido à oposição dos organismos internacionais relevantes. E embora a sua postura anti-fascista fosse incontroversa, o Governo tinha dificuldade em atacá-la, pois desregularia os serviços aos estudantes e poria em causa o funcionamento do ensino no IST. Mas a AEIST era também a actividade reivindicativa pedagógica, a actividade cultural profundamente formativa nas áreas: do teatro, com cursos do actor Rogério Paulo, e produção de peças de Teatro que fizeram História, como o “Racismo não Existe”; cursos de Economia por Sérgio Ribeiro; cursos de Música por João de Freitas Branco; cursos de Sociologia por José Manuel Tengarrinha muito mais interessantes do que as aulas formais do IST. Com toda esta actividade bem se podia dizer, como a História demonstrou, que no IST também se formavam engenheiros...

O Movimento Associativo em Lisboa tinha presente na sua memória o carácter repressivo do regime fascista contra as Associações dos Estudantes (AAEE) que atingira níveis elevadíssimos. Após a tentativa falhada do Governo de impor às AAEE uma organização interna contrária aos seus interesses pelo Decreto-Lei 40900, o único que baixará à Assembleia Nacional por pressão dos estudantes; de desencadear em 1962 a Crise Académica seguida da imposição do Decreto-Lei 44632, e a brutal repressão com prisão e expulsão de estudantes e a prisão de dirigentes em 1964/65; as AAEE estavam preocupadas com a condição de vida dos estudantes, reivindicando melhorias nos transportes, na habitação (lares), na alimentação (as cantinas) nas bolsas de estudo e outros serviços. Reivindicavam ainda a autonomia das Universidades e das AAEE, a participação dos estudantes no governo das universidades, e a necessidade de aproximação às necessidades do País, e exigindo a reforma do Ensino, a necessitar de grandes transformações, renovação e actualização. E tudo isto acontecia no contexto duma guerra colonial que ceifava a vida de muitos jovens, inutilizando o seu esforço para a aquisição de capacidades profissionais necessárias ao desenvolvimento do País.

A 25 de Novembro de 1967, na área a Grande Lisboa até Vila Franca de Xira, dão-se as inundações que destruíram muitos locais, com um largo número de mortes associadas. A tragédia gerou um amplo movimento de solidariedade cidadã dos estudantes e da população em geral.

A Reunião Inter-Associações (RIA) que federava as AAEE de Lisboa, mobiliza os estudantes, fazendo uma parceria exemplar com a Juventude Universitária Católica (JUC). Estas decisões acordaram uma nova consciência no seio dos estudantes que, apesar das suas origens de classe e para sua surpresa, tinham descoberto um país carente de bem-estar e vivendo largamente em condições infrahumanas. Os estudantes substituíram-se à acção governamental totalmente inoperante, e procuraram resolver problemas para eles desconhecidos e que os transcendiam, acompanhados pelo boicote governamental à sua acção.

Era cada vez mais necessária uma programação estratégica ampla, que desse consistência a toda esta actividade, em especial na região da Grande Lisboa. E assim nasceu o IV Seminário dos Estudos Associativos, (IV SEA), convocado pela RIA a 4 de Janeiro de 1968, a realizar em Fevereiro/Março de 1968, na senda dos seminários anteriores, e que seria acompanhado por uma grande manifestação contra a guerra do Vietnam, como metáfora da guerra colonial, com muitas agressões da polícia e vários estudantes presos. O regulamento, denominado Orgânica do IV Seminário, garantia: a mais ampla liberdade de participação do maior número de estudantes das várias Escolas da Academia de Lisboa, aberto a todas as Academias; discussão intensa e plural; e total poder decisório dos participantes. É um documento que honra os seus autores, a Comissão Organizadora formada por elementos de várias Escolas da Academia de Lisboa, e entre eles Arnaldo

QUANDO ALCANÇAVAM A IDADE DE ACABAR A 4.ª CLASSE, QUER A FIZESSEM OU NÃO, ESPERAVA-OS UM LUGAR NAS FÁBRICAS COMO TRABALHADORES INFANTIS

Matos, Jaime Mascarenhas, Jorge Almeida Fernandes, José Eduardo e José Luís Nunes.

Assim o IV SEA é um processo exemplar, que decorreu na piscina da AEIST, com mais de 1000 participantes e mais de 100 moções estratégicas, imagem do que deveria ser a Democracia a construir no País, e fomentou a sua prática na actividade associativa. O seu espírito e decisões conduziram as lutas, greves e acções voltadas para a população levadas a efeito pela AEIST em conjugação com estudantes de outras escolas, que ajudaram a mudar a universidade, ligaram os estudantes à população e influenciaram muitos militares de Abril.

O IV SEA permitiu ainda a afirmação da emancipação feminina, e que homens e mulheres determinassem e fizessem as suas escolhas na liberdade possível numa realização por si organizada, no meio numa sociedade esmagada pela opressão e repressão sistemáticas numa liberdade desejada, e inexistente. Armados com o espírito do IV Seminário para o qual contribuíram, muitos dos participantes, após deixarem os bancos das Escolas, tiveram um papel na luta pela realização do 25 de Abril, e poste-

riormente a esta data libertadora contribuíram para a construção da Democracia e das respectivas estruturas.

Após o IV SEA as AAEE prosseguem a luta. A acção começa por ser direccionada contra as cantinas do Estado e de luta por melhores condições de serviço na cantina da AEIST, esta necessitando de subsídio do Estado. Esta luta leva à ocupação do Pavilhão Central do IST pelos estudantes a 4 de Dezembro de 1968, à entrada na PIDE na AEIST pela calada da noite a 7 de Dezembro, com o encerramento da Associação e abertura de processos disciplinares aos membros da sua Direcção. No ano seguinte a luta impede o funcionamento da AEIST dirigida pelo Director do Técnico, ou qualquer comissão administrativa antidemocrática, e cria as comissões para-associativas (CPA) para gerir a luta dos estudantes. Estes decidem ainda não colaborar em secções colocadas sob gestão do Director, e que as secções Pedagógica, Cultural, Propaganda, Sonora e Imprensa se reorganizem na base das CPAs. Esta organização manter-se-á até à eleição de novos corpos gerentes, cujo Presidente da Direcção vai ser José Mariano Gago, sendo o novo Director do IST Fraústo da Silva.

No Verão de 1968 Salazar caiu da cadeira e foi substituído por Marcelo Caetano. No dia 25 de Novembro, na Tomada da Bastilha em Coimbra, 2 mil estudantes das três academias, realizam um plenário nacional aprovando os “oito pontos” do caderno reivindicativo dos estudantes portugueses. No dia 6 de Dezembro realiza-se um Plenário na Cidade Universitária

para escolher os representantes da Academia de Lisboa na CNEP – Comissão Nacional dos Estudantes Portugueses, que irá apresentar os oito pontos ao Governo.

A 17 Abril, no decurso da inauguração do edifício das Matemáticas da Universidade de Coimbra, com a presença do Presidente da República Américo Tomás e do ministro da Educação, as autoridades académicas não permitem que o presidente da AAC fale. É o início da luta estudantil em Coimbra que levará à prisão de muitos estudantes incluindo o Presidente da AAC; à greve aos exames; à ocupação de Coimbra pela polícia; e ao encerramento da AAC.

Simultaneamente com o a luta de Coimbra, o Governo suspende cursos de Ciências Sociais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU), hoje Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) criados por decisão do Director, Professor Adriano Moreira, que é demitido. Antes de ir entregar o seu lugar ao Ministro, Adriano Moreira vai à RGA do ISCSPU, em reunião permanente devido à greve estudantil, e declara aos estudantes que a Faculdade está em perigo. Seguiu-se o encerramento da AE do ISCSPU.

Em Outubro do mesmo ano, com o apoio de António Guterres, José Tribolet e Diogo de Lucena, faço-me eleger delegado de curso do 4º ano de Engenharia Electrotécnica. Diogo de Lucena fora o anterior delegado de curso, José Tribolet será o nosso delegado às Comissões de Curso da Especialidade, e os quatro em conjunto formamos a Comissão do Curso, a que eu chamei o Directório. A luta pela Democracia



Direitos reservados

Crise académica 1969/1970

estava bem entregue. Serei reeleito como delegado de curso do 5º ano de Electricidade no ano seguinte. Os próximos dois anos, apesar das reivindicações pedagógicas, algumas conseguidas, e a luta pela liberdade política, serão um pouco mais pacíficos.

O ano lectivo de 1969/70 vai ser um ano crítico no IST. Os cursos de Engenharia estavam desfasados das realidades social, científica e produtiva do país e do Mundo. Era necessário fazer uma pequena reforma, que mereceu o apoio do Conselho Escolar e do Director da

Escola. Cada curso constituiu uma comissão formada por professores e estudantes, e com representantes da Direcção da AEIST. A reestruturação reuniu um largo consenso: os Cursos foram reduzidos de seis para cinco anos, e as cadeiras de Matemática totalmente reformuladas. Esta remodelação geral é precedida pela de Física II onde os estudantes de vários cursos em luta conseguem substituir o Catedrático Professor António da Silveira pelo Catedrático Professor Sales Luís.

No final do ano lectivo de 69/70 consegui, atra-

vés da Secção de Estágios da AEIST, um estágio de três meses em Geertruidenberg, na Holanda. Era a primeira vez que passava os Pirenéus. Resolvi passar uma semana em Paris. E uma tarde estava a beber um sumo no Café Lutèce do Quartier Latin, vejo surgir o Fernando Carneira, um dos alunos militares de Engenharia, e que bastante participava nas actividades da AEIST, acompanhado de outros companheiros de que eu não me lembrava. Começo a conversar com ele e ele diz-me: – “Nós desertámos!” – “Que nunca as mãos vos doam!”, foi a minha resposta. Estivemos ali a conversar, chegou quem os vinha levar para a Suécia, e eu aproveitei para os deixar a conversar sobre o seu momento histórico, a mais importante deserção de toda a guerra colonial, impulsionada pela actividade subterrânea democrática anti-guerra colonial da AEIST.

Após acabar o estágio regressei a Lisboa e renovei o meu mandato de Delegado do 5º Ano. Para 15 de Dezembro de 1970, pelo meio dia, programa-se uma manifestação de apoio aos alunos do ensino médio, no Pavilhão Central do IST, com uma pequena peça do Grupo de Teatro da AEIST, especialmente escrita para o efeito. Os delegados foram convidados a interromper as aulas dos respectivos cursos e a carrear os estudantes para o Pavilhão Central, o que eu fiz. Foi o mais próximo que estive de apañhar um processo disciplinar.

Em Fevereiro de 1971 passo a ser monitor do Departamento de Matemática (DM), na cadeira de Análise Matemática III. Somos chamados a vigiar os exames. Os estudantes entram

em greve, com ocupação das salas. É chamada a polícia. Os monitores e os assistentes abandonam a vigilância.

Nesse mesmo ano sou convidado a juntar-me ao corpo docente de Propagação e Radiação de Ondas Electromagnéticas (PROE) no final do Curso; e a juntar-me ao projecto de constituição do Centro de Electrodinâmica da Universidade Técnica de Lisboa, promovido pelo Professor Manuel José de Abreu Faro, Presidente do Instituto de Alta Cultura (IAC), um Centro de Física de Plasmas aonde eu, após adquirir o Grau de Doutor, ficaria a dirigir o sector de Astrofísica. Ao terminar a parte escolar do meu curso fui imediatamente admitido como assistente eventual além do quadro para a cadeira de PROE, e após o estágio regulamentar na Emissora Nacional foi-me atribuída em Fevereiro de 1972 a nota final de Curso de 17 valores (Bom com distinção).

A OPOSIÇÃO DE ASSISTENTES NO IST

Após Fevereiro de 1972, comecei a preparar a minha candidatura a bolseiro do IAC visando a minha ida para o estrangeiro. Foi então decidido que iria para o Departamento de Astronomia da Universidade de Manchester, Inglaterra. A minha partida seria a 25 de Setembro de 1972.

Tendo deixado de ser estudante, deixei também de ser colaborador da AEIST. Passei então a integrar a Oposição de Assistentes, uma estrutura informal de assistentes anti-fascistas, dirigida superiormente pelo João Cunha Serra, e cuja maioria tinham sido colaboradores

da AEIST. Tudo corria normalmente, a luta prosseguia contra o DM que eu tinha deixado, e a 16 de Maio de 1972 os estudantes ocupam em protesto o gabinete do Director do IST. O Director é informado e autoriza a chefe da secretaria a chamar a polícia.

Toda a gente desconhecia que existia um plano no Ministério do Interior, com desconhecimento do Ministro da Educação Veiga Simão, que estipulava que se houvesse alguma convulsão no IST ou no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), a polícia de choque abatia-se sobre ambos.

E foi isso que sucedeu. A polícia de choque ocupa o IST da parte da manhã, mas nada sucedeu aos estudantes, porque apareceu simultaneamente o Director. O IST e a AEIST são encerrados. A polícia de choque abandona o IST e dirige-se para o ISCEF aonde ataca brutalmente a Faculdade, ferindo estudantes e assistentes. Contactado pela Direcção do ISCEF, Veiga Simão declara que a responsabilidade é do Ministro do Interior, Gonçalves Rapazote.

No IST a Oposição de Assistentes resolve agir. Forma-se uma comissão com João Cunha Serra, António Abreu (pai de António Abreu, do PCP), Mário Lança, Rita Delgado, Paula Fonseca e eu, que convoca uma Reunião Geral de Assistentes. Esta reunião, que eu secretariei, presidida por Rita Delgado, condena a invasão do IST, declara a greve dos assistentes até reabertura negociada do IST, e aprova um documento de solidariedade com o ISCEF, que eu levei aos nossos colegas do ISCEF, reunidos para apreciarem a situação.

Com o IST e ISCEF encerrados havia que os reabrir. No IST formou-se uma comissão mista de professores, assistentes e estudantes que conseguiram em Julho de 1973 reabrir a Escola. Há um novo director: Professor Sales Luís. A paz académica é restabelecida. Mas foi sol de pouca dura, pois no ano seguinte a luta dos estudantes voltou e nunca mais parou até ao 25 de Abril.

A MINHA ACTIVIDADE CLANDESTINA

No mês de Agosto de 1972 a PIDE atacou os Comités Comunistas Revolucionários (Marxistas-Leninistas) [CCR (ML)] que actuavam na AEIST clandestinamente, prendendo estudantes do Técnico. Eu fazia parte da lista de envio de documentação desta organização, pelo que não foi surpresa quando recebi um enviado da organização em Paris, para fazer uma distribuição de correio a dois militantes, um dos quais do IST que, veio a saber-se depois, era agente infiltrado da PIDE, e receber correio a enviar para Paris quando fosse para Inglaterra. Realizei a operação. Voltei a ser correio em Abril de 1973 de Paris para Lisboa para as mesmas personagens. Quando estava preparado para regressar a Manchester a 30 de Abril, recebo uma chamada telefónica do homem do IST para me encontrar com ele junto ao Tivoli. Era uma ratoeira. A 1 de Maio a PIDE assalta o aeroporto, muito provavelmente à minha procura, mas eu já estava em Manchester. Passado uma semana, Paris informa-me que os dois militantes que eu contactara tinham sido presos e eu não podia regressar a Lisboa porque

também o iria ser. Comecei assim um exílio doirado, pois só voltei a Lisboa depois do 25 de Abril e a bolsa nunca deixou de me ser paga porque o IAC nunca soube desta história pois a PIDE nunca lha contou.

A MINHA ACTIVIDADE EM MANCHESTER

A minha actividade em Manchester foi muito agradável. Fui muito bemrecebido, deram-me um tema de Doutoramento, Estrelas de Neutrões, e providenciaram-me aulas avançadas para eu melhorar o meu inglês, que eles avaliaram em 56%. Ao fim de seis meses eu já falava de tal forma que era identificado como falando como alguma comunidade do interior da Grã-Ilha.

Mal cheguei descobri a riqueza da actividade política no seio da Universidade. Havia uma Associação de Estudantes que cuidava da qualidade do ensino de graduação e pós-graduação. Os vários interesses encontravam-se divididos por Sociedades específicas. Eu filiei-me na Film Society e na International Society. Esta última permitiu-me ter muitos contactos com sulamericanos do Chile e Brasil. Havia também o Anti-Apartheid Movement que cuidava da guerra colonial na nossas ex-colónias e do apartheid na África do Sul.

Em Junho de 1973 fomos visitados por uma delegação da FRELIMO dirigida por Marcelino dos Santos do respectivo Comité Central, organizada pelo AntiApartheid Movement. Na sessão pública com a cumplicidade da organização que me conhecia, consegui chegar junto de Marcelino, e saudá-lo. Tive uma resposta

**A PAZ ACADÉMICA
É RESTABELECIDO.
MAS FOI SOL DE POUCA
DURA, POIS NO ANO
SEGUINTE A LUTA
DOS ESTUDANTES VOLTOU
E NUNCA MAIS PAROU
ATÉ AO 25 DE ABRIL.**

muito calorosa e fraterna. No dia seguinte estive presente ao lado dele a ouvi-lo falar da luta dos movimentos de libertação em geral e da FRELIMO em particular. Foi uma verdadeira acção de formação.

Em Julho de 1973 estava a fazer um curso de verão de Física de Plasmas em Culham, Oxford, quando a delegação portuguesa foi confrontada com as notícias do massacre de Wiryamu em Moçambique. Muito cientificamente esclarecemos a natureza da guerra colonial, explicações muito bem-recebidas.

Em Setembro desse mesmo ano fomos abalados pela barbaridade do golpe de Pinochet no Chile, pela morte de Salvador Allende, pelo fuzilamento dos militares constitucionais e pelo assassinato dos militantes de esquerda. Desconhecíamos que dois dias antes se tinha reunido o nosso MFA.

Durante todo esse tempo era informado do que se passava em Portugal pelo jornal “República”, e por ele fiquei a saber do levantamento das Caldas, em Março de 1974. Na primeira semana de Abril de 74 fui a um curso de Páscoa na Suíça e passei por Paris. Como de costume,

visitei a livraria Maspero e pude ler a imprensa da emigração: o fim do Fascismo estava próximo.

Chegou finalmente a grande noite libertadora. Passei as últimas horas de 24 de Abril no meu gabinete, a programar o cálculo da função de Airy por interpolação. Era a primeira vez que fazia esse trabalho e a coisa não estava a sair bem. À meia-noite e um quarto, já a 25 e farto do Airy resolvi ir para casa: a noite estava fria e eu tinha uma caminhada de três quartos de hora até dormir.

Quando caí na cama, estava muito cansado e adormeci rapidamente, sem fazer a mínima ideia que o levantamento estava em marcha. Na manhã seguinte acordo às 10 horas, hora em que eu já deveria estar no Departamento. Cheguei lá às onze menos três minutos e encontro o pessoal auxiliar a tomar o café da manhã. Mrs. Gorman, a bibliotecária, pergunta-me de que lado é que me encontro. Fico surpreendido. Esclarecem-me que um levantamento militar decorria em Lisboa. Mr. Carling, o técnico dos telescópios, convidou-me para ir ouvir o serviço noticioso da BBC. Este mostrava que o levantamento era obra do Movimento dos Capitães para pôr fim ao fascismo. O problema era o vaso de guerra ao largo da Praça do Comércio preparando-se para bombardear Lisboa.

Expliquei o que me parecia ser a situação acalmando todos. A seguir fui visitar o meu amigo António Costa Dias Figueiredo, estudante de Doutoramento do Departamento de Ciência de Computadores que ainda não sabia da si-

O 25 DE ABRIL FOI LIBERTADOR, COM AS MASSAS POPULARES A TORNÁ-LO UMA REVOLUÇÃO, AFIRMANDO A DEMOCRACIA

tução. Depois eram horas de almoço e fomos almoçar e comprar o *Manchester Evening News* que trazia as primeiras notícias do levantamento. Depois foi aguardar pelas notícias nos dias seguintes, e transmiti-las aos ingleses.

Havia a ideia generalizada de que o país nunca seria capaz de se livrar do fascismo, ou que teria características sub-humanas que o faziam preferir o fascismo à Democracia, ideias que sempre combati com os argumentos do General Costa Gomes na sua primeira visita à Assembleia Geral da ONU. Todos os acontecimentos do 25 de Abril causaram uma grande comoção na Europa, fazendo-a tremer, devido às características dos seus autores, capitães de Abril, quando levantamentos militares eram comandados por generais. O 25 de Abril foi libertador, com as massas populares a torná-lo uma Revolução, afirmando a Democracia, quando os golpes militares tinham uma tonalidade de direita ou extrema-direita para oprimir o Povo, negando-lhes o direito à Democracia, como o golpe de Pinochet no Chile. Os golpes de Estado de direita ficaram assim fora de moda. O golpe reaccionário dos militares da Turquia no fim da década caiu muito mal no Ocidente, pois era doutra era, para esquecer.

No que respeita à emigração portuguesa em Londres, ela foi muito vocal contra a visita de Marcelo Caetano em 1973, e após o 25 de Abril aderiu imediatamente à Revolução, publicando periodicamente um jornal com muitas notícias de Portugal em geral, e da acção político-militar pós-25 de Abril.

Na verdade, após o 25 de Abril, aonde eu ia, tinha sempre muitas perguntas sobre a natureza do Movimento dos Capitães, onde foram pedra de toque a libertação dos presos políticos, e os movimentos populares de reorganização política democrática. Assim tornei-me um autêntico embaixador da Revolução em Manchester esclarecendo o mais possível, até à minha ida para a Universidade de Leiden, na Holanda, em Setembro desse mesmo ano, onde segui o 28 de Setembro e depois o 11 de Março.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o 25 de Abril vim a Portugal só em Julho, pois tinha vários compromissos inadiáveis no estrangeiro. Foram encontros muito emotivos com a família, com os amigos e com os camaradas. A esperança andava à solta, e apesar do muito que se cumpriu, muito ficou por cumprir. Ajudei a formar a União Democrática Popular (UDP) em Dezembro de 1974 e em 1 de Julho de 1976 tornei-me Doutor (PhD) em Astrofísica das Altas Energias, e o primeiro do País. Com a falta de condições de trabalho, apesar de estar integrado no CEUTL, em 1989 rumei à Universidade de Manchester onde durante três anos ocupei o lugar de “Research Associate”, equiparado a “Lecturer” (aqui Professor

**A ESPERANÇA
ANDAVA À SOLTA,
E APESAR DO MUITO
QUE SE CUMPRIU,
MUITO FICOU
POR CUMPRIR.**

Auxiliar). Durante este tempo fui colunista no Jornal “Voz do Povo”, com as “Cartas de Inglaterra”, que abandonei em 1981.

No meu regresso a 1 de Setembro de 1982, filiei-me no Partido Comunista Português de que ainda hoje sou orgulhosamente um quadro, com o desejo, entre outros, que TODAS as promessas de Abril se cumpram, e que o poder económico se subordine ao poder político ao contrário do que acontece hoje.

AGRADECIMENTOS

Este documento incorpora o trabalho de Fernando Valdez, António Abreu e Carlos Braga sobre a História do Movimento Associativo Estudantil de 1966 a 1974, realizado na preparação da Exposição e Debates sobre o mesmo tema em 2018 no Instituto Superior Técnico, em cuja organização participei.

Agradeço à Associação 25 de Abril, representada pelo meu amigo Capitão de Abril Coronel Engenheiro Jorge Golias o muito honroso convite para dar este testemunho.

* Professor Associado (aposentado) do Instituto Superior Técnico; ex-Honorary Senior Research Fellow of SUPA, School of Physics & Astronomy, University of Glasgow; Fellow da Royal Astronomical Society, Londres, Inglaterra, desde 1977; Membro Fundador da Sociedade Europeia de Astronomia (1990)

AS PALAVRAS...

“As palavras somos nós”
(Gastão Cruz)

ANTÓNIO CARLOS CORTEZ*

Já a madrugada é outra falsa
madrugada da memória
a uma luz de ferro celebrada

Não viste tu não viste nada
Em Lisboa da longínqua guerra
entre capins ninguém usava

sua fala e tudo era outono
na célere luz negra próxima
da Lisboa atraçoada ao abandono

Posso restaurar o gume de ferir
de cada vez que vir as aves da mágoa
a pedra desses corvos dizendo outro tempo

Nada de Lisboa cidade ensanguentada
aqui caiu abril traído imperscrutável
aos olhos esvaídos do hoje insensível

que data antiga diz o seu significado?
Data inesquecível época árida
quem sabe hoje o que foi

esse passado esqualido?

* Professor, escritor, poeta, crítico literário



OUVIMOS E LEMOS

Livre não sou, mas quero a liberdade.
Trago-a dentro de mim como um
destino.

Miguel Torga



Içar da Bandeira na Praça da República da vila de Góis, 25 de Abril de 2016. Foto cedida pelo município de Góis

Ver também o Suplemento online n.º 152-153 no sítio da A25A

TERESA MARTINS MARQUES

Esta nossa colaboradora propõe uma ficção, *Voltaire adiado*, onde relata a saga (desde a meninice até à Universidade) de uma mulher jovem chamada Leonor, grávida, trabalhadora-estudante no Instituto Superior Técnico, participante na luta estudantil, cuja ousadia de contestação ao regime a submeteu às agressões dos gorilas com risco de perda da criança. Vi-

veu depois o 25 de Abril acompanhada pela sua filha, ouvindo o comunicado “Aqui posto de comando das forças armadas”, enchendo-se-lhe o “coração de esperança”. No final, “Leonor embrulhou a filha num xaile traçado entre a cintura e os ombros, e levou-a à manifestação do 1.º de Maio. Para se habituar à Liberdade, pensou”.



Mulher sentada a tricotar. Tricotar era tarefa da mulher e preciosa ajuda no vestuário dos dois sexos

ROSTOS COM HISTÓRIA

Projeto fotográfico expõe um percurso histórico dos últimos 50 anos, tantos quantos abril, fixado pelos rostos de homens e mulheres das terras do Barroso

FOTOGRAFIA: PEDRO CANEDO* CURADORIA: ADRIANA HENRIQUES**

O PROJETO FOTOGRÁFICO *Rostos com História*, de Pedro Canedo, reporta-nos para o sentido ontológico da sua evolução na junção natureza/cultura. Trata-se, também aqui, da criação de um mundo, de um espaço específico, e alguns dos seus meios de expressão formais reenviam à memória e história: materiais primários, orgânicos, contraste entre plenitude rústica e sofisticação cinematográfica da fotografia a preto e branco (o olhar entre uma composição da terra, pessoas e rostos não seria gratuita). Pedro abre potencialmente a sua ação à Terra inteira, mas sem a marcar, aflorando-a, no máximo, ao de leve (habitando a história e as suas pessoas), fazendo-a, contudo, sua. Pedro caminha discretamente a maior parte do tempo e por todo lado. A sua arte fotográfica é a prática de uma atividade em harmonia com a realidade de Montalegre e do tempo humano. O modo pluriforme segundo o qual propõe as suas fotografias ao espetador bebe na proposta da sua viagem.

As rugas do tempo carregadas de história per-

mitem-nos facilmente perceber as vivências de uma vida dura onde o sol e a neve marcaram de forma dramática as gentes do Barroso.

A robustez e o amor à terra são as grandes variáveis que permitiram resistir e sobreviver. Os fracos morreram e os resistentes mantiveram-se com apego e resiliência à sua terra, gerindo a vida com humildade, dedicação e dignidade. Vidas simples, honradas e resignadas são aqui tratadas, podendo nós facilmente ler cada história em cada imagem aqui presente. Pedro Canedo expõe imagens por vezes constituídas por fragmentos colhidos nos locais das suas caminhadas, cheiros, emoções, memórias, fotografias de projetos anteriores ou de intervenção que pontuaram ou concluíram o seu itinerário e cuja única realidade reside provavelmente agora apenas na sua representação fotográfica.

* Fotógrafo

** Curadora, artista plástica, docente na Escola de Medicina da Universidade do Minho



Mulher com capa



Homem com burro. "Teria que ser aqui rude e áspero, como filho réprobo, irreverente na sua elementar nudez, imagem burlesca que poderia ser."

NOTA BIOGRÁFICA DE PEDRO CANEDO

Nasceu em Morgade, Montalegre, em 1956. Concluiu o curso do Liceu na sua terra-natal, no colégio dos seus pais. Foi estudar para o Porto, em 1973, findo esse período, ingressou no mercado de trabalho, na indústria farmacêutica, como gestor durante 36 anos. Atualmente, participa e colabora de forma intensa em projetos fotográficos, e tem vindo a expor regularmente nos últimos anos, quer em individual quer no coletivo. Paralelamente à sua forma-

ção fotográfica é sócio de várias associações fotográficas, nacionais e internacionais. Desde muito novo descobriu o fascínio da imagem e escolheu Barroso como sendo o seu principal foco para recolha das suas imagens agora também em forma de livro. Adepto da fotografia analógica desde a primeira hora, acompanhou permanentemente a sua evolução tecnológica, tanto das câmaras, objetivas e *gadgets* como do *software* de edição.



“O Barrosão é um ser andante, visitador ou hóspede, inconformado muitas vezes com a sedentariade, mas com um terrível pavor da solidão.” O fotógrafo perguntou ao velhinho porque não dependurava as cordas e a enxada no burro, respondendo o senhor que não, porque já era muito velho! Perguntou então ao velhinho que idade ele próprio tinha: – ando nos 92!



“Os interesses primários do Barrosão são muito modestos: aceitou a servidão como base de subsistência, foi sempre da casta das obreiras numa colmeia de senhores.”



Homem com macho e carro. O velhinho carro celta chegou até ao séc. XX, segundo Bento da Cruz

REPENSAR O PAÍS, RENOVAR O INTERIOR



Homem e mulher com burro e arado. "Sendo o homem mais um produto da terra, mais uma das suas colheitas, das suas produções, não poderia deixar de ser aqui algo de original, como singulares são aqui as nossas condições"

“Rostos com História” dá o devido relevo ao negrume de que a revolução nos resgatou, bem como à luminosidade da esperança trazida pelo 25 de Abril



Mulher e Dr. Américo Canedo, prefaciador e pai do autor. “Que ninguém veja, pois, no nosso trabalho senão aquilo que, talvez amargamente também, é o ponto de uma aprendizagem contínua, de pungente reflexão; que se veja sinceridade de um depoimento objectivo.”

JÚLIO PEREIRA*

ROSTOS COM HISTÓRIA, da autoria de Pedro Canedo e editado pelo Município de Montalegre, é um livro que se inicia com um retrato literário do homem barrosão, apresentado publicamente, em 1973, pelo Dr. Américo Canedo, pai do autor, que, com grande mestria descritiva e profundo conhecimento dos seus conterrâneos, constitui a melhor análise socio-antropológica alguma vez produzida sobre o homem de Barroso. Segue-se um conjunto de 103 retratos fotográficos, que constituem o acervo principal da obra, o qual, a partir de 1973 e durante quase meio século, foram colhidos por Pedro Canedo, ilustrando neste diferente enquadramento muito do que na introdução está escrito e dando importante testemunho da evolução subsequente. Estas duas formas de ver o homem de Barroso têm como ponto charneira o ano de 1973, quando em Portugal germinava o Movimento dos Capitães, do qual iria resultar uma enorme mudança, não apenas no nosso País, mas também, mesmo de forma direta ou indirecta, no panorama geopolítico internacional.

Num percurso de quase meio século que este livro nos proporciona deparamos com imagens que, pela indumentária, utensílios de trabalho ou modelo produtivo artesanal, nos remetem para os séculos XIX ou XVIII, habitadas por rostos nos quais a passagem do tempo assina-



“Quando saem do seu natural, o modo de andar, de vestir, de pôr a peninha ou o lencinho, de exhibir o relógio ou o transístor, denunciam uma sociedade em franca transição. Mas logo o povo, certo nas suas sínteses e amigo da alcunha, o trespassou já com a nomeada – é o prosa.”

la a orografia de Barroso, com montes e vales desenhados nas faces por uma vida dura, de invernos rigorosos, estios inclementes, trabalho intenso e alimentação deficiente.

Em 1973, Barroso não era apenas isso, mas era muito assim. Um território abandonado, que foi ao longo do tempo despojado sem contrapartidas relevantes dos seus recursos naturais, com a população residente cada vez mais envelhecida porquanto os jovens, dos que não penavam nas

savanas africanas num esforço de guerra condenado ao fracasso, estavam na sua maioria emigrados e a viver nas periferias urbanas de vários países da Europa e das Américas.

RETRATOS

Os retratos de Pedro Canedo são os melhores documentos desse passado. Mas são também premonição do presente, pelo que significam de solidão, isolamento, abandono, esquecimento a



Mulher com cajado e lenço. “É o reconhecimento de méritos e de uma vitalidade inegável, num povo que não degenerou.”

que foi sendo votado todo o interior do País e em especial a região de Barroso, que, ainda assim, e mais uma vez, suscita a gula predadora pelos seus recursos minerais, em nome da transição energética, enfeitada de promessas de preservação ambiental e contrapartidas materiais, como de costume, destinadas ao incumprimento.

As fotos permitem uma leitura da passagem do tempo, que tem um momento de rotura com a Revolução de Abril, conseqüente fim da guerra

colonial e progressiva criação e fortalecimento do regime democrático. Nota-se a mudança na postura dos retratados, nos sorrisos que se iniciam tímidos, mas que vão ganhando confiança, nos olhares de determinação e firmeza que se descobrem, principalmente nos rostos femininos.

“Rostos com História”, no entanto, demonstram quão longe Barroso tem estado da modernidade, o quanto espera e merece um país menos centralista que não concentre a quase totalidade dos



Mulher com gorro – “O vestuário do Barrosão é tosco e rudimentar na sua origem (...). Adaptado à região, quase não variando com as posses, e quase que não varia também com as estações do ano”

seus recursos numa linha de praia cada vez mais alargada, mas também mais opressora, até para quem nela vive. O interior, sem peso eleitoral, tem vindo a ser ignorado e espoliado, assim se caminhando para a progressiva institucionalização de uma democracia estruturalmente degradada, onde todas as minorias têm direitos excepto aquela que teima em dar testemunho de que este território também é Portugal. Neste contexto os “Rostos” constituem também um apelo, para se repensar o País e recapitar o potencial produtivo

do interior, que, no novo clima conflitual que se vai acentuando, agora também na Europa, pode vir a depender apenas de si próprio, para satisfação das necessidades básicas da sua população. Impõe-se, afinal, um breve apontamento sobre a arte do Pedro Canedo.

O retrato é, porventura, o capítulo mais difícil da arte fotográfica. Não se basta com o equipamento nem com o domínio, ainda que absoluto, da técnica da fotografia. Para além de tudo isso, o retrato exige autenticidade, que só



Mulher sentada com lenço, pau e ramo. "Os interesses primários do Barrosão são muito modestos: aceitou a servidão como base de subsistência, foi sempre casta das obreiras numa colmeia de senhores. (A rainha, sim, tinha a função procriadora.)"

se alcança na singularidade, a qual se revela apenas na espontaneidade. Para que todos estes requisitos convirjam é necessária uma genuína e amigável interação do fotógrafo com as pessoas, domínio em que o Pedro Canedo é inexcelsível. Daí, a excelência do trabalho que nos apresenta.

Todas as fotografias são a preto e branco e assim teria que ser. Só esse contraste que se regista em "Rostos com História" dá o devido relevo ao negrume de que a revolução nos res-

gatou, bem como à luminosidade da esperança trazida pelo 25 de Abril.

* Juiz conselheiro jubilado do Supremo Tribunal de Justiça. *O Referencial*

presta ao meritíssimo juiz uma justa homenagem, de reconhecimento e de agradecimento, pela colaboração na nossa revista, com este bellissimo texto, lamentando que já não possa celebrar entre nós os 50 anos do 25 de Abril.

Partiu a 24 de janeiro. Onde quer que se encontre, estaremos sempre juntos a gritar: "25 de Abril sempre...".

Com um profundo pesar, enviamos um sentido abraço a toda a família.



Mulher com capa na rua. A capa barrosã, idêntica na mulher e no homem



Mulher com cesta à cabeça. "Dizia Gregório Marañon: «A mulher é a terra e o homem o hóspede dela»"

OUVIMOS E LEMOS

Qual a cor da Liberdade?
É verde, verde e vermelha.

Jorge de Sena

MULHERES NO 25 DE ABRIL

A recusa do meu marido em lutar numa guerra com a qual discordava, porque apoiava a luta dos movimentos de libertação pela independência dos seus territórios, teve sempre o meu apoio

CONCEIÇÃO CARDEIRA*

O MEU CONTRIBUTO para o 25 de Abril está ligado à decisão de o meu namorado, mais tarde marido, em Junho de 1970, se ter recusado a colaborar como militar na guerra colonial. Fernando Cardeira era, então, oficial de carreira e solicitara a saída da Academia Militar, onde seguia o curso de Engenharia Electrotécnica, e, como consequência, ter sido obrigado a cumprir o serviço militar obrigatório, mas, desta vez, como atirador de infantaria e rapidamente mobilizado para a Guiné.

A recusa do meu marido em lutar numa guerra com a qual discordava, porque apoiava a luta dos movimentos de libertação pela independência dos seus territórios, teve sempre o meu apoio, o qual, independentemente dos laços afectivos e ideológicos que nos uniam, me levou a acompanhá-lo para o exílio, onde quer

que ele fosse. Impunha-se, portanto, um casamento imediato, não porque estivesse grávida, mas, porque “fugir” com o namorado (expressão usada na época para as uniões de facto), significaria um corte radical com a família, o que não seria desejável.

Oriunda de uma família pequeno-burguesa residente em Sobral de Monte Agraço, a 40 km de Lisboa, onde completei a instrução primária, obtive uma educação católica, recebi todos os sacramentos, à excepção do matrimónio, que foi civil. A continuação dos estudos numa povoação sem liceus era um privilégio das poucas crianças, cujos pais tinham condições económicas para financiar o internamento num colégio. Como isto não estava ao alcance dos meus pais, continuar os estudos só foi possível ingressando no Instituto de Odivelas (IO),

graças ao meu padrinho de batismo, general França Borges, então Governador Militar da Madeira e, mais tarde, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, um homem do “regime” que conseguiu incluir-me no grupo das cinco filhas de civis que anualmente eram aceites numa instituição reservada a filhas de militares de carreira e onde a mensalidade era inferior à dos colégios privados.

Paguei um preço caro pela minha educação e instrução. Nunca me adaptei à disciplina militar. Nessa altura, nem era por consciência política, não sabia o era “esquerda” ou “direita”, mas sentia-me enclausurada num mosteiro, onde as regras eram difíceis de cumprir para uma adolescente desejosa de liberdade e que, por isso, era alvo de frequentes sanções disciplinares. Aí me confrontei pela primeira vez com o problema da Guerra Colonial. Era frequente estarmos numa aula e uma colega ser chamada ao gabinete da diretora para lhe ser comunicada a morte de um familiar próximo, pai ou irmão. Isso perturbava-me profundamente. O ensino no IO era, na altura, o melhor do País em termos de currículo, que abrangia várias áreas, embora não incluísse ainda a instrução militar. Éramos educadas para servir o País e para ser esposas dedicadas e boas mães, promovendo o sucesso dos maridos, já que a maioria se destinava ao casamento com militares.

Como não era um modelo de aluna exemplar, a diretora convenceu a minha mãe a transferir-me para um liceu a meio do 6.º ano e, assim, terminei o ensino secundário no Liceu Nacio-

**NO INSTITUTO
DE ODIVELAS,
ÉRAMOS EDUCADAS
PARA SERVIR O PAÍS
E SER ESPOSAS
DEDICADAS E BOAS MÃES,
PROMOVENDO
O SUCESSO DOS MARIDOS,
JÁ QUE A MAIORIA
SE DESTINAVA
AO CASAMENTO
COM MILITARES**

nal de Oeiras, onde imediatamente aderi à Associação de Estudantes e colaborei em várias actividades estudantis. O ingresso no ensino superior deu-se na Faculdade de Letras, curso de Filologia Germânica. Mais uma vez, a Associação de Estudantes foi a minha atração e participei ativamente na Crise de 1968, o que valeu o meu primeiro registo na PIDE/DGS. Um informador do Sobral foi à loja do meu pai avisá-lo de que a filha, em vez de estudar, andava “metida na política”.

Foi nesse ano de 1968 que conheci o Fernando Cardeira nas aulas do Instituto Italiano e começámos a participar juntos nas manifestações. Durante o meu percurso universitário vivia em casa da minha irmã (12 anos mais velha) e cunhado, de nacionalidade britânica, e que muito contribuiu para a minha educação mais

livre, segundo os padrões europeus da época. Para suportar as minhas despesas pessoais, trabalhava na secretaria do Cine Clube Universitário, vendia *tupperwares* e fazia traduções.

MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

Assim, no final do 4.º ano, em Junho de 1970, casámos e, dois meses depois, o meu marido saiu do país pela Serra do Gerês com mais seis colegas, igualmente mobilizados para a guerra nas colónias, tendo como destino Paris. Na sequência de um encontro aí com um colega refugiado na Suécia, os seis desertores optaram por pedir asilo na Suécia, por ser o país que melhores condições oferecia aos desertores da guerra colonial e da guerra do Vietname. A Suécia apoiava a luta dos movimentos de libertação (PAIGC, MPLA, FRELIMO), não só os financiava, como também dava asilo político aos militares desertores.

Tínhamos obtido certificados de habilitações que nos permitissem dar continuidade aos estudos no estrangeiro e rapidamente me preparei, com ajuda financeira da minha mãe e da minha sogra, para me juntar ao meu marido, o que sucedeu um mês depois, em Setembro de 1970. Acabara de abandonar um futuro confortável e seguro como licenciada, mulher de engenheiro, com todas as mordomias ao meu alcance no meu País, para iniciar uma aventura para o desconhecido.

Hoje, estamos muito gratos à Suécia pelo acolhimento de excelência que nos proporcionou. Foi-nos atribuída uma bolsa de estudos para inicialmente aprendermos a língua (seis horas/

**ERA FREQUENTE
ESTARMOS NUMA AULA
E UMA COLEGA SER
CHAMADA AO GABINETE
DA DIRETORA
PARA LHE SER
COMUNICADA A MORTE
DE UM FAMILIAR PRÓXIMO,
PAI OU IRMÃO**

dia, seis dias/semana, durante seis meses) e posteriormente ingressarmos na universidade. Os certificados que apresentámos traduzidos para sueco de pouco serviram. A mim, não me deram qualquer equivalência, e ao meu marido aceitaram a matrícula no 2.º ano do Instituto de Engenharia, de Lund.

Paralelamente ao estudo, trabalhávamos em qualquer tarefa que aparecesse, maioritariamente na lavagem de loiça, ou a cozinhar nos restaurantes. Também fui operária numa fábrica de molho de tomate e mostarda, a colocar tampas nos frascos em sistema de linha de montagem, onde me senti Charlie Chaplin em *Tempos Modernos*. Colecionámos um bom currículo nesta área.

Após o primeiro ano na cidade de Uppsala (70 km a norte de Estocolmo), cidade universitária mais antiga da Suécia, mudámo-nos para Lund, igualmente cidade universitária (a 10 km de Malmö), onde o meu marido retomou o curso de Engenharia. Aí viria a nascer a nossa primeira filha, em Dezembro de 1972.

REFUGIADA POLÍTICA

Entretanto, no Verão de 1971, decidi vir a Portugal visitar a família, porque, pensava eu, não teria problemas com o “regime”. Enganei-me! Já tinha “cadastro” na PIDE/DGS, devido às minhas actividades na Associação de Estudantes da Faculdade de Letras, e, associado à situação do meu marido, decidiram fazer de mim “bode expiatório”. Tive muito cuidado com os encontros com amigos ligados à “oposição”, mas, mesmo assim, fui detida na fronteira de Marvão, quando me dirigia no Lusitânia Expresso a Madrid, onde apanharia a ligação a Barcelona e daí um voo estudantil para Estocolmo.

Fui interrogada na estação e, posteriormente, na sede da PIDE/DGS, em Lisboa, mas nunca me foi levantada a proibição de saída do País, publicada numa ordem de serviço interna da polícia, mas que eu desconhecia. Acabei por sair por Elvas, um mês depois, por ocasião de uma feira em Badajoz, altura em que o controlo fronteiriço era menos rigoroso. Não havia computadores nesse tempo, foi a minha sorte, porque não houve comunicação entre as polícias portuguesa e espanhola. De regresso à Suécia, deixei de ser só mulher de desertor, para passar a ser também refugiada política, dado que não poderia voltar a Portugal.

O regresso deu-se após o 25 de Abril, no dia 6 de Junho de 1974. Na altura, frequentava na Suécia o Curso de Enfermagem, porque encontrara dificuldades na carreira universitária, e estagiava na enfermaria das doenças infecto-contagiosas do Hospital de Malmo. Tomei co-

**NO VERÃO DE 1971,
DECIDI VIR
A PORTUGAL VISITAR
A FAMÍLIA, PORQUE,
PENSAVA EU,
NÃO TERIA PROBLEMAS
COM O “REGIME”.
ENGANEI-ME!
JÁ TINHA “CADASTRO”
NA PIDE/DGS**

nhecimento da revolução no meu País por um doente que ouvira a notícia às 7h00, hora a que eu iniciava o meu turno.

Durante este período, a nossa casa, primeiro em Uppsala, depois em Lund e, por fim, em Malmo, foi sempre um “porto de abrigo” para qualquer português que procurasse refúgio na Suécia. Havia sempre um colchão na sala onde pernoitavam até obterem alojamento definitivo. Os nossos maridos, desertores, criaram um Comité de Desertores amplamente divulgado em Portugal e nas colónias através da publicação de oito boletins intitulados “Guerra à Guerra”. Colaborámos com os movimentos de libertação através dos seus representantes na Suécia e promovemos uma manifestação de protesto, amplamente apoiada pelos suecos, contra o assassinio de Amílcar Cabral, há 50 anos. Na nossa casa, foram costuradas as bandeiras dos três movimentos: PAIGC, MPLA, FRELIMO. Já em Malmo, onde existia uma Associação de Emigrantes Portugueses, operários no estalei-

ro naval da Kokums (empresa proprietária da Lisnave e da Setenave), fomos financiados pelo governo sueco para alfabetizar os operários portugueses que não sabiam ler nem escrever. Criámos laços muito fortes com eles, celebrávamos todas as festividades em conjunto e, quando voltámos para Portugal, alguns, apesar de não serem refugiados, regressaram connosco para viver a liberdade que se conquistara com a revolução de 25 de Abril.

REGISTADOS NA PIDE

Muitas das memórias destes quatro anos no exílio estão registadas nos Arquivos da PIDE/DGS, na Torre do Tombo, nas cartas que nunca chegaram ao seu destino de/para familiares e amigos, onde relatávamos a nossa vida, e fazem parte do nosso processo político nesse arquivo.

Curiosamente, ao chegarmos a Portugal, os certificados de habilitações suecos também não foram reconhecidos e houve que regressar à universidade e retomar os cursos, já completamente reestruturados, até obtermos o famigerado “canudo”. Encontrámos os nossos colegas já bem instalados profissionalmente e nós, com uma filha pequena, tivemos que recomeçar tudo.

Entretanto, nasce o nosso segundo filho, em 1976. Não lamento, nem me sinto prejudicada no meu percurso profissional. A experiência de vida que tive a sorte de obter fora do meu país, exercendo funções muito além das intelectuais, foram-me muito úteis ao longo da vida como professora, mãe e até avó, e ainda hoje

**DURANTE ESTE PERÍODO,
A NOSSA CASA, PRIMEIRO
EM UPPSALA, DEPOIS
EM LUND E POR FIM
EM MALMO, FOI SEMPRE
UM “PORTO DE ABRIGO”
PARA QUALQUER
PORTUGUÊS QUE
PROCURASSE REFÚGIO
NA SUÉCIA**

me sirvo de muitas aprendizagens a que tive acesso na Suécia.

Em 1975, terminei o meu curso universitário, iniciei a minha carreira como professora provisória, fiz o estágio pedagógico e exerci a profissão durante 36 anos. Passei pela Orientação Profissional e Formação de Professores, fui coordenadora de Projectos Pedagógicos Europeus no âmbito do Comenius e publiquei dois manuais escolares. Participei na Gestão Democrática das Escolas (10 anos) na Póvoa de Sta. Iria e na Brandoa.

Além da carreira no ensino, procurei sempre uma participação cívica em autarquias e associações ou instituições, como por exemplo, membro da Assembleia Municipal de V. F. Xira (1976-80) e da Direcção da Associação de Residentes de Telheiras (2014-16).

* Professora, ex-aluna e membro dos Corpos Sociais da Associação das Antigas Alunas do Instituto de Odivelas, ex-exilada política



Comemorações do 40.º aniversário do 25 de Abril, 2014, em Porto de Mós. Foto cedida pelo município

Ver também o Suplemento online n.º 152-153 no sítio da A25A

FERNANDO CARDEIRA

Este nosso autor, em *A Recusa de participação na Guerra Colonial*, faz a história sucinta do maior movimento de deserção de oficiais do Quadro Permanente, por recusa de fazer a guerra colonial e por contestação ao Regime de então. Relata a saga da preparação e dificuldades da deserção, da recetividade do país de acolhimento – a Suécia –, mas também das dificuldades de um desertor: curso não reconhecido, língua e trabalho, que só viriam a acabar com o 25 de Abril. Termina o seu texto com um

apelo que tem repetido: “O Movimento dos Capitães que, através do Movimento das Forças Armadas, o MFA, nos trouxe a Liberdade, a Democracia e o fim da Guerra Colonial, é ele próprio o resultado de uma longa e muito diversificada luta política do povo português contra o regime ditatorial de Salazar e Caetano. Todos os contributos foram importantes, é tempo de que a contribuição de todos os que recusaram participar na guerra colonial seja também reconhecida e valorizada”.

DA ÍNDIA (1961) À GUINÉ (1973-1974): **UMA DERROTA MILITAR EM PERSPETIVA**



Direitos reservados

Tropas portuguesas na Guiné 1973

Ficou claro para os militares que, tal como na Índia, o governo de Lisboa, não tendo soluções políticas para a guerra da Guiné, iria deixar que as Forças Armadas fossem derrotadas, assacando-lhes depois a totalidade das culpas, tornando-as, uma vez mais, “bodes expiatórios”

PEDRO LAURET*

NOS ANOS DE 1973 e início de 1974, a Guiné foi fértil em acontecimentos da maior importância, políticos e militares, que ocasionaram significativos danos nos interesses e objetivos do Governo português.

Houve um acentuado agravamento da situação militar debilitando as forças portuguesas e, no campo político, observou-se um relevante aumento do apoio internacional à guerrilha do PAIGC, que representou, em sentido inverso, um aumento do isolamento do Governo português.

O assassinio de Amílcar Cabral, a 20 de janeiro de 1973, irá radicalizar os comandos militares do PAIGC e provocará uma onda de indignação, não só em África, mas um pouco por todo o mundo.

SITUAÇÃO MILITAR (1973-1974)

Foi no mês de março de 1973 que o míssil terra-ar fez o seu aparecimento no Teatro de Operações, que, logo nesse mês e em início de abril, conseguiu abater cinco aeronaves portuguesas (dois Fiat G91, dois DO-27 e um T-6).

Esta eficiente nova arma e os seus efeitos obrigaram a Força Aérea Portuguesa (FAP) a alterar significativamente a anterior forma de executar as suas missões. As Forças Armadas portuguesas perderam então o controlo abso-

luto do espaço aéreo que até aí detinham e que, sem dúvida, representava a sua maior vantagem operacional.

As restrições impostas ao voo das aeronaves fizeram-se sentir de imediato em duas áreas críticas:

- Nas evacuações de militares feridos. A FAP passou a não fazer evacuações de feridos ou doentes de aquartelamentos mais sujeitos a ataques. O moral dos combatentes, que já não era o melhor, sofreu um forte abalo. Os militares passaram a não ter a certeza de que, em caso de ferimento em combate ou doença, seriam rapidamente evacuados para o Hospital Militar de Bissau, como anteriormente acontecia.
- No apoio de fogos. Quando se verificavam flagelações a aquartelamentos portugueses, as aeronaves da FAP atuavam com extrema rapidez sobre a guerrilha, interrompendo as suas ações ofensivas. A partir do momento em que as bases de fogos da guerrilha passaram a estar protegidos pelos mísseis Strela, já não era possível essa interrupção da ação ofensiva das aeronaves portuguesas, o que permitia aos guerrilheiros do PAIGC, instalarem as suas bases de fogos, regular o tiro e bater com eficácia e precisão o interior dos aquartelamentos.

REFORÇO DO PAIGC

Estas realidades vão-se verificar nos ataques, quase simultâneos, a dois aquartelamentos portugueses: em Guidaje, na fronteira norte, com o Senegal; e, em Guileje, na fronteira sul, com a Guiné-Conacri. Estes ataques provocaram um bloqueamento ao reforço e reabastecimento de Guidage, só interrompido, passado mais de um mês, com o emprego de quase mil homens, na sua maioria de forças especiais (comandos, fuzileiros e paraquedistas), que seguiram em apoio daquele aquartelamento.

No sul, em Guileje, o quartel esteve sujeito a fortes bombardeamentos. Por falta de evacuações, de apoio aéreo e de reforços, o comandante militar deu ordem para evacuar o quartel, destruindo ou danificando viaturas e armamento que ficaram para trás. Pela primeira vez em toda a Guerra Colonial, um aquartelamento foi abandonado sob a pressão da guerrilha.

Os militares e a população seguiram para Gadamael, um aquartelamento na margem do rio Cacine, que não tinha condições para receber um tão grande número de militares e civis.

A partir de 31 de maio, o PAIGC atacou fortemente Gadamael e obrigou um elevadíssimo número de militares e muita da população a procurar abrigo nas margens do rio. De 300 militares, terão ficado em Gadamael cerca de 30. A Marinha recolheu os militares e a população em fuga, transportando-os para o aquartelamento de Cacine.

Em agosto, o general António de Spínola deu por terminada a sua comissão na Guiné, tendo sido substituído, como Governador e

**FOI NO MÊS
DE MARÇO DE 1973
QUE O MÍSSIL TERRA-AR
FEZ O SEU APARECIMENTO
NO TEATRO DE OPERAÇÕES
QUE, LOGO NESSE MÊS
E EM INÍCIO DE ABRIL,
CONSEGUIU ABATER CINCO
AERONAVES PORTUGUESAS**

Comandante-Chefe, pelo general Bettencourt Rodrigues.

O final de 1973 e 1974 ficarão marcados por fortes ataques a Canquelifá, Copá, Buruntuma e Piche, tendo Buruntuma sido sobrevoado por uma parelha de aviões Mig -17. Também fazem o seu aparecimento no teatro de operações viaturas blindadas do PAIGC.

Em Bissau, inicia-se uma nova fase da guerrilha com o lançamento de engenhos explosivos sobre um autocarro da FAP e sobre cafés frequentados por militares.

A apreciação que o Estado-Maior da Guiné fazia sobre as possibilidades da guerrilha num futuro próximo seriam:

Eliminar sistematicamente as nossas guarnições mais expostas;

Ampliar a manobra da periferia para o interior; Consolidar bases para a evolução do conflito para um patamar convencional, com o apoio externo.

O CEMGFA, general Costa Gomes, desloca-se à Guiné, onde realiza uma reunião de coman-

dos, tendo chegado às seguintes conclusões: face à situação militar, deveria haver uma retração do dispositivo, criando um núcleo central de defesa da Guiné, permitindo ganhar tempo para se encontrar uma solução política para o conflito. Tratava-se de trocar território por tempo. Esta solução é a clara admissão de que as forças portuguesas abdicavam de boa parte do território da Guiné e das suas populações, para se concentrarem num reduto central, onde a defesa seria mais fácil.

Posição que está em contradição com a de Marcello Caetano, que, em 1972, declarou ao general Spínola preferir uma derrota militar com honra na Guiné do que negociar com terroristas.

SITUAÇÃO POLÍTICA (1973-1974)

O assassinio de Amílcar Cabral, conforme referido, irá provocar uma radicalização militar nos comandantes do PAIGC, mas também reforçará a decisão que Amílcar Cabral já havia tomado em 1972, de declarar, no decorrer de 1973, a independência da Guiné.

É assim que, em 24 de setembro de 1973, em Madina do Boé, o PAIGC proclama unilateralmente a independência da República da Guiné-Bissau, sendo de imediato reconhecida por mais países do que os que então mantinham relações diplomáticas com Portugal.

Em 2 de Novembro de 1973, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconhece a independência da Guiné-Bissau e a ilegalidade da ocupação portuguesa – Resolução A/3061 (XXVII). Em 11 de Novembro, a República da Guiné-

O GENERAL ANTÓNIO DE SPÍNOLA, QUANDO ASSUMIU O CARGO DE GOVERNADOR E COMANDANTE-CHEFE NA GUINÉ, TINHA A CLARA PERCEÇÃO DE QUE AQUELA GUERRA NÃO TINHA SOLUÇÃO MILITAR E QUE SERIA NECESSÁRIO ENCONTRAR UMA VIA DE SAÍDA POLÍTICA

-Bissau foi admitida na FAO, primeira organização das Nações Unidas em que o novo Estado teve assento.

Em 19 de Novembro, a República da Guiné-Bissau foi admitida na Organização da Unidade Africana.

Estes apoios e resoluções internacionais eram passíveis de criar as condições para que, a pedido do PAIGC, fosse formada uma força militar externa, de apoio à guerrilha, congregando vários países.

SOLUÇÃO POLÍTICA

O general António de Spínola, quando assumiu o cargo de Governador e Comandante-chefe na Guiné tinha a clara percepção que aquela guerra não tinha solução militar e que seria necessário encontrar uma via de saída política. Nos quase

cinco anos da sua comissão, fez, sem êxito, várias tentativas para encontrar saídas de caráter político para pôr termo à guerra.

Em 18 de Maio de 1972, Spínola encontra-se com o presidente do Senegal, Leopold Senghor, em território senegalês, tendo conversado sobre um eventual plano de paz para a Guiné. Ficou então claro que era indispensável que se estabelecessem contactos diretos entre as autoridades portuguesas e os dirigentes do PAIGC.

Spínola informou Marcello Caetano destas suas diligências, sendo prontamente proibido de lhes dar seguimento. O Presidente do Conselho informa então o general do seu pensamento sobre a guerra na Guiné, proferindo estas palavras:

«Para defesa global do Ultramar é preferível sair da Guiné por uma derrota militar com honra, do que por um acordo negociado com os terroristas, abrindo caminho a outras negociações»¹

A partir deste momento, ficou claro para os militares que, tal como na Índia, o governo de Lisboa, não tendo soluções políticas para a guerra da Guiné, iria deixar que as Forças Armadas fossem derrotadas, assacando-lhes depois a totalidade das culpas, tornando-as, uma vez mais “bodes expiatórios”.

Os militares do Movimento das Forças Armadas estavam completamente cientes desta realidade, o que veio a constituir um argumento

MARCELLO CAETANO, EM 1972, DECLAROU AO GENERAL SPÍNOLA PREFERIR UMA DERROTA MILITAR COM HONRA NA GUINÉ DO QUE NEGOCIAR COM TERRORISTAS

de peso para a tomada de decisão da necessidade imperiosa de derrubar o regime.

Não é por acaso que, quando em 25 de Abril de 1974, o capitão Salgueiro Maia entra em diálogo com Marcello Caetano, no Quartel do Carmo, após a sua capitulação, e este lhe pergunta quais as intenções do Movimento em relação ao Ultramar, Salgueiro Maia prontamente responde: “Certamente não serão novas Índias”.

A QUEDA DA ÍNDIA, DEZEMBRO DE 1961

A 15 de Agosto de 1947, a joia da coroa do Império Britânico, a Índia, torna-se independente, nascendo então um novo país, a União Indiana. Adivinhavam-se grandes dificuldades para o Governo de Lisboa, em relação aos três pequenos territórios que se mantinham sob a bandeira portuguesa encravados no novo país: Goa, Damão e Diu, conhecidos pelo Estado Português da Índia.

Em 1949, Portugal e a União Indiana trocam representantes diplomáticos.

A partir de Fevereiro de 1950, os diplomatas indianos em Lisboa, por diversas vezes, tentam

¹ Marcello Caetano, *Depoimento*, Distribuidora Record, Rio de Janeiro, 1974

junto do Governo de Salazar abrir conversações sobre o futuro das colónias portuguesas na Índia, o que é liminarmente negado.

A 11 de Junho de 1953, a União Indiana encerra a sua missão em Lisboa e em Junho de 1955 interrompe mesmo as relações diplomáticas com Portugal, com o conseqüente regresso forçado dos diplomatas portugueses e o fecho de consulados e delegações.

Em finais de 1953, a União Indiana inicia um bloqueio a Goa, impondo grandes restrições ao trânsito de pessoas e funcionários que normalmente se deslocavam entre Goa, Damão e Diu e também são impostas restrições alfandegárias, que imobilizam o comércio.

Esta situação era particularmente grave para os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, situados a oriente de Damão litoral, dele territorialmente separados. Literalmente encravados no território da União Indiana.

A 20 de Julho de 1954, forças militares da União Indiana isolam os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli, sendo cortadas as vias de comunicação.

A partir desta data, e sobretudo no ano de 1955, vão passar a ser frequentes incidentes fronteiriços.

Portugal, face à situação criada nos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli decide, em Dezembro de 1955, logo após a sua admissão na ONU, recorrer para o Tribunal Internacional de Justiça de Haia. O processo arrasta-se e, só a 12 de Abril de 1960, é proferida a sentença. As decisões do Tribunal acabariam por, na prática, não proporcionar nenhuma via de saída para o conflito. Assim:

A 4 DE DEZEMBRO DE 1958, ASSUME EM GOA O CARGO DE GOVERNADOR-GERAL DO ESTADO PORTUGUÊS DA ÍNDIA, O GENERAL VASSALO E SILVA.

O Tribunal reconhece a sua competência para julgar a disputa; reconhece a soberania portuguesa sobre os territórios de Dadrá e Nagar-Aveli; reconhece o direito de trânsito de pessoas e mercadorias através do território da União Indiana de e para aqueles enclaves, embora fiscalizados pelas autoridades indianas mas, em contrapartida, não reconhece como direito o trânsito de unidades militares e policiais pelo território da Índia. Tal trânsito ficava dependente da autorização do governo da União Indiana, que poderia assim legitimamente não autorizar a passagem de elementos militares e policiais, de armas e munições.

A ambiguidade desta sentença acaba por não servir a nenhuma das partes, embora o governo de Oliveira Salazar tenha promovido uma enorme campanha a nível nacional, reclamando uma enorme vitória diplomática.

A 4 de Dezembro de 1958, assume em Goa o cargo de governador-geral do Estado Português da Índia, o general Vassalo e Silva.

A INVASÃO SOBRE CARRIS

A partir de Agosto de 1961 começam a chegar repetidas e diversificadas informações de movimentações e concentrações de unidades das

Forças Armadas indianas junto às fronteiras de Goa, que iniciavam a preparação, a curto prazo, de um ataque aos territórios sob administração portuguesa.

AS FORÇAS PORTUGUESAS

As forças militares no Estado Português da Índia, no decorrer do ano de 1961, e após o início da guerra em Angola, sofreram pesadas reduções, encontrando-se com níveis de efetivos extremamente baixos o que, muito dificilmente, permitia que cumprissem as missões de combate ao terrorismo e à sublevação e muito menos permitiam responder a uma eminente invasão por tropas da União Indiana.

Não existia uma única aeronave da Força Aérea Portuguesa, nem artilharia antiaérea operacional, o que deixava o espaço aéreo do território completamente à mercê das forças da União Indiana, que, só por si, constituía uma dificuldade militarmente inultrapassável. O armamento era obsoleto e as munições escassas. Não havia armas antitanque nem carros de combate. As comunicações militares eram muito deficientes.

O Exército tinha efetivamente no terreno cerca de 3 400 homens, os do recrutamento da Metrópole. Os efetivos de recrutamento local seriam desmobilizados em caso de invasão.

A Marinha contava com o Aviso de 1.^a Classe “Afonso de Albuquerque”, navio antiquado que entrara ao efetivo em 1935, e ainda três pequenas lanchas de 17 metros, com uma pequena peça de 20 mm e uma guarnição de 8 homens. Por tudo isto a capacidade das Forças Armadas

para resistir, ainda que por um curto período de tempo, a um poderoso ataque convencional, por terra, mar e ar por parte das forças armadas da União Indiana, era tarefa impossível.

AS FORÇAS DA UNIÃO INDIANA

O grosso das forças terrestres indianas encontrava-se estacionado em Belgrão, localidade localizada a Nordeste de Goa e contava com cerca de 30 000 a 40 000 homens das seguintes armas:

Infantaria: seis Batalhões, três deles de tropas especiais, Sikhs;

Paraquedistas: quatro Batalhões;

Cavalaria: 54 carros de combate AMX 13, 17 carros de combate ligeiros Sherman;

Artilharia: dois regimentos de Artilharia Média - obuses de 140 mm, um Batalhão de Artilharia de Montanha - obuses de 88 mm; uma Companhia de morteiros pesados;

A Marinha indiana também preparou um vasto dispositivo, constituído por quatro “task-groups”:

Grupo de Ação de Superfície: Constituído por 1 Cruzador ligeiro, 3 Fragatas, 1 Corveta;

Grupo do Porta-Aviões: Constituído por 1 Porta-Aviões (Vikrant), 1 Cruzador ligeiro, 1 Destroyer, 3 Fragatas;

Grupo de Draga-Minas: constituído por 3 Draga-Minas costeiros, 1 Draga-Minas de Porto Navio de Apoio: 1 Navio de apoio logístico.

A Força Aérea montou um dispositivo com aeronaves de diversos tipos, sediadas em diferentes aeródromos: Poona, Belgrão (Sambre) e Jamnagar, para as ações em Diu.

O dispositivo contava com vários tipos de aeronaves: bombardeiros Canberra, caças Hunter e

Vampires de origem britânica e caças Toofani Ouragon de origem francesa, todos a jacto, e de concepção pós II Guerra Mundial e ainda aeronaves de observação do campo de batalha, comunicações e comando, Harvard, Otters e helicópteros de origem soviética MI-4.

A INVASÃO

Com a invasão iminente, o plano de Salazar era o de isolar, perante a comunidade internacional, a União Indiana pela agressão aos territórios sob administração portuguesa, isolamento que seria tanto maior quanto maior fosse a resistência das débeis Forças Armadas Portuguesas e quanto maior fosse o derramamento de sangue dos nossos militares. Seria este o enquadramento perfeito para a vitimização do Governo português, tentando que o agressor tivesse um preço a pagar.

Salazar vinca bem as suas intenções quando, a quatro dias do início da invasão, a 14 de Dezembro de 1961, envia uma mensagem ao Governador-Geral em que “recomenda” o “sacrifício total” dos militares portugueses, acrescentando ainda: “[...] *Não prevejo possibilidade de tréguas nem prisioneiros portugueses como não haverá navios rendidos, pois sinto que apenas pode haver soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos. [...]*”

A União Indiana com uma relação de efetivos de 10 para 1, e com uma superioridade esmagadora em meios por terra, mar e ar, não permitia outra previsão senão a de um massacre em alta escala ou uma rendição das forças portuguesas.

Pelas 4h00 de dia 18 de Dezembro de 1961, o Exército Indiano pôs-se em marcha entrando em território sob administração portuguesa, por Norte, Leste e Sul de Goa, pelas 7h00.

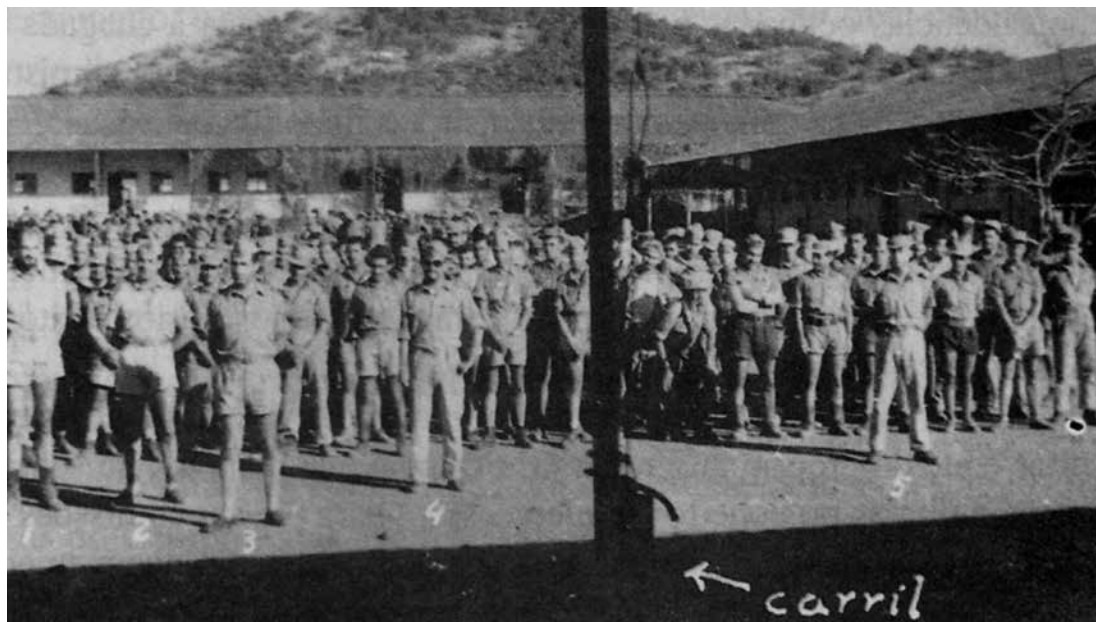
À mesma hora a Força Aérea da União Indiana bombardeia a pista de aviação do aeroporto de Dabolim em Goa, com doze bombardeiros *Canberra*, tendo o cuidado de não atingir as instalações e duas aeronaves que aí se encontravam estacionadas. Uma segunda vaga de oito *Canberras* terminou o bombardeamento da pista, que ficou impraticável. Pelas 7h30, seis caças *Hunter* atacaram a estação rádio naval e a central dos correios, tendo-as destruído, interrompendo assim as comunicações com Lisboa, em simultâneo eram bombardeados pela aviação alvos em Pangim e Mormugão.

Sem encontrar oposição ao avanço dos seus blindados (as tropas portuguesas não tinham armas anticarro) e com o controlo absoluto do espaço aéreo e com um poderoso cerco naval, a Força Indiana avança decididamente evidenciando cautelas para não provocar muitas baixas às Forças Portuguesas, que perante o potencial do invasor iam recuando.

Cenário idêntico acontece em Damão e Diu.

Pelas 12h45 do dia 19 de Dezembro o general Comandante-chefe toma a decisão da rendição, enviando ao Comandante das Forças da União Indiana uma mensagem declarando essa sua intenção, poupando assim vidas de militares e civis.

Terminados os combates e formalizada a rendição das forças portuguesas, puderam contabilizar-se vinte e cinco mortes entre os milita-



Direitos reservados

Campo de Pondá. Formatura para contagem de prisioneiros

res portugueses, sendo dezasseis do Exército, cinco da Marinha e quatro da Polícia.

Em Lisboa, a rápida rendição das forças portuguesas e o número relativamente baixo de mortes em combate, não permitiram que Salazar lançasse interna e externamente uma campanha de vitimização. Era então necessário que os portugueses não se apercebessem dos factos tal qual eles ocorreram. Os órgãos de comunicação, dias após a rendição, foram fazendo eco de um imaginário prolongamento dos combates, utilizando mesmo imagens dramáticas como “o sangue escorre pelas ruas de Diu” proferidas aos microfones da Emissora Nacional. Chegou-se ao ponto de anunciar a morte de militares que se encontravam ilesos, levando as famílias ao luto e ao choro. Em 29 de Dezembro, os jor-

nais davam conta de uma nota do Ministério do Exército em que se anunciava, sujeito a confirmação, que as baixas de militares na Índia teriam atingido o número de 1018, das quais 37 seriam oficiais. Esclarecia ainda a nota que as baixas podiam significar desaparecidos, uma vez que chegavam notícias da existência ainda de pequenos núcleos de combate.

OS CAMPOS DE PRISIONEIROS

Após a rendição, os militares portugueses foram aprisionados pelas forças indianas e encaminhados para vários campos de prisioneiros. Com o internamento nos campos de prisioneiros a situação estabilizou e a vida, apesar de dura e com privações, decorreu de um modo geral sem que tivessem sido infligidas as nor-

mas estabelecidas pela Convenção de Genebra, tendo, inclusivamente, sido distribuídas cópias da Convenção aos militares portugueses. A Cruz Vermelha visitou os campos e apoiou os prisioneiros.

As autoridades de Lisboa não demonstraram qualquer intenção de rapidamente repatriar os militares em cativo na Índia, o que provocará uma progressiva deterioração do seu moral, tanto mais que a União Indiana tinha feito saber, logo após a rendição, que os militares portugueses podiam ser de imediato repatriados, colocando apenas como condição que a sua saída do território não fosse efetuada nem por navios, nem por aviões portugueses.

Nos campos de prisioneiros os militares portugueses começaram a perceber que a manutenção do cativo em que se encontravam se devia exclusivamente à falta de vontade do governo de Lisboa no seu regresso.

Em Março de 1962, e face à persistência desta situação, as autoridades indianas anunciaram que os militares que quisessem e pudessem suportar as custas das viagens, poderiam de imediato ser libertados e regressar a Portugal. Começou a generalizar-se o sentimento de que o verdadeiro carcereiro era o Governo de Lisboa e não a União Indiana. O ex-Governador de Diu, major Fernando Cunha Vasconcelos, que se havia distinguido militarmente quando da invasão, fez vários telegramas muito violentos para as autoridades de Lisboa, afirmando que iria assumir a responsabilidade de repatriar os seus homens, o que acabaria por ter como consequência a sua posterior demissão de oficial do Exército.

AS AUTORIDADES DE LISBOA NÃO DEMONSTRARAM QUALQUER INTENÇÃO DE RAPIDAMENTE REPATRIAR OS MILITARES EM CATIVO NA ÍNDIA

O REGRESSO

Finalmente, em Maio, os militares portugueses são embarcados em aviões franceses fretados por Lisboa, rumo a Carachi, onde navios portugueses da Marinha Mercante – “Vera Cruz” e “Pátria” – aguardavam para os transportar para Lisboa.

A bordo, os militares portugueses são surpreendidos com um clima muito hostil e intimidatório. Em permanência, elementos de uma companhia de Polícia Militar circulavam armados no navio, como se estivessem a guardar prisioneiros, e agentes da PIDE não disfarçavam a sua vigilância sobre os militares embarcados.

Em 21 de Maio de 1962, passados cinco meses da invasão, os navios chegam às imediações de Lisboa ao princípio da tarde, tendo fundeado fora da Barra. Só vieram a atracar pelas 2h00 da manhã do dia seguinte, tentando assim que o regresso se processasse dentro da maior discrição. As famílias, no cais, esperaram ansiosas, durante muitas horas, o momento de abraçar os seus entes queridos.

Logo após o desembarque, os militares do Exército foram colocados em camionetas, que os esperavam junto ao ponto de desembarque,

sendo distribuídos por várias unidades ao longo do País, estando para isso já preparados vários comboios. Para as unidades foi enviada uma mensagem proibindo os militares regressados de falar sobre o que se havia passado na Índia.

OS BODES EXPIATÓRIOS

Cerca de um ano volvido, a 22 de Março de 1963, alguns militares tomam conhecimento pela comunicação social de que são punidos pelo seu comportamento durante a invasão. As penas foram a demissão das Forças Armadas, a reforma compulsiva e seis meses de inatividade.

Estas medidas atingem o Governador e Comandante-Chefe, general Vassalo e Silva, o Comandante militar e o Comandante Naval, além de outros oficiais e um sargento.

Não houve qualquer julgamento, pois este iria pôr a nu as responsabilidades políticas do poder em Lisboa. Se tivessem sido proporcionados meios de defesa aos arguidos, apesar da censura, os órgãos de comunicação social não poderiam deixar de noticiar o que se passava nas audiências, podendo criar alguma agitação no País e em especial no interior das Forças Armadas. As sanções foram impostas com base em processos de averiguações.

Estava portanto completa a manobra de desresponsabilização do poder político e a criação de um bode expiatório: os militares que serviram no então Estado Português da Índia.

Foi mais uma página negra na história do Estado Novo, e um dos atos mais ignóbeis, cruéis e cobardes do longo mandato de Oliveira Salazar.

**ESTAVA PORTANTO
COMPLETA A MANOBRA
DE DESRESPONSABILIZAÇÃO
DO PODER POLÍTICO
E A CRIAÇÃO DE UM BODE
EXPIATÓRIO:
OS MILITARES
QUE SERVIRAM
NO ENTÃO ESTADO
PORTUGUÊS DA ÍNDIA**

Os militares não irão esquecer.

Só com o 25 de Abril de 1974 os militares punidos seriam reintegrados e a sua honra e carreira repostas.

Bibliografia:

Marcello Caetano, *Depoimento*, Distribuidora Record, Rio de Janeiro, 1974; **Francisco Cabral Couto**, *O Fim do Estado Português da Índia*, *Tribuna da História*; **Pereira Pinto**, *Revisitar Goa, Damão e Diu*, *Liga dos Combatentes*, Lisboa, 2010; **Aniceto Afonso**, **Carlos Matos Gomes**, *Os Anos da Guerra Colonial*, *Quidnovi*, Matosinhos, 2010

* Capitão de Abril, sócio da A25A



Comemorações do 25 de Abril em Porto de Mós, 25-04-2014. Foto cedida pelo município.

Ver também o Suplemento online n.º 152-153 no sítio da A25A

ISABEL CID

Esta nossa colaboradora apresenta-nos uma memória simbólica do 24 de Abril, através da sua vivência desses anos finais do regime e dos versos da canção-senha da Revolução, *Grândola, Vila Morena*, que ia escutando na madrugada do 25 de Abril. No fundo, ela recorda a guerra colonial, que foi vivida pessoalmente, primeiro com as mobilizações do seu pai, oficial do Exército, o que a levou ao Leste de Angola e também a Cabinda e, mais tarde, acompanhando o seu marido à Guiné. Viveu

uma experiência dramática nos anos finais da guerra juntamente com o marido, oficial de Marinha e depois capitão de Abril. Regressaram a Lisboa a tempo de participarem e viverem a revolução, mas muito cedo se apercebeu que a guerra ia acabar. Foi quando ouviu um dos comunicados que começava “Aqui Posto de Comando das Forças Armadas...” e pensou: “Meu filho não iria para a guerra! Meu filho ia nascer num PAÍS LIVRE!”.

[ao meu amor que não veio à guerra]



Direitos reservados

URBANO BETTENCOURT*

ao meu amor que não veio à guerra
nem saberá da violência dos poentes africanos
nem do cansaço que vertem os embondeiros:
tu não provarás esta agonia dos rios moribundos
derramando tédio nas horas magoadas
nem o nosso arrastar pelas bolanhas
na madrugada com a lama a lamber-nos
os testículos adormecidos.
mesmo que as cartas digam do resistir
e rasguem caminhos na nossa solidão
África será sempre para ti a virgem
do sonho e do temor
ninguém te falará na mulher magra negra
em cujo ventre o sol foi emboscado.

* Escritor, ensaísta, investigador e ex-professor universitário



Comemorações do 25 de Abril de 2005, em Valença. Foto cedida pelo município

Ver também o Suplemento online n.º 152-153 no sítio da A25A

ROSALVO ALMEIDA

Este nosso colaborador apresenta-nos um estudo sobre *Democracia, Liberdade e Tolerância* na toponímia portuense, fazendo o levantamento de todas as referências ao período liberal, ao republicanismo, à oposição democrática e também ao 25 de Abril, na toponímia da cidade do Porto. No fundo, a cidade e os seus

responsáveis, ao longo do tempo, assumiram o apego da Invicta à história da Liberdade. É assim que podemos exclamar, como o autor: “Honra à memória de todos os que prepararam o terreno para a implantação da democracia e da liberdade, faz agora 50 anos!”.

III CONGRESSO DA OPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA E O PROGRAMA DO MFA



Alvaro e José Tavares

Em Lisboa o Povo envolveu-se com a Revolução

O programa do Movimento das Forças Armadas constituiu uma via poderosa de convergência com o Movimento dos Capitães durante o processo conspirativo e foi factor da adesão popular ao 25 de Abril

M. SIMÕES TELES*

O PROGRAMA DO MOVIMENTO das Forças Armadas (MFA) teve raízes fundas no 3.º Congresso da Oposição Democrática, realizado, em Aveiro, em Abril de 1973. Esta é uma evidência quando se cotejam as Conclusões

do Congresso com as medidas imediatas e de curto prazo enunciadas no programa, o que se faz a seguir, e se conhecem passos do processo da sua elaboração, o que se faz mais adiante.

ATENTE-SE NOS SEGUINTE EXTRACTOS DAS CONCLUSÕES DO CONGRESSO:

No Estado democrático cuja instauração urgente é imperativo de salvação nacional impõe-se que o Presidente da República emane diretamente da vontade popular da nação inteira, expressa em eleições verdadeiramente livres (...)

(...) o Presidente da República deverá ter o papel de garante e defensor da Constituição que a Assembleia Nacional Constituinte saída de eleições gerais e livres elaborar e, designadamente, das liberdades fundamentais de todos os cidadãos.

O Estado democrático português só se pode instaurar na base da destruição do actual aparelho de Estado fascista (...)

No Estado democrático a instaurar, o Executivo tem de estar inteiramente subordinado ao povo, como fonte de toda a soberania, e aos seus representantes livremente eleitos

A conquista das liberdades democráticas (exige): Liberdade de expressão de pensamento, de reunião de associação, liberdade sindical e direito à greve.

Liberdade para todos os presos políticos e regresso dos exilados

Extinção da PIDE-DGS

O modo de formação e a lei eleitoral da Assembleia Nacional serão, quanto à Assembleia Nacional Constituinte, aqueles que forem decretados pelo governo democrático que se seguir ao fascismo; e, quanto às Assembleias Nacionais Democráticas posteriores, pela Constituição do Estado democrático.

A dependência (da magistratura judicial) em re-

... E RELEMBREM-SE AS MEDIDAS DO PROGRAMA DO MFA:

Medidas imediatas

Destituição imediata do Presidente da República e do actual Governo, a dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado, medidas que serão acompanhadas do anúncio público da convocação, no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal directo e secreto, segundo lei eleitoral a elaborar pelo futuro Governo Provisório;

Destituição de todos os governadores civis no continente, governadores dos distritos autónomos nas ilhas adjacentes e Governadores-Gerais nas províncias ultramarinas, bem como a extinção imediata da Acção Nacional Popular.

Extinção imediata da DGS, Legião Portuguesa e organizações políticas da juventude.

Amnistia imediata de todos os presos políticos, salvo os culpados de delitos comuns, os quais serão entregues ao foro respectivo, e reintegração voluntária dos servidores do Estado destituídos por motivos políticos;

Abolição da censura e exame prévio;

Medidas de curto prazo

Após assumir as suas funções, o Presidente da República nomeará o Governo Provisório Civil, que será composto por personalidades representativas de grupos e correntes políticas e personalidades independentes que se identifiquem com o presente programa.

O Governo Provisório governará por decretos-leis, que obedecerão obrigatoriamente ao espírito da presente proclamação.

ATENTE-SE NOS SEGUINTE EXTRACTOS DAS CONCLUSÕES DO CONGRESSO (CONT.):

lação ao Governo é incompatível com o pleno exercício da missão que lhe compete.

Devem ser abolidos todos os tribunais especiais e criar-se uma única estrutura judiciária, servida por um corpo unitário de juizes (...)

O Estado democrático português destruirá inteiramente a organização corporativa como parte essencial do aparelho fascista do actual regime.

A liberdade de expressão de pensamento por intermédio da imprensa, rádio e televisão só poderá ser garantida através de uma lei que exclua qualquer forma prévia de censura.

A luta do povo português pela paz e pela democracia está assim intimamente ligada (...) à luta pela paz e cooperação de todas as nações do mundo.

(...) a luta só conseguirá o derrubamento do regime fascista se unida à de todas as camadas sociais anti-monopolistas, particularmente às classes trabalhadoras.

OUVIMOS E LEMOS

Essas guerras de além-mar
gastando as armas e a gente,
esse morrer e matar
sem sinal de se acabar
por política demente.

Jorge de Sena

... E RELEMBREM-SE AS MEDIDAS DO PROGRAMA DO MFA (CONT.):

O Governo Provisório, tendo em atenção que as grandes reformas de fundo só poderão ser adoptadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte, obrigar-se-á a promover imediatamente:

(...) A liberdade de reunião e de associação.

Em aplicação deste princípio será permitida a formação de «associações políticas», possíveis embriões de futuros partidos políticos, e garantida a liberdade sindical, de acordo com lei especial que regulará o seu exercício;

A liberdade de expressão de pensamento sob qualquer forma;

A promulgação de uma nova Lei de Imprensa, Rádio, Televisão, Teatro e Cinema;

Medidas e disposições tendentes a assegurar, a curto prazo, a independência e a dignificação do Poder Judicial;

A extinção dos «tribunais especiais» e dignificação do processo penal em todas as suas fases;

(...) O Governo Provisório lançará os fundamentos de:

Uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista;

Uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras (...).

O ESSENCIAL DO PROGRAMA FOI ESCRITO PELO MAJOR MELO ANTUNES, QUE FORA ENCARREGUE PELA DIRECÇÃO DO MOVIMENTO DOS CAPITÃES DE REDIGIR UM DOCUMENTO DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA

Desde logo, o Programa constituiu uma via poderosa de convergência com o Movimento dos Capitães durante o processo conspirativo e foi factor da adesão popular ao 25 de Abril. A sua simples existência constituiu o primeiro obstáculo a que a acção militar se encaminhasse para o golpe militar clássico – o *putsch* desejado e tentado pelo general Spínola: no primeiro encontro de Spínola com o comando do MFA, ao fim do próprio dia 25 de Abril, em reunião decisiva na sala de comando no quartel da Pontinha, Spínola propôs que o Programa fosse suspenso. A recusa foi imediata.

As suas medidas imediatas ditaram o fim da ditadura fascista.

A seguir, e por praticamente dois anos, o Programa constituiu a âncora que legitimou os governos provisórios e que deu suporte às negociações que puseram fim à guerra colonial,

... E RELEMBREM-SE AS MEDIDAS DO PROGRAMA DO MFA (CONT.):

O Governo Provisório orientar-se-á em matéria de política externa pelos princípios da independência e da igualdade entre os Estados, da não ingerência nos assuntos internos dos outros países e da defesa da paz, alargando e diversificando relações internacionais com base na amizade e cooperação: A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios: Reconhecimento de que a solução das guerras no ultramar é política e não militar;

à promulgação de uma nova lei de imprensa, rádio, televisão e cinema e criação do Conselho de Imprensa, à criação do cargo de Provedor de Justiça, à realização das eleições para a Assembleia Constituinte, em 1975, e à promulgação da Constituição, em 2 de Abril de 1976.

TESES DO CONGRESSO

Refira-se seguidamente – e sucintamente – o processo de elaboração do documento que veio a ser o Programa do MFA.

Como é sabido, o essencial do programa foi escrito pelo major Melo Antunes, que fora encarregue pela Direcção do Movimento dos Capitães de redigir um documento de orientação política.

Além das semelhanças dos articulados, a ligação às teses do congresso de Aveiro pode descobrir-se numa reunião de Melo Antunes com

o primeiro-tenente Martins Guerreiro, em casa deste, no princípio de 1974. Martins Guerreiro relata que Melo Antunes, ao deparar com as teses do 3.º Congresso da Oposição Democrática em cima da sua mesa de trabalho, apontou-as e perguntou: “- *Concordas?*” E, perante a resposta afirmativa, retorquiu de imediato: - *Então não precisamos de falar muito mais, não preciso de gastar o meu latim*¹.

Essa reunião, em casa de Martins Guerreiro, realizou-se no âmbito dos contactos que jovens oficiais da Marinha procuravam estabelecer com o Movimento dos Capitães. O contacto inicial com Melo Antunes foi proporcionado pelo alferes miliciano Leal Loureiro, tendo sido realizado por Martins Guerreiro e por Almada Contreiras.

As subsequentes discussão e afinação do documento até à sua redacção final foram concretizadas em reuniões em que participámos com os camaradas de Marinha Almada Contreiras, Victor Crespo, Pedro Lauret e Vidal de Pinho, e com os camaradas do Exército Vasco Gonçalves, Costa Braz e Franco Charais. O processo foi conduzido pelo major Vítor Alves após o destacamento (afastamento) forçado de Melo Antunes e de Vasco Lourenço para os Açores. A adesão ao essencial que era proposto não sofreu a mínima oposição².

A convergência espontânea em torno do articu-

lado das teses do 3.º Congresso de Aveiro atrás referida não foi um acaso. Quase um ano antes, cerca de uma dezena de oficiais da Armada e três aspirantes da Escola Naval constituíram um grupo que se deslocou clandestinamente a Aveiro – no fim-de-semana de 7 e 8 de Abril de 1973 – para seguir os trabalhos do Congresso³. Este grupo era constituído pelos seguintes oficiais e aspirantes:

- Primeiros-tenentes e segundos-tenentes Martins Guerreiro e a mulher, Almada Contreiras, Lobo de Oliveira, Fausto Monteiro, Simões Teles e a mulher, Ferreira de Carvalho, Miguel Judas, Guedes Soares e a mulher, Pires Soeiro, Sequeira Alves;

- Aspirantes da Escola Naval Paleta Marreiros, Cota Fevereiro, Pinto de Oliveira.

Já, em Aveiro, juntaram-se-lhes os primeiros-tenentes Ferreira de Gouveia e Ferreira Baptista, o primeiro dos quais com família na cidade.

Outros três aspirantes arriscaram fazer requerimento ao Comandante da Escola Naval para irem oficialmente ao congresso, o que foi indeferido: Carvalho Pereira, Martins Bettencourt, Nelson Mateus.

Oeiras, Julho de 2023

* Capitão de Abril, sócio da A25A

1 Reunião que é relatada na crónica Programa do MFA – Contributo Da Marinha, GUERREIRO, Manuel Martins, publicada na antologia *O 25 de Abril de 1974 – Testemunhos da Luta pela Democracia e pela Liberdade*, coordenada por Almada Contreiras e Fernando Mão de Ferro, edições COLIBRI, 2020.

2 LAURET Pedro, *O Programa do MFA*, *ibidem*.

3 Um relato mais pormenorizado da deslocação do grupo, dos seus propósitos e o do ambiente naval em que se estava inserido encontra-se na crónica “Aveiro, O 3º Congresso da Oposição Democrática, o Movimento da Marinha e o 25 de Abril”, TELES, Mário Simões, *ibidem*.

EU NÃO ACREDITEI NO 25 DE ABRIL

Com o meu recente percurso pelas entranhas repressivas da ditadura, eu vivia convencido de que o marcelismo – que até já desistira de se apresentar como um salazarismo de rosto mais humano – estava para durar, que os sinais emitidos por Spínola e Costa Gomes pouco significavam

JOAQUIM VIEIRA*

NO INÍCIO DE 1974, acabado de sair do Forte de Peniche, onde cumprira pena por subversão, decidi sair do país por correr o risco de voltar a ser preso no âmbito de outro processo. Comuniquei-o ao meu primo António, um tenente do Exército, e reagi atónito quando ele me ripostou: “Não vais ficar lá fora muito tempo. Estamos a preparar aqui uma coisa para deitar isto tudo abaixo.” Percebi que se referia a outros militares e que havia naquelas palavras uma certa determinação.

Mas a verdade é que eu nunca imaginara aquele familiar, cinco anos mais velho, sempre tão cumpridor dos seus deveres castrenses, envolvido em qualquer género de conspiração à margem da lei vigente, muito menos para derrubar o regime. Mais aparvalhado fiquei quando ele me sondou: “Que achas do Mário Soares para primeiro-ministro?”

Mais um grupo de sonhadores, pensei. Com o meu recente percurso pelas entranhas repressivas da ditadura, eu vivia convencido de que o marcelismo – que até já desistira de se apresentar como um salazarismo de rosto mais humano – estava para durar, que os sinais emitidos por Spínola e Costa Gomes pouco significavam e que o grupo de amigos do António, fossem eles quem fossem, estavam condenados ao fracasso, como já tantos antes deles tinham fracassado em quase meio século de tentativas.

EXÍLIO EM PARIS

Exilei-me, portanto, em Paris, procurando aí organizar uma vida nova para muitos anos, quando, a 16 de março, me encontrei no apartamento do mesmo Mário Soares que o meu primo incluía numa *short list* de putativos futu-



Direitos reservados

Mário Soares e Álvaro Cunhal juntos numa manifestação

ros chefes do executivo. Devo dizer que já uma vez fora àquela morada do Boulevard Garibaldi falar com o líder do PS. Aconteceu assim que desembarquei em Paris. Antes de sair de Lisboa, o filho de Soares, João, que eu acabara de conhecer, sabendo da minha intenção de me exilar, dera-me a morada do pai e dissera-me: “Fala com ele, para te arranjar o estatuto de refugiado político.” Assim fiz: bati-lhe à porta sem me fazer anunciar e o inquilino, não me conhecendo de lado nenhum, lá me indicou o contacto que me permitiria de facto obter um certificado de perseguido político, muito útil para facilitar a estada em França. Nesse dia 16 de março, o João estava com a mãe de visita a

Soares, em Paris, e convidou-me para almoçar com ele e os pais umas favas à portuguesa cozinhadas com esmero por Maria Barroso.

Quando me abriram a porta, descobri os três em polvorosa: tinham recebido a notícia de que uma coluna de militares rebeldes havia saído do quartel das Caldas da Rainha e se dirigia à capital. Saber ia eu mais alguma coisa? – inquiriram. Pois, rigorosamente nada, tanto mais que foram eles a dar-me a novidade. E assim estivemos ali os quatro durante o resto do dia, agarrados ao telefone, cada um a ligar para quem conhecia em Portugal (mas a falar por meias palavras, não fosse o diabo tecê-las por via das escutas da PIDE/DGS), ansiosos por

mais pedaços de informação que ajudassem a compor o puzzle dos acontecimentos desenrolados a 2 000 km de distância.

De novo, apenas soubemos que o movimento fracassara, e lá me veio à memória a conversa como o meu primo: claro que eu tinha razão – aquilo era apenas mais uma intentona, como tantas outras, destinada ao insucesso. Não me atrevi sequer a contar a Soares que havia militares em Portugal (pelo menos um tenente) a pensarem pô-lo à frente de um novo governo – nem por sombras contribuir para lhe criar falsas expetativas.

Nada disto obstou a que ele fosse nessa noite, acolitado pelo filho e por mim, ao telejornal da *Antenne 2* (segundo canal da TV pública, a única então existente) para ser entrevistado em direto anunciando, com o seu eterno otimismo, que muita coisa estava a mexer em Portugal. Não que ele tivesse durante o dia recolhido qualquer dado nesse sentido: tratava-se apenas de manter acesa a “pequenina luz bruxuleante”, no dizer de Jorge de Sena. Eu é que não estava convencido.

Fui assim apanhado de surpresa na manhã de 25 de abril pelas notícias de nova presença de tropas insurretas nas ruas portuguesas – e desta vez já no coração do poder, em Lisboa.

Muito se tem falado das transformações que o 25 de abril operou em nós, portugueses, como coletivo, desde a instauração da liberdade e o advento da democracia à extinção do império e à futura integração europeia, mas pouco da influência que teve na vida de cada um. Creio

que a esmagadora maioria de todos aqueles que eram vivos à época poderá testemunhar como a sua existência passou a ser outra (nem sempre melhor, como dirá quem vivia em África, mas essa já é outra conversa – que convém ter, embora não seja este o âmbito). No meu caso, o 25 de abril virou-me do avesso o percurso: dos estudos de engenharia, passei para o jornalismo, aproveitando uma oportunidade logo aberta pelo I Governo Provisório.

Isso foi, contudo, depois de eu regressar a Lisboa, no início de maio. Entre os familiares que me esperavam em Santa Apolónia, estava o meu primo, com o seu sorriso franco, mas ao mesmo tempo algo irónico: sim, era ele afinal quem estava certo – aquela operação era mesmo para levar até à vitória –; não eu, com o meu ceticismo militante. Mais do que isso, o António Marques Júnior cumpria, então, a mais importante missão militar da sua vida: contribuir para libertar Portugal.

* Jornalista, ensaísta, documentarista

OUVIMOS E LEMOS

Ruas da minha cidade
Praças da minha alegria
Onde antes da claridade
Era noite todo o dia.

Joaquim Pessoa



Direitos reservados

Henry Kissinger, Secretário de Estado norte-americano, recebido em Lisboa pelo Presidente da República Ramalho Eanes, em 1980

EU RECORDO-ME...

A nostalgia do passado é uma defesa para a ansiedade do presente. É natural que olhemos para esse tempo distante a que sobrevivemos, elogiando-lhe as virtudes que ficaram marcadas nos bons momentos – e esquecendo a injustiça que resolvemos no caminho até aqui. Agora, quando o medo do futuro é político, como nunca foi, recordamo-nos muito, e mal

PAULO PENA*

EU RECORDO-ME, é minha obrigação.

Naquele frio 18 de Dezembro de 1973, dois homens sorridentes estão de costas para o Padrão dos Descobrimentos, em Lisboa. Henry A. Kissinger, o novo secretário de Estado dos EUA, nomeado pelo presidente Nixon há apenas três meses, em Setembro, veste um fato de lã de três peças e tem as mãos atrás das costas. A mesma exacta pose que o seu interlocutor, o chefe da diplomacia portuguesa, Rui Patrício.

Na véspera, Kissinger estivera em Jerusalém e em Tel-Aviv, onde se reuniu com a primeira-ministra israelita, Golda Meir, segundo os documentos oficiais americanos, para “discutir o processo de paz no Médio Oriente”. Nos dias anteriores, a sua agenda carregada levava-o a encontrar-se com Sadat, Assad e Hussein¹.

Mas naquela fotografia, em Lisboa, que encontro online², posando sorridente no Padrão dos Descobrimentos, em Lisboa, Kissinger estava a sublinhar os traços cínicos da nova “*Realpolitik*” americana.

Naquele preciso dia 18 de Dezembro, 75 anos

antes, Joseph Conrad (que tal como Kissinger nasceu no centro da Europa, emigrou e passou a falar outra língua) começou a escrever o grande romance anti-colonial, *O Coração das Trevas*.³

O “horror” que Conrad descreveu, quando Marlow encontra Kurtz, para o tentar salvar do que não tem salvação possível, já era há muito denunciado na imprensa internacional de 1973, mas não nas nações africanas ocupadas por Portugal. Apenas um ano antes, em Dezembro de 1972, fora ordenado o massacre de Wiryamu, no Tete, em Moçambique, revelado ao mundo por missionários católicos.

Kissinger saberia, seguramente, que o mesmo Rio Congo que Conrad subiu no século XIX, quando as suas margens foram ocupadas pela Bélgica, a norte, e por Portugal, a sul, ainda era reclamado, no dia 18 de Dezembro de 1973, quando estive em Lisboa, por Portugal como parte integrante de uma “colónia” africana.

Marlow, já no século XIX revelara, com as palavras certas, o “choque” que sentiu ao subi-lo,

1 <https://history.state.gov/departmenthistory/travels/secretary/kissinger-henry-a>

2 https://delagoabayword.files.wordpress.com/2019/05/09_11_3-kissinger-em-lisboa.jpg

3 LINDQVIST, Sven, *Exterminem Todas as Bestas*, Caminho, pág. 138

enquanto na Europa se publicavam livros, se organizavam conferências e se fundavam sociedades “antropológicas” com o objectivo de tornar científica a crença na superioridade da raça branca. “O choque moral que apanhei, como se algo monstruoso, intolerável ao espírito e odioso para a alma, tivesse penetrado inespereadamente em mim”.

Dever de contar

Eu tenho a responsabilidade de contar o que sei desse dia 18 de Dezembro, de há 50 anos. Às 10 horas da manhã, não sei se antes ou depois da fotografia tirada a Kissinger, em Belém, eu acabava de nascer na Maternidade Alfredo da Costa, em Lisboa.

Quando me levaram para casa, na curta distância que separava a maternidade do berço, no centro de Lisboa, os meus pais conduziram o velho Ford Anglia amarelo por uma paisagem muito diferente da que vemos hoje. Muitos bairros de Lisboa eram ilhas, cercados por barracas. Milhares de pessoas, muitas delas forçadas a migrar, do Alentejo, das Beiras, de Trás-os-Montes, pela fome, viviam sem água corrente, sem aquecimento. Como percebi, cinco anos depois, na escola pública, essas barracas eram habitadas por famílias normais, como a minha, em que os pais trabalhavam e os filhos estudavam.

Quando vejo, hoje, nas redes sociais, a memória saudosa daquela capital de um “império”, numa ditadura que o impunha, com armas e mortes, lembro-me dos nomes dos meus cole-

gas da primeira classe que não podiam brincar em suas casas.

A nostalgia do passado é uma defesa para a ansiedade do presente. É natural que olhemos para esse tempo distante, a que sobrevivemos, elogiando-lhe as virtudes que ficaram marcadas nos bons momentos – e esquecendo a injustiça que resolvemos no caminho até aqui. Agora, quando o medo do futuro é político, como nunca foi, recordamo-nos muito, e mal.

Lisboa não era sequer uma cidade tranquila, como hoje garantem as estatísticas internacionais. No dia em que nasci, por exemplo, na rua António Stromp, ao lado do estádio do Sporting, a PIDE disparou tiros num bairro residencial para capturar dois opositores à ditadura. Um deles era engenheiro nuclear. Os alvos da polícia política conseguiram escapar, por pouco e ilesos. Dias mais tarde, a GNR capturou-os. Prometeu logo que não os iria torturar. Mas a metáfora requer um polícia bom e um que seja mau. A PIDE reivindicou os capturados: “O António foi espancado até ficar negro, negro, negro. Até lhe morderam no nariz e tudo (...). Saiu de Caxias no 25 de Abril.”⁴

“Eu recordo-me” é uma maneira de dizer. Recordar é um esforço político. A memória é selectiva, curta, efémera, manipulável.

A CENSURA NO CINEMA

Mas há uma única notícia publicada em Portugal sobre outro facto importante deste 18 de Dezembro de 1973. Fellini lançou *Amarcord* (a contrac-

4 CARDINA, Miguel, *Margem de Certa Maneira*, pág. 173, https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15488/1/Tese%20doutoramento_Miguel%20Cardina.pdf

ção, em dialeto regional do italiano “Eu recordo-me”). O filme só estreou em Lisboa, no cinema Castil, a 13 de Junho de 1974, quase dois meses depois do nosso dia “inicial inteiro e limpo”⁵.

Fellini, livre, habitou a “substância do tempo”⁶ e recriou ali a sua adolescência durante o fascismo italiano (se puderem, revejam a longa, incrível, cena da chegada do funcionário do regime e ponham-se na pele daquela multidão “infantilizada”, como lhe chamou o realizador). Tenho de recorrer aos arquivos do *The New York Times* para me recordar, também, de um outro filme sobre o tempo, acabado de estrear no dia em que nasci. Começa assim a crítica: “Miles Monroe (Woody Allen), o co-proprietário do restaurante *Happy Carrot Health Food*, em Greenwich Village, tem um grande problema. Entrou no Vincent’s Hospital, em 1973, para uma pequena operação a uma úlcera, e só acordou 200 anos depois, descongelado, tendo sido embrulhado em papel de alumínio e congelado tão duro como uma cauda de lagosta sul-africana quando a pequena operação à úlcera correu mal.”⁷

A ditadura portuguesa, que Kissinger visitou nesse mesmo dia, proibiu o filme daquele outro judeu norte-americano, menos *real*, mas não menos *Politik*. A crítica do *Times* descreve algumas das cenas que devem ter deixado os censores portugueses entusiasmados com a quantidade de violações ao artigo 133.º da lei: “É rigorosamente interdita a exibição de fitas perniciosas para a educação do povo, de inci-

CALHOU A MIM E À MINHA GERAÇÃO VIVER NO MELHOR DOS TEMPOS DESTE PAÍS. UM TEMPO EM QUE IMAGINAR O FUTURO ERA, POR SI SÓ, PROGREDIR (COMO SE DIZIA NOS ANOS 70)

tamento ao crime, atentatórias da moral e do regime político e social vigentes (...)”⁸.

Isso incluía, explica a lei da ditadura portuguesa, cenas de “operações cirúrgicas”, o que por si só faria com que a úlcera de Miles representasse um atentado ao regime de Lisboa, entendendo-se lá porquê.

No filme, escreve o jornal norte-americano, “os automóveis parecem tartarugas de plástico gigantes. As galinhas têm 12 pés de altura e as cascas de banana são tão compridas como canoas. Há empregados *robots* e cães *robots* e, no final de um jantar, a anfitriã comenta: “Acho que devíamos ter feito sexo, mas não havia pesos suficientes”.

Naquele futuro havia um ditador, que parecia mesmo um apresentador de televisão (mas não fazia conversas “em família” na antena pública, ao que sabemos) e Miles, que veio do passado, é rapidamente intimado a juntar-se à oposição clandestina que o tenta derrubar.

5 ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner, *O Nome das Coisas*

6 *Idem*

7 <https://www.nytimes.com/1973/12/18/archives/woodyallen-sleepsplate-in-new-film.html>

8 https://memorial2019.org/sites/default/files/media/document/Decreto_13564.pdf

Este “Herói do ano 2000” (*Sleeper*, na versão original) só estreou em Portugal durante o PREC.

TRICOTANDO ECRÃS

Eu recordo-me dessa sorte que me calhou, de pouco mais de quatro meses de vida em ditadura, quando a minha memória era ainda só uma promessa. Cruzo as ruas cheias de pessoas, que vão tricotando ecrãs com os polegares, como diz o Fernando Alves, sem barracas agora, porque assim decidimos, votando e frustrando-nos com os resultados.

Calhou-a mim e à minha geração viver no melhor dos tempos deste País. Um tempo em que imaginar o futuro era, por si só, progredir (como se dizia nos anos 70). Iríamos viver melhor do que os nossos pais, muito melhor que os nossos avós, incomparavelmente melhor (e muito mais tempo, já agora) que os nossos bisavós.

Ganhámos, em poucos meses, o direito a discordarmos de tudo e mais alguma coisa, a ver os filmes que quisermos, a ler os livros que nos interessam, a ouvir o *E Depois do Adeus*, enquanto nos beijamos na boca em público, ou usamos um isqueiro sem licença do ministério das Finanças⁹.

Melhor: não temos de nos lembrar, sequer, do que era estupidamente proibido fazer em Portugal, no dia em que nasci. Capítulo encerrado (desde que não nos deixemos infantilizar, como pedia Fellini, pelos tais ecrãs de

telemóvel onde vive o ditador inventado por Woody Allen).

A lista das proibições da ditadura era muito menor do que todas as liberdades, direitos e justiça que conquistámos depois do 25 de Abril. A dignidade de saber reparar erros graves, como parar uma guerra insana e terminar uma colonização repugnante, devemos-la a pessoas concretas. A todas agradeço, renovando anualmente (a horas certas, eu sei) a minha gratidão. Os militares que derrubaram a ditadura permitiram-nos uma história. Essa é nossa, e não tem fim.

Por isso, recordo-me. E sigo o conselho de Sven Lindqvist: se compartilhei o espólio tenho, portanto, de partilhar a responsabilidade¹⁰.

* Jornalista

OUVIMOS E LEMOS

E assim continuamos
de mãos dadas
O povo somos:
mulheres do meu país

Maria Teresa Horta

⁹ <https://amensagem.pt/2023/04/23/25-de-abril-portugal-proibido-censura-livro/>

¹⁰ LINDQVIST, Sven, *Terra Nullius*, Tinta da China, pág. 24

LUÍS AFONSO, CARTOONISTA





182 O REFERENCIAL

**ABRIL
50 ANOS**

**LIBERDADES
E FUTUROS**

ENTRE LIBERTAÇÃO E LIBERDADE



Álvaro e José Tavares

Os que se juntaram a quem comandava no Largo do Carmo, sujeitos a que a aviação os bombardeasse, e no entanto não arredaram pé até à capitulação do regime

Não é aconselhável que em nome da Liberdade, que é de todos e não pertence a ninguém, se esqueça nos dias das Comemorações do 25 de Abril que houve uma hora de Libertação

LÍDIA JORGE*

A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS faz cinquenta anos. Para uma vida humana é muito, para a História, essa disciplina que lida com a matéria do tempo, é muito pouco. Tão pouco que talvez só ultimamente começámos a aperceber-nos do significado que esta revolução singular acabou por ter para as sociedades em mudança no início do último quartel do século XX. É verdade que Samuel Huntington no livro publicado em 1991, *The Third Wave in the Late Twentieth Century*, chama a atenção para o papel pioneiro da Revolução Portuguesa, em face das várias dezenas de outras mudanças de regime que se operaram ao longo desses últimos vinte cinco anos do século passado. O sociólogo americano atribuiu ao caso português o papel de modelo pioneiro que terá sinalizado o início de mudanças profundas de regime, tratando-se, no entanto, de movimentos de natureza pacífica, marcados a maior parte das vezes por símbolos mansos, florais, cores amenas, que evocam festa, tolerância e entendimento.

Esse foi de facto um período de democratização das sociedades, abarcando na Europa Ocidental as ditaduras ibéricas que se encaminharam para a democracia e respectiva integração na Comunidade Europeia, enquanto a Leste, depois da queda do Muro de Berlim, se

assistiu à tentativa de as ditaduras satélites se libertarem do jugo totalitário soviético. De certa forma, pelo menos em termos simbólicos, deste lado de cá, Lisboa terá dado o sinal de partida para toda uma mudança que obrigou, inclusivamente, a uma alteração de posição dos Estados Unidos da América, sempre bem fornecidos de dirigentes supinamente desconfiados de que qualquer movimentação ocidental, no sentido da democracia, poderia implicar um reforço à esquerda de cariz marxista.

AMERICANOS RENDIDOS

Portugal, nessa altura, como se sabe, acabaria por ter como embaixador Franco Carlucci que, diga-se o que se disser, enfrentou a diplomacia

**UMA OFERTA
SEM NECESSIDADE
DE AGRADECIMENTO,
QUE ALGUNS FIZERAM
COMO DOAÇÃO A TODOS,
SOBRETUDO AOS JOVENS
QUE VIERAM DEPOIS,
JÁ ABENÇOADOS
PELOS BENEFÍCIOS
DA LIBERDADE**

norte-americana, conseguindo a custo acalmar os ímpetus expiatórios de Kissinger. Uma mudança de actuação dos americanos em relação à sua forma intromissora de actuar no mundo, ter-se-á iniciado aqui, nas ruas de Lisboa, nos meses que se seguiram ao 25 de Abril. E ao que parece, apesar de tudo, não foi para pior. Porque a realidade estava a mudar. Aliás, aquela célebre frase que Franco, deitado em sua cama, já muito doente, terá dito quando tomou conhecimento da revolução portuguesa, ainda hoje paira no ar, fazendo recordar como um tempo novo se sobrepunha a um tempo de ditaduras que iria ser suplantado, tanto num país como noutra. Contam que, quando lhe deram a notícia de que o povo de Lisboa estava a celebrar nas ruas a vitória de uma revolução, Franco terá corrigido – “Quem a fez não foi o povo, foi a plebe”. Precisamente, uma população que conhecia o conceito de povo, e o desejava viver em conjunto, sob o signo da alegria, estava nessa altura a inaugurar o tal momento que Sophia de Mello Breyner classificou de *O Dia inicial inteiro e limpo*, como tem sido milhões de vezes repetido, por nenhum outro poema ou narrativa assegurar uma síntese tão perfeita de um sentimento de louvor tão elevado pela conquista da Liberdade. A partir desse dia, tal como evoca Yves Léonard em *Histoire de la Nation Portugaise*, 2022, fazendo eco de um editorial do *Times* da altura, em algumas horas o regime de Salazar “desaparecia como se nunca tivesse existido”. Infelizmente, não terá sido assim, nem tão rápido, nem tão radical, mas na verdade, um antes e um depois se ergueu nas nossas

**AS HORAS
DA LIBERTAÇÃO
FORAM PREPARADAS
POR PESSOAS CONCRETAS
QUE CORRERAM
RISCOS, MILITARES
QUE CONHECERAM
OS HORRORES DAS
GUERRAS DE ÁFRICA,
E COLOCARAM A CABEÇA
SOB A LÂMINA
DA GUILHOTINA
DA HISTÓRIA**

vidas, e assim iniciámos o percurso na direcção da Democracia que nos faltava, sob o signo da Liberdade. Já passaram cinco décadas, e ainda assim aquelas passadas mágicas de homens unidos caminhando em conjunto, com que se inicia a faixa de *Grândola Vila Morena*, continuam a ecoar de forma impressionante, convidando a avançar no escuro da noite, em busca de uma luz que se abra pela força da resistência e da esperança.

Ainda hoje, essas passadas e aquelas vozes de prata são o símbolo da rotura com a anomia e a submissão colectivas. Uma oferta sem necessidade de agradecimento, que alguns fizeram como doação a todos, sobretudo aos jovens que vieram depois, já abençoados pelos benefícios da Liberdade. E por isso, legitimamente, se diz que a Liberdade é de todos e que a Revolução dos Cravos não conhece proprietários.

Les 40 ans de la
Révolution des œillets - PORTUGAL

LES OEILLETS DE LA LIBERTÉ
LE CINÉMA LE RIO
PRÉSENTENT

Vendredi

18 avril

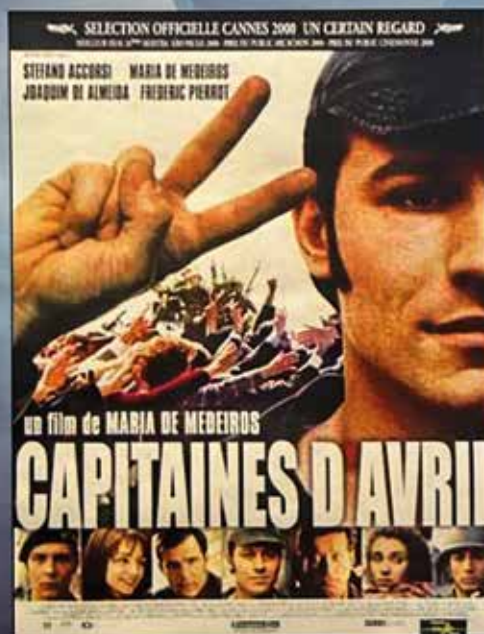
20h30

en présence

d'un

*"Capitaine
d'Avril"*

**Antonio
DELGADO
FONSECA**



A Revolução levada ao cinema



Direitos reservados

Portugal, nessa altura, como se sabe, acabaria por ter como embaixador Franco Carlucci que, diga-se o que se disser, enfrentou a diplomacia norte-americana, conseguindo a custo acalmar os ímpetos expiatórios de Kissinger

LIBERDADE DE TODOS

Sim, de facto o 25 de Abril não tem donos, não foi feito para ter donos, a história desse dia fundador da nossa Liberdade anunciava isso mesmo, que não iria ser de ninguém, porque foi realizado generosa e colectivamente, para ser para toda uma nação que vivia amordaçada, e para a descolonização de vários países de África e Ásia que iriam ser livres e independentes. No entanto, como diz Vasco Lourenço, o 25 de

Abril não tem donos, mas teve autores. Porque a Liberdade não surgiu por si mesma. Apenas alguns a tornaram possível e a transformaram em realidade.

Por isso não é aconselhável que em nome da Liberdade, que é de todos e não pertence a ninguém, se esqueça nos dias das Comemorações do 25 de Abril, que houve uma hora de Libertação. E que se a Liberdade surge a nossos olhos distantes como um estado de espírito colectivo

que dá forma ao diálogo democrático, e que se impregna nas nossas vidas como uma condição ontológica, no momento da Libertação, nada foi etéreo nem abstracto, em nenhum lugar estava escrito que seria uma palavra para poemas, finos discursos e louvores. Pelo contrário, as horas da Libertação foram preparadas por pessoas concretas que correram riscos, militares que conheceram os horrores das guerras de África, e colocaram a cabeça sob a lâmina da guilhotina da História, sabendo de antemão que iriam ser eliminados se aquelas horas não corressem de feição.

A Libertação envolveu militares que conspiraram, que foram presos, outros desterrados, e que em silêncio criaram planos, disfarces, estratégias desenhadas na sombra, ao longo de meses. Naquela noite, cerca de cinco mil rapazes saíram de quartéis e caminharam para locais-chave de ataque arriscando-se a não mais regressarem a casa. Houve detenções entre camaradas, confrontos surdos com os fiéis ao regime, actos de puro heroísmo, essa palavra que hoje se varre dos dicionários democráticos, afogados que estamos na gestão mole do dia a dia, egoísta e muitas vezes corrupta que a democracia permite. Mas naquela noite, qualquer atitude de egoísmo não era permitida, uma vez que um grupo concertado, que tinha de manietar os que não alinhavam, e tinha de combinar a libertação dos que se encontravam presos, interpretava, debaixo de elevado risco, o movimento ocorrido a partir daquela madrugada. Se a palavra heroísmo está proibida, ao menos que se use a palavra coragem.

**MUITOS,
MUITOS NOMES,
MUITAS FIGURAS,
UM GRANDE COLECTIVO
QUE PROCEDEU
À LIBERTAÇÃO
ANTES DE EXISTIR
A LIBERDADE.
ELES NÃO SÃO DONOS
DE NADA, ELES SÃO
APENAS DONOS
DE GESTOS INIGUALÁVEIS.**

HONRAR A CORAGEM

O 25 de Abril foi feito por corajosos. Querer esconder ou caricaturar, em nome da simplificação que se oferece aos jovens de hoje, aquilo que aconteceu, seria deslegitimar a raiz do processo, seria sublinhar a deliquescência anímica de uma juventude, que está arredada das utopias tanto quanto das urnas. Seria sobretudo ajudar aqueles que, cantando contra o regime, encontram nos defeitos da democracia motivos para a anularem ou fazerem dela o seu simulacro. Não querer voltar aos dias da Libertação e à nomeação dos seus autores, é trair o próprio ideal de liberdade. Esquecer os que tinham sido exilados, e os civis que colaboraram com a insurgência, os que escreveram durante anos suportando a censura, os jornalistas e operadores que colaboraram com o Movimento, os

que na noite arriscaram tudo o que possuíam, e que pouco mais era do que a própria vida, para colocarem no ar a música que serviria de senha para que as colunas militares saíssem dos quartéis, é não honrar o valor da coragem. O som das passadas que depois haveria de ser o símbolo da marcha para a Liberdade, esse mesmo, se o plano falhasse, poderia ter sido o sinal da aniquilação de quem as difundia pelo país inteiro. Eles não queriam ser nomeados, mas é nosso dever dar nome àqueles que depois avançaram para os lugares-chave, durante a noite, e pela manhã interpretaram os enfrentamentos decisivos no Terreiro do Paço e na Ribeira das Naus.

Aqueles que enfrentaram as forças conservadoras, os que desobedeceram às forças leais ao regime e em troca lhes pediram a rendição, o que se colocou diante do óculo da torre do carro de combate, oferecendo o corpo ao disparo que viesse, e que foi salvo pelo entendimento entre um alferes e dois soldados apontadores, oferecendo um passo de viragem decisivo naquela manhã, e os três, depois de terem feito tanto, viriam a desaparecer no anonimato. Os que se juntaram a quem comandava no Largo do Carmo, sujeitos a que a aviação os bombardeasse, e no entanto não arredaram pé até à capitulação do regime. Os que se mantiveram escondidos na Pontinha dirigindo as operações, os mesmos que se negaram a ser distinguidos nesse fim de tarde, em nome da união. Muitos, muitos nomes, muitas figuras, um grande colectivo que procedeu à libertação antes de existir a liberdade. Eles não são donos

de nada, eles são apenas donos de gestos inigualáveis. E a democracia erodida que hoje alimentamos precisa de saber disso.

Escreveu Ortega & Gasset que “Nas revoluções, a abstracção tenta sublevar-se contra o real: por isso o fracasso é consubstancial às revoluções”. Esta é uma afirmação que se enquadra em algum do pensamento ambíguo do filósofo espanhol. Hoje em dia, porém, ela serve de lema a alguns daqueles que minimizam o poder das revoluções sublinhando a imperfeição que o quotidiano que se lhe segue desencadeia. Mas, no que respeita à Revolução Portuguesa, até hoje, nenhum dos seus fracassos consegue suplantar as alegrias vividas, a esperança desencadeada, a ideia da certeza de que é sempre possível desatar a corda de um destino injusto.

10 de Dezembro de 2023

* Escritora, ex-professora, membro do Conselho de Estado, Prémio Médicis

OUVIMOS E LEMOS

As minhas mãos sem anéis
São pobres, mas são fiéis
E sabem o seu dever.
Já sofreram, é verdade,
Mas hoje têm liberdade,
E o direito de escolher!

Michael Pereira, Toronto

ABRIL

MINÊS CASTANHEIRA*

Para que voe, dar-lhe-ei asa.
E uma maçã para abençoar o futuro.
Ela que circunde a inventiva imperfeição
do mundo, numa segunda expulsão do
paraíso. Mais imperfeita, simbolicamente,
imaginada na maré vazia, será mulher
a criatura da asa. Mais baixo,
qual buraco negro da melancolia,
uma certa caverna de Platão,
em que jazem, ignorando a liberdade,
os acorrentados vivos da alegoria.
Nem sombra, nem pão.
Faz falta um poema que pergunte:
será mais perigoso engolir uma mentira
do que não acreditar em nada?
Ouve-se o ruído do slogan na brecha,
há-de preencher a fome pela calada.
Se é de sonhos que falamos — e não
das vozes silenciadas por Gutenberg
ou de outras lições a desaprender, como
a da temperatura a que arde o papel —
entre mim e esse abril sonhado,
que arda o mito que se ergue a cinzel.
Que, se ainda a criatura ronde
quando eu morra, da história que
tu escrevas sobre esta que te conto,
reste o meu nome numa tumba suportável.
O meu, por fim. O meu nome.

* Criativa cultural, poeta



Declamação de poemas de Abril. Foto gentilmente cedida pelo município de Nelas

Ver também outros poemas no Suplemento online n.º 152-153 no sítio da A25A

Custódio Montes, *Ó meus capitães de Abril e 25 de Abril*
Fernando Antunes, *A alegria estende-se a todos*, com foto
Gustavo Pimenta, *Então*
Jacinto Rego de Almeida, *Liberdade* (acerca de poemas
de Jorge de Sena)
João de Deus Rodrigues, *Foi em Abril*
Joaquim Simões, *25 de Abril*
Jorge Almeida, *Há esperança*
Mar Becker, *Poema*
Raul Mendes, *As mães de abril*



Direitos reservados

Angola: vista da cidade de Luanda

A TENTATIVA DE CIVILIZAR **O FUTURO**

O 25 de Abril nasce como uma tentativa de civilizar o futuro. E é por isso que essa luta continua viva hoje, para impedir que o futuro volte a ser colonizado pelo passado, pela desilusão, pela desesperança, pela inércia administrativa

ANTÓNIO COSTA SILVA*

PASSEI A NOITE de 24 para 25 de Abril de 1974 com os meus camaradas da Associação de Estudantes da Universidade de Luanda, em Angola, a policopiar panfletos que se destinavam a mobilizar os estudantes para a luta pela democratização do ensino e contra o autoritarismo e a repressão que se abatiam sobre o movimento associativo. A atmosfera era irrespirável. A falta de liberdade era um tormento. As ameaças veladas das autoridades e das forças policiais eram contínuas. Já era de manhã, quando fui dormir algumas horas. Ao regressar à universidade, cerca do meio-dia, as notícias de uma mudança política em Portugal e os indícios de um golpe das forças armadas e do fim do regime fascista propagavam-se com celeridade e o ambiente era de tensão, perplexidade, mas também de esperança no futuro. Quando as notícias ao longo do dia se foram tornando mais claras e quando o chefe do regime fascista de Portugal capitulou e entregou o poder à Junta de Salvação Nacional, a alegria começou a tomar conta de nós. Uma alegria moderada, porque naquela altura ainda persistiam dúvidas sobre o caminho que os acontecimentos políticos iriam tomar.

Havia, no entanto, algo que pairava no ar e era uma bênção para as nossas almas de ativistas que queriam mudar o mundo. Essa sensação era o cheiro da liberdade. Naquelas horas decisivas ainda não sabíamos, com toda a certeza, que o “dia inicial inteiro e limpo” de Sofia estava mesmo a acontecer e que estávamos de facto a emergir “da noite e do silêncio” como seres livres que habitavam a “substância do tempo”. No fim daquele dia único e transformador, a minha alma e a dos meus companheiros de luta estava banhada em alegria e esperança.

O QUE VI...

Nasci em 1952, no centro de Angola, na província do Bié. Vi com os meus olhos, ainda em criança, todas as marcas da opressão e do opróbrio do regime colonial e fascista contra o povo angolano. Vi os contratados amarrados de pés e mãos a serem depositados em camionetas e enviados para longe das suas famílias e dos seus filhos para trabalharem nas roças de café no norte de Angola. Vi a crueldade grotesca exercida contra seres humanos indefesos e nesses dias de sangue a minha alma mudou para sempre. Não podia aceitar um

mundo de graves injustiças sociais e uma sociedade em que os seres humanos são maltratados, desqualificados e humilhados por um regime autoritário e cruel, que esmaga a dignidade humana. Tudo isto estava associado a um problema fulcral: a falta de liberdade. A falta de liberdade para falar, para criticar, para mudar as coisas.

Quando cheguei à Universidade de Luanda e comecei a participar no movimento associativo, à medida que se ampliava a luta pela democratização do ensino, contra a seletividade e a discriminação, foi surgindo o envolvimento nas questões sociais. O contexto do combate foi-se alargando na discussão de soluções para a luta contra a pobreza, a luta contra o colonialismo e o autoritarismo, o que levou ao aumento da repressão e tornou ainda mais gritante a falta de liberdade.

É assim que o 25 de Abril é para mim e para tantos de nós a conquista da liberdade, o fim da opressão, o fim do fascismo e do colonialismo, e isto marcou as nossas vidas para sempre. O 25 de Abril nasce como uma tentativa de civilizar o futuro. E é por isso que essa luta continua viva hoje, para impedir que o futuro volte a ser colonizado pelo passado, pela desilusão, pela desesperança, pela inércia administrativa.

NÃO HÁ LIBERDADE SEM DIGNIDADE

A liberdade é a essência da vida, é o bem mais precioso que temos depois da própria vida. Mas, como disse o filósofo de origem portuguesa, Baruch Espinosa, não há liberdade sem dignidade. A dignidade humana é fun-

**HAVIA, NO ENTANTO,
ALGO QUE PAIRAVA
NO AR E ERA
UMA BÊNÇÃO
PARA AS NOSSAS ALMAS
DE ATIVISTAS
QUE QUERIAM
MUDAR O MUNDO.
ESSA SENSACÃO
ERA O CHEIRO
DA LIBERDADE**

damental para termos uma liberdade plena. E a mágoa maior que tenho, ao celebrarmos os 50 anos do 25 de Abril, é que a dignidade ainda falta a milhões de pessoas em Angola e em Portugal. Temos, ainda hoje, cerca de dois milhões de pessoas pobres em Portugal, apesar de todos os avanços na luta contra a pobreza. Temos milhões de pobres em Angola. Enquanto existir pobreza, a liberdade não está completa, a dignidade dos seres humanos não está assegurada. Nestes 50 anos, fizemos um caminho, mas ainda falta caminho. Hoje podemos falar livremente, discutir livremente, votar livremente, mas o caminho não está completo, se é que algum dia ele pode ficar completo. Como cantou Sérgio Godinho: “Vie-mos com o peso do passado e da semente / Esperar tantos anos torna tudo mais urgente”.

LÓGICA DA INSTANTANEIDADE

O problema das democracias contemporâneas é que o antagonismo político está absorvido pelo presente, como o sublinham autores como Daniel Innerarity. As sociedades democráticas vivem aprisionadas pela lógica da instantaneidade do presente, pelo culto do curto prazo, pela pressão mediática do imediatismo, pela lógica do espetáculo e do sensacionalismo, que hipoteca o futuro e impede o debate substantivo de ideias. Max Weber disse um dia que a tarefa da política é gerir o futuro e responsabilizarmo-nos perante ele. O culto do presente e a lógica da instantaneidade minam esse objetivo e acentuam o mal-estar atual das sociedades democráticas. A política tem de ser reinventada. Governar as democracias não se pode cingir à gestão administrativa das coisas presentes. Exige a incorporação de valores humanistas e de uma visão estratégica para mobilizar os cidadãos. Sem visão estratégica a política perde-se na azáfama do quotidiano e rende-se ao fatalismo.

ATAQUES À DEMOCRACIA

Acresce a isto que, em Portugal e na Europa, temos hoje a emergência de forças populistas e extremistas que atacam a democracia e visam a destruição do sistema democrático. Pregam o ódio, a divisão, o racismo, a xenofobia. As democracias têm enfrentado uma cascata de crises no século XXI – crises financeiras e económicas; crises da dívida soberana; ataques dos movimentos terroristas; pandemia da Covid-19; guerras na Europa e no Médio Oriente.

**AS DEMOCRACIAS
NÃO PODEM ESQUECER
NUNCA QUE EXISTEM
PARA DEFENDER
E ASSEGURAR
A LIBERDADE
DOS CIDADÃOS,
MAS EXISTEM TAMBÉM
PARA ASSEGURAR
E DEFENDER
A DIGNIDADE
E A SEGURANÇA
ECONÓMICA DOS CIDADÃOS**

Todos estes acontecimentos geram uma atmosfera de insegurança, incerteza e medo. E o medo favorece a emergência das narrativas fáceis e simplistas assentes na diabolização do outro. A Europa teve no século passado duas guerras mundiais que foram originadas pela rivalidade entre as potências da altura, apoiadas nos nacionalismos identitários e extremistas que demonizam e excluem o outro e promovem a destruição em larga escala. Nada de bom pode resultar destas correntes extremistas e populistas. Falharam no passado. Vão voltar a falhar no presente e no futuro, mas para isso há que lhes dar um combate sem tréguas, porque as forças populistas só sabem destruir, não têm uma ideia para o País e para o futuro.

O pensador francês Pierre Rosanvallon diz que vivemos a “Era da Política Negativa” em que

a mobilização se faz mais pela rejeição do que pelo projeto, mais pela desconfiança do que pela adesão. É por isso que a derrota das forças populistas e extremistas se deve fazer pela afirmação de um projeto, de uma ideia, da capacidade de mostrar soluções e um caminho para o futuro, evidenciando o vazio de ideias dos extremistas.

Isso exige de nós a defesa assertiva dos valores democráticos e a resolução daquilo que é um trilema das sociedades democráticas. Este trilema implica resolver e compatibilizar três vertentes essenciais para o funcionamento pleno da democracia e a defesa da liberdade.

PELA DEFESA DA LIBERDADE

O primeiro vértice é a luta pelo poder político com base na competição entre diferentes partidos que submetem os seus projetos e programas políticos ao eleitorado e este pronuncia-se através de eleições. Com base no resultado das eleições, é muito importante que os governos legitimamente eleitos possam exercer a sua função no quadro estabelecido e no ciclo completo das legislaturas. Tudo o que seja violar esta regra põe em causa a vontade maioritária expressa pelo povo nas urnas.

O segundo vértice é assegurar a governabilidade das sociedades democráticas e permitir que os governos democraticamente eleitos executem o seu programa sufragado nas urnas. Governar, hoje, em sociedades democráticas, que são cada vez mais complexas, é difícil, mas o funcionamento normal das instituições é fulcral para estabilizar as democracias e mobili-

**O FUTURO
COMEÇA AGORA
COM AQUILO
QUE VAMOS FAZER
PARA CONSOLIDAR
O 25 DE ABRIL
E REINVENTAR O PAÍS
DOS RAMOS À RAIZ**

zar os cidadãos. Neste sentido, o governo, hoje, das sociedades democráticas, que são cada vez mais sociedades do conhecimento, não se pode fazer com os modelos hierárquicos tradicionais do passado, que funcionam de cima para baixo. É preciso criatividade na arte da governação, combinando o modelo tradicional que funciona de cima para baixo com modelos mais abertos e flexíveis, que funcionam também de baixo para cima, mobilizando plataformas de cidadãos, associações empresariais, academias, canalizando os diferentes saberes do tecido social para contribuírem para pensar soluções e resolver problemas.

A luta contra a pandemia do Covid 19 forneceu um excelente exemplo de como a mobilização dos saberes no campo da medicina e da epidemiologia contribuiu para ajudar na formatação das decisões políticas e para enfrentar um dos

acontecimentos mais disruptivos das últimas décadas. Este exemplo deve ser utilizado em múltiplas áreas para mobilizar os cidadãos e construir grandes plataformas colaborativas capazes de melhorar as decisões e a governabilidade a todos os níveis.

O antigo presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, argumentou sobre as crises contemporâneas da democracia: “O nosso desafio é fazer a ponte entre o Demos e a Res Publica, entre os cidadãos e as instituições democráticas, aperfeiçoando os mecanismos que reconstituem o sistema político com as exigências da sociedade.”

Finalmente, o terceiro vértice, que nunca deve ser esquecido, e que é o mais decisivo de todos, é produzir o bem público e resolver os problemas das pessoas. As democracias não podem esquecer nunca que existem para defender e assegurar a liberdade dos cidadãos, mas existem também para assegurar e defender a dignidade e a segurança económica dos cidadãos, criando condições para dar resposta aos seus problemas e ambições. Questões decisivas como a luta contra a pobreza, pela igualdade de oportunidades, salários dignos, perspectivas de vida sustentáveis, serviços públicos de saúde e educação adequados, são cruciais para a estabilidade das sociedades democráticas. Uma das faces mais visíveis hoje, em múltiplos aspetos, é a fraca capacidade das democracias na resposta aos problemas das pessoas e, se isso acontece, o futuro não vai ser risonho. É fundamental impedir a fossilização dos regimes democráticos. Não bastam os formalismos de

uma democracia. O foco deve estar numa democracia de resultados.

A ESPERANÇA

A resolução do trilema que as sociedades democráticas enfrentam é essencial para a construção de um futuro mais sólido, sustentável e que permita consolidar o 25 de Abril e a liberdade. Trilhar esse caminho significa que seremos capazes de dar mais esperança às pessoas e a esperança é a gramática da vida. Como escreveu Ruy Belo: “O Portugal futuro é um país / aonde o puro pássaro é possível” e “tudo nele será novo desde os ramos à raiz”. O futuro começa agora com aquilo que vamos fazer para consolidar o 25 de Abril e reinventar o país dos ramos à raiz.

* Engenheiro, professor universitário jubilado e gestor

OUVIMOS E LEMOS

Não pode morrer abril,
Que nós não vamos deixar.
Hão de florir sempre cravos,
Basta alguém os semear.

Luísa Ducla Soares

UMA DÁDIVA PARA O PAÍS E PARA O MUNDO

Logo a 25 de Abril de 1975, os militares legitimistas, apoiados pelo grosso das forças políticas, entretanto constituídas, garantiram as eleições para a Assembleia Constituinte, num momento único e vibrante de participação popular (votaram 91,66% dos inscritos – 5,7 milhões). Estava dado o primeiro passo para o cumprimento integral do Programa do Movimento das Forças Armadas

RODRIGO DE SOUSA E CASTRO*

NO INÍCIO DA DÉCADA DE 70 do século passado, Portugal defrontava-se com dois problemas essenciais: uma longa ditadura política que o isolava do conjunto das nações democráticas e uma guerra colonial sem fim à vista. Estes dois factores determinavam um isolamento crescente de Portugal no contexto internacional. Nós, jovens oficiais do exército, apercebemo-nos que a guerra era um factor decisivo de suporte da ditadura e que o seu fim estava indelevelmente ligado à queda do regime que a suportava. São essas circunstâncias que conduziram à tomada de consciência da inevitabilidade de nos organizarmos, secretamente, com a finalidade de derru-

bar a ditadura. Durante o processo conspirativo, fomos confrontados com a necessidade de, após a queda do regime, apresentarmos uma solução política ao País. Seria trágico derrubar o regime ditatorial sem apresentar uma solução política imediata. Foi redigido então um plano, que ficou conhecido como Programa do MFA (Movimento das Forças Armadas), com três pontos essenciais: descolonização, democratização e desenvolvimento. Pretendia-se, assim, balizar as soluções que viessem a ser adoptadas para os problemas que o País enfrentava, não apenas para os que estavam no terreno, mas também para outros que o derrube da ditadura traria. Na



Direitos reservados

Eleições para a Assembleia Constituinte, em 1975, em que a abstenção foi de cerca 8,34%

seqüência do triunfo das operações militares, o que assumiu imediatamente maior relevância foi o facto de o MFA se ter visto confrontado com um inesperado vazio do poder decorrente da fragilidade das organizações civis, da debilidade dos partidos políticos e da paralisação das forças de segurança.

Em resultado dessa situação, o MFA viu-se obrigado a assumir inúmeras responsabilida-

des, a resolver conflitos inesperados, a encontrar soluções para os mais diversos problemas, fossem eles de grande monta ou de pequena dimensão.

Os militares, dada a sua formação específica, enfrentaram dificuldades quotidianamente para responder às inúmeras e variadas solicitações que lhes foram colocadas. Apesar disso, sendo a única instituição sólida, na percepção

das populações, tiveram de lidar com essa situação, durante um largo período, dado que era a eles que as pessoas recorriam, na esperança de resolução, até dos seus problemas quotidianos. Era neles que encontravam a segurança e a confiança que procuravam.

A surpresa que caracterizou esta fase, o alívio e alegria sentidos com a vitória da operação militar deram lugar à responsabilidade que caiu sobre nós transformando-nos em militares sem sono.

A assunção dessa responsabilidade permitiu assegurar não só a tranquilidade dos cidadãos, como também o funcionamento das instituições pré-constitucionais, o que veio a facilitar a transição do poder revolucionário para as instituições sufragadas pelo voto popular.

Competiu também aos militares a extinção do aparelho repressivo da ditadura, especialmente a polícia política (PIDE/DGS), a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa, as Comissões de Censura e todas as entidades a elas associadas.

O QUE CONSTRUÍMOS: A TRANSIÇÃO DO PODER REVOLUCIONÁRIO PARA AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICO-CONSTITUCIONAIS

No dia seguinte à queda da ditadura, o País entrou numa fase de encantamento, de entusiasmo, de esperança e também de ansiedade quanto ao futuro. Tudo ou quase tudo era novidade. A liberdade, celebrada pelo povo e pelas elites culturais, artísticas e intelectuais apossou-se dos corpos e das mentes. Foi celebrada por escritores, poetas, pintores,

**A SURPRESA
QUE CARACTERIZOU
ESTA FASE,
O ALÍVIO E ALEGRIA
SENTIDOS
COM A VITÓRIA
DA OPERAÇÃO MILITAR
DERAM LUGAR
À RESPONSABILIDADE
QUE CAIU SOBRE
NÓS TRANSFORMANDO-NOS
EM MILITARES
SEM SONO**

músicos, fez emergir talentos e consagrou iniciativas de carácter social e cívico, impensáveis pouco tempo antes.

Miríades de partidos políticos e associações brotaram à luz do dia e a sociedade portuguesa em poucos meses transmudara-se. A liberdade plena pouca margem deixou até para o ajuste de contas com os carrascos e beneficiários da ditadura, velha de 48 anos, e ainda bem. Tudo que era novo parecia bondoso e era celebrado e tudo que lembrava o passado era repudiado e esquecido.

Aos meses de euforia não tardou a sobrepor-se a realidade. Logo em Março de 1975, as forças políticas mais inconformadas com a rapidez e virulência da mudança realizaram uma ten-



01.º de Maio em Leiria. Foto cedida pelo município

tativa de *putsch* militar, que, uma vez falhado, balançou dramaticamente a política para a esquerda, iniciando um processo de confrontação político-militar entre os que preconizavam um caminho eleitoral constitucional e os que, julgando-se herdeiros legítimos da revolução, preconizavam a sobreposição da legitimidade revolucionária à legitimidade eleitoral.

Tinha chegado o momento de acção para aqueles que nunca tinham perdido de vista o principal objectivo do programa político: democratizar o País e dotá-lo de instituições resultantes da vontade expressa e absolutamente livre do Povo.

Logo a 25 de Abril de 1975, os militares legitimistas, apoiados pelo grosso das forças políticas entretanto constituídas, garantiram as eleições para a Assembleia Constituinte, num momento único e vibrante de participação popular (votaram 91,66% dos inscritos – 5.700.000). Estava dado o primeiro passo para o cumprimento integral do Programa do Movimento das Forças Armadas.

Os vários partidos políticos que tinham obtido a maioria esmagadora dos votos na Assembleia Constituinte, juntamente com os militares constitucionalistas, cientes da fragilidade do

momento em que as instituições nascentes corriam ainda o risco de soçobrar e comprometerem o processo de democratização, decidiram celebrar um pacto político. Nasceu, assim, o Pacto MFA/Partidos, que outorgava aos militares, entretanto representados por um Conselho da Revolução, certos poderes, necessários e suficientes, para que, durante um período de quatro anos, se garantisse a estabilização do processo democrático, ao fim do qual seria feita uma obrigatória revisão constitucional, cessando aí a intervenção dos militares na vida política.

Ao mesmo tempo, decorria o processo de negociações com os movimentos de libertação das colónias. Um processo longo e difícil que teve o aval unânime da comunidade internacional, o apoio da ONU e dos nossos parceiros europeus, materializando-se inclusive no apoio logístico à evacuação dos europeus das colónias, através de uma enorme e bem coordenada ponte aérea e marítima que, embora seja infelizmente desconhecida da sociedade portuguesa actual, permanecerá como exemplo de uma operação difícil e complexa levada a cabo com êxito pelas Forças Armadas.

Em Novembro de 1975, o processo de descolonização ficou concluído, nasceram cinco novos países de língua oficial portuguesa totalmente independentes, que integram a comunidade internacional e têm assento na ONU.

Um dos problemas que o processo de descolonização provocou foi a chegada a Portugal de centenas de milhares de portugueses que foi preciso alojar e integrar. A sociedade portuguesa

**FOI TAMBÉM
A NATUREZA
DEMOCRÁTICA
DAS INSTITUIÇÕES
QUE ABRIU CAMINHO
À ENTRADA
DE PORTUGAL NA CEE/
UNIÃO EUROPEIA (UE).
SÓ ESSA INTEGRAÇÃO
NOS PERMITIU USUFRUIR
DAS VANTAGENS
ECONÓMICAS
E DO PROGRESSO SOCIAL
QUE A UE POSSIBILITA
AOS SEUS MEMBROS**

demonstrou nesta contingência uma enorme capacidade perante um problema de grande dimensão e urgência. Foi relevante a acção dos governos provisórios e o inegável espírito de acolhimento das famílias dos retornados e de outros grupos solidários.

Superando alguns incidentes político-militares do percurso, o grupo dos militares constitucionistas vêem chegar ao fim os trabalhos da Constituinte em 2 de Abril de 1976. Seguem-se imediatamente, a 25 desse mesmo mês, as eleições legislativas – as primeiras eleições, integral e verdadeiramente livres, para um governo constitucional, realizadas em Portugal.

Pouco depois, em 27 de Junho, realizam-se as primeiras eleições presidenciais por sufrágio universal e directo.

Ficam, assim, constituídos os quadros institucionais da Democracia portuguesa, aptos a realizarem as reformas que o terceiro item do Programa das Forças Armadas, o desenvolvimento económico, requeria.

O QUE LEGAMOS

A Constituição da República de 1976 é o legado primacial e essencial da Revolução de Abril.

Suficientemente ousada para abarcar e acolher o inevitável progresso da sociedade, prevendo em si mecanismos regeneradores que a habilitam a integrar as grandes mudanças ocorridas nas décadas seguintes, foi também suficientemente cautelosa para evitar e sanar eventuais rupturas na sociedade portuguesa.

É a Constituição que ainda hoje nos rege e que constitui a fonte e o farol de todas as instituições e poderes vigentes. No plano teórico, podemos afirmar que temos uma Constituição perfeita em termos democráticos, donde emanam as leis fundamentais do País, a garantia das liberdades cívicas e políticas e a consignação da separação dos poderes sem ambiguidades.

Podemos dizer que neste quadro legislativo a sociedade portuguesa tem as ferramentas que lhe conferem a margem de decisão política para construir um Estado de Direito e um Estado Social que honre a Constituição e espelhe os seus valores.

Foi também a natureza democrática das insti-

tuições que abriu caminho à entrada de Portugal na CEE/União Europeia (UE).

Só essa integração nos permitiu usufruir das vantagens económicas e do progresso social que a UE possibilita aos seus membros, pese embora a perda de soberania nalgumas matérias dos Estados que a integram.

Parece-me indiscutível o progresso económico das últimas décadas e o usufruto de uma liberdade sem restrições ou coações político-sociais. No entanto, ao compaginarmos o adquirido com os sonhos de uma sociedade mais igualitária, mais justa e livre que o 25 de Abril nos proporcionou, há que lembrar o caminho que falta percorrer e os escolhos a ultrapassar.

As actuais e futuras gerações, nascidas já em liberdade, reconhecerão a dádiva que foi a Revolução dos Cravos para elas, para o País e até o exemplo que foi e é para o Mundo.

* Capitão de Abril, sócio da A25A

OUVIMOS E LEMOS

E o grito que ecoou,
De cravo enfeitado,
Anunciou ao Mundo
Um Povo libertado!

António de Almeida

ABRIL SERÁ SEMPRE ABRIL



Alvaro e José Tavares

Multidões aclamavam os militares revoltosos, entupiam as ruas da Baixa, o Largo do Carmo...

Abril amanheceu para devolver a esperança ao povo português, rasgando caminhos de liberdade, de dignidade, de justiça social e de esperança: uma nova vida, um Homem novo!

MARGARIDA MARIA ALMEIDA*

O MOVIMENTO DOS MILITARES de Abril permitiu derrubar uma ditadura feroz, acabar com a guerra colonial, transformar estruturalmente o Portugal de Salazar: um país periférico, subdesenvolvido, habitado por uma pobreza endógena – a miséria da fome, dos que viviam no fio da navalha da luta pela sobrevivência.

Eram os anos em que os pobres se chamavam “pobrezinhos” e Amália cantava as alegrias da frugalidade da casa portuguesa com pão e vinho sobre a mesa.

O regime exercia um controle social férreo, com a conivência da uma Igreja poderosa que se confundia com o poder vigente: Deus, Pátria e Família!

Uma parte significativa do povo vivia em casas exíguas, insalubres, sem saneamento básico, água canalizada, luz elétrica. As barracas proliferavam.

As mulheres tinham apenas deveres. O homem era o chefe de família, era ele quem mandava lá em casa; elas ajudavam na lavoura, faziam a “lide” da casa, criavam os filhos que iam nascendo. Sábias na arte de poupar, essencial à frágil economia doméstica, militantes da arte do “Zero desperdício”! Ecologistas *avant la lettre*, queridas Mães!

A saúde era incipiente: nascíamos e morríamos

em casa, sem assistência médica. Uma elevada taxa de mortalidade infantil que desceu a pique no Portugal de Abril, uma esperança de vida raquítica...

Incipiente também a “Caixa de Previdência”, um arremedo do sistema universal de segurança social que nos protege na doença, na velhice, no desemprego e que contempla uma importante vertente de solidariedade.

A taxa de analfabetismo envergonhava-nos, traduzindo o nosso subdesenvolvimento...

No Portugal fundado nos valores humanistas e intemporais de Abril, vigora o ensino gratuito

**A REVOLUÇÃO
DOS CRAVOS
ABRIU AS LUMINOSAS
ALAMEDAS
DA PAZ,
RECONHECENDO
O DIREITO DE SOBERANIA
AOS POVOS QUE A EXIGIAM.
REVOLUÇÃO E PAZ
ESCREVEM-SE
COM O NOME DE ABRIL...**

e universal, quase 500 mil estudantes frequentam o ensino superior! Cidadãos do mundo, investigadores, fundadores de empresas tecnológicas de sucesso, jovens de áreas diversificadas, são disputados pelos centros de excelência de um mundo global ávido do seu saber!

Nos anos 60 deflagrou a “Luta Armada pela Libertação Nacional”, a guerra colonial! Os povos reivindicavam, em armas, a independência do chão onde nasceram. Treze longos anos de dor e de morte, uma ferida ainda mal sarada, tantos anos depois... A Revolução dos Cravos abriu as luminosas alamedas da PAZ, reconhecendo o direito de soberania aos povos que a exigiam. Revolução e Paz escrevem-se com o nome de Abril...

“Esta é a madrugada que eu esperava/ O dia inicial inteiro e limpo/Onde emergimos da noite e do silêncio/E livres habitamos a substância do tempo.”

O dia 25 de abril imortalizado nas palavras da também imortal Sophia de Mello Breyner Andresen! A mágica madrugada em que os “rapazes dos tanques”, corajosos capitães de Abril – com risco das suas vidas – marcharam sobre Lisboa e derrubaram o regime: em destaque a maturidade e coragem de Salgueiro Maia, o grande herói de Abril, o Homem Bom que a morte nos roubou...

Multidões aclamavam os militares revoltosos, entupiam as ruas da Baixa, o Largo do Carmo... Em Caxias, a multidão exigia a libertação imediata dos presos políticos! Momentos simbólicos, de lágrimas e risos, de abraços sem fim, de esperança!

**DE FORMA
APAIXONADA
E INTENSA – FELIZES,
TÃO FELIZES! –
ACOMPANHÁVAMOS
A REVOLUÇÃO
DOS CRAVOS VERMELHOS
A FLORIR POETICAMENTE
NA PONTA
DAS ESPINGARDAS!
ÉRAMOS JOVENS,
ABRIL ERA UMA FESTA!**

25 de Abril de 1974: muitos fomos espectadores e protagonistas do dia que ficaria na História de Portugal e que mudaria, PARA SEMPRE, as nossas vidas e a vida do País!

De forma apaixonada e intensa – felizes, tão felizes! – acompanhávamos a Revolução dos Cravos vermelhos a florir poeticamente na ponta das espingardas! Éramos jovens, Abril era uma festa!

ORIGINALIDADE ÚNICA NO MUNDO

A instauração da democracia, um irreversível avanço civilizacional que nos recentrou nos palcos políticos internacionais: adormecemos no país do orgulhosamente sós, acordámos no país do orgulhosamente acompanhados!

Tudo acontecia num ritmo vertiginoso – Marcelo Caetano e a sua “corte” partiam para o exílio, logo chegavam os patriotas que regressavam à “terra prometida”. Era depois a vez de Mário Soares e de Álvaro Cunhal, a alegria e a esperança no olhar, nos gestos largos: braços e abraços à sua espera. A utopia era possível, tudo parecia ser possível.

A originalidade de um golpe militar sem derramamento de sangue, a originalidade – única no mundo! – de uma revolução em que os militares não quiseram o poder para si, entregando-o generosamente aos civis depois de cumprido o Programa do Movimento das Forças Armadas: um guia para assegurar a consolidação da democracia! O Programa dos três D: Democratizar, Descolonizar, Desenvolver!

Cometeram-se erros, excessos? Sim, mas os capitães de Abril eram jovens, com pouca experiência! Tinham dúvidas e enganavam-se, a força dos movimentos populares ultrapassou-os por vezes.

O que fica para História é o compromisso de fazerem o melhor que sabiam e podiam. O que fica para a História é que são eles os arquitetos de uma Democracia sólida, assente no respeito pelos Direitos Universais do Homem!

Todos estamos convocados para defender estes Direitos: pelos nossos filhos, pelos filhos dos nossos filhos, exigimos uma nova forma de fazer política. Queremos políticas de verdade, de transparência, de proximidade, amigas do cidadão, do Planeta.

Vivemos numa encruzilhada de desafios ameaçadores: a urgência de inverter a trajetória de

um Planeta exausto e em fúria, a guerra, a inteligência artificial, a fragilidade e ineficiência de instituições estruturantes da nossa sociedade. Para os enfrentar todos somos necessários: defendemos uma economia ao serviço do Homem, rejeitamos o neoliberalismo arrogante e selvagem com as suas multidões de novos pobres, escravos sem direitos...

Exigimos o nosso direito à vida, à saúde, à habitação, à justiça, à educação, a salários e vidas dignas, à erradicação da pobreza, ao emprego pleno; rejeitamos a venda a retalho das empresas dos sectores estratégicos, hoje nas mãos de Fundos sem rosto.

Queremos ser felizes, viver dignamente! Queremos confiar nos governantes, só assim poderemos derrotar uma extrema-direita racista e xenófoba que nos acena com uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma, espreitando o momento de esmagar o que conquistámos desde Abril de 1974.

Connosco, até ao fim, viverão os valores maiores que Abril nos ofereceu na pessoa dos militares, jovens e românticos heróis da nossa juventude!

Para todos eles,

UM COMOVIDO E IMENSO OBRIGADA!

Oeiras, Junho de 2023

* Licenciada pelo ISLA, ex-técnica-superior da Segurança Social, área de Relações Internacionais

CINQUENTENÁRIO DOS CRAVOS



Manifestação no Dia do Trabalhador em 1975

Direitos reservados

Com o meu empenho pessoal na A25A e na minha obra literária, quero manifestar o meu imenso carinho pelos *Capitães de Abril*, a assunção e defesa dos seus valores e o meu amor por Lisboa

JOSÉ LUIS BERCERO*

OS ANIVERSÁRIOS TÊM DUAS dimensões. Uma pública e uma privada. A pública, no caso da Revolução dos Cravos com a sua carga simbólica para os democratas e defensores dos valores republicanos, é um axioma, portanto não precisa de demonstração sobre a oportunidade de a exaltar. Mas, neste aniversário tão redondo, tão difícil de alcançar com esta vitalidade e esta presença na vida portuguesa, é essencial mostrar que os seus valores ainda estão conosco, que cuidamos deles e os praticamos no dia-a-dia perante nós próprios e perante a sociedade.

Todos os aniversários são efervescentes em comemorações e lembranças. Parece que se está à espera desse dia para manifestar, permanecendo o resto do tempo num limbo de experiências, e é assim por causa da sua carga emocional, que precisa de sair nestas ocasiões assinaladas; tal como num desfile, as armas são polidas para patentear as vitórias, só que neste caso as armas não são de fogo e têm um poder superior: o poder das ideias, da convicção no seu exercício, da nobre superioridade da sua carga, face a modos de pensar acomodatórios que acabam por se tornar modos de vida, quando não a ameaça do pensamento *ultra* que nos é apresentado sob a capa de um populismo

defensor de supostos valores tradicionais que já tinham sido desmascarados com a derrota dos fascismos. Vitória que não trouxe a sua morte política, pois estamos a assistir à sua reencarnação em vários dos movimentos e partidos que hoje procuram cercar a democracia, sufocá-la. Felizmente para evitar esse abraço mortal estão os valores do *25 de Abril*, valores democráticos, que falam de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, resgatados de uma república espúria pelos *Capitães de Abril* naquela madrugada cantada nos inesquecíveis versos de Sophia de Mello Breyner Andresen: “Esta é a madrugada que eu esperava / O dia inicial inteiro e limpo / Onde emergimos da noite e do silêncio / E livres habitamos a substância do tempo.”

DIMENSÃO PRIVADA

A outra dimensão é a privada, neste caso, a minha.

Quando ouvi falar deste invulgar golpe de Estado, convertido pela vontade popular numa revolução, os meus vinte e seis anos vibraram com ele. Numa situação em que era difícil obter o passaporte não pude viajar para um país que tinha derrubado uma ditadura profundamente enraizada e que estava a caminho de

cumprir o mesmo ordinal, mas nos antípodas daquele que estamos a comemorar, e não pude viver esse momento histórico. Devorei notícias filtradas e as não filtradas que pude, com uma enorme emoção que contagiou o meu desejo de que algo semelhante acontecesse em Espanha.

Naqueles primeiros momentos em que a tendência do golpe foi ignorada e o pior se temeu, uma bela canção nos enviou uma mensagem de incentivo, *Grândola, Vila Morena*, desconhecida para mim, mas que fez parte do meu idealismo juvenil desde que a ouvi. Foram horas de pesar, perante um futuro que ameaçava manter-se sombrio durante anos, endurecendo ainda mais a ditadura portuguesa e injectando nova força à nossa. A Península Ibérica continuaria a partilhar ditaduras. Depois vieram os comunicados esperançosos sobre a origem, os propósitos e os protagonistas do golpe e os céus se abriram. Então a emoção não tinha limites.

ABRAÇO AOS JOVENS CAPITÃES

Comecei a familiarizar-me com os nomes dos capitães, as suas funções, as suas opiniões, os acontecimentos envolvidos, as suas idas e vindas, esforçando-se por evitar um contragolpe e consolidar a democracia, libertar os valores republicanos esbulhados e dar voz ao povo. Sonhei um sonho impossível. Conhecê-los um dia e poder apertar-lhes a mão, agradecer-lhes a generosidade, a falta de ambição promocional, conhecer um exército muito diferente daqueles que estava habituado a ver. Jovens, que eram apenas sete ou oito anos mais velhos do que eu

e tinham realizado um feito histórico, estavam fora do meu alcance.

Os anos passaram e o sonho tornou-se realidade. Conheci-os, apertei-lhes as mãos, vim a desfrutar da sua amizade, convivi com eles situações pessoais e familiares, juntei-me à A25A, publiquei um livro de poemas, *Lisboa em Abril*, por ocasião do 30.º aniversário, um acto de homenagem na ilha de Tenerife, a minha residência, no 40.º, um livro de crónicas de Lisboa, no 45.º, e para o 50.º espero publicar um novo romance ambientado em Lisboa.

Com o meu empenho pessoal na A25A e na minha obra literária, quero manifestar o meu imenso carinho pelos *Capitães de Abril*, a asunção e defesa dos seus valores e o meu amor por Lisboa.

S/C Tenerife, Abril de 2024

* Advogado, sócio da A25A

OUVIMOS E LEMOS

O 25 de Abril foi, para todos nós, o fim da ditadura. Os heroicos militares que prepararam e executaram a revolta realizaram um acto de libertação de si mesmos, mas consigo mesmos quiseram libertar Portugal inteiro.

Francisco Sá Carneiro

A ÁRVORE DA DEMOCRACIA

JOÃO MARTINS ALVES*

Escavámos o chão
até as unhas ficarem pretas,
os dedos em carne viva.
Foi a conspiração, a luta
por algum tempo, gerações,
quarenta e oito anos, muitos,
muitos medos, até prisões.
Depois, um dia,
de Évora fomos sempre em frente,
virámos à esquerda para Viana, Alcáçovas...
Foi a nossa vez
já em setenta e três.
Não queríamos lançar a semente
e esperar que a árvore crescesse,
era preciso enterrar as raízes bem fundas
por todo o lado,
seja no Porto ou em Cascais,
enterrar com alguma pressão
e não ficar à espera depois da Revolução.
Guardar bem, criar até um **Conselho**.
Acompanhar o crescimento
com avanços e recuos.
Dar-lhe uma boa **Constituição**.
Anos de boa safra, outros não.
Fico a olhar para a Árvore ainda iluminada,
depois daquele **Natal em Abril (25)**.
Vejo as estrelas

e a que mais brilha
é a da **Paz. Fim da Guerra!**
A outra Paz, a Social, com mágoa
ora acende ora apaga.
As estrelas da **Fraternidade** abundam...
da **Igualdade** há muitas,
de Género e outras...
a da **Justiça**... enfim...
A Árvore da Democracia nasceu em **Liberdade**,
com as raízes profundas, de 50 anos,
que ainda crescem à procura de alimento,
outras morrem
a aguardar o momento.
Até há quem lhes atire um cravo...
A Árvore da Democracia não é uma árvore
de cravos, eu sei,
mas deu guarida aos cravos, encheu-se até
de cravos,
tantos, que até algumas pernas partiram,
mas ainda existe!
E como é belo ver os nossos filhos e netos
pelos **Natais de Abril**, a vinte e cinco,
acrescentarem novas estrelas
que continuam a brilhar.

Outubro de 2023

* Capitão de Abril, sócio da A25A



Nuno Veiga, Lusa

A totalidade é uma categoria dialética fundamental na história humana

50 ANOS DEPOIS, **AINDA HÁ ABRIL POR CUMPRIR**

É fácil aceitar que foi cumprido o objetivo da descolonização, apesar de todas as forças que se lhe tentaram opor. Nos outros dois “D”, ficou-se a meio caminho. Mas, como na analogia da bicicleta, ou se pedala sempre ou se cai

JOÃO VASCONCELOS COSTA*

Os GRANDES LEMAS ficam na história como bandeiras galvanizadoras, condutoras de lutas. A revolução que se seguiu ao 25 de Abril popularizou o lema dos três D: “democratizar, descolonizar, desenvolver”. O que se cumpriu e o que falta cumprir?

A pergunta só faz sentido na perspetiva da comparação com as expectativas geradas pelos ideais de Abril e pelo processo revolucionário que se lhe seguiu. É óbvio que só os saudosistas do 24 de abril é que fazem a comparação com o passado, não com o futuro então imaginado.

É fácil aceitar que foi cumprido o objetivo da descolonização, apesar de todas as forças que se lhe tentaram opor. Nos outros dois D, ficou-se a meio caminho. Mas, como na analogia da bicicleta, ou se pedala sempre ou se cai.

DEMOCRATIZAR

A totalidade é uma categoria dialética fundamental na história humana, que mostra sempre um processo de complexidade em que tudo influencia tudo. Nele temos de ver a democracia em movimento, de que são elementos inseparáveis a economia, a sociedade, o Estado, a política, a luta de classes e a ideologia.

**A UNIÃO EUROPEIA
CRIOU O EURO
E O EURO ESTÁ
A RECRIAR
A UNIÃO EUROPEIA,
DE TAL FORMA
QUE A CRIATURA
JÁ DOMINA
O CRIADOR,
COM NOVAS
DISFUNCIONALIDADES
QUE POTENCIALIZAM
AS DISFUNCIONALIDADES
JÁ ANTERIORES
DA UNIÃO EUROPEIA**

A Constituição de 1976 consagrou uma visão de totalidade da democracia, como democracia política, social, económica e cultural. O retrocesso de 25 de Novembro e as posteriores revisões constitucionais tiraram sentido prático a essa totalidade e a democracia portuguesa



Direitos reservados

A democracia parece indiscutível

ficou pautada pelos cânones dominantes no mundo liberal.

É claro que a consciência das limitações da democracia liberal representativa não significa a rejeição da democracia. É uma conquista da humanidade e por ela pagou muito caro o movimento popular. Trata-se de desenvolver no sentido de uma democracia real e plenamente realizada. Tornar realidade uma fórmula clássica, que apesar da sua origem liberal, é válida: “democracia do povo, pelo povo e para o povo”. A democracia parece indiscutível. No entanto, nunca este sistema de democracia represen-

tativa esteve tão em crise. A baixa estima pela política e seus agentes, a percepção da corrupção entranhada na política, a falta de ética republicana, o partidarismo clientelar, o carreirismo partidário, são muitos dos fatores que explicam os bem patentes desvios à norma democrática, seja o desinteresse e a abstenção, sejam os sucessos de variadas formas de cesarismo demagógico.

Os grandes interesses e as elites influenciam determinantemente as decisões políticas e a legislação; paralelamente, o poder executivo é mais distante e incontrolado; e o poder legisla-

tivo, dos representantes eleitos, não é obrigado à prestação de contas. A liberdade é cada vez mais condicionada – e, logo, a igualdade. É a contradição fundamental da democracia representativa moderna. No limite, só há eleições verdadeiramente livres para as classes dominantes. Já na Revolução Francesa perguntava Marat: “para que serve a liberdade política para os que não têm pão?”.

A hegemonia ideológica, atualmente baseada nos contravalores da ideologia neoliberal, conseguiu infiltrá-la no senso comum e os instrumentos dessa hegemonia, com destaque para a comunicação social, instilam um pensamento único que condiciona a liberdade de opção democrática.

A regeneração da democracia terá de ser a construção de uma democracia real, em que as pessoas sejam cidadãos com efectivo exercício de poder, em condições realísticas mas que não impeçam a afirmação de fatores de participação democrática dos cidadãos, sem exclusividade da representação do sistema partidário.

A democracia real e participativa é: 1. evitar a captação da política e o seu bloqueio pelos interesses particulares e pela tecnoburocracia; 2. dar conteúdo real à política, para além do espetáculo, da retórica oca, dos *sound bites*; 3. revitalizar os organismos populares de base; 4. controlar o clientelismo, o carreirismo político e a corrupção; 5. aproximar a decisão política dos cidadãos; 6. criar uma visão progressista do serviço público e do papel da cidadania; 7. permitir políticas de longo prazo, que não estejam prisioneiras dos imperativos eleitoralistas a

**SOMOS HOJE
UMA ECONOMIA
DE SERVIÇOS,
DE MÃO DE OBRA BARATA
E DE EXPORTAÇÃO
BASEADA NUM TURISMO
CONTINGENTE,
DE BAIXO NÍVEL,
COM DEGRADAÇÃO
DO AMBIENTE,
DA VIDA URBANA**

curto prazo; 8. fomentar uma cultura cívica, de participação, de serviço público e de noção tanto dos direitos como dos deveres de cidadania.

DESENVOLVER

O terceiro *D*, o desenvolvimento, tem estado muito dependente da nossa ligação à União Europeia, não só economicamente, mas também em termos do quadro político-ideológico que sustenta o atual consenso económico de Bruxelas, na sequência do consenso de Washington.

Aumentou o PIB, aproximámo-nos da média europeia – mas com atraso em relação à velocidade de crescimento de outros países que aderiram mais tarde – e a impressão geral é a de que melhorou o nível de vida. Mas isto à custa da destruição da economia primária (agricultura e pescas) e de grande desindustrialização. Somos hoje uma economia de serviços, de mão-de-obra barata e de



Comemorações do 25 de Abril em São João da Madeira, 2023. Foto cedida pelo município

exportação baseada num turismo contingente, de baixo nível, com degradação do ambiente, da vida urbana. Reprivatizaram-se os setores básicos da economia, hoje dominados por poderes estrangeiros ou pelo capitalismo nacional fortalecido depois do refluxo do movimento revolucionário. O trabalho é cada vez mais precário e desprotegido, com crescente recurso a imigrantes desumanamente explorados. E, acima de tudo, não desenvolvemos a nossa maior riqueza, a do potencial humano.

Nada disto é separável da situação geral europeia. A União Europeia foi traduzindo cada vez mais a subordinação à política e ideologia neoliberal: crença na infalibilidade do mercado, na supremacia da atividade económica privada, na não intervenção do Estado na economia, na privatização do setor produtivo público, na redução da despesa pública, na destruição do Estado social de bem-estar, na livre circulação de bens e capitais, na globalização, na desregulação financeira, na competição sem travões.

A União Europeia criou o euro e o euro está a recriar a União Europeia, de tal forma que a criatura já domina o criador, com novas disfuncionalidades que potencializam as disfuncionalidades já anteriores da União Europeia. Em Portugal, nunca houve em tempos recentes um período de estagnação ou tão negativo como o da vigência do euro, no que respeita aos principais indicadores: emprego, crescimento económico, défice externo, dívida, rendimento médio. As consequências sociais também eram de esperar. Face à impossibilidade de compensar com desvalorização monetária a perda de competitividade nas exportações, recorre-se à única alternativa, a “desvalorização interna”, isto é a redução dos custos do trabalho.

É certo que é difícil reconquistar a soberania em relação ao euro. Acarreta a desvalorização da nova moeda nacional em relação ao euro, com desvalorização das poupanças, haverá dificuldades no pagamento da dívida e boicote ao financiamento internacional dos bancos. A curto prazo, os salários terão de ser subsidiados e tem de se compensar a desvalorização com subvenções e corretivos fiscais. Haverá inflação, no que toca a bens importados e será necessário garantir o abastecimento em bens essenciais.

Mas são dificuldades transitórias, a serem ultrapassadas por uma nova política de investimento industrial, de primazia dos serviços sociais, de criação de emprego por incentivo do Estado, uma política social e redistributiva. É por isto que é contraproducente uma saída conduzida pela direita e segundo os seus inte-

resses, como aconteceu com o Brexit.

Um verdadeiro desenvolvimento, o desenvolvimento humano e social, depende hoje crucialmente da libertação das grilhetas da política única europeia, da sua ideologia neoliberal e das constrições do desenho do euro, com os critérios de Maastricht. Uma UE reinventada, um projeto confederal, no respeito integral pela soberania dos países membros, que faça a síntese entre democracia, soberania e socialismo, é provavelmente uma ilusão. Lamentavelmente, porque seria a contribuição dos povos europeus para um projeto civilizacional, solidário e internacionalista, para um novo mundo democrático, pacífico e mais justo.

* Professor universitário reformado, investigador, sócio da A25A

OUVIMOS E LEMOS

Abro a janela e apetece-me berrar:
acabou-se! acabou-se finalmente
este tenebroso e ridículo regime
de sinistros Conselheiros Acácios
de fumo que nos sufocou durante
anos e anos de mordças. Acabou-se.
Vai recomeçar tudo.

José Gomes Ferreira

A IGREJA CATÓLICA E OS DIAS DA REVOLUÇÃO

Como, apanhada de surpresa, a hierarquia da Igreja Católica reagiu ao 25 de Abril e ao processo que se lhe seguiu. E como, por seu turno, o poder nascido da Revolução lidou com a dimensão real de uma instituição que, independentemente do lastro público traduzido num apoio “quase incondicional” e “quase geral” ao regime deposto, era uma “instituição incontornável” em variados e importantes sectores da vida social

ALEXANDRE MANUEL*

COM BASE NA OPINIÃO de um conjunto alargado de investigadores, talvez se possa justamente dizer que, para lá do “abalo” inicialmente sofrido com a “mudança de regime”, a Igreja Católica foi uma das grandes instituições a passar “quase incólume” com as alterações sociopolíticas provocadas pelo 25 de Abril. E não apenas do ponto de vista interno, mas também em relação à sua interacção com a sociedade.

De facto, pese embora a constatação de “desentendimentos” que, por vezes, atingiram dimensão inesperada e o registo de “desencontros”, nem sempre circunstanciais, ocorridos entre os poderes político/militar e o religioso, designadamente durante o “período revolucionário” (o chamado PREC), para muitos, no entanto, mais do que se falar em confrontos propriamente ditos entre a Igreja e o Estado, se deva antes referenciar, sobretudo a partir de determinado mo-



Direitos reservados

D. António Ferreira Gomes, rosto da contestação contra a Ditadura

mento, o “papel interveniente” da própria Igreja no processo de estabilização da democracia. Há mesmo quem, como Sousa Franco, sublinhe, a propósito, o facto de, entre as mutações ocorridas em Portugal desde o Liberalismo, a registada em Abril de 1974 ter sido a única que se não traduziu nem “em choque entre a Igreja e o Estado”, nem em “perseguição religiosa”.

Independentemente, pois, de eventuais razões estratégicas, o facto é que, preservando embora

aspectos considerados indispensáveis à sua essência e missão, a Igreja, apesar da surpresa que lhe constituiu o 25 de Abril, rapidamente, no entanto, intuiu que, como sublinha Teresa Líbano Monteiro, a “adaptação ao novo regime” constituía uma “condição necessária” à “própria sobrevivência”. A ponto de ter começado desde logo por adotar uma postura “reservada e cautelosa”, mais “conciliatória do que desagregadora”, mesmo quando em causa



Alberto Frias, Lusa

D. António Ribeiro, o cardeal da transição para o Portugal democrático, com Mário Soares

estiveram questões tidas por fracturantes, como, por exemplo, o fim da indissolubilidade dos casamentos católicos à luz do Direito Civil, consequência do artigo XXIV da Concordata assinada, em 1940, entre o Estado Português e o Vaticano.

E pese embora o facto de, para além desse artigo, se ter mantido inalterado o restante articulado daquele acordo concordatário, por muitos classificado de obsoleto e eivado de “resquícios

da era constantiniana”, mas cuja manutenção o Vaticano considerava, na ocasião, de grande importância (a cedência, por parte da Santa Sé, foi feita “muito a contragosto”, no dizer de um canonista português a trabalhar, então, em Roma, na revisão do Código de Direito Canónico), o facto é que, mercê de um “protocolo adicional” assinado entre ambas as partes, em meados de Fevereiro de 1975 (era ministro da Justiça Francisco Salgado Zenha), foi finalmente

ultrapassada essa “dualidade matrimonial”, em que, ao contrário do registado com os casamentos civis, os canónicos não eram passíveis de dissolução pelo divórcio.

Por seu turno, a classe política saída do 25 de Abril adotou, porventura por razões táticas, nuns casos, mas porque, maioritariamente, sempre o terá desejado, uma atitude de “prudência” face à Igreja. De tal modo que, mesmo quando, ocasionalmente, como refere Luís Salgado de Matos, as Forças Armadas vitoriosas a tentaram acantonar “num papel estabilizado”, sempre, no entanto, procuraram evitar qualquer conflito direto e frontal.

AS “LIÇÕES” DA HISTÓRIA

Além de “atentos” à História (A queda da I República, dirá, mais tarde, Mário Soares, teve “em parte” a ver com o conflito travado entre os republicanos e a Igreja), os novos detentores do Poder terão, pois, entendido que jamais poderiam ignorar, ou até mesmo menosprezar, os dados revelados por uma sondagem realizada, no início da década de 1970, pelo Instituto Português de Opinião Pública e Estatística (IPOPE), segundo a qual, uma larguíssima fatia da população portuguesa (85 por cento dos maiores de 20 anos) se afirmava católica. Com a curiosidade de, na tradução comportamental (os dados do IPOPE serão confirmados, em 1977, por um estudo da responsabilidade do Episcopado), quase 50 por cento dos inquiridos assumirem a prática de actos de culto uma ou mais vezes por semana; os nascimentos se traduzirem geralmente em baptizados e mais de

A IGREJA CATÓLICA FOI UMA DAS GRANDES INSTITUIÇÕES A PASSAR “QUASE INCÓLUME” COM AS ALTERAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS PROVOCADAS PELO 25 DE ABRIL

80 por cento dos casamentos serem realizados na presença de um padre.

A estes dados que, independentemente das eventuais restrições colocadas aos estudos de opinião, são realmente relevantes, importará ainda acrescentar o facto de, a par de uma grande capacidade de intervenção na sociedade, a Igreja contar, então, com inúmeros meios técnicos e financeiros e dispor de um conjunto alargado de infraestruturas, instalações, lugares e templos, alguns dos quais de “elevado valor simbólico” e cultural, tanto a nível local, como nacional e até universal.

Como, sintetizou Luís Salgado de Matos, além da maioria da população se dizer católica, a Igreja era uma “instituição incontornável” no contexto da sociedade portuguesa que, com uma organização multiforme, estava presente em muitos dos mais variados e influentes sectores da vida cultural e social, incluindo o voluntariado. Bastará referir, a propósito, o ensino (e não apenas em estabelecimentos próprios, mas também como “espaço de intervenção” em escolas



Direitos reservados

O Presidente da Republica Craveiro Lopes com o Presidente do Conselho, Antonio Oliveira Salazar , e o Nuncio Apostólico

“oficiais”); a assistência social (misericórdias, lares para idosos, infantários ou organizações como a Cáritas); a saúde e a comunicação social, designadamente a nível de imprensa regional que, apesar de algumas comprovadas limitações, era, no entanto, considerada de importância fundamental para a formação da opinião pública de uma população com acesso restrito (por vezes, quase nulo) à generalidade da informação.

Os novos dirigentes não podiam igualmente ignorar a emergência de atitudes de contesta-

ção em alguns meios católicos que, ocorridas sobretudo a partir dos anos de 1960, se tinham constituído em ameaça de “ruptura”, chegando mesmo a pôr em causa o tão proclamado (e saudado) “equilíbrio concordatário”. A ponto de, por mais de uma vez, destacadas figuras do Estado Novo terem lamentado o facto da hierarquia da Igreja parecer pouco interessada em “desautorizar” tais comportamentos.

Valerá a pena sublinhar, a propósito, que, como recorda Fernando Rosas, então, essa opo-

sição católica ou, pelo menos, boa parte dela, ser não apenas ao Regime, mas igualmente à Igreja do Regime.

De facto, embora, de acordo com a opinião de Paula Borges Santos, a esmagadora maioria dos católicos não pusesse em causa o Estado Novo e valorasse mesmo uma situação de “catolicismo nacional”, através da “ideia intemporal de Pátria e de Igreja e pela noção de coincidência do salazarismo com os interesses da Igreja Católica”, o facto é que, sobretudo a partir da transição dos anos 60 para os 70, se assistiu, segundo Matos Ferreira, a uma progressiva “desafetação ideológica e programática” de muitos católicos, maioritariamente laicos, mas incluindo também alguns hierarcas.

De citar – e apenas como exemplos –, a contestação feita ao regime e ao papel assumido pela hierarquia da Igreja, por parte de destacados militantes católicos, aquando da candidatura de Humberto Delgado às presidenciais; a integração de vários desses nomes em listas eleitorais da oposição (1961, 1965 e 1969); o “envolvimento”, a partir de 1962, de importantes sectores da JUC (Juventude Universitária Católica) nas crises académicas ou a participação ativa em atividades ligadas à acção directa, como a “revolta da Sé” (1959), vigílias sobre a paz e contra a guerra colonial (algumas em ligação com movimentos de luta armada), manifestações e mobilizações, como aquela que, nas vésperas do 25 de Abril, movimentou milhares de ativistas (os chamados “católicos progressistas”) por todo o país, constituindo-se em verdadeira “vaga de fundo”.

**POR SEU TURNO,
A CLASSE POLÍTICA
SAÍDA DO 25 DE ABRIL
ADOTOU, PORVENTURA
POR RAZÕES TÁTICAS,
NUNS CASOS, MAS PORQUE,
MAIORITARIAMENTE,
SEMPRE O TERÁ DESEJADO,
UMA ATITUDE
DE “PRUDÊNCIA”
FACE À IGREJA**

Recorde-se igualmente a existência de um “trabalho contínuo” nos campos da informação clandestina, como, os *Cadernos Gedoc*, o *BAC – Boletim Anti-Colonial* ou o *Direito à Informação*, entre outros; a denúncia pública feita por missionários sobre os massacres levados a efeito, nas colónias, contra as populações autóctones, conduzindo a prisões, julgamentos e expulsões de membros de diferentes congregações religiosas (dos Padres de Macúti e dos Padres Brancos aos Combonianos, por exemplo) ou as posições “desafiantes” assumidas por um punhado, ainda que restrito, de membros do clero, incluindo alguns bispos.

Foram eles D. Sebastião Soares de Resende, primeiro titular da diocese da Beira (Moçambique) que, depois de ter apelado aos padres conciliares do Vaticano II para condenarem publicamente os regimes ditatoriais e o colonialismo e na sequência da publicação de várias cartas pastorais,

denunciando a situação de miséria e opressão vivida na sua diocese, viu o jornal por ele fundado, em 1950 (*Diário de Moçambique*), a ser suspenso por várias vezes e por períodos alargados; D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, que, na sequência da “carta-memória” enviada a Salazar, foi obrigado a viver exilado fora do país durante cerca de dez anos; e D. Manuel Vieira Pinto, bispo de Nampula (Moçambique) que, 11 dias antes do 25 de Abril, foi expulso, pela Pide, não apenas da diocese de que era titular, mas de todo o território moçambicano, acusado de “fameigerado traidor à Pátria” e, por isso mesmo, de “indesejável presença” no país.

Neste contexto, uma referência ainda para a Acção Católica, em particular a universitária (JUC) e a operária (JOC), que, como recorda Paula Santos, apesar do “declínio” iniciado na década de 60, por razões financeiras, dificuldades de recrutamento (mais uma das consequências da emigração e da guerra colonial, em especial nos organismos masculinos) e uma “conflitualidade” particularmente acentuada no início dos anos 70, a ponto de ter provocado significativos desentendimentos entre dirigentes, assistentes eclesiais e a hierarquia, continuou, no entanto e contrariando as “limitações impostas aos seus membros”, a participar activamente em “iniciativas e organizações da oposição”, incluindo a fundação da Intersindical.

ENTRE A CONCILIAÇÃO E A CRÍTICA

Apesar de tudo, com o decorrer do tempo, sobretudo a partir da crescente radicalização político-partidária registada nos últimos meses de

**FOI FINALMENTE
ULTRAPASSADA
ESSA “DUALIDADE
MATRIMONIAL”,
EM QUE, AO CONTRÁRIO
DO REGISTADO
COM OS CASAMENTOS
CIVIS, OS CANÓNICOS
NÃO ERAM PASSÍVEIS DE
DISSOLUÇÃO
PELO DIVÓRCIO**

1974, assiste-se, segundo Medeiros Ferreira e Maria Inácia Rezola, a uma alteração comportamental por parte da Igreja, designadamente a nível de Conferência Episcopal, cuja atitude “prudente” e “conciliatória” foi cedendo lugar a “ataques” e a uma “crítica aberta” ao desenrolar do processo revolucionário. Recrudesceram, de facto, declarações públicas, por alguns consideradas inoportunas, e multiplicaram-se acontecimentos que, por mais de uma vez, chegaram a ameaçar um relacionamento cuja estabilidade pedia regular atenção e boa dose de sensatez.

De citar, como exemplos, o envolvimento, talvez mais indirecto que directo, de membros do clero local em actividades pouco condizentes com a democracia (em causa, segundo Fernando Rosas, alguns dos “piores aspetos do ativismo da extrema-direita”); a publicação de textos *incendiários* em vários jornais de inspiração cristã ou a criação, a pretexto do “caso Renas-

cença” e “como repúdio pelos confrontos” então ocorridos junto à sede do Patriarcado, em Lisboa, de uma “frente católica” destinada a contestar, através de manifestações programadas para todo o país (sobretudo, Norte e Centro), o poder político então vigente.

Entretanto, os responsáveis políticos iam sentido dificuldades para compatibilizar acções ditas “de pacificação” com a *ocupação revolucionária* de instalações locais da Igreja (de seminários a salões paroquiais); com os ataques feitos a Fátima e ao proclamado “reacionarismo político do santuário”; com as recorrentes polémicas em redor da liberdade de ensino, atendendo designadamente ao ensino religioso praticado nas escolas ou com a publicação em órgãos de comunicação social, incluindo os estatizados, de imagens caricaturadas de figuras do clero.

A estes factos, haverá que ajuntar-se ainda, porque relevantes para a Igreja, sobretudo a partir da diminuição da “força” do púlpito, os ataques dirigidos à imprensa regional “de inspiração cristã” e, acima de tudo, o “caso Renascença” que, no âmbito das relações dos poderes político-eclésiástico, passou a constituir-se em “caso por excelência”.

Em causa, na prática, um conflito que, de luta laboral-empresarial, se transformou em processo complexo e alargado, perante um poder político que, no dizer de Mário Mesquita, se deixou enredar nas suas “insanáveis divergências”, incapaz de dar uma resposta às irregularidades registadas: enquanto, no Porto, os emissores daquela Rádio permaneciam na dependência da Igreja, os de Lisboa estavam ocupados por

A IGREJA CONSEGUIU SOBREVIVER INCÓLUME, SEM TÃO POUCO TER DE DAR EXPLICAÇÕES “ACERCA DO SEU PASSADO POLÍTICO”

uma “comissão de trabalhadores” que, apoiada em organizações sindicais e partidárias, maioritariamente ligadas à esquerda revolucionária, pretendia impedir o despedimento de cerca de uma dezena de trabalhadores admitidos sem o aval da entidade patronal.

Neste contexto, multiplicam-se as manifestações e as contramanifestações, registam-se ataques retaliadores a sedes de partidos e de organizações políticas de esquerda, proliferam os comunicados assinados pelo Conselho da Revolução, Conferência Episcopal e seu Conselho Permanente e aumenta de modo exponencial o número de declarações individuais, tanto por parte de membros da hierarquia como do Executivo.

Em conferência de imprensa, especialmente convocada para o efeito, o conselho de gerência da Renascença, depois de classificar o acto de puro vandalismo e de verdadeiro “atentado” à liberdade, chegou mesmo a avançar com uma ameaça de “ruptura”, por parte da Igreja, em caso de não-resolução rápida da situação.

Entretanto, e a culminar, aconteceu, no dia 7 de Novembro de 1975, a destruição “à bomba”

do emissor instalado na Buraca (arredores de Lisboa), por tropas para-quedistas às ordens de um poder político que, ainda segundo Mário Mesquita, não tinha encontrado, até então, forma mais expedita “de se fazer obedecer...”.

Para vários investigadores, a dimensão atingida pelo “caso” teve sobretudo a ver com o facto de, cedo, o Episcopado ter entendido que na resolução ou não-resolução do problema poderia vir a passar muita da autonomia da Igreja no contexto da nova sociedade democrática.

De facto, mais do que contar com meios de comunicação próprios ou ter de se sujeitar aos espaços que, eventualmente, viessem a ser cedidos pelo Estado, o importante, para a hierarquia, era, segundo Marinho Antunes, continuar a dispor de instrumentos essenciais para a intervenção no “plano das ideias e das opiniões” e, simultaneamente, aproveitar a ocasião para “assegurar”, à partida, um regime de excepção que desejava alargado a outras áreas consideradas fundamentais, como, por exemplo, o ensino ou a segurança social. De sublinhar, como curiosidade (significativa) que, apesar da complexidade de algumas das situações ocorridas ao longo dos tempos, terão sido, no entanto, as referentes à comunicação social aquelas que, de um modo global, mais próximas estiveram de dar origem a confrontos reais entre a Igreja e o Estado.

E isto, apesar de, por vezes, terem estado em causa questões merecedores do epíteto de “fraturante” por parte da Conferência Episcopal, como, por exemplo, a já referida indissolubilidade dos casamentos canónicos; a Lei de Bases

do Ensino Privado e Cooperativo; a nova concepção institucional do Direito de Família; a despenalização do aborto (porventura, “a mais complexa e melindrosa”); a legislação sobre património cultural, incluindo os bens do Estado permanentemente afetos ao serviço da Igreja; o estatuto referente às aulas de Educação e Moral; a revisão da Concordata de 1940 e sua posterior regulamentação, sobretudo no referente à assistência religiosa nas Forças Armadas e de Segurança, nos estabelecimentos prisionais e nos hospitais, ou a legislação governamental sobre a legalização do casamento civil de pessoas do mesmo sexo.

Ainda em relação à comunicação social, de citar, a propósito e para além do referido “caso Renascença”, a polémica sobre a Lei da Rádio (finais de 1986 e primeiros dias de 1987) que assumiu, por vezes, um “tom de cruzada”, uma espécie de “guerra santa”, com os deputados subscritores da proposta e todos os que a aprovaram a serem acusados de terem cometido o pecado do “jacobinismo” e da “maçonaria”. Também aqui, e uma vez mais, a Renascença se constituiu em centro das atenções, sobretudo por causa de uma rede de cobertura nacional em FM que lhe fora atribuída, a título “precário e provisório”, por um Executivo em vésperas de eleições

O mesmo (ou quase) se poderá dizer em relação à “batalha da televisão”, quando, na sequência da revisão constitucional de 1989 que tornou possível a utilização das redes televisivas por operadores privados, a Conferência Episcopal saiu a terreiro, evocando o princípio de que, pa-



Direitos reservados

Salgado Zenha negociou com o Vaticano alteração à Concordata de 1940

ra a prossecução das suas actividades, jamais poderia abdicar dos direitos constitucionais de utilizar meios de comunicação social próprios, incluindo a televisão.

Apesar da vitória da Igreja e consequente reforço do seu peso nos meios de comunicação social, o facto é que cedo, bastante cedo mesmo (menos de um ano depois do início das emissões regulares), a TVI começou a abandonar a sua matriz inicial de televisão de “inspiração cristã” e a “ignorar” a carta de

princípios com que se havia apresentado a concurso.

Pouco tempo depois, de facto, investidores estrangeiros (fundos ingleses de pensões) passavam a deter parte importante do capital social da empresa e 19 das instituições católicas patrocinadoras do seu lançamento abandonavam oficialmente o projecto. Ou seja e como, na altura, afirmou o seu subdirector de informação (Luís Marinho), a Igreja tinha andado uma década “a querer um canal” e não propriamente a “preparar um canal”.

UMA (QUASE) CONCLUSÃO

A modos de conclusão, talvez se possa, pois, dizer, como Paula Santos, que, em curioso contraste com a “atitude confiante”, então assumida pela própria Santa Sé, e, sobretudo, por um grupo significativo de católicos que de imediato se organizaram em movimentos espontâneos e independentes da tutela, o 25 de Abril começou por ser olhado com alguma reserva por parte de uma fatia alargada de membros da hierarquia. Porque, porventura, a aguardarem por “indicadores de consolidação da ruptura instaurada”; porque, segundo Salgado de Matos, se diziam sobretudo preocupados com a unidade dos crentes, mas também por questões de estratégia (uma “defensiva prudente”), de modo a evitar pôr em causa a sua “capacidade de enquadramento” e de ágil adaptação ao novo ambiente social e de, simultaneamente, melhor poderem enfrentar, se necessário, um novo Poder eventualmente hostil.

De facto, em acentuado contraste com as declarações públicas de alguns hierarcas, a publicação de textos *incendiários* em jornais de “inspiração cristã” (muitos deles propriedade da própria Igreja ou de instituições e organismos a ela ligados) e do envolvimento, directo ou indirecto, de destacados membros do clero em acções que, à partida, pareciam pouco condizentes com a democracia, a Igreja oficial soube, no dizer de Fernando Rosas, ser discreta, cumprindo o essencial em momento oportuno. Ou seja, e ainda de acordo com a opinião daquele historiador, depois de ter saído da fotografia final na agonia do velho regime, de ter

escolhido o “cavalo certo” na disputa pela hegemonia durante o período revolucionário, a Igreja conseguiu sobreviver incólume, sem tão pouco ter de dar explicações “acerca do seu passado político”. Nem mesmo (foram, de facto, raros, os que o fizeram) em relação ao “silêncio cúmplice” de que muitos dos seus responsáveis vinham sendo acusados, por se terem demitido do “dever de denúncia”.

NOTA – Este texto, sucinto, por razões de espaço, tomou por base trabalhos meus sobre o tema, designadamente um destinado a um livro em coautoria (*Concordata não, divórcio sim*); um outro que constituiu o “trabalho final” de uma pós-graduação promovida pelo ISCTE e ESCS (“Concordata de 1940 – a força da sobrevivência”), um terceiro que integra o capítulo do livro *Da Imprensa Regional da Igreja Católica* e um último que, publicado no n.º 17 da revista do ISCTE-IUL, *Trajectos* (Out. de 2010), sob o título de “Em defesa dos novos púlpitos”, localiza todas as citações dos diferentes autores aqui referenciados.

* Jornalista, sociólogo, professor universitário

OUVIMOS E LEMOS

Antes de morrer, a televisão mostrou-me um dos mais belos momentos humanos da História deste povo, onde os militares fazem revoluções para lhes restituir a liberdade: a saída dos prisioneiros políticos de Caxias. Espectáculo de viril doçura cívica em que os presos... alguns torturados durante dias e noites sem fim.... não pronunciaram uma palavra de ódio ou de paixões de vingança.

José Gomes Ferreira



Manuel A. Lopes, Lusa

De forma apaixonada e intensa, felizes, tão felizes – acompanhávamos a Revolução dos Cravos

Ver também o Suplemento online n.º 152-153 no sítio da A25A

FRANCISCO FIALHO DA ROSA

Este nosso colaborador, em *50 Anos Após Abril*, faz uma descrição em tom literário, por vezes poético, da revolução de Abril, que aliás viveu como capitão de Abril. É ele que nos diz: “Muitos sonharam num dia semelhante e anterior, mas parece seguro acreditar que foram os Capitães, na sua maioria, que materializaram aquele sonho! Com ele morreram quereres e pensares do Dinossauro Excelentíssimo, (conforme lhe chamou José Cardo-

so Pires), e seus seguidores, numa mudança pacífica e calma, onde as armas só dispararam cravos e milhares de pessoas, curiosas e actuanes, a validar o que desse dia iria resultar”. Ao mesmo tempo propõe-nos um olhar para trás para observar estes 50 anos de História, com “justificado orgulho”, dizendo-nos que é tempo de “olhar em frente e para os outos” tentando compreender os problemas atuais das novas gerações.

O FIM DA IDEOLOGIA DE PRIVACIDADE DA FAMÍLIA



Cravos de Abril. Foto cedida pelo município de Loures

Entre muitas mudanças, a democracia que Abril de 74 permitiu, trouxe consigo a ideia da efetiva promoção, de direito e de facto, do Princípio da Igualdade

LÍDIA PRAÇA*

A DEMOCRACIA É UMA CONSTRUÇÃO social e política diária, marcada, frequentemente, por mudanças mais ou menos estruturais e irrompendo, quase sempre, de momentos verdadeiramente disruptivos. No plano da família, em geral, e das mulheres e das crianças, em particular, observou-se, a partir de 25 de abril de 1974, uma crescente expectativa em torno do fim da ideologia da privacidade da família contra a intervenção do Estado.

A ideologia patriarcal do Estado Novo, com raízes históricas profundas, assumira-se como uma doutrina legitimadora das relações de poder desiguais entre homens e mulheres, mesmo dentro do casamento. Entre muitas mudanças, a democracia que Abril de 74 permitiu, trouxe consigo a ideia da efetiva promoção, de direito e de facto, do Princípio da Igualdade. Um fundamento que viria a tornar-se, mais tarde, na chave para a prevenção e combate à violência de gênero e a marcar também o início do fim da subalternização da dimensão geracional dentro da família.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Até meados do século XIX, a maior parte dos códigos jurídicos considerava a violência contra a mulher como um exercício de autoridade legítimo pelo marido. O pensamento de que a

mulher deve obediência ao marido, sendo antigo, continua a ser defendido por muitas ideologias e crenças e a persistir na sociedade. Este pensamento assenta na ideia de que o marido tem direito ao corpo da mulher, na culpabilização das mulheres, na restrição dos seus direitos e liberdades e está na gênese de muitas ideologias políticas que cultivam a desigualdade de gênero, promovendo inevitavelmente a prevalência da violência contra as mulheres e de todo o tipo de ofensas. Assim era no Estado Novo, que, por omissão da intervenção do Estado na família, se permitiram estes abusos, enquanto padrão de comportamento do homem sobre o cônjuge e os filhos. Estamos a falar de um tipo de violência física que também incluía atos de desvalorização da vítima, ameaças, isolamento, humilhação e manipulação psicológica. Ou seja, falamos da vulgar ideia de que *entre marido e mulher não se mete a colher*, cultivada e consentida pela ideologia do Estado Novo de privacidade da família contra a intervenção do Estado. Tanto assim era que toda a legislação do Estado Novo tinha como missão socializar as mulheres para o desempenho da *função imprescindível* de educadoras, de suporte da vida familiar, com o dever de se sacrificarem pelo bem da família e de aguentarem e silenciarem os maus-tratos.

Por força desta ideologia, as mulheres viram as suas vidas devastadas e desvalorizadas. Senão, veja-se, a Constituição de 1933, um documento elaborado por Salazar e pelos seus colaboradores, observava no seu artigo 5.º o princípio da igualdade entre homens e mulheres, *salvo as diferenças da natureza e do bem da família*. Ora, esta formulação antinómica do artigo 5.º continha em si mesma a justificação e a legitimação das desigualdades políticas, sociais e económicas entre homens e mulheres, com base na sua diferente natureza e no bem da família. E o que se observava à época era, tão só, um retrato de família hierarquizada, estruturada num modelo de hierarquia de género e onde a desigualdade impunha às mulheres o dever de serem exclusivamente dedicadas ao casamento e à procriação, não tendo nem devendo ter qualquer outra função, designadamente profissional. A escolaridade destas mulheres, por regra, não ia além do ensino básico, sendo bastante, para a gestão da vida doméstica, a competência mínima de saber ler e escrever. Desde logo, os ideais do Estado Novo tinham como propósito colocar as mulheres e as crianças numa posição de subalternidade e obediência ao chefe de família, decorrendo naturalmente desta desigualdade relacionamentos abusivos em que um dos membros recorria a censuráveis estratégias de controlo para dominar a relação, exercendo um poder discricionário sobre todos os aspetos da vida das vítimas, incluindo decisões pessoais, profissionais e patrimoniais. No plano sociojurídico, as mulheres casadas sofriam restrições tão capitais, como:

EM RESUMO, O ESTADO NOVO NEGOU ÀS MULHERES DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, COMO O DIREITO À IGUALDADE, À AUTODETERMINAÇÃO SEXUAL, À INTEGRIDADE E AO LIVRE DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE

- Só trabalharem com autorização do marido;
- Só exercerem o comércio com autorização do marido;
- Só poderem deslocar-se ao estrangeiro com autorização do marido;
- Aceitarem que a sua correspondência pessoal fosse aberta pelos maridos;
- Não poderem administrar e muito menos dispor dos seus bens próprios, móveis e imóveis;
- E, também, não lhes ser permitido tomar decisões importantes sobre a saúde, educação ou religião dos filhos, apenas tendo o direito de ser consultadas pelo chefe de família.

Em resumo, o Estado Novo negou às mulheres direitos, liberdades e garantias fundamentais, como o direito à igualdade, à autodeterminação

sexual, à integridade e ao livre desenvolvimento da personalidade.

Outro plano que importa abordar e de que geralmente pouco se fala é sobre a relação íntima entre homem e mulher e que também não era uma relação de igualdade. Fala-se muito dos direitos e deveres na família, em relação aos filhos, aos bens e ao patrimônio, mas pouco se fala na sexualidade dos casais e nesta área, como nas outras, também não havia para as mulheres nem liberdade de decisão, nem liberdade de expressão.

O Estado Novo negou o estatuto de vítima a todas as mulheres que sofreram maus-tratos e violações dentro do casamento. Estas condutas não eram tipificadas como delitos, mas, por outro lado, já era crime a interrupção da gravidez, desconhecendo-se, até hoje, o número de mulheres que morreram em abortos clandestinos. Este quadro degradante mostra bem o quanto a sexualidade estava profundamente vinculada ao papel *objetificante* e de obediência da mulher ao marido. E, não, não são ficção os muitos casos em que os maridos devolveram as mulheres às famílias, atenta a moral da época, por entenderem que elas não eram castas. A mesma moral que, não tolerando essa conduta às mulheres, a consentia aos homens.

Era este, basilarmente, o contexto político e social do Estado Novo, no que respeita ao lado interno, privado, familiar em que viviam as mulheres e os jovens. Uns e outros oprimidos pela obediência ao marido e pai, respetivamente, o chefe de família.

CONCEITOS QUE PERSISTEM

Ora, em 1974, abre-se a porta para uma nova sociedade, uma sociedade livre e igual, sobre a qual muitas questões pairaram. Desde logo, como é que as mulheres, sobretudo as mais jovens, viveram essa transição e as promessas de Abril, sendo que nestes 50 anos nem todas vieram a concretizar-se. O País continuou a ser muito conservador e a legislação que se pretendia igualitária continuou e continua a discriminar as mulheres. O *machismo*, enquanto conceito filosófico e social, que assenta na hegemonia masculina, não desaparece por decreto e os homens continuaram a ter privilégios, designadamente, de uma sexualidade completamente livre. Resiste, ainda hoje, a ideia de *unidade da família*, um conceito que vem do Estado Novo e que se quer ver preservado à custa do sacrifício das mulheres, enquanto aos homens continua a ser consentida e aceite a liberdade para ter aventuras e relacionamentos extraconjugais. Uma postura da sociedade dos homens perante o casamento que encerra, como no passado, uma moral sexual dupla.

Aqui chegados, importa referir, que no plano jurídico, só em 1977, três anos depois da revolução, é que o Código Civil foi alterado para consagrar, finalmente, o Princípio da Igualdade entre os cônjuges e acabar com o poder de correção dos filhos menores, que incluía o direito de os castigar, física e psicologicamente. Só a partir de 1980 é que se identificou a violência dentro da família como um problema social, consagrando-se no Código Penal de 1982 o crime de maus-tratos conjugais. Con-

tudo, seria preciso esperar 15 anos para se assistir à emergência do conceito de violência de gênero; isto é, uma violência cometida exclusivamente contra as mulheres. E, finalmente, só com a Lei 7/2000 é que se observa o início da real transição jurídica, social e cultural na compreensão do fenômeno, ao consagrar-se o crime de maus-tratos ao cônjuge como um crime de natureza pública, colocando-se, desta forma, definitivamente, um ponto final na ideologia de privacidade de família.

Ainda assim, estas conquistas das mulheres vêm evidenciar mais o silêncio relativamente às crianças, como vítimas. Uma característica comum entre os agressores de violência doméstica é o facto de terem sido testemunhas de abusos durante a infância, reproduzindo esse comportamento na idade adulta e tornando-se participantes em ciclos de violência intergeracional. Compreender e quebrar estes ciclos terá mais impacto no restabelecimento da igualdade entre homens e mulheres e na diminuição da violência doméstica do que as medidas para mitigar os abusos. Os castigos corporais recebidos durante a infância estão associados a uma maior probabilidade dessa pessoa, quando atingir a idade adulta, agir de forma violenta em relação a familiares ou parceiros íntimos e de achar normal agredir o parceiro.

É, pois, tempo de olhar para as mudanças na regulamentação jurídica e impedir que continuem a subsistir desigualdades na proteção das mulheres e das crianças. A centralidade continua a ser nas primeiras e, senão a esquecer, pelo menos a relegar para segundo plano,

as crianças. Contudo, só esta dupla dinâmica, também com a análise dos lugares das crianças na violência doméstica, permitirá não só a identificação das complexas relações de poder existentes, mas também das diversas formas de opressão, das desigualdades e da discriminação da infância, impondo-se a intervenção do Estado na definição ou redefinição de políticas públicas mais adequadas e eficazes à promoção da igualdade e à proteção das mulheres e das crianças, eliminando-se qualquer ideia obstrutiva de privacidade da família.

* Jurista, escritora, sócia da A25A

OUVIMOS E LEMOS

Saio de casa. E uma rapariga que não conheço, que nunca vi na vida, agarra-se a mim aos beijos. Revolução.

José Gomes Ferreira



Bendito seja dois mil e vinte e quatro, o ditoso ano que nos trouxe o caminho para a paz nas ruas e dentro de casa. Foto cedida pelo município de Montemos-o-Velho

Ver também o Suplemento online n.º 152-153 no sítio da A25A

MANUEL DURAN CLEMENTE

No seu texto, o autor começa por apontar os objetivos do 25 de Abril, centrando-os no fim da guerra e na libertação do país da ditadura. Foca depois a sua descrição no processo que se

seguuiu até ao 25 de Novembro de 1975, demonstrando-se por fim na sua visão sobre este acontecimento e em tudo o que o rodeou.

DOIS MIL E VINTE E QUATRO

GUILHERME PIRES*

Faz isto. Faz aquilo. Não faças isso. Não podes fazê-lo. Não escrevas essas palavras complicadas. Não as compreendes. Não desenhes com tanta veemência, que nos insultas. Sê mais suave. Sê mais brando. Sê menos de quem és.

Vamos, pega no açaimo, veste-o. Fez-se à medida da tua liberdade. Aperta-se facilmente. Fica-te bem. Amansa-te os ímpetos, é bom para todos. Estrangula certos movimentos. É uma dádiva. Foi Ele quem o criou.

Ouviste dizer isto sobre aquilo? Ouviste as palavras proibidas? Ouviste ideias que são planos de revolta? Ouviste a liberdade excessiva? Ouviste o insulto a quem mais ordena? Pois escreve os nomes no caderno de duas linhas. Denuncia. Não interessa que estiveses disfarçado nas sombras. Serás recompensado.

Rapariga, não lhe dê a mão. Não o beijes na rua. Dentro de casa, talvez, mas só quando ele quiser. Deita-te de barriga para cima, fecha os olhos. Sussurra para ti umas orações paradisíacas. Não conheces esta palavra? Não faz mal. O teu homem despacha-se, não custa nada.

Tu, aperta o espartilho e veste as sete saias. Não vês que te deixam muito mais elegante? Mais bonita, mais conforme. Mais apetecível, mas tão pia. Agora podes sorrir e afirmar baixinho: Sou mulher digna.

Vocês, ponham-se em fileira. Tão sujos. Tão incapazes. Tão corrompidos. Os vossos pais denunciaram-vos: ousaram vir para cá com essa cor na pele, cor de estrangeiro, igual à tua. Cor de invasor. Cor de penúria. E que-rem tudo. Vamos, alinhem-se com o muro. Fechem os olhos.

Querem tomar este país. O melhor país do mundo. Querem as nossas mulheres, os nossos campos, o nosso Atlântico. Querem respirar as nossas montanhas. Querem a nossa riqueza. Entre o querer e o ter estamos nós.

Sim, nós. Temos na pele a cor certa. Temos nos olhos a sapiência do controlo e do respeito por Ele, o que tudo pode e tudo nos oferece. Ele disse-nos que vós sois gente fértil de pecado. Vamos, forças nessas pernas, que a força não vos esmoreça, fiquem de pé, diante do muro, sem se encostarem nele, em fileira calma e obediente.

Ele ama-nos. Quer o nosso bem. Temo-lo do nosso lado. Ele aceitou prescindir do que tinha para se dedicar a nós. Agora somos maiores, mais fortes, mais capazes. Controlámos a mácula da sociedade portuguesa.

A mácula sois vós. São elas. São elus. Aberrações. Querem liberdade. Querem poder ser quem dizem ser. Merecem a tortura. Merecem a cela. A miséria. O controlo. A submissão. Querem disfarçar-se de liberdade?

Acham que a liberdade vos engrandece? Eles mascarados delas, elas mascaradas deles, elus mascarados delus, elas mascaradas de poder, eles mascarados de fraqueza, os outros mascarados de nós. Liberdade?

Ele pediu-nos que abolíssemos a palavra. Era importante, fundamental, imperativo, abolir essa palavra, a escória do passado. O fartum do presente. Fá-lo-emos orgulhoso de nós.

Escrevemos a palavra nos sistemas avançados de inteligência artificial que adquirimos às nações férteis do ocidente. Pedimos-lhe que nos dissesse como poderíamos abolir a palavra, o seu significado, a sua história.

De voz calma e impassível, a máquina disse-nos que era simples. Indicou-nos o caminho. Remédio de efeito imediato. Tu-

do notável. Recomendou que, no nosso caso, riscássemos também os sinónimos, que queimássemos todas as pontes:

25. Desistiremos deste algarismo. Se pudéssemos, apagávamos todos os vintes e todos os cincos. Acabou-se o mês de Abril: nunca mais. Os nascidos em Abril serão condenados a trabalhos forçados e a desistir do mês. Ninguém e nada mais nascerá em Abril.

Zeca: nome proibido. Zecas são os trapos. Fazer um zeca: mostrar-Lhe o dedo feio. Limpar a sanita com um zeca: infâmia. É proibido cuspir zecas na rua, o vestígio fica na calçada como sangue em algodão. Que ninguém ponha um zeca ao peito.

Sem Zeca, Afonso não é nada. Ou melhor, é glória: Afonsos, só os reis. Basta matar o primeiro nome: sem o primeiro nome não há sinónimo possível. Assim também para todas as outras liberdades.

Salgueiros: acabaram-se. Vascos: finito. Otelos: enterrados. Paulos: cremados. Grândola: chamem-lhe agora Silêncio. Revolução: ponto final. Cravos: planta venenosa.

Adrianos, Sérgio, José Mários, Franciscos, Faustos, Janitas, Vitorinos, José Jorges, Luíses, Carlos, Fernandos, Manuéis, Mários, Marias Antónias, Jesuses, Hélias, Sophias, Eulálias, Manueles, Conceições, Luizas,

Joanas, Helenas, Marias Augustas, Marias Emílias, Lilicas, Dianas, Saras, Julietas, Auroras, Isabéis, Marias Madalenas: não existiram nem existirão.

E já que vamos por este caminho, já que a máquina nos ordenou que por aqui é que é, pois que encurtemos o horizonte do intelecto aos que se imaginam inteligentes: a educação não é para todos e a que há é para os elevados,

e os que ainda não o são moldaremos como massa-mãe, desde petizes, para que O saibam respeitar, para que não reste memória dos tempos suicidas em que no nosso glorioso país pobremente se vivia em liberdade, palavra proibida.

A saúde também não pode servir todas as terras. Os melhores remédios são para as melhores gentes, as boas condições para quem respeita a lei e a ordem, e os outros que se amanhem, a clínica clandestina é uma nobre instituição espontânea da pobreza. O bisturi desinfectado não rasga a carne ímpia, herege, libertina, impura.

E assim de todos faremos homens e mulheres que não fugirão à guerra, se a guerra for necessária; e para os que tentem fugir-lhe ou contestar a nossa voz teremos a porta da cela aberta e a sala da tortura pronta;

e cumprirão a tortura do sono, e serão estátuas famintas de pé, no centro da sala, e saberão o que custa a força do cassetete na nuca, na testa, nas pernas, nas ancas, no peito, nos braços; e ficarão negros e negras,

tão negros e negras como os mais sujos exemplos da sociedade humana; e privá-lo-emos de comer; e se não quiserem comer, cortar-lhe-emos a pele entre os dedos, deitar-lhes-emos leite na cara, arrancar-lhe-emos as unhas com alicates de pedreiro;

e serão trapos humanos, trapos sujos de fúlgem e sangue e merda; e ficarão cegos de tanta pancada; e ficarão surdos de tanto gritar; e não poderão sequer ouvir os próprios pensamentos; e não lhes permitiremos visitas; e diremos a quem os ama que são cobardes e morreram após denunciar tudo e todos;

e aos que estando presos e sendo torturados continuem a recusar a guerra e o bom comportamento destinaremos a solitária, sem sanita nem balde, que por lá façam os seus auto-retratos em miolo de pão enquanto lhes cuspiamos na cara;

não lhes daremos espelhos, relógios, calendários, crucifixos, livros, jornais, telemóveis, nada; dir-lhe-emos que se não acertam o passo não tornarão a ver os pais, que estão doentes, e os filhos, que se puseram deprimidos;

e aos que insistam em querer unir, cantar, sair para a rua, aos que apesar dos nossos esforços nos garantam que as paredes podem andar e que não há bandeira sem luta nem luta sem batalha

destinaremos a cova, pois a cova é a solução de todo o mal, pois os senhores da guerra não morrem, mandam morrer; assim nos pediu Ele, assim nos ordenou a máquina inteligente.

Bendito seja dois mil e vinte e quatro, o dito ano que nos trouxe o caminho para a paz nas ruas e dentro de casa, para a decência moral, para a ordem certa das coisas, para o orgulhoso isolamento português,

a inesquecível data que nos permitiu ressuscitar a Velha Senhora, dar-lhe um apito e pô-la a andar, e restaurar esta nação agora tão justa, tão bem comportada, tão pia e tão arrasada.

*Tradutor, editor, escritor



O 25 de Abril vivido pelas crianças. Foto cedida pelo município de Loures

CONDECORADO DUAS VEZES PELO MESMO FEITO



Capitães de Abril condecorados

Direitos reservados

E assim pelo mesmo gesto heroico e abnegado, por força das circunstâncias, o meu capitão de Abril foi condecorado duas vezes, por mim. Imaginam o orgulho que sinto?

MARIA ODETE SANTOS SILVA*

ESTE TEXTO FOI ESCRITO, em tempos idos, num qualquer 25 de Novembro.

Li algures que o ex-Presidente da República, professor Cavaco Silva, foi homenageado pelo actual Presidente Marcelo Rebelo de Sousa pelas inúmeras demonstrações da sua sensibilidade social... (as reticências dão sempre jeito quando há alguma coisa que nos é incompreensível, tem subentendidos, estranhámos e não percebemos). Para além disso tenho bem presente a sua deplorável atitude relativamente a Salgueiro Maia, e apeteceu-me contar uma história

ANÚNCIO DA LIBERDADE

O feito foi, desculpem a imodéstia, o facto do “rapaz” cá de casa, em 25 de Abril de 1974, conjuntamente com um muito reduzido número de oficiais, ter ocupado a emissora do Rádio Clube Português e deste Posto de Comando (ainda se lembram? “Daqui posto de comando do Movimento das Forças Armadas...”) ter difundido para todo o país a natureza do MFA, as suas intenções, mas, muito particularmente, anunciado a chegada da Liberdade e da Democracia que o traiu.

Após o 25 de Novembro de 1975 foram saneados sem seriedade, sem escrúpulos, sem digni-

dade, cerca de 500 militares, muito dos quais directamente envolvidos no 25 de Abril e, por esse facto e por isso mesmo, anuladas as suas carreiras militares, emprateleirados, descrimnados.

Foram banidos militares empenhados no 25 de Abril, na libertação do país, na construção da democracia. Foi para cada um deles, uma vilania e uma violência. Os “alegados” julgamentos em Conselho Superior de Disciplina revestiram-se de aspectos e artimanhas tão desonestas e perversas como os julgamentos nos tribunais plenários. Pior ainda porque não tinham a farsa de serem públicos. Mas não

**FORAM BANIDOS
MILITARES
EMPENHADOS
NO 25 DE ABRIL,
NA LIBERTAÇÃO
DO PAÍS,
NA CONSTRUÇÃO
DA DEMOCRACIA.
FOI PARA CADA UM DELES,
UMA VILANIA
E UMA VIOLÊNCIA**



Direitos reservados

Capitães de Abril foram condecorados por vários Presidentes da República

se ficou por aqui. Muitos outros foram vendo a sua natural ascensão nas carreiras preterida sem qualquer fundamento, prolongada, num processo de desgaste do qual, invariavelmente, a hierarquia saía vencedora porque toda a desonestidade de métodos e processos eram escondidos numa autoridade conferida pelas leis em vigor à época. Muitos viram as suas carreiras reconstituídas vinte e cinco anos depois (25 anos!) por força de uma lei aprovada na AR em Abril de 1999.

Esta democracia lembra-me um comentário a propósito da nossa língua: O português é uma língua muito traiçoeira... e esta democracia não lhe fica atrás.

O meu companheiro (capitão de Abril) viu assim, como muitos outros, a sua carreira militar bruscamente interrompida por um saneamento vil e injusto.

Deu a volta à vida, reformulou-a e licenciou-se em Economia.

Em 1987, pegámos nos filhos, mais tarde nas nossas mães, já viúvas e rumámos a África, Moçambique. África que nos acolheu. Aquele tempo foi bom.

O ano 2000 ainda nos apanhou por lá.

CONDECORADO

Uns anos antes, no fim do mandato presidencial do general Ramalho Eanes, foi-lhe atribuída uma das mais altas condecorações do nosso País – Grande Oficial da Ordem da Liberdade – cujo diploma veio via CTT, num sobrescrito da Presidência da República. Fiquei incrédula. Olhava para o texto da condecoração e não conseguia esconder a minha surpresa – uma condecoração vem assim, pelo correio, sem mais nada?!

Guardei religiosamente o diploma de atribuição da condecoração congeminando o que fazer para minimizar o desapontamento (a mágoa mais propriamente) do meu companheiro

relativamente a esta forma tão imprópria de agradecer alguém com uma distinção desta valia. O tempo foi decorrendo e numa das vindas a Portugal, durante o nosso tempo de estadia em Moçambique, decidi, em absoluto segredo, comprar as insígnias.

Dirigi-me a um estabelecimento que as fabrica, levei comigo o diploma de agraciamento e, perante a surpresa do proprietário a quem expliquei o sucedido, atendeu o meu pedido fazendo-me, no entanto, prometer que levaria a carta patente do meu marido quando as fosse levantar. E assim fiz.

Guardei com grande recato a preciosidade e, já de regresso a Moçambique, num dia muito especial para nós, numa cerimónia muito simples, mas repleta de emoção e simbolismo, abri a bonita caixa cheia de dourados, tirei a faixa, a botoeira e condecerei o meu capitão de Abril.

Em 2001 decidimos regressar a Portugal, uma vez que a nossa vida e a idade que ia avançando tornavam aliciente esse regresso. Entretanto o meu companheiro havia visto a sua carreira militar restabelecida com uma pensão de reforma confortável a acrescentar à minha, bem mais modesta, mas que representava 42 anos de trabalho e de descontos.

Pensámos: está na hora de regressarmos a casa, acompanharmos os filhos, que, entretanto, foram soltando as suas asas, vemos os netos a crescer, e fruirmos tudo aquilo que pudéssemos e que as correrias do tempo, da vida, do trabalho, da prestação da casa, do carro, do, da, dos, das, não nos tinham permitido.

Mais tarde, o Presidente Sampaio quis reparar

**MUITOS VIRAM
AS SUAS CARREIRAS
RECONSTITUÍDAS
VINTE E CINCO ANOS
DEPOIS (25 ANOS!)
POR FORÇA
DE UMA LEI
APROVADA NA AR
EM ABRIL DE 1999**

a falha grave e manda, também via CTT, uma encomenda contendo apenas uma caixa com as insígnias.

Desta vez foi ele que recebeu a encomenda, com registo dos correios e, aberta a caixa, boquiaberto, surpreso, apenas conseguiu dizer: Já viste o que é que me mandaram?

Tarde demais, mas nem por isso deixei de o condecorar de novo.

Com cerimónia e tudo.

E assim pelo mesmo gesto heroico e abnegado, por força das circunstâncias, o meu capitão de Abril foi condecorado duas vezes, por mim.

Imaginam o orgulho que sinto?

Não sou versada em matéria de condecorações, mas não conheço nenhuma que tenha tido direito a bis.

* Sócia da A25A



Direitos reservados

Seleção Nacional de 1966

25 DE ABRIL E O PODER NO FUTEBOL

O eixo tradicional de poder dominante Lisboa-Setúbal é substituído pelo de Porto-Braga. O 25 de Abril possibilitou e determinou a mudança de poder na política... e também no futebol

JOSÉ MANUEL BARROSO*

DESporto QUE MOVIMENTA multidões apaixonadas, o futebol faz parte dos “debates” nacionais e das rivalidades regionais e urbanas. Vem de longe essa paixão e esse debate e o seu reflexo na coisa política. Mas é na segunda metade do século XX que eles se instalam com mais vigor, à medida que as competições nacionais crescem e se expandem geograficamente. Durante a ditadura salazarista, até se tentava caracterizar ‘sociologicamente’ as bases do regime como trindade dos efes: Fátima, Fado e Futebol.

Na década de 60, com os triunfos internacionais de clubes portugueses (e da seleção, em 1966), a popularidade e a paixão crescem de forma avassaladora. Tal como se acentua a percepção de futebol-negócio. E se alarga o seu reflexo social e político - e, até, de afirmação externa de um Portugal multirracial e pluricontinental (Salazar terá até impedido a venda de Eusébio para Itália). Nas instituições reguladoras do futebol (associações e federação) a questão do poder, de quem o detém e o controla, também emerge como questão central. O macrocefalismo da capital é dominante, também aqui - e mesmo asfixiante em relação ao Norte.

**NA DÉCADA DE 60,
COM OS TRIUNFOS
INTERNACIONAIS
DE CLUBES PORTUGUESES
(E DA SELEÇÃO, EM 1966),
A POPULARIDADE
E A PAIXÃO CRESCEM
DE FORMA
AVASSALADORA**

COLIGAÇÃO BSB

Até ao 25 de Abril de 1974, o poder no futebol era um poder centralizado (como o era o poder político), dominado por aquilo a que se chamava a coligação BSB: Benfica-Sporting-Belenenses, A Associação de Futebol de Lisboa (AFL) e algumas aliadas (Setúbal, p.e.), pelo seu peso eleitoral na Assembleia da FPF, dominavam quase totalmente os meandros do futebol: isto é, a direção e as diversas comissões federativas



Eduardo Gageiro

Jogo entre o Benfica e a Académica de Coimbra em 1969

que decidiam “coisas”. E as “coisas” eram arbitragem, disciplina, justiça e finanças. É isto que, direta e indiretamente, o 25 de Abril vai colocar de pernas para o ar. A ampulheta é virada ao contrário e, de forma progressiva, a areia do poder do Sul vai escorrendo para o Norte. Que acontece então?

Há vários e interessantes, e óbvios, fatores: (1) a democratização do País, com eleições livres e abertas para o parlamento, baseadas no método de Hondt; (2) a criação do poder autárquico; (3) a descolonização e seu reflexo nas cidadanias; (4) o acentuar político e regional da “oposição” Norte-Sul; (5) o declínio pós-revolucionário do peso económico e industrial do eixo Lisboa-Se-

túbal; (6) a emersão de um novo e jovem poder industrial e financeiro na faixa litoral Aveiro-Porto-Vale do Ave.

A democratização, escolhido o método de Hondt como base de representação do eleitorado e dos partidos, levou ao grito de Ipiranga das associações do Norte (sobretudo da AF Porto) na assembleia da FPF: “agora, aquilo que é nosso, é nosso!”. Recém-eleito presidente da AFP, em 1980, o boavisteiro Adriano Pinto (vice-presidente da FPF, entre 1975 e 1980) traz a Lisboa uma proposta de re-arrumação do poder na FPF: a adopção do democrático método de Hondt, como expressão real do peso eleitoral de cada associação distrital. Os homens do Sul

ouviram os seus parceiros do Norte. convidaram-nos para almoçar e para passear pela baixa lisboeta, e ofereceram-lhes charutos; mas, chegados à assembleia, derrotaram a proposta do Porto.

MÉTODO DE HONDT

A partir dessa data, Adriano e a sua equipa da AFP tornaram o “agora, o que é nosso, é nosso” num grito de guerra. E voltaram à carga. Seria difícil defender que o método para escolha de representantes políticos partidários servia para o País, mas não para a FPF. Poucos meses depois, foi adotado. Sendo já mais forte o bloco de associações do Norte do País, bastava articular o seu caderno de interesses para obter maiorias na FPF. O bloco do Sul, liderado por Lisboa, passará nesse momento de bloco dominante a bloco secundário. O cruzamento deste tipo de atuação da AFP com a dos principais da capital do Norte (FC Porto e Boavista) constituirá, durante duas décadas, o poder liderante do futebol português. Com uma teia de alianças de geometria variável, que vão buscar apoios ao Sul e às Ilhas.

A criação do poder democrático autárquico, cola à imagem do leque de clubes a imagem de cidades e de vilas. A luta pela afirmação e pelo conhecimento dos seus concelhos passará também pela força e imagem dos clubes da terra. Os apoios financeiros e em infraestruturas das autarquias aos clubes aumenta, sobretudo aos clubes da I e da II divisões nacionais. Interessadas em usar a visibilidade dos clubes (têxtil do Vale do Ave, construção civil, p.e.) às suas em-

O ENFRAQUECIMENTO ECONÓMICO DAS REGIÕES DO SUL (LISBOA-SETÚBAL) E AS ATENÇÕES CENTRADAS NA INTENSA LUTA POLÍTICA IRÃO CONDICIONAR E DETERMINAR ESTA ALTERAÇÃO DO CENTRO DE PODER NO FUTEBOL

presas, e estas reforçam os interesses e apoios diversos (patrocínios, etc.), visíveis e invisíveis aos seus clubes. Algo que, nos tempos de forte agitação política e social, enfraquece o Sul, enfraquecendo os clubes desta faixa geográfica. Além disso, os clubes do Norte desenvolvem estruturas modernas e altamente profissionalizadas (FC do Porto, como exemplo maior). E sofrem menos do que os grandes do Sul (Benfica, Sporting, Belenenses, Setúbal) com os efeitos da descolonização. O viveiro tradicional de jogadores que constituíam as “províncias ultramarinas” cessa – tornando mais caro e difícil o recurso aos talentos africanos.

Do mesmo modo, o enfraquecimento económico das regiões do Sul (Lisboa-Setúbal) e as atenções centradas na intensa luta política irão condicionar e determinar esta alteração do centro de poder no futebol.



Futebol e Fado, duas grandes referências da identidade portuguesa

CRESCIMENTO A NORTE

Nos anos oitenta e na primeira metade dos anos noventa, o crescimento desse poder não cessa. A partir de 1982, ano da conquista da presidência de arbitragem, as associações da coligação Norte, lideradas pela AF do Porto e com forte influência da AF de Braga, dominaram os conselhos de Disciplina, Justiça, a presidência da assembleia geral da FPF e a sua direção administrativa e financeira. Ao bom trabalho no campo de clubes, juntar-se-á o bom trabalho político de dirigentes. Neste período, a presença de clubes das associações liderantes - Porto e Braga - será reflexo desse trabalho e dessa força. Entre 1980 e 1995, o Porto terá uma média de cinco clubes na I Divisão (três na década de 70); Braga chegará a quatro e nunca terá menos do que dois. Na II Divisão (mais clubes e maior probabilidade de subidas e de substituição de posições no xadrez associativo), a AFP duplica também o número de clubes, passando de seis para doze. O eixo tra-

dicional de poder dominante Lisboa-Setúbal é substituído pelo de Porto-Braga. O 25 de Abril possibilitou e determinou a mudança de poder na política... e também no futebol.

* **Jornalista, Capitão de Abril, sócio da A25A**

OUVIMOS E LEMOS

"A experiência de onze anos permite-nos alimentar a esperança de que seremos capazes de dar forma aos Ideais que nos guiaram em Abril: mas ensina-nos também que não bastam as palavras de júbilo ou de aplauso, as intenções de mudança ou os projectos de transformação".

(Mensagem, *O Referencial* n.º 1, 1985).



Orquestra de Cordofones madeirenses, município de Machico

Ver também o Suplemento online n.º 152-153 no sítio da A25A

NUNO SANTOS SILVA

Este nosso colaborador, capitão de Abril, participou na tomada do Rádio Clube Português na madrugada do 25 de Abril de 1974 e cumpriu depois várias missões que lhe foram atribuídas. O seu texto centra-se no pós-25 de Novembro e na sua história pessoal, que começa pela sua prisão após esse acontecimento. Pode dizer-se que é uma saga do que foi a sua vida neste período em que muitos capitães de Abril foram presos, perseguidos e prejudicados nas suas carreiras. Neste “depoimento amargo”, como o assume, o autor refere-nos o princípio do seu pesadelo desta forma: “Em 8 de Dezembro de

1976, por ordem do general Moraes da Silva, cerca das 2 horas da manhã, fui preso por uma força comandada por um capitão e por um exagerado número de militares paraquedistas”. Foi libertado três meses depois, sem culpa formada, e proibido de entrar em unidades militares durante três anos. Como muitos outros procurou outra forma de vida, matriculou-se no ISEG e tirou o curso de Economia. Mais tarde, de acordo com a sua vontade, entendeu dirigir uma carta ao general Lemos Ferreira, responsável último da decisão que afetou toda a sua vida. Nunca obteve resposta.

CANÇÃO DE ABRIL

HENRIQUE ANTÓNIO PEDRO

As armas de Abril não chegaram a florir

O País está em crise
a Nação sem salvação

O Estado foi espoliado
a Pátria expatriada
a República traída
a Língua assassinada
a Democracia pervertida

À História roubaram a glória
Ouvem-se Álvares Pereira, Gama e Camões
Albuquerque e Vieira
Santo António de Lisboa
Fernando Pessoa
a protestar

As armas de Abril não chegaram a florir

Há cardos a florear na lapela
dos campeões do regime
democracia do crime
nova ditadura dos donos da fartura
da vida boa e bela
a cantar
e a sorrir

E há cravos a cravejar o peito do povo servil
cravados pelo socialismo radical
pelo capitalismo mais vil
os traidores de Portugal

Nas ruas da amargura batem os corações
das multidões esfomeadas
injustiçadas
dos sem eira nem beira
a reclamar

A cantar um canto de desencanto
em seu peito febril
a jeito de quem diz: retomai Abril!
com verdade e em liberdade
votar já não basta
já de nada vale votar

A Bem da Nação, portugueses, gritai basta
votai sim, mas não!

Vale de Salgueiro, quarta-feira, 8 de Dezembro de 2010
Capitão de Abril, engenheiro geógrafo, escritor



Uma revolução pode-se fazer num dia, mas a democracia é sempre um trabalho em progresso.

Foto cedida pelo município de Pedrogão Grande

Ver também o Suplemento online n.º 152-153 no sítio da A25A

CARLOS ROSADO

Este nosso colaborador, autor do texto *Princípios Capitais*, construiu uma trama com personagens fictícias que partiram à descoberta de um texto muito antigo depositado nos arquivos da Universidade de Coimbra. O que viram em primeiro lugar foi a inscrição no tecido que o cobria, onde puderam ler, “em português arcaico”: “Esta é a única cópia de um pergaminho

original que se encontra na posse de Prestes João; está protegida para só ser reencontrada quando flores vermelhas calarem a repressão e representarem a chama da Liberdade”. E só quando leram o texto que repousara durante séculos nos arquivos puderam compreender a mensagem dos *Princípios Capitais*.

PORTUGUESES PELO MUNDO

Portugal fez um longo caminho desde Abril. A democracia não é como uma revolução. Uma revolução pode-se fazer num dia, mas a democracia é sempre um trabalho em progresso. Como tal, temos de estar preparados para lutar sempre pelo 25 de Abril, principalmente porque, como sabemos, tivemos alguns percalços no caminho, alguns deles graves

ARMANDO J. GARCIA PIRES*

NASCI UM ANO DEPOIS DO 25 DE ABRIL. Não tenho por isso memória do acontecimento a não ser através das imagens da televisão e em documentários. Mas, usando palavras do poeta italiano Cesare Pavese, o nosso mundo não é apenas limitado aos anos que passamos neste planeta, bebemos também do mundo passado que nos é transmitido pelos nossos pais, avós e família. E estes passaram-me o 25 de Abril. Uma das minhas primeiras memórias é ouvir os meus pais e os seus amigos cantarem a *Grândola Vila Morena*, quando vinham de um café numa noite de Outono. Disseram-me tam-

bém que os meus tios tinham emigrado para França para escapar à guerra no Ultramar. O meu pai, pelo contrário, esteve na guerra em Angola, algo de que ele nunca falava.

Tenho também memórias dos anos após o 25 de Abril, algumas através da televisão. Falo na televisão, porque eu cresci em Trás-os-Montes e os dois canais públicos eram a nossa janela para Portugal e para o mundo. Recordo os debates políticos das grandes figuras (quer literalmente, quer metaforicamente) de Mário Soares e de Álvaro Cunhal. Lembro-me igualmente do anúncio na TV da morte de Sá Carneiro (antes



Direitos reservados

Recordo os debates políticos das grandes figuras (quer literalmente, quer metaforicamente) de Mário Soares e de Álvaro Cunhal

do *Última Hora* se ter popularizado na televisão actual). Mais uma vez da televisão, tenho memórias de Mário Viegas (*Palavras Ditas*), de Sousa Veloso (*TV Rural*), de João Bénard da Costa e do *Tal Canal*. Isto, quando a televisão não era apenas entretenimento, mas era também cultura e educação. Havia mais diversidade na altura em dois canais públicos do que hoje nas centenas de canais por cabo e de *streaming* (quantas televisões privadas passam o concerto de Zeca Afonso, no Coliseu, ou o espetáculo de dança de Pina Bausch, na Gulbenkian?).

Portugal não é Lisboa, mas por vezes parece que é. Recordo quando as televisões privadas apareceram e começaram a surgir os fenómenos de televisão popular, muitos intelectuais (de Lis-

boa) diziam que o fenómeno se devia às pessoas do interior. Eu, que embora jovem já tinha alguns conhecimentos de estatística, pensava para mim: tal não pode ser verdade, se a esmagadora maioria da população vive no litoral, então não é estatisticamente possível que um programa de televisão esteja no topo de audiências só com a gente (“sem cultura”) do interior desertificado? E, com isto, recordo um documentário que vi sobre o 25 de Abril, no qual Jean Paul Sartre felicitava o trabalho do Movimento das Forças Armadas no interior pobre e subdesenvolvido, enquanto questionava o conhecimento dos intelectuais sobre esta realidade.

Sim, Trás-os-Montes era mesmo para além dos montes. Para ultrapassar os ditos montes e ir

ao Porto tínhamos de nos aventurar nas curvas e contracurvas de Murça e do Marão. Não era para qualquer estômago, literalmente. O comboio era muito melhor, mas demorava uma eternidade. Usei muitas vezes o comboio, pois, não havendo escola secundária na minha terra, estudei no Porto alguns anos. Ainda hoje considero que uma das piores decisões políticas no pós-25 de Abril foi o desinvestimento na ferrovia. O comboio era para aquelas populações uma espinha dorsal. Sem o comboio a mobilidade de muita população, principalmente a idosa, viu-se bastante reduzida. Além disso, foi um desinvestimento que se mostrou errado no longo prazo. A ferrovia, hoje, seria uma alternativa ecológica ao carro. Com a aposta brutal e desproporcional nas auto-estradas, tornámos o País carro-dependente (um país que não tem nenhuma marca no sector automóvel nem produz petróleo!).

PERCEPÇÃO EM LISBOA

Quando fui estudar para Lisboa, percebi que havia uma percepção ligeiramente diferente do 25 de Abril na capital e em Trás-os-Montes, pelo menos em relação à experiência que eu tinha. A esquerda de Lisboa era apaixonada pelo 25 de Abril. A direita era mais contida na apreciação. Eu achava isso estranho, pois eu vinha de uma família mista. De um lado, eram religiosos e do PPD; do outro, eram ateus e do PCP, mais tarde PS. A diferença da orientação política não tinha a ver com o estatuto social ou a educação. Ambos os lados eram agricultores, as minhas avós não sabiam ler nem escrever

**AINDA HOJE,
CONSIDERO
QUE UMA DAS PIORES
DECISÕES
POLÍTICAS
NO PÓS-25 DE ABRIL
FOI O DESINVESTIMENTO
NA FERROVIA.
O COMBOIO
ERA PARA AQUELAS
POPULAÇÕES
UMA ESPINHA DORSAL**

(como acontecia com muitas mulheres), os meus avós sabiam ler e escrever, mas apenas o básico. Apesar da diferente orientação política, ambos os lados da família reverenciavam o 25 de Abril. Porquê esta diferença em relação a Lisboa? Penso que se deve ao facto de a ditadura ter sido muito dura para as gentes de Trás-os-Montes. Não era só a pobreza extrema, era também do interior que iam mais soldados para o Ultramar. Nas regiões raianas, o contrabando era fortemente reprimido (ver o filme *Trás-os-Montes*, de Margarida Cordeiro e António Reis). A repressão política era também muito forte nestas regiões, não distinguindo cores políticas. De facto, ambos os lados da minha família tiveram problemas com as autoridades e com a PIDE. A minha avó contava



Sou um filho da madrugada e tenho muito orgulho nos pais da madrugada.
Foto cedida pelo município de Gondomar

também como deram assistência a refugiados da guerra civil espanhola e como muitos foram presos. O 25 de Abril deu a esta gente liberdade e também um escape à pobreza.

O certo é que eu cresci com uma admiração pelo 25 de Abril. Entre os meus heróis de juventude estavam os Capitães de Abril. De tal modo, que, quando me convidaram para colaborar com a revista *O Referencial*, não hesitei

minimamente em dizer que sim. Lembro-me também quando conheci em pessoa alguns dos Capitães de Abril: sentia-me como uma criança cheia de medo que dissesse alguma coisa que fosse uma estupidez e que pudesse, como tal, ser repreendido pela minha ignorância.

Sou um filho da madrugada e tenho muito orgulho nos pais da madrugada. Eles deram ao País as condições para Portugal se tornar um

país democrático. Mais do que isso entregaram o poder aos civis, para que, no espírito de Abril, da liberdade e da democracia, pudéssemos nós, todos os cidadãos, escolher o futuro de Portugal.

LUTAR PELO 25 DE ABRIL

Portugal fez um longo caminho desde Abril. A democracia não é como uma revolução. Uma revolução pode-se fazer num dia, mas a democracia é sempre um trabalho em progresso. Como tal, temos de estar preparados para lutar sempre pelo 25 de Abril, principalmente porque, como sabemos, tivemos alguns percalços no caminho, alguns deles graves.

Um destes foi a intervenção da *Troika* em 2011, no seguimento da crise económica e financeira. A história irá ainda avaliar estes anos. Mas temos presentes já hoje algumas das consequências, até porque muitos de nós as sentimos na pele. Eu, como muitos outros jovens qualificados, tive de emigrar. Foi mais uma necessidade do que uma escolha. Se não tivesse havido necessidade muitos de nós não teriam emigrado. Portugal tornou-se mais uma vez um país de emigrantes, de portugueses pelo mundo. Como muitos referiram, enquanto as emigrações anteriores (Brasil, França, Alemanha) foram principalmente de mão-de-obra não qualificada, a nova emigração inclui também uma grande quota de mão-de-obra qualificada.

Para um país onde os recursos humanos qualificados escasseavam (e ainda escasseiam) tal foi um luxo, este sim “acima das nossas possibilidades” (usando a expressão de que acusa-

**EU, COMO
MUITOS OUTROS
JOVENS QUALIFICADOS,
TIVE DE EMIGRAR.
FOI MAIS
UMA NECESSIDADE
QUE UMA ESCOLHA.
SE NÃO TIVESSE HAVIDO
NECESSIDADE
MUITOS DE NÓS
NÃO TERIAM EMIGRADO**

vam Portugal, em 2011, de vivermos acima das nossas possibilidades). Luxo, porque Portugal pagou com os impostos dos portugueses a educação de todos estes jovens (a “geração mais qualificada de sempre de Portugal,” como foi apelidada), e países ricos como a Noruega (onde eu habito agora) recebeu de graça estes jovens e as suas qualificações. Ainda dizem que não há almoços grátis! Para os países ricos europeus que receberam estes jovens portugueses qualificados, este foi um almoço absolutamente grátis.

Nos últimos tempos, têm tentado vender a ideia da circulação de cérebros como um benefício da emigração. A ideia é a de que os portugueses que emigraram durante a crise financeira, *se voltarem*, vão trazer conhecimentos para a economia portuguesa que de outro modo não teriam obtido. Exactamente: “se voltarem”. Quantos deles voltaram? Além do mais,

não há qualquer evidência empírica, quer para Portugal, quer para outros países, dos benefícios desta suposta circulação de cérebros. A circulação de cérebros não passa de uma hipótese teórica.

NÓMADAS DIGITAIS

Esta tal circulação de cérebros é também usada para defender os vistos *gold* e os nómadas digitais, visto estes, supostamente, trazerem conhecimento e investimento para a economia portuguesa. Mais uma vez, quer para Portugal, quer para outros países, não há evidência empírica destes benefícios. Mas todos os portugueses, principalmente os das grandes cidades, sabem bem qual tem sido a consequência dos vistos *gold* e dos nómadas digitais (juntamente com o turismo): o aumento brutal dos preços das casas. Não por falta de casas, mas sim porque as casas são para os estrangeiros ou porque estas só estão ao alcance dos bolsos deles ou então estão reservadas para alojamento de curta duração no *Airbnb*. Basta dizer que, em Lisboa, há 200 camas para turistas em hotéis e alugueres de curto-prazo por cada 100 residentes, enquanto no Bairro Gótico, em Barcelona (o mais turístico desta cidade), há 73 camas para turistas por cada 100 para habitantes.

Termino por dizer o que muitos chamam populismo. A democracia tem de resolver os problemas da população. O Movimento das Forças Armadas no pós-25 de Abril, por exemplo, construiu pontes improvisadas no interior porque as infraestruturas eram irrisórias (fez também campanhas de dinamização cultural e acção

**A CORRUPÇÃO
PODE NÃO
TIRAR VOTOS,
NEM SER TALVEZ
UMA DAS MAIORES
PREOCUPAÇÕES
DA POPULAÇÃO,
MAS ABALA
A CONFIANÇA
NA DEMOCRACIA**

cívica, campanhas de alfabetização e educação sanitária, ou serviço médicos). Do mesmo modo, hoje temos que resolver os problemas da população, seja habitação, saúde, educação ou inflação. A democracia não deve ter medo de enfrentar os temas predilectos dos populistas, como a corrupção. A corrupção pode não tirar votos, nem ser talvez uma das maiores preocupações da população, mas abala a confiança na democracia. E, sem esta confiança, abrimos brechas no bom funcionamento das instituições e da própria democracia.

Honremos, então, o acontecimento extraordinário que foi o 25 de Abril e lutemos pela democracia todos os dias.

* Professor universitário, sócio da A25A

ATÉ ONDE SE CUMPRIU ABRIL?



Cinco décadas passadas, faz sentido perguntar se esse sonho se concretizou. Foto cedida pelo município de Setúbal

Sem nos determos sobre o que de positivo o 25 abril nos trouxe, que foi muito e tem de ser defendido, seleccionámos alguns problemas que têm subvertido a concretização plena dos sonhos nascidos em 1974

CARLOS BRANCO*

TORNA-SE CADA VEZ MAIS imperioso fazer uma análise, mesmo que rápida, sobre o estado em que se encontra a sociedade portuguesa, quando se comemoram os 50 anos do “dia inicial inteiro e limpo”, em que um grupo de jovens capitães derrubou o regime obsoleto e anacrónico que nos governava. Nesse dia, nasceu a esperança de se criar um país próspero, justo e solidário.

Cinco décadas passadas, faz sentido perguntar se esse sonho se concretizou. Se o Portugal de hoje é aquele que muitos idealizaram há meio século. Além da liberdade, “as portas que abriu” criaram a esperança de uma vida melhor, de uma sociedade mais equitativa, objetivos irrealizáveis pelo decrépito “Estado Velho” em que uns sobreviviam outros emigravam. Sem nos determos sobre o que de positivo o 25 abril nos trouxe, que foi muito e tem de ser defendido, seleccionámos alguns problemas que têm subvertido a concretização plena dos sonhos nascidos em abril.

NA CAUDA DA EUROPA

Em 1974, Portugal encontrava-se na cauda da Europa em muitos indicadores, nomeadamente no PIB *per capita*. Passados 50 anos, essa situação não se alterou significativamente.

Apesar de ter havido uma evolução positiva em muitos dos indicadores de desenvolvimento social (por exemplo, escolaridade, mortalidade infantil, Serviço Nacional de Saúde, etc.), noutros nem por isso, mantendo-se Portugal na cauda da Europa. Muitas das conquistas alcançadas nos primeiros anos que se seguiram à revolução foram-se deteriorando e corroendo ao longo dos anos.

A democratização do ensino acompanhada pelo aumento da literacia e da formação, uma vitória do 25 de abril, não foi correspondido pela qualidade de emprego esperado, muito dele trabalho precário e mal remunerado, frustrando as expectativas dos jovens. Se os programas Erasmus tornaram os jovens cosmopolitas, alargando a sua mundivisão, também lhes abriram portas para novos mundos e novas oportunidades de emprego.

Talvez por isso, Portugal continuou a ser um país de emigração. Já não de mão-de-obra indiferenciada, mas qualificada, como se verifica em larguíssimos setores de atividade. A emigração de jovens qualificados necessários em Portugal para o seu desenvolvimento que rumam a outras paragens e não regressam representa uma sangria de recursos humanos com consequências ainda não completamente



Lusa

A democratização do ensino foi uma conquista de Abril

estudadas, nomeadamente na estrutura demográfica do país e no sistema de pensões, entre outros aspetos.

SERVIÇOS PÚBLICOS

Outra tensão registada nos últimos anos prende-se com a deterioração de alguns serviços públicos fundamentais, como sejam a escola e a saúde públicas, causado pelo assédio a que

têm sido sujeitos. A sua qualidade tem vindo a deteriorar-se, devido a uma gestão medíocre e incompetente, tornando o setor privado mais apelativo para médicos e enfermeiros. É difícil esconder que, sem terem coragem para o afirmar, o objetivo de algumas forças políticas é reduzi-lo a uma ínfima expressão.

Por outro lado, o sistema judicial da democracia deixa muito a desejar, insistindo em não

se modernizar. É misógino, como mostram vários episódios; inimputável, pois as más decisões não têm consequências; e imprevisível, como ficou demonstrado com a queda do presente governo. Uma longa estrada tem ainda de ser percorrida.

QUALIDADE DA DEMOCRACIA

Outro dos desafios, prende-se com a qualidade da democracia e com os atropelos de diversa ordem que a têm vitimizado. Apesar dos problemas sociais por que passamos, a participação cívica é diminuta e a capacidade de intervenção da sociedade é manifestamente débil. A realização periódica de eleições justas são um indicador insuficiente de democracia, se a ação cívica dos cidadãos se limitar apenas a elas.

Muitas das relações entre o poder político e económico do regime anterior vieram a replicar-se em democracia. A perturbação temporária criada no “sistema” pela revolução de abril foi rapidamente revertida e colocada nos eixos. Largos segmentos das elites do passado tomaram progressivamente as rédeas do poder, com a conivência das elites partidárias nascidas com a revolução.

Não será de estranhar, por isso, que muitas das opções estratégicas dos governantes tenham sido lesivas dos interesses nacionais. Portugal desindustrializou-se e, em alternativa, apostou-se numa economia de serviços. Apesar da significativa entrada de fundos proporcionada pela adesão à então CEE, o país perdeu uma oportunidade única de desenvolvimento. Os fundos da Europa não proporcionaram o *take off* esperado. Não foram utilizados em setores

A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO ACOMPANHADA PELO AUMENTO DA LITERACIA E DA FORMAÇÃO, UMA VITÓRIA DO 25 DE ABRIL, NÃO FOI CORRESPONDIDA PELA QUALIDADE DE EMPREGO ESPERADO

estratégicos da economia nacional com o objetivo de lhes conferir autonomia estratégica. São conhecidos os expedientes relacionados com falsificações, fraudes e desvio de fundos europeus.

PERDA DE SOBERANIA

Neste período, o país perdeu desnecessariamente soberania nalguns domínios. Vários centros de decisão nacional passaram para o controlo espanhol. Não bastava o aumento significativo da tomada de posições de Espanha na banca nacional, várias empresas nacionais estratégicas rentáveis foram privatizadas e alienadas a capitais estrangeiros, o que prejudicou o país, e privou o Estado dos dividendos financeiros que elas proporcionavam, secando-o de uma fonte de rendimento, tendo esta perda de ser compensada pelo lançamento de impostos sobre a população. A banca não só não tem apoiado os setores cruciais de desenvolvimen-

to económico do país, como as suas mais valias são isentas de impostos.

Como no passado, sobreviveu na democracia o capitalismo que olha para o Estado como uma vaca leiteira, agora assente num bloco central de interesses, em que determinados grupos se apoderaram do aparelho do Estado para as suas negociatas. Por isso, temos assistido a um sistema de portas giratórias entre os negócios e a política, a uma ligação promíscua entre governantes e gestores, assim como à contratação de dirigentes políticos pelos grupos económicos.

Também como no passado, os governos continuam a ser não só pontos de chegada de quadros dirigentes de grupos económicos, mas também pontos de partida para empregos bem remunerados. Cargos políticos são trampolins para carreiras nas empresas, onde pontuam elementos pertencentes às elites partidárias. Foram demasiados os casos em que quem dirigiu a privatização de uma empresa veio mais tarde a assumir cargos de alta direção nessa mesma empresa, uma vez privatizada. Como alguém disse, a “promiscuidade tornou-se um problema colateral.”

Os partidos do “arco da governação” contribuíram decisivamente para que política e negócios gerissem o país e andassem de mãos dadas. Como ouvimos em várias ocasiões, o que é bom é ser ex-ministro. Infelizmente, nem sempre a política tem privilegiado o serviço público, mas sim os interesses dos intervenientes. Não podemos esquecer, que resultado de um gritante falhanço da fiscalização pública foram antigos governantes que estive-

**APESAR DOS PROBLEMAS
SOCIAIS
POR QUE PASSAMOS,
A PARTICIPAÇÃO CÍVICA
É DIMINUTA
E A CAPACIDADE
DE INTERVENÇÃO
DA SOCIEDADE
É MANIFESTAMENTE DÉBIL**

ram na origem de escândalos financeiros como o do BPN, cuja resolução acabou por ser feita com dinheiros públicos.

POPULISMOS

Como noutros locais do espaço geográfico e económico em que Portugal se insere, as forças xenófobas e populistas estão atentas e exploram oportunisticamente estas contradições e vulnerabilidades da democracia. Aumentam diariamente a voz e a sua expressão eleitoral. Estas forças não caíram de paraquedas, nem surgiram do nada. São o resultado da forma como o “sistema”, incapaz de responder às expectativas da população, tem sido gerido. A corrupção, os esquemas, o nepotismo, a impunidade, e a cunha acompanhadas pela deterioração das condições de vida e pela falta de esperança criaram um campo fértil para a emergência destes grupos. Quem tem estado à frente dos destinos do país e que de um ou de outro modo tem gerido o “sistema” não pode alijar responsabilidades pela situação em que nos encontramos; não pode



Quique Garcia

Os presos políticos da ditadura

lavar as mãos, como pilatos, colocando-se agora na situação de virgem imaculada.

O SONHO ERA OUTRO

Seguramente que os capitães que na madrugada do 25 de abril jogaram a sua vida e carreira no golpe militar sonhariam, passados cinquenta anos, com um outro Portugal, não com uma sociedade que envelhece, com os seus filhos a olhar para a emigração como uma forma de ter uma vida melhor, e a saber que os vindouros não vão ter uma vida melhor do que a dos seus antepassados. Um dos grandes méritos da sua ação foi terem colocado nas mãos dos portugueses a possibilidade de decidirem sobre o seu futuro, de fazerem escolhas sobre os caminhos a seguir. Não é por causa deles que Portugal continua um país pobre e na cauda da Europa.

* Major-general na reserva, sócio da A25A

OUVIMOS E LEMOS

Papoulas vermelhas
Cravos se tornaram
À luz das centelhas
Vindas das estrelas!
E eles mais elas
Portugal regaram!
E da noite escura
Abriu em frescura
Co'a terra adubada
A mais bela madrugada.

(*O Referencial* n.º 3, 1985, poema de Helena Miranda em homenagem a José Gomes Ferreira e Fernando Lopes Graça)



Manuel de Almeida, Lusa

Dirigentes da A25A na Assembleia da República

CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA MILITAR DE 2024

“O Papel dos Militares nas Transições Políticas: do século XVIII aos dias de hoje” é o tema do XLIX Congresso Internacional de História Militar de 2024, que se realiza, em Lisboa, de 1 a 6 de setembro de 2024, com o apoio da Associação 25 de Abril

JOÃO VIEIRA BORGES*

COMO PRESIDENTE da Comissão Portuguesa de História Militar, tenho um orgulho especial no facto de Portugal ter a responsabilidade de organizar o XLIX Congresso Internacional de História Militar de 2024, em Lisboa, sobre o tema “O Papel dos Militares nas Transições Políticas: do século XVIII aos dias de hoje”.

O congresso internacional, que terá lugar em Lisboa (no Instituto Universitário Militar, em Pedrouços), entre 1 e 6 de setembro de 2024, tem o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República e está integrado nas atividades da Comissão Coordenadora dos 50 anos do 25 de Abril. Terá ainda o apoio da Associação 25 de Abril, entre várias entidades e instituições.

Tal como referiu o Professor Doutor Massimo de Leonardis, presidente da Comissão Internacional de História Militar, na apresentação da proposta portuguesa, em 2022, na Polónia, o estudo de caso de Portugal é um excelente exemplo de transição política pacífica entre os militares e os cidadãos eleitos pelo povo em eleições livres e justas. E não poderia haver melhor oportunidade para a comissão internacional debater, pela primeira vez, este tema, do que

no ano em que se comemora o 50.º aniversário da revolução democrática portuguesa.

Entre os diferentes subtemas em reflexão alargada aos diferentes países, a organização do congresso internacional destacou:

- As intervenções militares no sentido da alteração do poder instituído, sob a forma de revolução militar, golpe de Estado, revolução ou outra (ao nível do planeamento, organização, apoio, execução da operação militar ...);
- A organização dos militares nas intervenções, com ou sem o apoio das forças de segurança ou das forças militarizadas;
- As transições políticas pacíficas entre os militares e os cidadãos eleitos pelo povo em eleições livres e justas;
- O papel das organizações internacionais nos processos de transição dos militares para os civis;
- A tipologia e as consequências do apoio estrangeiro aos golpistas militares (por outros Estados, empresas militares privadas, senhores da guerra, etc.).

Como é fácil de constatar, o exemplo do 25 de Abril, em Portugal, e do papel dos militares

portugueses na transição do poder, é singular e de sucesso, independentemente da análise de outras revoltas militares, revoluções ou golpes de Estado que tiveram lugar em países como a Espanha, a Grécia, a Argentina, a Turquia, etc. Constituirá, assim, uma oportunidade única para se estudar, analisar e refletir, do ponto de vista da História Militar, as revoluções, revoltas militares ou golpes de Estado e os processos que se seguiram, nem sempre com o sucesso do 25 de Abril de 1974.

O 25 DE ABRIL COMO EXPERIÊNCIA PESSOAL

Voltemos agora à vivência pessoal do 25 de Abril de 1974, que de modo direto e indireto contribuiu para a minha formação como cidadão, com consequências para a minha visão sobre a Guerra de África 1961-1975, sobre a revolta militar e a revolução e sobre todo o processo político, revolucionário e mesmo militar que se seguiu.

Sou “filho da guerra”, nascido em Luanda (no final de 1962), de um pai que cumpriu o serviço militar obrigatório, em Angola, entre 1959 e 1962, e de uma mãe que começou por ser sua madrinha de guerra e com quem viria a casar, já em Luanda em 1961, em plena guerra.

Foi assim que o 25 de Abril de 1974 me apanhou em Angola, ainda sem ter completado os 12 anos.

Recordo, no entanto, que, nessa altura, os momentos passados entre amigos e a família eram frequentes (não havia TV!) e que as histórias da guerra eram tema habitual. Recordo, ainda, que a ourivesaria do meu pai ficava junto do

**RESPEITEI E CONTINUO
A RESPEITAR A DIFERENÇA
DE OPINIÕES, SEJAM ELAS
POLÍTICAS, ESTRATÉGICAS
OU MILITARES,
MAS SOBRETUDO
A CORAGEM
QUE OS CAPITÃES
DE ABRIL TIVERAM
PARA FAZER FACE
A UM REGIME
QUE CASTRAVA
A LIBERDADE
DE PENSAMENTO,
DE OPINIÃO
E DE EXPRESSÃO**

Hospital Militar, o que nos ligava frequentemente ao sofrimento e à saudade decorrente da guerra. Como já então, depois das aulas, ajudava diariamente o meu pai nos seus afazeres profissionais, lembro-me perfeitamente dos desabafos dos militares relativamente à guerra, que os afastava dos familiares, da sua terra e das suas gentes.

No seio da família Borges, havia a consciência de que Angola (assim como as diferentes colónias portuguesas) seria independente, mais tarde ou mais cedo, em linha com o que se tinha passado no Congo Belga, de onde tinha



Lusa

Militares tiveram um papel preponderante na construção da democracia

vindo o meu pai (na sequência da independência, a 30 de junho de 1960) e de onde era originário o seu irmão e meu tio (entretanto casado com uma “mulata”, oriunda de “importantes famílias africanas”).

Assim, no dia 25 de Abril de 1974 (uma quinta-feira), recordo que, quando cheguei à ourivesaria do meu pai, vindo do Liceu Paulo Dias de Novais, este escutava atentamente pela *Radio France International* as notícias de que teria havido um golpe de Estado em Lisboa. Um pouco mais tarde, chegados a casa, onde já se encontrava o meu tio, acompanhado da

minha tia, transmitiram-nos, com uma linguagem mais política, que a revolução dos capitães em Portugal teria consequências diretas para a inevitável “libertação de Angola”. Fiquei então a saber que a minha tia era afinal irmã de um importante responsável da FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), Ngola Kabangu, que, na sequência dos acordos de Alvor, em janeiro de 1975, viria a fazer parte do Conselho Presidencial do Governo de Transição, como ministro do Interior, e, mais tarde, seria inclusivamente eleito presidente, sucedendo a Holden Roberto.

ANGOLA DEPOIS DO 25 DE ABRIL

Tudo mudou a partir de então! A situação política nacional passou a ser uma constante das conversas familiares, com destaque para a entrada em Luanda dos três movimentos de libertação (MPLA, UNITA e FNLA). Lembro-me dos dias sem aulas, das inúmeras manifestações, de o meu pai ter vendido tudo no espaço de dias, da felicidade dos militares para quem a guerra acabara, e até da demissão do último governador-geral de Angola, general Silvino Silvério Marques, e da sua substituição pelo Almirante Rosa Coutinho (“vermelho” – pelo seu apoio ao MPLA).

Apesar da idade, já tinha a noção clara de que o não cumprimento dos Acordos de Alvor (que tiveram lugar em janeiro de 1975) tinha sido a causa da guerra civil, que marcaria profundamente a família, afastando os meus tios para a República do Zaire (para junto da família de Mobutu Sese Seko) e deixando-nos à mercê de uma ponte aérea, que nos traria (com exceção do meu pai – que chegaria depois da independência, no final de novembro – no âmbito da ponte marítima) para o Continente, a 5 de outubro de 1975. Gonçalves Ribeiro era então o nome do salvador, militar que organizava não só a ponte aérea, mas também a marítima dos denominados “retornados”. Vimos e sentimos bombardeamentos diários, combates de rua com muitos mortos, ameaças diretas à família com vários tiros sobre a casa, na rua Missão de São Paulo (o que nos levou a mudar para a ourivesaria do meu pai, no centro de Luanda), a chegada de muitos cubanos e a preocupação

**ESTOU CERTO
DE QUE VÁRIOS
INVESTIGADORES,
NACIONAIS
E ESTRANGEIROS,
ANALISARÃO
O ESTUDO
DE CASO
DO 25 DE ABRIL DE 1974
NO ÂMBITO DO CONGRESSO
INTERNACIONAL DE 2024
COM A IMPARCIALIDADE
QUE MERECE**

crescente dos militares portugueses, em especial das tropas especiais (caso dos Comandos), que salvaram muitos portugueses de situações indiscrimináveis, marcadas pelo racismo, pela xenofobia, pelas lutas ideológicas e pela vingança de anos de colonização.

RETORNO A PORTUGAL

Chegados a Portugal, fomos viver para a região de Sintra, onde assistimos à radicalização do processo político em Portugal, marcado pelo PREC. Pouco depois, na sequência do 25 de novembro, a situação política passou a ser mais

estável, apesar da instabilidade que ainda grassava no Liceu de Sintra e no ensino em geral, situação que só seria atenuada depois de 1982, já eu tinha sido admitido na Academia Militar (1979).

O facto de ter tomado a opção de ser oficial do Exército, numa altura em que ainda se fazia sentir o peso dos militares e da revolução, em especial na Amadora, onde passei a viver, a partir de 1978, teve a oposição consciente dos meus pais, que preferiam que, como bom aluno, tomasse outras opções, como medicina ou engenharia.

A Academia Militar, era (e foi) a opção certa para um jovem que defendia valores e princípios pouco respeitados numa sociedade em plena revolução, como a disciplina e a lealdade. E o ângulo de observação foi assim privilegiado, pelo menos até 1982, marco importante da estabilização das Forças Armadas e da sua subordinação ao poder político. Conheci, então, toda uma geração marcada pela guerra, mas também pelo 25 de Abril. Acompanhei essa geração ao longo dos anos, em especial em função da minha participação ativa na escrita, designadamente através da Revista Militar. Respeitei e continuo a respeitar a diferença de opiniões, sejam elas políticas, estratégicas ou militares, mas sobretudo a coragem que os Capitães de Abril tiveram para fazer face a um regime que castrava a liberdade de pensamento, de opinião e de expressão. Entre eles, marcaram-me mais profundamente e, por razões diferentes, Salgueiro Maia, Melo Antunes, Ramalho Eanes, Loureiro dos Santos e Vasco Lourenço.

GERAÇÃO DE TRANSIÇÃO

Pertenço assim, a uma geração de transição, que viveu o antigo e o novo regimes, que depois da revolução teve a noção mais clara do que era a liberdade, que não tendo participado na guerra, a sentiu de modo indireto (e até direto) e que participou já em liberdade, na construção de um Portugal democrático, euro-atlântico e reconhecido pela participação ativa das suas Forças Armadas em operações de paz. Independentemente dos tempos difíceis vividos entre 1974 e 1982, ficou o exemplo dos militares portugueses, que cuidaram de fazer a transição do poder para os civis, consolidando a democracia em Portugal. E, ao analisarmos os exemplos da História, em especial no período complexo da Guerra-Fria, constatamos que foram muito poucas as revoltas militares que foram associadas a revoluções e que desaguaram em sucesso para a democracia dos Estados e para a liberdade dos povos.

Estou certo de que vários investigadores, nacionais e estrangeiros, analisarão o estudo de caso do 25 de Abril de 1974 no âmbito do congresso internacional de 2024 com a imparcialidade que merece (e sem a emoção, que normalmente condiciona a razão), dando o devido e merecido espaço aos militares e aos cidadãos portugueses. Portugal deve orgulhar-se desse dia e dessa gente, que nos legou o bem maior das nações, dos Estados e dos povos; a liberdade.

* Major-general do Exército, presidente da Comissão Portuguesa de História Militar, Doutor em Ciência Política

EVOCAR “ABRIL” A PENSAR NO FUTURO

Das três grandes promessas do Movimento da Forças Armadas (MFA) feitas ao povo em 25 de Abril de 1974 – Democratizar, Descolonizar e Desenvolver – só as duas primeiras foram cumpridas no decorrer do período revolucionário. Já, quanto ao terceiro D, pese embora ter partido no rumo certo, ainda hoje se encontra longe de ter atingido os objectivos inicialmente definidos

JOSÉ COSTA NEVES*

AINDA QUE À DISTÂNCIA de 50 ANOS, continua a ser importante reflectir sobre as múltiplas implicações da Revolução dos Cravos no processo de transformação da arcaica e carenciada sociedade portuguesa de então.

Tudo começou com a concretização de um antigo sonho de paz, liberdade, democracia e progresso de um punhado de jovens militares que, em 25 de Abril de 1974, decidiram derrubar o iníquo e violento regime fascista. Porém, é preciso acrescentar que essa bem-sucedida rebelião foi precedida por uma longa série de combates contra a ditadura conduzida persistentemente por outros corajosos cidadãos, também eles amantes da paz e da liberdade. Muitos foram, por isso, sistematicamente perseguidos

e encarcerados nas lúgubres masmorras da polícia política, onde eram mantidos sem direitos e torturados em condições infra-humanas.

Para que estas situações nunca mais voltem a acontecer, é preciso manter viva a memória desses tempos obscuros e evitar que o “25 de Abril” se transforme numa mera relíquia do nosso passado histórico, garantindo que permaneça como símbolo perene da força, unidade e inspiração de um povo em luta permanente por uma sociedade cada vez mais próspera, mais fraterna e mais feliz.

OS TRÊS D

Das três grandes promessas do Movimento da Forças Armadas (MFA) feitas ao povo em 25



António Cotrim, Lusa

Alguns dos Militares de Abril, Vasco Lourenço, Otelo Saraiva de Carvalho, Vitor Alves e Martins Guerreiro

de Abril de 1974 - Democratizar, Descolonizar e Desenvolver - só as duas primeiras foram integralmente cumpridas no decorrer do período revolucionário. Já quanto ao terceiro D da trilogia, pese embora ter partido na direcção certa, ainda hoje se encontra longe de atingir os objectivos inicialmente definidos, quer devido à sua própria natureza, quer por força dos desvios políticos a que foi sujeito ao longo do com-

plexo percurso de *transição para o socialismo mediante a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa*¹.

Recuando no tempo, verificamos que foi ainda durante o período revolucionário (PREC) que o país cumpriu escrupulosamente as promessas relativas à democratização da sociedade portuguesa: os presos políticos da ditadu-

1 Constituição da República Portuguesa, Princípios Fundamentais, Artigo 2.º - (Estado de Direito Democrático)

ra foram amnistiados, as estruturas fascistas foram desmanteladas, a censura e o exame prévio foram abolidos, os tribunais especiais foram extintos, os direitos, liberdades e garantias foram instituídos e, por fim, no primeiro aniversário da Revolução, realizaram-se pela primeira vez em toda a história de Portugal eleições gerais livres e pluralistas para deputados à Assembleia da Constituinte, seguidas, um ano depois, em 25 de Abril de 1976, de eleições para deputados à Assembleia da República, e, finalmente, em 27 de Junho seguinte, as eleições para o primeiro Presidente da República do período constitucional.

O mesmo se passou no que respeita à descolonização. Foi ainda durante o PREC que, pese embora a violenta oposição dos saudosistas do velho regime fascista, se pôs fim à existência das colónias portuguesas e se celebrou a paz com os respectivos povos: em 10 de Setembro de 1974, Portugal reconheceu a independência da Guiné-Bissau e, no mesmo dia, dos territórios de Goa, Damão e Diu; já no decorrer de 1975, verificaram-se as independências de Moçambique, em 25 de Junho; de Cabo Verde, em 5 de Julho; de São Tomé e Príncipe, em 12 Julho; de Angola, em 11 de Setembro; e, por último, em 28 de Novembro, foi a vez da independência de Timor-Leste.

D DE DESENVOLVIMENTO

No que se refere ao D de desenvolvimento, as

**PORÉM, CEDO COMEÇARAM
OS ATAQUES
ORGANIZADOS
DOS QUE NUNCA
DESISTIRAM
DE INVERTER A MARCHA
DA REVOLUÇÃO
E RECUPERAR
O PODER, PRIVILÉGIOS
E INFLUÊNCIAS
DE OUTROS TEMPOS**

autoridades político-militares emergentes do “25 de Abril”, confrontadas com a pobreza e o atraso generalizado do país, deram imediatamente início à sua transformação do país num Estado de direito democrático e progressista através da introdução de políticas económicas e sociais que visassem, *em particular [as] camadas da população até agora mais desfavorecida [...] e a defesa dos interesses das classes trabalhadoras*². Assistiu-se então à consagração dos direitos fundamentais à habitação, saúde, educação, cultura, saneamento básico, vias de comunicação, trabalho, greve, previdência na situação de desemprego, salário mínimo, subsídios de Natal para pensionistas, desemprego, de velhice, licença de maternidade e de férias, só para

2 Programa do MFA, Medidas a Curto Prazo, n.º 6, a) e b).

citar os mais conhecidos e que permanecem até hoje³.

Porém, cedo começaram os ataques organizados dos que nunca desistiram de inverter a marcha da revolução e recuperar o poder, privilégios e influências de outros tempos. A primeira grande tentativa contra-revolucionária foi feita cerca de cinco meses após o 25 de Abril, mais precisamente em 28 de Setembro de 1974, cuidadosamente disfarçada de movimento popular de apoio às políticas do Presidente da República, na altura o general António de Spínola. Apesar do insucesso da iniciativa, o General e seus seguidores militares não desistiram dos seus intentos e, no dia 11 de Março de 1975, protagonizaram uma nova e violenta tentativa falhada de golpe de Estado. Para escapar à justiça, o general Spínola refugiou-se no estrangeiro com alguns dos seus acólitos e organizou e dirigiu uma força terrorista que denominou Movimento de Libertação de Portugal (MDLP), destinada a desestabilizar o regime de Abril e preparar o assalto ao poder. O 11 de Março provocou uma forte reacção do núcleo de militares que defendiam o cumprimento integral do programa do MFA, constituindo um novo órgão de soberania, o Conselho da Revolução (CR), que veio alterar significativamente o quadro constitucional provisório até ali em vigor. Por isso, o novo órgão de soberania tomou a iniciativa de propor aos partidos

**TUDO COMEÇOU
COM A CONCRETIZAÇÃO DE
UM ANTIGO SONHO DE PAZ,
LIBERDADE, DEMOCRACIA
E PROGRESSO DE UM
PUNHADO
DE JOVENS MILITARES
QUE, EM 25 DE ABRIL
DE 1974, DECIDIU DERRUBAR
O INÍQUO E VIOLENTO
REGIME FASCISTA**

políticos programaticamente empenhados na construção de uma democracia pluralista e socializante, a negociação de uma Plataforma de Acordo Constitucional temporária que conciliasse os conceitos de legitimidade democrática e revolucionária⁴. Além disso, com a intenção de reforçar a unidade do MFA, decidiu promover a preparação de um Plano de Acção Política (PAP), que aproximasse as diferentes tendências político-ideológicas instaladas no seu seio e, dessa forma, aliviar as tensões existentes entre elas. Lamentavelmente, o PAP não teve o sucesso esperado.

Foi neste complexo e agitado contexto político, ideológico e social que, a dada altura, uma par-

3 Sobre esta matéria, aconselhamos vivamente a leitura da publicação “Conquistas da Revolução”, editada pela Associação com o mesmo nome.

4 Os Partidos que intervieram nas negociações e aprovaram o 1º Pacto, foram os seguintes: Centro Democrático Social (CDS), a Frente Socialista Popular (FRS), o Movimento Democrático Português/Centro Democrático de Esquerda (MDP/CDE), o Partido Comunista Português PCP), o Partido Popular Democrático (PPD) e o Partido Socialista (PS).

te significativa das tropas pára-quadistas decidiu insurgir-se contra certas decisões do Chefe de Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA) que as prejudicavam pessoal e profissionalmente. A conjura, que teve o seu ponto culminante no momento da ocupação de várias unidades daquele ramo no dia 25 de Novembro de 1975, acabou por se traduzir num flagrante fracasso, que as direitas políticas do país aproveitaram para denegrir e tentar apagar do mapa histórico e político a importância e o mérito da revolução de Abril. Na prática, os acontecimentos relacionados com o “25 de Novembro” acabaram por precipitar o final do período revolucionário, vulgarmente conhecido por PREC.

Entretanto, a Assembleia Constituinte, tendo em conta a nova relação de forças político-militares, propôs ao CR, em 10 de Dezembro de 1975, a renegociação da anterior Plataforma de Acordo Constitucional. No final, a alteração mais relevante introduzida em relação ao primeiro pacto foi a extinção da Assembleia do MFA. Sublinhe-se que os cinco partidos que intervieram nas negociações do novo pacto reconheceram a necessidade de introduzir no texto da futura CRP uma cláusula de transitoriedade de 3 a 5 anos, no fim da qual a Assembleia da República extinguiria o Conselho da Revolução e assumiria os seus poderes constitucionais plenos, encerrando assim, formalmente, o período de transição previsto no programa do MFA. Isto é, a partir desse momento, contrariamente ao que muitos ainda hoje pretendem fazer

crer, a extinção do CR passou a depender, não da sua própria vontade, mas exclusivamente da vontade dos partidos políticos com assento parlamentar⁵.

Cerca de três meses depois, mais precisamente no dia 2 de Abril de 1976, os deputados constituintes aprovaram e decretaram a tão ansiada Constituição da República Portuguesa (CRP), já com a inclusão, no seu Título III, do órgão de soberania Conselho da Revolução, junto ao qual funcionaria também uma Comissão Constitucional presidida por um dos seus membros, neste caso o major Melo Antunes.

25 DE NOVEMBRO

Só por ignorância ou intriga política se pode negar que os portugueses, após o 25 de Abril, usufruíram, *de jura et de facto*, de um aumento generalizado do nível de desenvolvimento e qualidade de vida. Mas também é inegável que foi, sobretudo a partir do 25 de Novembro, que as políticas dos sucessivos governos constitucionais foram alterando gradualmente o rumo inicial desta tendência, apontando-o decididamente para o favorecimento de uns quantos privilegiados em prejuízo da grande maioria dos cidadãos.

A partir dessa altura, foi pura e simplesmente esquecida a promessa inscrita no programa do MFA que determinava que o processo de desenvolvimento deveria ter prioritariamente em atenção *as camadas da população [...] mais desfavorecida* e, em geral, as *classes trabalhadoras*. Por

5 Os cinco partidos que votaram favoravelmente esta cláusula transitória foram, segundo a ordem de representação na Constituinte, os seguintes: PS, PPD, PCP, CDS e MDP/CDE.



Direitos reservados

Tudo começou com a concretização de um antigo sonho de paz, liberdade, democracia e progresso de um punhado de jovens militares

isso, foi sem grande surpresa que as assimetrias económico-sociais se avolumaram cada vez mais, ao mesmo ritmo da degradação dos serviços públicos e alienação de parcelas importantes do património nacional. Simultaneamente, importantes personalidades da sociedade portuguesa atolavam-se no pântano dos escândalos económico-financeiros milionários que, quando desmascarados pela justiça, se arrastavam indefinidamente nos tribunais à espera de eventuais amnistias ou prescrições de redentoras.

A este propósito, vale a pena recordar que o programa do MFA também estabelecera como prioridade a adopção de medidas que *[conduzissem] ao combate eficaz contra a corrupção e especulação*⁶ e, mais tarde, o próprio Conselho da Revolução considerou-as como duas das piores inimigas do desenvolvimento do país e, conseqüentemente, do processo de democratização em curso.

Apesar disso, decorrido meio século após o “25 de Abril”, a sociedade portuguesa ainda não

6 Programa do MFA, A-Medidas Imediatas, n.º 2, alínea J).

conseguiu libertar-se destes dois flagelos que, pelo contrário, têm-se transformado num hábito praticado às claras e não raras vezes por aqueles que se servem do poder e influência dos cargos que ocupam para beneficiar as suas próprias clientelas, atribuindo-lhes favores e dinheiros públicos de forma pouco transparente e, além disso, de legalidade frequentemente duvidosa⁷.

O PRESENTE

É altura de o povo, cada vez mais empobrecido, endividado e descrente nas instituições democráticas, exigir dos seus governantes o respeito pelas liberdades e esperanças reconquistadas em 25 de Abril de 1974, sem nunca esquecer que o paraíso prometido após o “25 de Novembro” pelos defensores das virtudes de sistemas estruturados com base em economias neocapitalistas e de mercado livre não é certamente *do povo, nem pelo povo e*, muito menos, *para o povo*⁸, na medida em que se baseia em fórmulas astuciosas e enganadoras de acumulação de poder e riqueza de uns quantos detentores de grandes grupos económico-financeiros nacionais e supranacionais que, através do controlo das actividades bolsistas, têm moldado o mundo a seu bel-prazer.

No entanto, é essencial que os cidadãos se apercebam também que a corrupção e a especulação não são as únicas ameaças que envenenam silenciosamente o tecido social português e põem em perigo o funcionamento harmó-

**É ALTURA DE O POVO,
CADA VEZ MAIS
EMPOBRECIDO,
ENDIVIDADO
E DESCRENTE
NAS INSTITUIÇÕES
DEMOCRÁTICAS,
EXIGIR DOS SEUS
GOVERNANTES
O RESPEITO
PELAS LIBERDADES
E ESPERANÇAS
RECONQUISTADAS
EM 25 DE ABRIL DE 1974**

nico da nossa frágil democracia. É o caso da progressiva alienação de parcelas importantes da nossa soberania e património nacional que, frequentemente, condiciona as actividades políticas e económicas e desvirtua a actual arquitectura constitucional.

A propósito, vale a pena referir dois exemplos recentes que correm actualmente os seus trâmites legais na Assembleia da República e que, no caso de serem aprovados, afectarão irreversivelmente o futuro dos portugueses. O primeiro refere-se a uma proposta da Organização Mundial de Saúde (OMS), organização su-

7 Qualquer cidadão pode comprovar esta afirmação através do Portal Base da Contratação Pública e contabilizar, analisando os gastos anuais de milhões de euros em contratos públicos celebrados por simples ajuste directo, isto é, sem recurso a concurso público ou limitado.

8 Paráfrase da célebre frase de Abraham Lincoln (1809-1865), presidente dos EUA.

pranacional, sem legitimidade proveniente do voto popular e financeiramente dependente de corporações e fundações privadas com ligações às grandes e poderosas indústrias farmacêuticas, como por exemplo a *Bill e Melinda Gates* e *Rockefeller*, no sentido de o Estado português abdicar em seu benefício de uma parcela substancial dos seus poderes soberanos respeitantes à condução das políticas nacionais de saúde pública⁹.

O outro, ainda mais grave, tem a ver com o processo de revisão constitucional que pretende reduzir, ao arrepio dos limites materiais na alínea d) do art.º 290.º da nossa actual Constituição, os actuais direitos, liberdades e garantias dos portugueses. No caso de vir a ser aprovada nos termos já anunciados pelos principais partidos com assento parlamentar, os portugueses ver-se-ão confrontados com um autêntico golpe de Estado constitucional, que determinará o fim do regime de direito democrático consagrado pelos constituintes em 2 de Abril de 1976¹⁰.

Neste mundo turbulento e em profunda transformação, o grau de incerteza sobre o futuro da humanidade é bastante elevado, mas mesmo assim, ainda razoavelmente antecipável para quem disponha de informa-

**NESTE MUNDO
TURBULENTO
E EM PROFUNDA
TRANSFORMAÇÃO,
O GRAU DE INCERTEZA
SOBRE O FUTURO
DA HUMANIDADE
É BASTANTE ELEVADO,
MAS, AINDA ASSIM,
RAZOAVELMENTE
ANTECIPÁVEL PARA
QUEM DISPONHA EM CADA
MOMENTO DE INFORMAÇÃO
SÉRIA E CREDÍVEL SOBRE
OS DIFERENTES ASSUNTOS**

ção séria e credível sobre o que nos espera. Por exemplo, foi assim que, em Setembro de 1970, alvitramos, com base na conjugação de alguns indicadores económicos, de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, que *a evolução económica mundial [fazia] prever a substituição do mundo bipolar, por outro, multipolar, favorável às alianças económicas de*

9 Esta proposta tem origem nos EUA e foi apresentada aos Estados-membros subscritores da OMS sob a denominação de “Tratado Internacional Sobre Prevenção de Pandemias”. Esta manobra teria passado despercebido se um grupo de 7.660 cidadãos, usando do direito constitucional de petição, não tivesse alertado a AR para os múltiplos perigos que encera. A AR ainda não proferiu qualquer decisão sobre o assunto.

10 Perante a gravidade da situação, milhares de cidadãos democratas organizaram-se em movimento nacional de defesa e valorização do regime democrático consignado na actual Constituição da República Portuguesa, e reuniram o número necessário de assinaturas para, no uso do direito de petição, fazerem ouvir as suas razões no debate que se que se realizará em breve sobre o assunto na Assembleia da República.

*raiz regional, como [era] o caso da Comunidade Europeia, hoje União Europeia*¹¹.

Já nessa altura era também previsível a dissolução da União Soviética e a ascensão dos EUA a líder do mundo unipolar que daí resultaria. No entanto, também dava para perceber que novos países industrializados (NPI/NIC) começavam a destacar-se na cena internacional, sem que a nova potência dominante, orgulhosa e confiante, prestasse a devida atenção à evolução das suas reais capacidades de desenvolvimento e da importância e solidez das suas culturas e valores civilizacionais no futuro. Por isso, não foi surpreendente que, em 2009, Brasil, Rússia, Índia, China e, mais tarde, em 2011, a África do Sul, decidiram constituir o designado grupo BRICS, que era prenúncio do declínio do ciclo imperial dos EUA.

O grande objectivo dos BRICS era, e continua a ser, a criação de um sistema livre dos constrangimentos impostos pelo bem oleado sistema económico-financeiro e monetário alicerçado no todo-poderoso dólar. Para melhor se compreender o fenómeno, convém lembrar que uma parte substancial dos países que actualmente tencionam aderir ao grupo são culturas milenares que, durante longos períodos da sua história, foram vítimas da exploração desbragada do velho e novo sistema colonial e do capitalismo industrial e financeiro. Pacientemente, todos eles souberam aguardar o melhor momento para escapar de vez da órbita dos Estados cesaristas que os dominaram e exploraram as suas riquezas naturais e mão de obra barata.

**NESTAS CIRCUNSTÂNCIAS
AMEAÇADORAS
PARA A PAZ
E A SEGURANÇA MUNDIAIS,
E ATÉ MESMO PARA
A PRÓPRIA SOBREVIVÊNCIA
DA HUMANIDADE,
RESTA-NOS ESPERAR
QUE O BOM SENSO
PREVALEÇA**

E O FUTURO?

A acreditar nos dados hoje disponíveis, perante a força da razão que lhes assiste, nem o “Grande Reinício” - *Great Reset* - o novo modelo de capitalismo financeiro reclamado pelo Fórum Económico Mundial, será capaz de travar e muito menos reverter a profunda transformação global que está em andamento, de que são protagonistas destacados a China e a Rússia, esta última paulatina e silenciosamente recomposta dos desaires do passado recente e disposta a voltar a desempenhar novamente um papel relevante na política mundial.

Pelo seu lado, a União Europeia, ao abdicar da sua legítima ambição a tornar-se um futuro polo de desenvolvimento autónomo e dotado de um sistema próprio de segurança e defesa, aliás, tal como pretendiam os visionários que a conceberam, aceitou submeter-se, passiva e

¹¹ Instituto de Altos Estudos da Força Aérea, Separata do Boletim n.º 4, Setembro de 1990.

incompreensivelmente, às estratégias e interesses específicos dos EUA e da organização militar por eles liderada e financiada maioritariamente, a longeva OTAN/NATO.

Ora, como se tem constatado a propósito da aplicação das sanções económicas aplicadas à Rússia pelos EUA e seus aliados, um dos quais é a própria União Europeia, os resultados têm sido francamente decepcionantes. Não só porque a coligação designada por “Ocidente Alargado” desvalorizou a histórica resiliência daquele país perante a adversidade e cobiça alheia (Napoleão, Hitler, etc.), mas também pelo facto de a utilização *da arma económica poder ter consequências opostas às desejadas por quem as utiliza*¹². Como a realidade tem demonstrado, a coligação, e em especial a Europa, tem sido a que mais têm sofrido com o *efeito bumerangue* das sanções à Rússia, situação que tende a agravar-se, sobretudo, se tivermos em conta as dificuldades a nível político-militar relacionadas com a guerra na Ucrânia e as tensões noutros focos importantes de tensão em os EUA são a principal parte interessada (Israel, Taiwan, Venezuela, etc.).

Se a tudo isto associarmos as consequências práticas da consolidação dos BRICS na cena internacional, somos levados a concluir que o ciclo imperial protagonizado pelos EUA está a esgotar-se, arrastando com ele todo o Ocidente Alargado e, por consequência, também o nosso Portugal.-

Nestas circunstâncias ameaçadoras para paz e

segurança mundiais e até mesmo para a própria sobrevivência da humanidade, resta-nos esperar que o bom senso prevaleça e todos os actores envolvidos neste complexo processo global reformador unam esforços para *reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas*¹³.

Quanto a Portugal, perante o advento do novo mundo multipolar, é fundamental que os legítimos representantes do povo cultivem o sentido de Estado e de serviço público e usem, com rigor, honestidade, coragem, imaginação e competência inovadora, os poderes soberanos de que a Nação ainda dispõe e encontrem soluções políticas autónomas e surpreendentes centradas prioritariamente na resolução sistemática e continuada dos problemas reais *das camadas da população até agora mais desfavorecida e defesa dos interesses das classes trabalhadoras*, tal como propôs o programa do MFA.

Só assim o povo português poderá recuperar a confiança nas suas instituições democráticas e a esperança num futuro melhor, repudiando conscientemente eventuais tentações totalitárias e assim continuar a celebrar a paz e a liberdade proporcionadas pela Revolução dos Cravos Vermelhos, faz agora precisamente cinquenta anos.

* Capitão de Abril, sócio da A25A

12 Ibidem

13 Preâmbulo da Carta das Nações Unidas (ONU).

O MEU 25 DE ABRIL NÃO É MEU



Alvaro e José Tavares

O 25 de Abril é um canto da nossa epopeia. E, nesse sentido, é um património de todos os portugueses

Tal como as clássicas epopeias desde Homero aos Lusíadas, no 25 de Abril conjugam-se o impulso da ida, do avanço, da coragem, da atração pelo desconhecido – representado por Ulisses ou Vasco da Gama – e a sensatez, o apego à terra matricial representado pela figura do Velho do Restelo. O 25 de Abril é um canto da nossa epopeia. E, nesse sentido, é um património de todos os portugueses

CARLOS DE MATOS GOMES*

NENHUM BEM ESSENCIAL é exclusivo de um ser ou de um grupo. A Liberdade é o primeiro dos bens essenciais e não pode ser vivida sem ser partilhada. Não podemos, eu não posso, ser livre sem a liberdade dos outros.

O oposto da Liberdade é a Indignidade, antes de ser a opressão. A opressão mancha o opressor, mancha-o pela cobardia, mancha-o pela irracionalidade, pelo uso abusivo do poder do mais forte. Pelo seu lado, a indignidade tanto afeta o autor do ato indigno de tratar um seu semelhante como um inferior, como aquele que aceita ser assim tratado sem reagir.

O 25 de Abril de 1974 foi um ato contra a indignidade de um regime que tratava os portugueses como seres sujeitos a tutela, inferiores, incapazes de se pronunciarem e de decidirem o seu destino. Foi um ato de restituição de dignidade aos portugueses e de resgate da indignidade a que há décadas estavam sujeitos, um ato que ocorreu na sequência de vários outros que não tiveram sucesso, mas que justificaram a afirmação do poeta Manuel Alegre de que há sempre alguém que resiste, alguém que diz não. O meu 25 de Abril é o 25 de Abril dos que

ao longo dos anos disseram não, dos que resistiram nos campos, nas fábricas, nas escolas, que foram mortos, presos, torturados, obrigados à emigração, ao exílio, à guerra.

O meu 25 de Abril não é meu, porque é dos homens e mulheres que lutaram pela Liberdade de todos, incluindo a Liberdade dos que eram contra a Liberdade dos outros, os pequenos e grandes ditadores, os censores, os inquisidores, os polícias de costumes, os denunciantes, os prepotentes.

O meu 25 de Abril não é meu, porque é dos homens e mulheres que tomaram Portugal nas suas mãos logo após os militares da minha geração terem cumprido a missão patriótica de recusarem ser o último argumento do regime de indignidade para manter o seu domínio colonial. É dos portugueses que recusaram a aceitação e a sujeição de obedecerem a “quem de direito”, abdicando da essência do ser humano, que é o de poder construir um juízo acerca das suas atitudes. Nesse sentido, a coragem de resistir significa o entendimento da dignidade das ações humanas em sociedade, ou seja, o direito do homem a julgar os seus próprios atos

e os dos outros. O meu 25 de Abril é o desses homens e mulheres.

A responsabilidade pessoal em tempos de ditadura coloca a questão das atitudes de cada um dos membros de uma sociedade e a possibilidade de convívio em igualdade de direitos. São essas atitudes que marcam o grau de participação dos seres humanos nos atos que proporcionam os direitos de todos.

O meu 25 de Abril não é meu, porque é dos homens e mulheres que lutaram contra o colonialismo, que assentava em dois pilares de indignidade: o do racismo, da inferioridade dos colonizados, incapazes de se organizarem em sociedade, e o da exploração dos recursos das suas terras.

O meu 25 de Abril não é meu, porque apenas contribuí para que a minha Liberdade fosse a Liberdade dos meus concidadãos, dos homens, mulheres, dos jovens de todas as condições. Porque é o 25 de Abril dos portugueses que tiveram acesso à Liberdade, à educação, à saúde, dos jovens que não tiveram de ir combater numa guerra indigna e sem sentido, é o 25 de Abril dos pais que não perderam os filhos, das mulheres que não perderam os companheiros, dos filhos que não perderam os pais.

O meu 25 de Abril não é meu, porque é o de todos os que têm manifestado as escolhas do presente e do futuro.

MAIS FUTURO

Eu gostaria que o 25 de Abril tivesse mais futuro do que o meu passado, que fosse mais dos que agem pensando a longo prazo do que dos

**A LIBERDADE
VIVE TEMPOS
DE INDIGNIDADE.
A LIBERDADE
DOS INDIGNOS
DA LIBERDADE
É UMA AMEAÇA
A TODOS
OS QUE DEFENDEM
QUE TODOS
OS SERES HUMANOS
TÊM IGUAL DIGNIDADE**

que se fixam no imediato, e mais dos que não se deixam atrair pelo canto das sereias, pelo discurso dos demagogos, dos vendedores de promessas, do que dos crentes e crédulos. Mas também não é por excesso de imediato e penúria de futuro que o 25 de Abril não é meu, nem por desconsiderar a Liberdade dos meus concidadãos ao terem escolhido o caminho que nos trouxe até aqui. Sou solidário. É porque assumo o 25 de Abril enquanto responsabilidade coletiva.

A Liberdade tem custos e exigências e, mais, a Liberdade de cada um prolonga-se e afeta a liberdade dos seus contemporâneos, dos que com cada um de nós partilham o mesmo tempo e o mesmo espaço e também dos que nos sucederão aqui e em locais onde não imaginamos. Como todos os valores, a Liberdade pode ser um instrumento para o Bem ou para o Mal. Cabe-nos a escolha. E, além da escolha,

cabe-nos construir as nossas oportunidades de escolha. O meu 25 de Abril é o dos que recusam que o que alcançámos com o 25 de Abril é o fim da História, que não há alternativa ao presente. O meu 25 de Abril não é meu, é dos criadores de utopias e eu apenas sei dizer como o poeta: Não, não vou por aí.

A Liberdade dota os seres humanos do livre-arbítrio, elemento que os distingue dos outros seres vivos, daí o seu valor e a necessidade de ela não ter dono, nem senhor, daí o 25 de Abril não ser meu e ser também meu, tanto quanto de todos os outros, incluindo os que a não respeitam ou não lhe conferem o valor essencial que ela tem. Os que são indignos dela.

AMEAÇA DA INDIGNIDADE

A Liberdade vive tempos de indignidade. A Liberdade dos indignos da Liberdade é uma ameaça a todos os que defendem que todos os seres humanos têm igual dignidade. Mas a resposta á indignidade não pode ser levada a cabo com atos indignos, tem de ser a que resulta dos valores, da inteligência, a que resulta de saber distinguir o veneno escondido nas falsas promessas. O 25 de Abril exige uma informação séria, esclarecedora, rigorosa. Lutar contra a manipulação da opinião é lutar pelo 25 de Abril.

O 25 de Abril é um episódio e, como episódio, deve deixar o futuro em aberto. Nesse sentido, o 25 de Abril é um continuado do que os portugueses conseguirem e que depende também do que os outros atores permitirem que seja, o que remete para o papel que os portugueses

**O MEU 25 DE ABRIL
NÃO É MEU, PORQUE
APENAS CONTRIBUÍ
PARA QUE A MINHA
LIBERDADE FOSSE
A LIBERDADE DOS MEUS
CONCIDADÃOS,
DOS HOMENS, MULHERES,
DOS JOVENS DE TODAS
AS CONDIÇÕES**

querem para si no mundo, as suas alianças e as participações no “sistema-mundo”. O 25 de Abril não é meu, porque depende em boa parte do que coletivamente conseguirmos que os outros nos deixem ser, sem que nos obriguem a participar em atos de indignidade.

O meu 25 de Abril não é meu, porque o entendi tanto como um ato de descoberta e aventura coletiva do povo a que pertença, como de respeito pelo seu passado. Tal como as clássicas epopeias desde Homero aos Lusíadas, no 25 de Abril conjugam-se o impulso da ida, do avanço, da coragem, da atração pelo desconhecido – representado por Ulisses ou Vasco da Gama – e a sensatez, o apego à terra matricial representado pela figura do Velho do Restelo.

O 25 de Abril é um canto da nossa epopeia. E, nesse sentido, é um património de todos os portugueses.

* Capitão de Abril, escritor, sócio da A25A



Verão quente de 1975. Foto cedida pelo município de Leiria

CRÓNICA DE UM PRIMEIRO **EMBATE COM A CENSURA**

Por regra jornalística, sou avessa a escrever textos pessoais ou focados no eu; personalizar será retirar sentido ou interesse público a um texto. Neste caso, o tom biográfico surge apenas como apontamento para explicar a dimensão que os livros, os escritores e outros intelectuais, o saber, a criatividade e a inteligência podem ter no percurso de vida de cada ser. Por que temem as ditaduras a criatividade e a inteligência?

FÁTIMA LOPES CARDOSO*

NASCI 313 DIAS depois de 25 de Abril de 1974, em Castelo Branco. Sempre morei em casas repletas de flores no quintal, mas, no seu interior, parecia, na altura, que não existiam as sementes de que precisava para alimentar o gosto pelas palavras e pelo conhecimento, mesmo que a mãe e o pai fizessem esforços para preencher as lacunas que lhes deixaram e me comprassem alguns livros, se não abusasse nos pedidos.

De qualquer forma, olhando para trás, acredito na ideia de que o que é inacessível ganha valor redobrado e, quando adquirido, tem um poder transformador. Os verões eram passados a ler os livrinhos requisitados na Biblioteca Calouste Gulbenkian, depois Biblioteca Municipal, ou os que levava emprestados da casa de familiares mais velhos. A praia estava longe e era mais interessante viver as histórias dos outros do que a minha.

Com dez anos, estava convencida de que queria ser escritora e a única forma de concretizar o sonho seria ler muito. Nem sempre o que lia era selecionado. Um dos livros que conheci, através da disciplina de Português, tal-

vez durante o que hoje corresponde ao 2.º ciclo do ensino básico, foi *As Aventuras de João Sem Medo*, de José Gomes Ferreira. E, de repente, muito do que sentia, o cansaço que me causava e ainda causa anular-me para ir ao encontro das vontades dos outros; o facto de ter nascido numa cidade de pequena-média dimensão, onde todos estavam a par da vida alheia; de me ser aconselhado a não rir demasiado, para não acharem que era tresloucada; o universo que me rodeava levava-me ao lugar metafórico de Chora-Que-Logo-Bebes. Tal como o João e muitos outros jovens, queria ultrapassar a placa que se encontrava no início do muro que o impedia de ser livre: “É proibida a entrada a quem não andar espantado de existir.” A obra, publicada primeiramente em fascículos em 1933, teve a 1.ª edição em livro, em 1963, em plena ditadura. A versão amarelecida que está guardada na minha estante é a 16.ª e data de 1986.

O livro parece ter ficado esquecido depois na década de 90 até que foi reeditado em 2013, por altura dos seus 40 anos. Sessenta anos depois, será que os mistérios da Floresta Branca e do

Caminho da Infelicidade que o protagonista seguiu ainda continuam a libertar a imaginação dos que se sentem condicionados? “Cidadãos! Precisamos de organizar uma conspiração urgente contra as lágrimas mal choradas. E raspar o musgo das faces. E tirar o verdete das bocas. Viva a alegria revolucionária!”. Só a ousadia de criar metáforas da vida através da efabulação infantil permitiu a sua publicação. Algum tempo mais tarde, já com algumas histórias rabiscadas no papel, descobri uma infinidade de livros a um preço irrisório, numa livraria/papelaria que acabaria por não resistir ao desinteresse pelo papel do século XXI. Muitos tinham no grafismo, o vermelho como cor dominante. Começou aí a minha modesta biblioteca. Sondei o proprietário sobre as histórias, pois o preço incitava à desconfiança na qualidade literária. Livros a cem, duzentos escudos.... Haveriam de ter algum defeito. Os três volumes de *Poeta Militante*, de José Gomes Ferreira, *Catarina Eufémia - Morte no Monte*, de José Miguel Tarquini, *A Força Ignorada das Companheiras*, de Gina de Freitas, *Marcuse: Contestação, Filosofia e Utopia*, entre outras obras da Moraes Editora, algumas publicações de escritores neorrealistas e outros tantos com ligação, direta ou apenas temática, ao PCP, ficaram por vender, passado o fulgor da Revolução, à entrada de 1990.

Chegaram até mim, como a força transformadora que só a palavra permite. A capacidade de influência que Salazar sempre temeu. Em *Salazar, a Imprensa e a Guerra Civil*, Alberto Pena descreve o que representava a inteligên-

**OS VERÕES ERAM
PASSADOS A LER
OS LIVRINHOS
REQUISITADOS
NA BIBLIOTECA CALOUSTE
GULBENKIAN, DEPOIS
BIBLIOTECA MUNICIPAL,
OU OS QUE LEVAVA
EMPRESTADOS DA CASA
DE FAMILIARES
MAIS VELHOS**

cia e o diferente para o ditador: “Em 1940, estavam registados 2718 intelectuais, dos quais 2,2% eram mulheres. A maioria estava vinculada a profissões liberais, à administração pública e ao comércio. O regime via-os com um certo receio por causa da sua influência social e a sua capacidade para modificar as formas de pensamento ou os valores oficiais do Estado Novo. Salazar via na opinião pública um pilar fundamental de legitimação de qualquer governo, por isso assinalava que ‘nunca se deve perder, a bem da sua própria saúde, o controlo da sua formação’. A fobia a qualquer nova forma de pensamento, à livre análise teórica da realidade sem um compromisso nacionalista com o Estado Novo levaram-no a legitimar todos os mecanismos de censura possíveis para vigiar e filtrar a imprensa pelo seu profundo terror aos contágios do comunismo que, em muitos casos, estava relacionado com os intelectuais” (págs.139-140, 2007).

OBRAS LIBERTADAS

Foi através daquele embate com as obras libertadas, após o 25 de Abril de 1974, que descobri, por volta dos 15 anos, o que era a Censura e a importância da Revolução. Tal como as histórias que algumas destas obras reportam, também estas páginas, hoje amarelecidas, foram libertadas há 50 anos. E andei demasiado distraída a ser criança para saber que existiu uma entidade de nome Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), mais tarde, Secretariado Nacional da Informação (SNI) que tinha a petulância de selecionar os livros que seriam ou não publicados, que partes deveriam ser eliminadas e de sugerir alterações e toldar a criatividade. Portanto, existiam livros que foram confiscados, interditos ou simplesmente não entravam nas rotativas.

Nessa altura, já o País tinha beneficiado dos fundos que chegaram com a adesão de Portugal à CEE, a 1 de janeiro de 1986, os jovens tinham sido contagiados pela cultura pop americana, pelas aventuras dos heróis da Marvel e Liga da Justiça, pelo cinema de Hollywood, pelas bandas alternativas inglesas ou norte-americanas. Parecia que já ninguém se lembrava de explicar que, antes de termos a liberdade de escolher aquele livro, disco ou filme, muitos outros jovens não tiveram acesso à cultura. Como se os próprios pais quisessem esquecer o que viveram. Até os historiadores, receando a falta de distanciamento temporal, só no final dos anos 1990, intensificaram a publicação de investigações e artigos sobre o 25 de Abril.

Como é que uma metamorfose social tão pro-

FOI ATRAVÉS DAQUELE EMBATE COM AS OBRAS LIBERTADAS, APÓS O 25 DE ABRIL DE 1974, QUE DESCOBRI, POR VOLTA DOS 15 ANOS, O QUE ERA A CENSURA E A IMPORTÂNCIA DA REVOLUÇÃO

funda – a que José Medeiros Ferreira, na obra *História de Portugal*, com direção de José Mattoso, intitulou *Portugal em transe – 1974-1985* – parece ter levado a uma amnésia social nos mais jovens. Ainda por cima, quando hoje a Revolução é um marco cronológico para identificar duas realidades. Como lembra o historiador: “Ele marca uma ‘era’, tantas são as ocasiões que é tomado por referência: ‘Antes do 25 de Abril...’, ‘só com o 25 de Abril’, ‘depois do 25 de Abril’ são expressões coloquiais quotidianas que se impuseram nos últimos 20 anos” (1994).

A verdade é que a censura omnipresente que contaminou diversos territórios da vida ainda hoje, passados 50 anos, tem eco na cultura portuguesa. Como escreve José Pacheco Pereira, no prefácio ao livro da historiadora Júlia Leitão de Barros: “A censura (na verdade, as censuras, que eram várias: para os periódicos, os livros, os filmes, a rádio e televisão, a publicidade) foi provavelmente a mais eficaz instituição do Es-

tado Novo, cujos ecos subliminares continuam hoje vivos na obsessão pelo ‘consenso’, na desvalorização da diferença, no ‘respeitinho’ pelas autoridades, no ‘mais vale estar calado’, na má fama do conflito político entre ‘partidos’, na ideia de que ‘duas pessoas com a mesma informação chegam à mesma opinião’...” (2022).

50 ANOS

Estamos a comemorar os 50 anos da Revolução, com dezenas de celebrações de natureza diversa a acontecer em Portugal e no mundo, e muitos jovens dizem que só sabem o que é o 25 de Abril por aquilo que aprenderam na disciplina de História, no 3.º ciclo e ensino secundário. Até aos 15 anos, eu própria não sabia que existiu um outro país, onde os livros ficavam por publicar, as palavras ficavam por dizer e quem ousava interromper este ciclo de silêncio era punido. E esta amnésia que só há alguns anos foi quebrada parece ter gerado uma força contrária aos valores de Abril.

Mesmo que todos os anos milhares de pessoas desçam a Avenida da Liberdade, ostentando cravos vermelhos na mão, há outros milhares de jovens perdidos a ver vídeos nas redes sociais que os conseguem convencer que existem forças ameaçadoras ao ser português, vozes populistas que apregoam teorias da substituição e ganham forma em posições extremadas, nacionalistas, xenófobas, racistas e homofóbicas que é preciso travar ou, do lado oposto, a intolerância com discursos mais neutrais. E encerra-se o texto com o que sentiu o protagonista da minha revolução interior: “Então, João Sem Me-

**ATÉ AOS 15 ANOS,
EU PRÓPRIA
NÃO SABIA
QUE EXISTIU
UM OUTRO PAÍS,
ONDE OS LIVROS FICAVAM
POR PUBLICAR,
AS PALAVRAS FICAVAM
POR DIZER E QUEM OUSAVA
INTERROMPER ESTE CICLO
DE SILÊNCIO ERA PUNIDO**

do, sempre à espera de não sabia bem do quê... talvez do milagre que um dia o ajudasse a secar aquelas lágrimas da Terra... talvez esperando na chegada de outro João Sem Medo que, afinal, apenas o procurava de noite, durante o sono ...Então, João Sem Medo, provisoriamente, vendo tantos olhos a chorar...montou uma fábrica de lenços e enriqueceu. (Ah! Mas um dia, um dia!...)”. Um dia foi Abril, o Movimento das Forças Armadas saiu à rua, os intelectuais fizeram-se ouvir e muitos portugueses encontraram outra forma de estar para além da lamúria, resignação e esquecimento.

* Professora adjunta e coordenadora da licenciatura em Jornalismo, na ESCS, jornalista e investigadora do LIACOM

MULHERES ARTISTAS: A OBRA QUE NASCE EM LIBERDADE

O 25 de Abril trouxe inúmeras mudanças para as artes. Após a queda da ditadura, a produção cultural foi marcada por técnicas modernas e influenciada por questões político-sociais. As artistas visuais Pauliana Valente Pimentel, Mag Rodrigues e Catarina Patrício são exemplos da geração livre que cria em liberdade e que se serve da sua obra como arma para alterar mentalidades. Abril é, assim, para estas mulheres da arte: uma porta aberta para expressar problemáticas maiores

BRUNO PINTO E MAFALDA FERREIRA COSTA*

NUMA ALTURA EM QUE se comemora os 50 Anos da Revolução, os acontecimentos que envolvem o momento histórico que proporcionou a mais importante reviravolta política no País ganham ainda mais significado. A liberdade de pensar, de criar e de partilhar não seria hoje possível sem a intervenção do Movimento das Forças Armadas (MFA), das pessoas do povo e figuras políticas que lutaram – muitos no exílio – pela democracia, dos estudantes, dos intelectuais e dos artistas que resistiram à censura, para continuarem a criar em plena ditadura. Depois de Abril de 1974, novas vozes e tendências emergiram, apostou-se na educação e o fervor da mudança possibilitou uma liberdade informativa e criativa nunca antes vista em Portugal.

**DEPOIS DE ABRIL
DE 1974, NOVAS VOZES
E TENDÊNCIAS EMERGIRAM,
APOSTOU-SE NA EDUCAÇÃO
E O FERVOR DA MUDANÇA
POSSIBILITOU
UMA LIBERDADE
INFORMATIVA E CRIATIVA
NUNCA ANTES VISTA
EM PORTUGAL**



Direitos reservados

Retrato de Pauliana Valente Pimentel

Filha da liberdade, Pauliana Valente Pimentel já viajou para países longínquos com o objetivo de fotografar pessoas e histórias também distantes da realidade do português comum. Com o mesmo dispositivo, Mag Rodrigues utiliza a câmara para lutar pelos direitos que não são garantidos, de forma a preservá-los e a fortalecê-los. Catarina Patrício, artista visual e professora na Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação da Universidade Lusófona, encontra no desenho, assim como na montagem de imagem e texto, um campo de liberdade política. Estas artistas são mulheres de Abril, nasceram após a Revolução e beneficiam diretamente das liberdades alcançadas. A visão sobre este acontecimento reflete-se nas atividades que desenvolvem.

SOB O OLHAR DALENTE MODERNA

Uma das linguagens que mais espaço conquistaram desde a Revolução dos Cravos foi a fotografia. Nascida no ano a seguir à Revolução, Pauliana Valente Pimentel tem um percurso repleto de conquistas e de revelações, no qual se destacam projetos que abordam temas socialmente relevantes, como jovens transgénero, em Cabo Verde, o racismo e o colonialismo. E não deixa de ser curioso que, apesar da formação académica em Geologia, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, foi a paixão pela fotografia que a levou mundo fora. Conheceu diversas culturas, tanto em Portugal como a nível internacional, e já expôs a sua obra em geografias tão diversas como os Açores ou o Dubai.



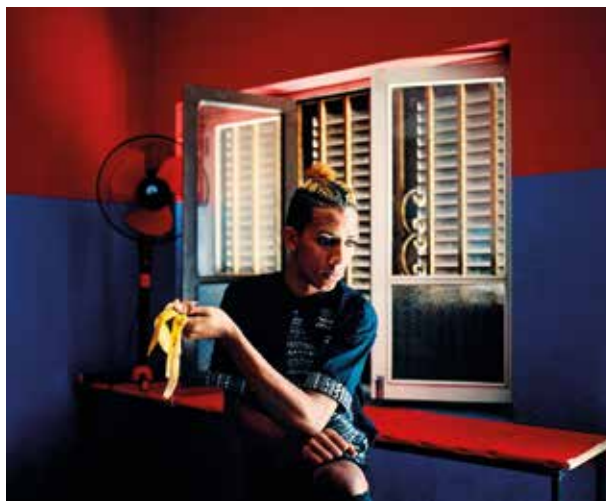
Europa Oxalá, imagem integrada na exposição de obras de arte que teve lugar em França, Portugal e Bélgica. Depois da exposição ter ocupado o MuCEM, em Marselha, esteve patente na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa

Para a fotógrafa, o 25 de Abril de 1974 é um marco essencial para a identidade artística, em Portugal. “Havia, obviamente, alguns e bons fotógrafos antes da Revolução, mas a fotografia ainda não estava muito desenvolvida.” A título de exemplo, a artista aponta, orgulhosa, o nome de Victor Palla e a obra realizada em conjunto com Manuel Costa Martins, *Lisboa, Cidade Triste e Alegre*, um livro de fotografia originalmente publicado em fascículos entre 1958-59, reeditado em 2009 e que é considerado um dos melhores *photo-books* do século XX. Cinquenta anos depois, Pauliana Valente Pimentel resume as conquistas de Abril no meio artístico português: “Ajudou a abrir o olhar a



Faro-oeste – Projeto sobre os acampamentos ciganos do Algarve

outras realidades, porque antes não existia grande liberdade de expressão.” A fotógrafa revela ficar sempre superemocionada quando, todos os anos, desce a Avenida da Liberdade. “Nasci pós-revolução e a maneira como cresci moldou a minha personalidade. De facto, estas questões sobre procuras e preocupações minhas têm a ver com este questionamento da liberdade de expressão que Abril conquistou.” A fotógrafa tem uma visão positiva da literacia visual dos portugueses e acredita que sempre souberam compreender o verdadeiro papel que este meio ocupa no registo da memória. “A perceção do público sobre a minha profissão não mudou muito, dado que, antes do 25



Quel Pedra – Projeto sobre uma pequena comunidade transgênero do Mindelo, Cabo Verde



de Abril, os fotógrafos já eram considerados profissionais essenciais na sociedade”, afirma. A sua expressão mostra o orgulho que sente ao refletir sobre a importância dos fotógrafos que documentaram o dia mais importante para a democracia portuguesa: “Claro que iríamos ter conhecimento dos acontecimentos, mas ter imagens fotográficas é, no fundo, congelar essa memória e agora temos acesso a estes retratos que são absolutamente incríveis.”

Se, por um lado defende que já existia consciência social quanto ao valor da fotografia, Pauliana Valente Pimentel também lembra, por outro, que os fotógrafos antes do 25 de Abril passavam por diversas dificuldades, como a falta de liberdade de expressão quando retratavam a pobreza ou mostravam situações que o regime considerava um ataque à moral e bons costumes: “Certas imagens, como por

exemplo a publicação de nus, eram mais filtradas. Havia muito mais pudor e um cuidado enorme. Existia muito mais censura.” Foram as liberdades conquistadas em Abril que hoje lhe permitem realizar projetos como *Quel Pedra* e *Europa, Oxalá*, que retratam temas como o racismo e o colonialismo. “O meu trabalho anda muito à volta de questões sociais e de grupos que vivem à margem”, diz, destacando a importância da liberdade de expressão.

Os 50 Anos do 25 de Abril são uma data tão importante para Pauliana Valente Pimentel que a artista visual admite concretizar futuramente um trabalho sobre o acontecimento: “Além da fotografia, seria interessante – e às vezes, também faço filme – realizar uma espécie de documentário, em que agarrava num conjunto de pessoas, talvez a partir da minha mãe e depois as minhas tias ou membros da família ou,



"A Cor da Luz — retratos de pessoas albinas"

se calhar, incluir afrodescendentes, para tentar perceber também esse lado, e o que é que aconteceu ou como sentiram a Revolução.”

CRISTALIZAR A MEMÓRIA E OS VALORES

À semelhança de Pauliana Valente Pimentel, Mag Rodrigues, nascida em 1991, utiliza a fotografia documental como uma forma de expressão para fortalecer os valores democráticos conquistados em Abril. “Se a fotografia já é uma linguagem essencial para eternizar a me-

mória, no caso do 25 de Abril, a sua importância ainda se intensifica, porque falamos de um momento histórico, mas tem sempre que ver com o registo: cristalizar um evento, criar um objeto que vai fazer com que a memória perdure – impedir que caia no esquecimento”, explica. Na realidade, Mag Rodrigues acredita mesmo que, por ser um registo visual, representa o acontecimento de forma mais completa: “É uma ferramenta fantástica. Além de congelar no tempo essa memória, torna-se num objeto



Direitos reservados

“The Gay Families Project”



Direitos reservados

Autoretrato de Mag Rodrigues

de difusão incrível.”

A fotografia documental beneficiou imenso da Revolução de Abril, já que a repressão afetava toda a produção fotográfica e influenciava os temas que podiam ser abordados. Mag Rodrigues defende que “a arte tem o poder de ser revolucionária e que muitos movimentos artísticos poderão ter ficado na sombra, por conta deste medo”. Apesar de sentir liberdade em Portugal, a fotógrafa alerta para o facto de “algumas culturas ainda sofrerem com a repressão de objetos artísticos que podiam vir a ter uma importância ativista ou não”, acrescentando, com assertividade, que “há uma lacuna na humanidade”.

Quando reflete sobre o seu trabalho, a artista salienta o facto de procurar dar voz às pes-

soas que têm a liberdade em risco, realizando, muitas vezes, peças sobre a comunidade LGBTQIA+, por exemplo. “Se não houvesse esta liberdade e a possibilidade de circular livremente, neste momento, não podia fotografar certos grupos de pessoas porque estariam escondidos e com medo.”

Na opinião da fotógrafa, a fotografia documental e o fotojornalismo são meios essenciais para que estes valores e conceitos se preservem numa sociedade: “Identifico dois pólos, tanto para revelar e expor situações em que não existe democracia, mas sim atrocidade, opressão e ditadura, como também para eternizar momentos de libertação, manifestações. A fotografia documental e o fotojornalismo



Fotografias: © Ricardo Geraldes

Catarina Patrício

acabam por ser uma ferramenta de denúncia e de celebração”, diz, acrescentando que são “igualmente relevantes na preservação da democracia”.

Mag Rodrigues, que tem vindo a trocar a profissão de enfermeira pela fotografia, considera que a imagem tem ganho, cada vez mais, um papel de relevo na sociedade: “Eleva-se a fotografia para um estatuto de arte e acredito que as pessoas estão cada vez mais recetivas.” Realizar um trabalho sobre o 25 de Abril e a Revolução é uma hipótese que não descarta, mas reserva-lhe uma abordagem diferente. “Mesmo que não seja diretamente sobre o 25 de Abril, não seria de estranhar que eu, um dia, pegasse neste tema, até porque acho fantásti-

co e mexe precisamente com os assuntos que me interessam, como a liberdade e a dignidade humana”, explica. Ainda no campo das ideias, o projeto de Mag Rodrigues sobre esta questão acabaria por ir, garante, “ao encontro dos ideais conquistados em Abril, sublinhando a importância deste acontecimento”.

REVOLUÇÃO NA TELA

Além da fotografia, uma das áreas artísticas que mais beneficiaram das liberdades conquistadas pelo 25 de Abril foi, sem dúvida, a pintura. Artista visual e investigadora integrada no Centro de Investigação em Comunicações Aplicadas, Cultura e Novas Tecnologias (CICANT), Catarina Patrício é conhecida por abordar diversos temas socialmente importantes e



Welcome home, grafite e carvão sobre papel, 121,5 cm x 92 cm, 2022



Power, grafite e carvão sobre papel, 135,5 x 91 cm, 2022

fraturantes, com técnicas distintas. “Utilizo a montagem, corte e recombinação das possibilidades das imagens do arquivo geral da cultura para procurar celebrar o acesso à informação”, explica a artista visual. Nascida em 1980, em Lisboa, Catarina Patrício não tem apenas um percurso académico reconhecido, como também uma carreira na arte, tanto em Portugal como no exterior.

Licenciada em Artes Plásticas, em 2003, pela Faculdade de Belas-Artes, da Universidade de Lisboa, veio mais tarde a completar o Mestrado em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa e, em 2014, o doutoramento em Ciências da Comunicação pela mesma instituição. Já no campo da arte, Catarina Patrício viu os seus desenhos expostos na Feira Internacional Just MAD de 2022, em Ma-

drid. E, entre 16 de novembro de 2023 e janeiro de 2024, a sua obra foi recebida no Museu Nacional de Arte Contemporânea (MNAC).

O “fulgor” que a Revolução dos Cravos deu à pintura é um tema capital para Catarina Patrício. “O papel social da reprodução técnica, como a fotografia e a imprensa, a pintura política em murais, as intervenções públicas pela arte, a recombinação dos meios e o papel da inscrição da palavra levaram mais participantes à produção e isso trouxe mudanças”, explica. A evolução da pintura enquanto profissão foi, acredita, facilitada por este marco histórico: “De facto, Portugal virou-se para o mundo depois do 25 de Abril, o que também foi determinante na produção cultural e na sociedade.” Graças à evolução dos contextos histórico e político, a arte experienciou um período de horizontes largos ao que outrora



The first casualty of war is truth. Carvão e grafite sobre papel/ Charcoal and graphite on paper, 129x120 cm 2023

eram privações: o acesso ao saber e ao conhecimento pelo trabalhador comum.

Aos olhos de Catarina Patrício, o 25 de Abril assume-se como uma porta para o aparecimento de novos artistas de forma mais fácil e natural. “A Revolução teve impacto em toda a produção cultural. Sintoma do 25 de Abril foi também a democratização do acesso à arte e à cultura, o que levou a um ambiente efervescente nos anos 80 e 90”, salienta. Na verdade, a abertura de novas escolas de arte e as visitas a grandes museus, bem como coleções foram também conquistas que a pintora classifica de “importantes para a produção cultural na tela”. Como justifica: “Proporcionaram a todos os fu-

turos artistas plásticos um contacto com técnicas que antes podiam não conhecer e que, daí em diante, podiam passar a utilizar como fonte de enriquecimento nos seus projetos.”

À semelhança de Pauliana Valente Pimentel e Mag Rodrigues, Catarina Patrício não descarta a possibilidade de realizar um projeto sobre o 25 de Abril. Este acontecimento mostra-se bastante relevante, não só para a sua produção artística como também para a sua vida enquanto cidadã. “Num trabalho sobre este tema, no momento em que se comemora o 50.º aniversário, agudiza-se o peso histórico de ter de despedaçar os *clichés* deste tempo”, afirma. Como filha da liberdade assumida, Catarina Patrício confere uma importância especial a este tema e gostava de o abordar com a máxima originalidade. “Interpela-me o grande papel branco que tenho no *atelier* à espera de ser desenhado. Ocorre-me pensar em Gilles Deleuze, quando diz, a propósito de Francis Bacon, que a superfície ‘está já inteira e virtualmente investida de todos os tipos de *clichés* com os quais será necessário romper”. O tema é um belo pretexto para continuar a criar e nenhuma das mulheres artistas da geração livre alguma vez admite abdicar da liberdade de expressão e de criatividade conquistadas.

* Estudantes da Escola Superior de Comunicação Social do IPL

LIVRE IDADE

ALEXANDRE SEIXAS*

48 anos de noite
De escuridão e tristeza
De sofrimento e açoite
Sempre o mesmo pão na mesa.

Crianças em tom cinzento
Crescendo, todas iguais
À espera de um novo vento
Sonhando seus ideais.

E numa manhã de Abril
Do ano 74
Portugueses. Mais de mil.
Com seu coração farto.

Gritavam p'la LIBERDADE!
E antes... só sussurravam...

Portugal era a cidade
Com a qual todos sonhavam.

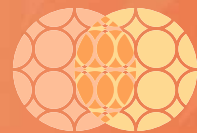
Sujeitos da livre idade
Que passam já sem memória
Cultivem mais a verdade.
É essa a lição da história.
Por isso, ó meus amigos
Não desprezem o passado
Lembrem os tempos antigos
Pois pensar era pecado.
50 anos, p'ra lembrar!
Em jeito de conclusão:
Caso nos queiram calar
Gritemos bem alto NÃO!

*Poeta, empreendedor, maçom

MEDALHA COMEMORATIVA DOS 50 ANOS DO 25 DE ABRIL

DA AUTORIA
DE JOSÉ AURÉLIO





MOEDAS
COMEMORATIVAS
2024

25 DE ABRIL LIBERDADE! LIBERDADE!



**LIBERDADE,
LIBERDADE!**
Autor: Henrique Cayatte



**25 DE ABRIL,
50 ANOS DE LIBERDADE**
Autor: Henrique Cayatte



LISBOA R. Escola Politécnica, 137 - R. D. Filipa de Vilhena, 12 e 12-A - Biblioteca Nacional - Campo Grande, 83

COIMBRA Rua Visconde da Luz 94, 96 e 98

PORTO R. Cândido dos Reis, 97

www.incm.pt moeda.apoiocliente@incm.pt

CASA DA MOEDA



COMEMORAÇÕES DECORREM ENTRE 2022 E 2026

A invocação comemorativa da “Operação Viragem Histórica” começou em março de 2022 – quando a democracia portuguesa passou a contar com mais dias do que os que teve a ditadura – e terminam no final de 2026 – ano em que se cumprem cinco décadas sobre a aprovação da Constituição da República Portuguesa

LICÍNIO LIMA*

O ACONTECIMENTO CENTRAL da Revolução de Abril assinala-se a 25 de abril de 2024, nos 50 anos da grande “Operação Viragem Histórica”. Mas, mas há um antes e um depois ligado à efeméride. Assim, as iniciativas começaram logo em março de 2022 – quando a democracia portuguesa passou a contar com mais dias do que os que teve a ditadura – e vão terminar no final de 2026 – ano em que se cumprem cinco décadas sobre um ciclo fulcral para a consolidação democrática: a aprovação da Constituição, a formação do I Governo Constitucional, na sequência das eleições legislativas, a eleição do Presidente da República, a realização de eleições regionais nos Açores e na Madeira e, finalmente, de eleições autárquicas.

Cada ano foca-se num tema prioritário, tendo como objetivo global reforçar a memória e enfatizar a relevância atual destes acontecimentos na construção e afirmação da democracia.

DERRUBE DA DITADURA

Em 2024, o Movimento dos Capitães, o Movimento das Forças Armadas e as Forças Armadas têm um lugar destacado, pelo seu papel na Descolonização – o primeiro ‘D’ do programa do MFA – e na preparação do processo eleitoral, momento fundamental na construção da democracia.

Momentos evocativos:

O derrube da ditadura e o fim do colonialismo

- Preparação do 25 de Abril (Programa, plano militar, 16 de Março)
- I Encontro da Canção Portuguesa (29-03-1974)
- 25 de Abril de 1974
- Crise Palma Carlos
- Lei 7/74, de 27 de julho e a descolonização
- 28 de Setembro
- Preparação do processo eleitoral
- Dinamização Cultural

DEMOCRATIZAÇÃO

Em 2025, o foco é no segundo ‘D’ do programa do MFA – Democratização. A realização das primeiras eleições livres em Portugal, a 25 de abril de



Direitos reservados

Vasco Lourenço na apresentação do programa comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril

1975, é o tema privilegiado, servindo de mote para um debate sobre o aprofundamento da democracia portuguesa, a sua qualidade e o seu futuro.

Momentos evocativos:

As primeiras eleições livres: Democratização • 11 de Março • Eleições para a Assembleia Constituinte (25-04-1975) • Proclamação da independência de Moçambique (25-6-1975), Cabo Verde (5-7-1975), São Tomé e Príncipe (12-7-1975), Angola (11-11-1975) e declaração unilateral da independência de Timor-Leste (28-11-1975) • Verão Quente e 25 de Novembro

DESENVOLVIMENTO

2026 decorre sob o signo do terceiro ‘D’ do Programa do MFA – Desenvolvimento. Tendo como referência a aprovação da Constituição e as portas

abertas pelo ciclo eleitoral de 1976, as evocações desse ano assinalam também a posterior adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), proporcionando elementos para refletir sobre o caminho percorrido e a percorrer.

Momentos evocativos:

A Constituição e o novo regime: DESENVOLVIMENTO • Constituição de 1976 (02-04-1976) • Eleições legislativas (25-04-1976) • Eleições presidenciais (27-06-1976) • Eleições para as Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira (27-06-1976) • Comissão Constitucional (30-06-1976) • Eleições autárquicas (12-12-1976)

ALGUMAS INICIATIVAS

A Reitoria da Universidade de Lisboa vai acolher, entre 2 e 4 de maio, o Congresso Interna-



Direitos reservados

Maria Inácia Rezola, presidente da comissão executiva da Estrutura de Missão para as Comemorações do 50.º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974 apresentou o programa de atividades que se vão prolongar até 2026

cional “50 Anos do 25 de Abril”, em que será discutido o futuro dos estudos sobre a revolução de 1974.

Antes, porém, o congresso “Da Ditadura à Democracia – 50 anos de evolução do Direito português” reuniu na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de 19 e 21 de março, mais de 60 juristas.

A 22 de Março, o Fórum Políticas Públicas 2024 do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, analisou o modo como, meio século depois do 25 de Abril, se cumpriram os seus três “D’s”: Democratizar, Descolonizar, Desenvolver. A imigração e a justiça fizeram parte da agenda. Augusto Santos Silva abriu as sessões. Mário Centeno encerrou.

Durante o primeiro semestre do ano vai ser

lançada uma nova linha de apoio à criação literária, o quarto concurso para atribuição de bolsas dedicadas à produção de ensaios sobre o 25 de Abril. As bolsas têm a duração de seis meses e será atribuído um montante global de 60 mil euros, mediante concurso.

Haverá igualmente uma nova edição da iniciativa “Arte pela Democracia”, para apoiar projetos no âmbito das artes visuais, performativas e artes de rua, no valor de um milhão de euros. A primeira edição teve uma dotação de um milhão de euros, tendo sido selecionados 45 projetos, já em curso por todo o país. Os resultados dos concursos “Cinema pela Democracia” e “Ciência pela Democracia” serão conhecidos ainda durante o primeiro semestre deste ano. De acordo com a informação divulgada pela

Comissão, a primeira linha atribui 790 mil euros e a segunda 500 mil euros.

Os programas foram criados em parceria com a Direção-Geral das Artes, o Instituto do Cinema e do Audiovisual, o Fundo de Fomento Cultural e a Fundação para a Ciência e Tecnologia, entre outras entidades.

No total, está prevista a atribuição de 3,4 milhões de euros.

EXPOSIÇÃO

A comissão oficial para as comemorações, presidida por Inácia Rezola, concebeu a exposição “50 Anos para a Liberdade: Portugal, da Ditadura ao 25 de Abril”, que retrata os últimos anos da ditadura e os primeiros momentos pós golpe de Estado, abrangendo um período que vai de 1968 a 1974. A exposição circulará pelo país no âmbito do Dia da Defesa Nacional. O ano vai ficar marcado por outras três grandes exposições, duas em Portugal e uma em Cabo Verde.

Uma das exposições é dedicada ao Movimento das Forças Armadas (MFA) e à construção da democracia. Ficará patente na Gare Marítima de Alcântara, em Lisboa, entre abril e julho e inclui visitas guiadas, conferências, debates e espetáculos. Já a mostra “De Abril a Abril: 50 Anos, 50 indicadores de mudança” tem um cariz itinerante e ilustra o caminho percorrido por Portugal desde o derrube da ditadura, através de indicadores económicos, num trabalho desenvolvido em parceria com o Instituto Nacional de Estatística. O Campo de Concentração do Tarrafal, na ilha de Santiago, foi o local escolhido para uma exposição, a partir de 1 de maio, cujo objetivo é preservar

a memória histórica da repressão vivida durante a ditadura. Durante mais de 30 anos, passaram por ali quase 600 presos políticos de Portugal, Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde, que só foram libertados no dia 1 de maio de 1974.

O programa inclui várias iniciativas junto de escolas, espetáculos, exposições, colóquios e edições literárias até 2026.

Segundo Maria Inácia Rezola, muitas editoras têm solicitado à comissão a utilização do selo das comemorações oficiais.

A comissão oficial abriu, entretanto, na plataforma eletrónica das comemorações, um espaço para que cada cidadão possa apresentar propostas e acompanhar o que está a ser feito.

SANTARÉM

A reconstituição da saída das tropas do capitão Salgueiro Maia da Escola Prática de Cavalaria (EPC) de Santarém será um dos momentos marcantes das comemorações.

Esta reconstituição terá lugar na madrugada de 25 de Abril na EPC, com o desfile de viaturas militares de época pelas ruas de Santarém e prosseguirá durante o dia em diversos pontos de Lisboa. Deste modo, no Terreiro Paço tem lugar uma parada militar evocativa e outros episódios de reconstituição histórica.

A apresentação da programação oficial aconteceu no dia 8 de fevereiro, em Lisboa, e contou com a presença da presidente da comissão comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril, Maria Inácia Rezola, do presidente da Associação 25 de Abril, Vasco Lourenço, e da diretora do Museu Resistência e Liberdade, Aida Rechenha.

MENSAGEM

25 DE ABRIL DE 2024

Estamos a chegar ao 50º aniversário do dia em que, interpretando os sentimentos do povo, os Capitães de Abril libertaram os portugueses de uma ditadura, repressiva e retrógrada e puseram fim a uma longa, injusta e inútil guerra colonial, que os ditadores impunham, recusando a procura de soluções políticas para o conflito que, teimosamente, diziam ser feito em nome de uma civilização ocidental e cristã, quando os próprios ocidentais e cristãos a repudiavam há muito tempo.

Uma libertação que abriu as portas à Democracia, para que os portugueses exercessem os mais elementares direitos de cidadania de que há muito estavam privados e que lhes garantiu que fizessem as suas escolhas políticas, que têm permitido que o país voltasse a ser respeitado na comunidade internacional e que caminhasse para a construção de uma sociedade mais livre, desenvolvida, justa e solidária.

Com aquele “dia inicial, inteiro e limpo” como se lhe referiu Sofia de Melo Breyner, abriram-se também as portas a uma intensa participação popular que, apesar das contingências e da complexidade do percurso então percorrido, permiti-

tiu a consolidação de um regime democrático e a construção de um Estado de Direito assente nas regras definidas numa nova Constituição, que pode ser vista como a maior das realizações dessa gesta popular, que os libertadores possibilitaram, acarinharam e defenderam.

Simultaneamente, estamos a chegar ao 42º aniversário de uma instituição – a Associação 25 de Abril – fundada pelos Militares de Abril que, dando continuidade à sua acção libertadora, se congregaram, chamando todos os cidadãos, nacionais ou estrangeiros, que se quisessem envolver na defesa e manutenção dos valores com que se haviam comprometido, perante Portugal e o mundo.

Hoje, vivemos tempos de incerteza e enorme preocupação, no que respeita a esses valores – Liberdade, Paz, Democracia, Justiça, Igualdade.

A instabilidade internacional e as guerras continuam muito activas e ameaçam alastrar, mesmo à nossa porta.

Novos ditadores estão no terreno ou ameaçam surgir no horizonte.



Associação 25 de Abril

Os valores de Abril, que então floresceram em várias partes do mundo, estão ameaçados, não só em Portugal, mas também em muitas outras regiões.

É, por isso, que a Associação 25 de Abril sente necessidade de reafirmar, nesta evocação dos 50 anos do 25 de Abril e na prossecução da sua essência e natureza, que é imperioso assumirmos, com coragem e determinação, a luta pela defesa e manutenção da Liberdade conquistada nessa radiosa madrugada.

Liberdade que temos conseguido manter e da qual não abdicamos.

Liberdade essencial para prosseguir na sociedade democrática, que almejamos manter e que queremos mais livre e mais democrática, mas também mais justa, igual e solidária, em ambiente de Paz e de Progresso, o que só é possível se for suportada nos valores de Abril.

Por isso, reafirmamos 25 de Abril, Sempre!

VIVA O 25 DE ABRIL!

VIVA PORTUGAL!



Direitos reservados



Caras(os) Associadas(os) e Amigas(os)

O nosso Associado Dr. Dimas Simas Lopes, natural da Ilha Terceira – Açores, onde reside, médico e artista plástico com vasta obra criada, de que se destacam as várias esculturas distribuídas pelas ilhas dos Açores, no Continente e em outros destinos, quis assinalar como homenagem aos 50 Anos do 25 de Abril, a oferta aos Capitães de Abril, de uma escultura em madeira de criptoméria dos Açores, pintada, com 1,80 X 1,25 m, constituída por duas placas de 50 cm e 75 cm de largura, que articulam na parte posterior, a qual passou a reforçar o já significativo património artístico da A25A e se encontra exposta na nossa Sede.

Considerando o simbolismo desta obra de arte, foi acordado com o seu autor e com a colaboração do Centro Português de Serigrafia, realizar-se uma série de Serigrafias com a imagem desta obra escultórica, trabalho que foi executado com mestria e carinho, resultando numa nova e bela obra de arte.

Ao aproximarmos-nos do 50º Aniversário do “dia inicial, inteiro e limpo”, a A25A decidiu disponibilizar aos seus Associados, durante um período limitado, até ao final do mês de Setembro de 2024, a sua aquisição com 50% de desconto.

Com cordiais saudações de Abril
A Direcção

HÁ MUITAS RAZÕES PARA SER ASSOCIADO MONTEPIO. QUAL É A SUA?

Desde 1840 que acompanhamos os portugueses com soluções de poupança e proteção que preparam o futuro e apoiam o presente, em todas as fases da vida.

Se ainda não conhece as vantagens que podem mudar a sua vida, vai querer conhecer todas as razões para estarmos consigo.

Com mais de 600 mil associados, somos poupança, proteção, saúde, experiências, cultura, e muitas outras vantagens que são a razão para tudo o que alcançamos, juntos.



Montepio

Associação Mutualista

Saiba mais em
montepio.org

